

Edna Maria Goulart Joazeiro
Vera Batista Gomes
Organizadoras



SERVIÇO SOCIAL

FORMAÇÃO, PESQUISA E TRABALHO
PROFISSIONAL EM DIFERENTES
CONTEXTOS



**SERVIÇO SOCIAL: FORMAÇÃO,
PESQUISA E TRABALHO
PROFISSIONAL EM DIFERENTES
CONTEXTOS**

Edna Maria Goulart Joazeiro
Vera Lúcia Batista Gomes
Organizadoras

**SERVIÇO SOCIAL: FORMAÇÃO,
PESQUISA E TRABALHO
PROFISSIONAL EM DIFERENTES
CONTEXTOS**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

Vice-Reitora

Prof^a. Dr^a. Nadir do Nascimento Nogueira

Superintendente de Comunicação

Prof^a. Dr^a. Jacqueline Lima Dourado

Editor

Ricardo Alaggio Ribeiro

EDUFPI – Conselho Editorial

Ricardo Alaggio Ribeiro (presidente)

Acácio Salvador Veras e Silva

Antonio Fonseca dos Santos Neto

Cláudia Simone de Oliveira Andrade

Solimar Oliveira Lima

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Víriato Campelo



SERVIÇO SOCIAL: FORMAÇÃO, PESQUISA E TRABALHO
PROFISSIONAL EM DIFERENTES CONTEXTOS

© Edna Maria Goulart Joazeiro • Vera Batista Gomes

1ª edição: 2020

Revisão

Edna Maria Goulart Joazeiro

Laísa Jennifer Carvalho Araújo

Preparação dos originais

Edna Maria Goulart Joazeiro

Diagramação

Editora Silva

Capa

Camila Goulart Joazeiro

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras

Serviço de Processamento Técnico

S491 Serviço social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos / Edna Maria Goulart Joazeiro, Vera Batista Gomes, Organização. – Teresina: EDUFPI, 2020

E-book.

ISBN: 978-65-5904-052-0

1. Serviço Social. 2. Políticas Públicas. 3. Educação Superior. 4. Formação Profissional. I. Joazeiro, Edna Maria Goulart. II. Gomes, Vera Batista.

CDD: 361.6

Elaborada por Thais Vieira de Sousa Trindade - CRB-3/1282

Editora da Universidade Federal do Piauí - EDUFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI - Brasil
Todos os Direitos Reservados

SUMÁRIO

PREFÁCIO 9

Silvana Mara de Moraes dos Santos

APRESENTAÇÃO 19

Edna Maria Goulart Joazeiro

Vera Lúcia Batista Gomes

Parte 1 – Dimensão Conceitual Formação, Trabalho e Produção de Conhecimento

TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS ATUAIS AO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO 33

Yolanda Guerra

A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO ULTRANEOLIBERAL 63

Joana Valente Santana

Inez Stampa

Denise Bomtempo Birche de Carvalho

TENDÊNCIAS E TENSÕES DA PESQUISA E DA PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL NO CNPq..... 87

Jussara Maria Rosa Mendes

Elaine Rossetti Behring

Parte 2 – Internacionalização e Serviço Social

SERVIÇO SOCIAL NO SÉCULO XXI: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO, A PESQUISA E O TRABALHO PROFISSIONAL EM NUESTRA AMÉRICA..... 115

Ramiro Marcos Dulcich Piccolo

**EL ENCANTO POR PRODUCIR CONOCIMIENTOS
SE TRANSMITE A LAS FUTURAS GENERACIONES
PROFESIONALES..... 133**

Sandra Elena Iturrieta Olivares

**DINÂMICAS DA IDENTIDADE E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO
NO SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS: A INTERLOCUÇÃO COM A
FORMAÇÃO 161**

Maria Emília Freitas Ferreira

**DESAFIOS À FORMAÇÃO E À PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL
EM ANGOLA..... 189**

Amor Antônio Monteiro

**Parte 3 – Regional Norte da ABEPSS Graduação, Pós-graduação,
Pesquisa e Exercício Profissional em Serviço Social: diferentes
perspectivas analíticas**

**A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DO
AMAZONAS: AS PARTICULARIDADES DA DISCUSSÃO DA
SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA UFAM 217**

Hamida Assunção Pinheiro

Marinez Gil Nogueira Cunha

Roberta Ferreira Coelho de Andrade

**SERVIÇO SOCIAL COMO ÁREA DE CONHECIMENTO
E PROFISSÃO: A EXPERIÊNCIA DO CAPACITASUAS NO
MARANHÃO..... 245**

Amélia Brito de Miranda

Lilia Penha Viana Silva

Maria Leidinalva B. Miranda

**PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UFPA NA
AMAZÔNIA: A PESQUISA E A EXTENSÃO COMO ESTRATÉGIA
PARA A INSERÇÃO SOCIAL 271**

Vera Lúcia Batista Gomes

Reinaldo Nobre Pontes

**SERVIÇO SOCIAL E A GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ: DAS RAÍZES AO DEVIR..... 303**
Edna Maria Goulart Joazeiro

**A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DO
TOCANTINS: UMA EXPERIÊNCIA DESAFIADORA..... 329**
Célia Maria Grandini Albiero
Eliane Marques de Menezes Amicucci
Giselli de Almeida Tamarozzi

**A QUESTÃO DA PESQUISA NA FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA
EM SERVIÇO SOCIAL NA REGIÃO NORTE DO BRASIL..... 357**
Patrício Azevedo Ribeiro
Andréa Ferreira Lima da Silva
Olga Myrla Tabaranã Silva

**FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DO TOCANTINS
NO CONTEXTO DA CONTRARREFORMA DO ENSINO
SUPERIOR 383**
Rosemeire dos Santos
Alana Barbosa Rodrigues
Vanda Micheli Burginski

**DESAFIOS NA FORMAÇÃO E NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL
DO(A) ASSISTENTE SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE O ESTÁGIO
SUPERVISIONADO 411**
Sandra Regina Smith Neves
Séfora Alice Rôla do Carmo

SOBRE OS AUTORES 441

PREFÁCIO

Esta obra organizada por Edna Maria Goulart Joazeiro e Vera Batista Gomes, intitulada – Serviço Social: Formação, Pesquisa e Trabalho Profissional em diferentes contextos – torna-se pública em um momento histórico-social e humano – bastante conturbado e desafiador em face da pandemia – COVID-19 – decorrente do novo coronavírus e suas mutações.

Embora reconheçamos que a deterioração das condições de trabalho e de vida de amplos segmentos da classe trabalhadora é bastante anterior à propagação do novo coronavírus, posto que produto das relações sociais de classe, raça e sexo que estruturam o sistema do capital, indiscutivelmente tais condições se agravaram no contexto pandêmico.

A explícita opção das classes dominantes pela lógica da economia capitalista e sua sanha em busca de acumulação e lucratividade em detrimento da proteção à saúde e à vida, evidenciou o quanto, no jogo da luta de classes, a classe trabalhadora, em toda sua heterogeneidade e diversidade, está sendo radicalmente atacada e perde ainda mais: direitos, acesso ao trabalho, condições de saúde e, a depender da vontade política

do Estado brasileiro, notadamente em seu comando federal, perde a própria vida.

Obscurantismo, falta total de solidariedade frente ao adoecimento e morte de milhares de pessoas e disseminação de ataques à Ciência, especialmente duvidando da eficácia das vacinas, são exemplos do ápice da perturbação reacionária presentes no governo federal, que bem antes da pandemia, produziu inúmeras estratégias de ataque aos direitos do trabalho, tendo na reforma da previdência um momento ímpar de consolidação do profundo processo de regressão civilizatória a que a classe trabalhadora está submetida. Apesar disso, lamentavelmente, este ideário de ultradireita liberal reacionária ainda tem grande sustentação ideológica no universo daqueles que mais são atingidos/as por sua política genocida.

As autoras e autores aqui reunidos possuem consciência disso e materializam, nas discussões referentes aos – três eixos articuladores desta obra¹ – profícuas reflexões que contribuem para descortinar, com mais densidade histórica, as relações sociais desiguais e violadoras da diversidade humana vigentes na sociedade capitalista.

Em uma conjuntura assim, esta obra além de profundamente necessária, possui relevância social e acadêmica, que dada a sua magnitude, é difícil de ser sintetizada. No entanto, destacaremos aspectos que são emblemáticos e reveladores da sua força analítica e do seu potencial de reunir pesquisadoras e pesquisadores da área de Serviço Social com o objetivo de produzir reflexão crítica, criteriosa e atenta à realidade e aos

1 Os três eixos são: (1) A dimensão conceitual referente à formação, trabalho e produção de conhecimento; (2) as particularidades da Internacionalização e o Serviço Social e (3) a realidade da Regional Norte da ABEPSS em termos da Graduação e Pós-graduação em Serviço Social.

desafios que permeiam à Formação, à Pesquisa e ao Trabalho Profissional.

A presente obra está estruturada em três partes com 15 capítulos e 31 autoras(es). Cada uma dessas partes constitui-se em um verdadeiro eixo articulador, capaz de promover unidade e apresentar particularidades às temáticas abordadas, que buscam, em seu conjunto, reafirmar o legado crítico do Serviço Social brasileiro, considerando sua renovação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

No primeiro eixo - A dimensão conceitual referente à formação, ao trabalho e à produção de conhecimento destacamos:

- a reafirmação do pensamento crítico, fundado em uma perspectiva de totalidade na apreensão e análise da vida social e do Serviço Social como fundamental na formulação das estratégias para o enfrentamento dos variados ataques aos direitos do trabalho; à universidade e ao conhecimento que incidem fortemente na formação, na pesquisa e no trabalho do/a Assistente Social;
- a certeza na vivacidade da análise crítica mediante o avanço do pensamento conservador e do irracionalismo no modo de interpretação da realidade;
- o conhecimento das tendências e particularidades da pós-graduação em Serviço Social, localizando as tensões da pesquisa e os desafios postos à situação desta área do conhecimento no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- a reflexão densa sobre a Pós-Graduação no Brasil no contexto do neoliberalismo em uma conjuntura, portanto, completamente desfavorável, seja em termos do

desfinanciamento da educação pública, seja em face da desvalorização à produção do conhecimento, notadamente nas áreas das Ciências Humanas e Sociais;

- a visibilidade da situação do Serviço Social como área do conhecimento;
- a ênfase e reconhecimento da relevância acadêmico-política da produção do conhecimento em Serviço Social se orientar hegemonicamente pela razão dialética, pelo humanismo histórico e crítica à sociedade capitalista.
- o reconhecimento da diversidade humana em suas expressões de classe, raça, sexo/gênero como fundamental ao conhecimento da realidade e da questão social.

Sobre o segundo eixo – as particularidades da Internacionalização e o Serviço Social – é oportuno admitir que este é um dos grandes desafios posto à profissão no momento contemporâneo. Se por um lado, as agências de fomento reconhecem como internacionalização o movimento intelectual rumo aos países centrais, a área de Serviço Social, sem reproduzir preconceito geográfico, reafirma, também, a relevância da interlocução com países e regiões historicamente não reconhecidas como expressões da internacionalização. Assim, destacamos na análise contida nesta obra os seguintes aspectos:

- a socialização das dificuldades, dilemas e desafios postos ao projeto profissional crítico na América Latina;
- o papel da universidade pública, da pesquisa e da extensão universitária na defesa dos direitos humanos e na socialização da crítica à barbárie capitalista;

- a necessidade histórica de planejar a socialização do conhecimento com as novas gerações, de modo a enfrentar preconceitos consolidados e (re)encantar a juventude com a prática da pesquisa e com a aprendizagem das lições históricas;
- o conhecimento das particularidades da formação profissional em Serviço Social em Portugal considerando a realidade antes e depois de 25 de abril de 1974 e o papel relevante da pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP na interlocução e na formação de novos quadros profissionais.
- o conhecimento das particularidades do ensino e da pesquisa em Serviço Social em Angola, evidenciando desafios e perspectivas que são relevantes quando pensamos a solidariedade real entre os povos e os processos de internacionalização além dos movimentos legitimados nos ambientes das agências de fomento.

O terceiro eixo que analisa – a realidade Regional Norte da Associação Brasileira em Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em termos da Graduação e da Pós-graduação em Serviço Social – nos brinda com a possibilidade do conhecimento e apreensão sobre o que vem sendo produzido na área de Serviço Social na referida região.

Esta tarefa em si é grandiosa porque evidencia a potência que tem a pesquisa quando os caminhos definidos pela equipe de pesquisadoras e pesquisadores assumem compromisso com a direção social, na perspectiva do projeto ético-político profissional. Não cabe, portanto, o discurso ideológico justificador da realidade, mas o empenho obstinado de conhecer para desencadear mudanças efetivas nos espaços

acadêmicos, profissionais e políticos em defesa dos direitos da classe trabalhadora e da qualidade da formação e do trabalho profissional. Destacamos da terceira parte os seguintes aspectos:

- a realidade da pesquisa em Serviço Social no estado do Amazonas, com ênfase na criação da Escola de Serviço Social de Manaus em 1941 à criação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) em 2007;
- a formação de mais de 100 mestres em Serviço Social com pesquisas que buscam o conhecimento mais denso sobre Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia;
- o entendimento do Serviço Social como área de conhecimento e profissão, articulando, assim, diferentes dimensões que longe de rupturas, precisam ser enoveladas;
- apresentação da experiência exitosa do Programa CapacitaSUAS no Maranhão destacando os procedimentos metodológicos;
- conhecimento sobre a inserção social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA) elegendo como unidades de análise as ações dos grupos de estudos e pesquisas vinculados ao PPGSS, no período de 2013 à 2019;
- valorização das ações de pesquisa e extensão desenvolvidas pelos Grupos de Pesquisa do PPGSS/UFPA relacionadas às expressões da questão social na Região Amazônica e compromisso com a formação de novos/as pesquisadores(as);
- análise do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí no período de 1976 a 2017,

evidenciando, no percurso histórico de consolidação do curso, as características e tendências em relação ao Estado e as políticas sociais no capitalismo contemporâneo;

- reconhecimento da relevância social e acadêmica da criação da Pós-Graduação em Serviço Social no Estado do Tocantins considerando a relação entre Universidade e Estado; exigências das agências de fomento; necessidade de planejamento estratégico para consolidar o programa e para a socialização das pesquisas por meio da publicação e empenho em manter a qualidade da formação profissional em tempos de ensino remoto;
- análise crítica da formação profissional em Serviço Social no estado do Tocantins no contexto da contrarreforma do ensino superior com ênfase nas particularidades regionais em articulação com as determinações societárias próprias do capitalismo contemporâneo;
- estado da arte e os desafios postos à pesquisa na formação Pós-Graduada em Serviço Social na Região Norte do Brasil no período de 1993 a 2019, considerando dados e informações dos cinco programas de pós-graduação em Serviço Social da região;
- reflexão crítica sobre o estágio supervisionado em Serviço Social delimitando como referência a cidade de Macapá-Amapá, dada a exacerbada expansão do ensino superior privado. Por meio da experiência docente foi possível apreender realidade e desafios postos à formação profissional no contexto de ajustes neoliberais;
- articulação entre a universidade e entidades representativas da categoria de assistentes sociais para a

reflexão e definição de estratégias de luta em defesa da qualidade da formação e do trabalho profissionais.

A obra contribui, portanto, para que possamos pensar o Serviço Social considerando as particularidades regionais e os desafios comuns quando o assunto se refere à luta pela qualidade da formação (ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação); ao conhecimento das conquistas e dificuldades que permeiam o trabalho do/a Assistente Social e a apreensão das inúmeras contribuições dadas pelos cursos de graduação e de pós-graduação em Serviço Social na Região Norte. A leitura, portanto, é fundamental para ampliação e qualificação das tarefas que temos se o objetivo for de fato conhecer para contribuir nas trincheiras da resistência com estratégias de socialização do conhecimento direcionados ao pensamento crítico e a prática teórico-política de emancipação societária do sistema do capital.

A realidade brasileira é demasiadamente complexa e seu conhecimento não pode ser reduzido aos centros historicamente mais legitimados da produção acadêmica. Esta obra cumpre, assim, um grandioso papel de democratização do acesso ao conhecimento. Sua leitura se torna obrigatória para todas as gerações do Serviço Social e além deste. Isso porque a articulação entre formação, pesquisa e trabalho profissional situada na realidade do capitalismo contemporâneo interessa a quem se compromete em mudar as coisas como estão.

Agradeço a oportunidade de interação por meio da elaboração desse prefácio e desejo vitalidade aos grupos de pesquisa e rede de pesquisadoras que se formou em torno da publicação desse trabalho. Sempre importante ressaltar que na organização e autoria dos capítulos contidos nesta obra a

maioria são mulheres. Pesquisas realizadas durante este tempo de pandemia mostram que as mulheres tiveram suas rotinas bastante alteradas. No universo intelectual houve redução da produção de mulheres em face do envolvimento mais direto com as tarefas relacionadas aos cuidados com familiares mais idosos, com crianças e pessoas da família que adoeceram. Enfrentando tudo isso, as mulheres aqui presentes ao lado de valiosos parceiros da vida intelectual nos entregam um rico material de pesquisa.

Silvana Mara de Moraes dos Santos

Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN

APRESENTAÇÃO

O livro **Serviço Social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos** tem o objetivo de fortalecer a articulação e a produção de conhecimento no campo do Serviço Social brasileiro, Latino-americano, da Europa Ocidental e da África, abordando a realidade social do Serviço Social em diferentes contextos, tendo no horizonte a busca incessante da qualidade no processo de formação, de produção do conhecimento e do trabalho profissional na contemporaneidade.

Trata-se de uma proposta de publicação que foi construída a partir dos diálogos tecidos no Colóquio de Pós-Graduação em Serviço Social realizado por ocasião da Oficina Regional Norte da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em novembro de 2019, na cidade de Belém, Pará. Essa obra se constitui um importante espaço para o aprofundamento de questões desafiadoras e essenciais no campo de conhecimento do Serviço Social e das diversas políticas nas quais se insere.

Em cada página está presente o convite para o debate e o compartilhamento de estudos que vêm sendo realizados por pesquisadores da Área de Serviço Social em diferentes espaços nacionais e internacionais, tendo como objetivo central reunir

produções acadêmico-científicas e estabelecer um diálogo com a categoria profissional de assistentes sociais, pesquisadores, discentes de graduação e de pós-graduação em Serviço Social e de áreas afins com vistas a reforçar a articulação necessária à produção de conhecimento no campo do Serviço Social brasileiro, latino-americano, europeu e africano acerca da realidade social na qual somos desafiados a decifrar, compreender e intervir nas expressões da questão social na contemporaneidade.

O livro está organizado em três partes: sendo que a parte 1 versa sobre a dimensão conceitual da Formação, Trabalho e Produção de conhecimento no Serviço Social mediante a contribuição de importantes pesquisadores oriundos de diferentes Programas de Pós-Graduação, de Grupos de Pesquisa e de Agências de fomento brasileiras. Na parte 2 é apresentado um panorama de análises produzidas por pesquisadores de Serviço Social de diferentes países que revelam preocupação com o fortalecimento da Internacionalização no Serviço Social e na Parte 3 é enfatizada a produção acadêmico-científica de pesquisadores da Regional Norte da ABEPSS, tanto provenientes da graduação, da pós-graduação, da pesquisa e do exercício profissional em Serviço Social revelando a riqueza do diálogo construído sob diferentes perspectivas analíticas.

A obra está apresentada em 15 capítulos com a efetiva contribuição de 31 autora(e)s nacionais e internacionais que, numa demonstração de vigor e de compromisso epistemológico e ético político, se propuseram a trabalhar os três eixos articuladores, construindo convergência de análise, ao mesmo tempo, que apresentam as particularidades e especificidades das temáticas abordadas nos contextos que analisam, e o fazem em consonância com o legado crítico do Serviço Social brasileiro, nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-

operativa sem perder de vista os desafios presentes na atualidade em seus territórios do Brasil, Portugal, Chile e Angola.

A Parte 1 – Dimensão Conceitual Formação, Trabalho e Produção de Conhecimento está organizada em três capítulos.

No Capítulo 1 – Trabalho e formação profissional: desafios e perspectivas atuais ao Serviço Social brasileiro, Yolanda Guerra, analisa que a crise sem precedentes que a pandemia da COVID-19 encontra, especialmente no Brasil, mostra as vísceras do capitalismo e expõe ao máximo as fragilidades do seu atual modelo baseado na hegemonia do capital financeiro, exigindo-lhe a renovação de estratégias de desqualificação do trabalho e de convencimento de trabalhadores inseridos em vários espaços sócio ocupacionais. Segundo a autora a análise deste contexto exige adotar uma perspectiva materialista e crítico dialética na apreensão dos principais impactos no trabalho e na formação profissional das/os assistentes sociais brasileiros/as, com ênfase na pesquisa e na produção de conhecimento crítico, pois reside aí a possibilidade de vislumbrar saídas sócio-profissionais e políticas. A autora destaca ainda que a intervenção em várias frentes e coletivamente detém o potencial de permitir a construção de respostas alternativas.

No Capítulo 2 – A Pós-Graduação em Serviço Social no contexto ultraneoliberal, Joana Valente Santana, Inez Stampa e Denise Bomtempo Birche de Carvalho contribuem para uma consistente reflexão sobre a Pós-Graduação no Brasil no contexto do neoliberalismo. Com base em levantamento bibliográfico e documental, as autoras problematizam a questão da desqualificação da produção do conhecimento no Brasil e o avanço do pensamento conservador e do irracionalismo no modo de interpretação da realidade, que são processos articulados à

defesa da ordem burguesa e das frações parasitárias do capital. Além disso, o capítulo discute a questão da educação no contexto ultraneoliberal, bem como o desfinanciamento das instituições de pesquisa e pós-graduação no Brasil, especialmente das **Áreas** das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. A análise demonstra como a produção de conhecimento na área de Serviço Social tem feito uma crítica radical à ordem burguesa e a seus rebatimentos nas manifestações da questão social, com a necessária articulação entre desigualdade de classe e as opressões de gênero, de orientação sexual, de raça, de geração e ciclos de vida, dentre outras. Aponta ainda para a necessária defesa do financiamento público para a Educação e para a área de Serviço Social, considerando que produz conhecimento sobre a vida dos trabalhadores empobrecidos neste país de enormes desigualdades socioeconômicas estruturais.

No Capítulo 3 – Tendências e tensões da pesquisa e da Pós-Graduação na Área de Serviço Social no CNPq, Jussara Maria Rosa Mendes e Elaine Rossetti Behring tematizam sobre a condição da pesquisa e da pós-graduação nos últimos anos e se propõe a dar visibilidade à situação do Serviço Social como área do conhecimento no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A análise versa sobre os dados decorrentes de fontes secundárias do órgão de fomento e também dos relatórios das representantes da área que compuseram o Comitê de Assessoramento de Psicologia e Serviço Social do CNPq na gestão 2017-2020.

A **Parte 2 – Internacionalização e Serviço Social** está organizada em quatro capítulos.

No Capítulo 4 – Serviço Social no Século XXI: desafios para a formação, a pesquisa e o trabalho profissional em

Nuestra América, Ramiro Marcos Dulcich Piccolo busca captar os principais dilemas e desafios do projeto profissional crítico do Serviço Social na América Latina, a partir da análise das atuais correlações de forças internacionais e o papel reservado ao subcontinente na dinâmica capitalista mundial. O autor reflete sobre a importância da Universidade Pública e, particularmente, da Extensão Universitária na formação de profissionais críticos e eticamente comprometidos com os Direitos Humanos e a Justiça Social, nesses tempos de hegemonia de políticas ultraliberais, de barbarização da vida social, acirrados pela pandemia global da COVID-19.

No Capítulo 5 – El encanto por producir conocimientos se transmite a las futuras generaciones profesionales, Sandra Elena Iturrieta Olivares, empreende sua análise ancorada em quatro reflexões comuns com as quais os discentes de graduação e de pós-graduação enfrentam sua formação no campo da produção de conhecimento em Serviço Social. Segundo a autora, tais ideias correspondem ao fato de que a produção de conhecimento é um atividade tediosa, que permite tirar notas baixas com muito esforço; que é um trabalho periférico para o Serviço Social; que a estratégia para superar com sucesso o processo de produção do conhecimento é o treinamento constante até que a mecanização seja alcançada; e que a produção de conhecimento sócio crítico é uma atividade inerente ao Serviço Social. A autora se propõe a desafiar essas ideias usuais, através da transmissão do charme por produzir conhecimento; a expansão das fronteiras profissionais / disciplinares; da vigilância epistemológica e da elaboração de trajetórias analíticas para desconstruir tais ideias.

No Capítulo 6 – Dinâmicas da identidade e produção de conhecimento no Serviço Social português: a interlocução com a formação, Maria Emília Freitas Ferreira analisa que a produção de

conhecimento, como manifestação da qualidade da formação e empenho das estruturas educativas e dos agentes envolvidos, é um reflexo da identidade e da vitalidade de uma área científica. Nesta perspectiva a autora, apresenta um breve resumo do percurso acadêmico do Serviço Social em Portugal na afirmação de uma formação laica e científica, e situa-se em paralelo a produção de conhecimento relativa a estes tempos históricos em cada uma das fases, antes e após 25 de abril de 1974. Na busca da história e da essência, do agir, da relação com o Estado e políticas públicas, dos problemas persistentes e emergentes na sociedade portuguesa e dos que os sofrem, reflete-se a própria identidade em reconstrução. Na afirmação desta aventura, de qualificação e investigação, a autora enfatiza que o Serviço Social da PUC-SP foi o ‘parceiro fundamental’.

No Capítulo 7 – Desafios à formação e à pesquisa em Serviço Social em Angola, Amor Antônio Monteiro discute os desafios à formação e à pesquisa em Serviço Social analisando, por um lado, o contexto sócio-político e econômico em que se analisa tais objetivações do trabalho do assistente social, e por outro aponta a teleologia que se pretende que guie ou dê direção social quer à formação, quer à pesquisa no contexto em que se analisa tais atividades do assistente social.

A Parte 3 – Regional Norte da ABEPSS Graduação, Pós-graduação, Pesquisa e Exercício Profissional em Serviço Social: diferentes perspectivas analíticas está organizada em oito capítulos.

No Capítulo 8 – A Pós-Graduação em Serviço Social no Estado do Amazonas: as particularidades da discussão da sustentabilidade socioambiental na UFAM, Hamida Assunção Pinheiro, Marinez Gil Nogueira Cunha e Roberta Ferreira Coelho de Andrade abordam a origem e o desenvolvimento da pós-

graduação em Serviço Social *stricto sensu* no estado do Amazonas e sua contribuição para a formação profissional. As autoras com base em pesquisa bibliográfica e documental, destacam como ponto de partida a criação da Escola de Serviço Social de Manaus em 1941, no decorrer desse itinerário apontam a explosão dos cursos de graduação no estado do Amazonas nos anos 2000, bem como os cursos de pós-graduação *lato sensu* que antecederam a criação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) em 2007. As autoras destacam que após 13 anos de existência, o Programa já formou mais de 100 mestres com destaque para as pesquisas que têm adensado as discussões sobre Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

No Capítulo 9 – Serviço Social como Área de conhecimento e profissão: a experiência do CapacitaSUAS no Maranhão, Amélia Brito de Miranda, Lilia Penha Viana Silva e Maria Leidinalva B. Miranda fazem uma discussão sobre a importância de reforçar o Serviço Social como área de conhecimento e profissão, formação, pesquisa e intervenção de forma articulada. Nesta perspectiva, apresentam a experiência do Programa CapacitaSUAS no Maranhão enfatizando a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, com destaque para sua metodologia como uma experiência exitosa.

No Capítulo 10 – Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA na Amazônia: a pesquisa e a extensão como estratégia para a inserção social, Vera Lúcia Batista Gomes e Reinaldo Nobre Pontes analisam a *inserção social* do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, a partir das ações dos grupos de estudos e pesquisas vinculados ao PPGSS, no período de 2013 à 2019. Os autores tomam como referência para a análise, as ações de pesquisa e extensão desenvolvidas

pelos referidos grupos, relacionadas à Região Amazônica. Na primeira parte apresenta uma breve análise sobre esta Região, suas dimensões histórico-sociais e as refrações da questão social. A segunda parte aborda, a trajetória histórica do mencionado PPGSS, suas principais conquistas e desafios, buscando revelar traços da histórica inserção social na realidade regional, bem como, os seus principais obstáculos e desafios. Os autores destacam ao final a relevância do PPPGS-UFPA, visto que tem contribuído para uma formação crítica de docentes/pesquisadores(as) da e na Amazônia, capazes de interpretar e responder às expressões da “questão social” no contexto dessa Região que possui dimensões continentais, riquezas naturais e humano-sociais inestimáveis, mas, paradoxalmente, apresenta altos índices de pobreza e desigualdades sociais.

No Capítulo 11 – Serviço Social e a Graduação na Universidade Federal do Piauí: das raízes ao devir, Edna Maria Goulart Joazeiro empreende análise de natureza qualitativa, tendo como marco temporal o período de constituição do curso de bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí, no período de 1976 a 2017. A análise histórica está centrada na perspectiva da longa duração. Enfatiza a questão da formação para intervir no campo do social, em presença dos desafios históricos que marcam essa área de conhecimento, em face da configuração do Estado, de suas fragilidades e possibilidades, quer no âmbito da formação, da pesquisa e da produção do conhecimento. A autora destaca a importância do fortalecimento das políticas sociais públicas nas suas múltiplas interfaces, diante do agravamento das expressões da questão social, da crise sanitária, da fragilização da dimensão universal das políticas públicas e de seu histórico subfinanciamento.

No Capítulo 12 – A Pós-Graduação em Serviço Social no

estado do Tocantins: uma experiência desafiadora, Célia Maria Grandini Albiero, Eliane Marques de Menezes Amicucci e Giselli de Almeida Tamarozzi registram aspectos marcantes do estado do Tocantins para situar a Universidade Federal do Tocantins, UFT e o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSSocial), bem como a relação entre ambos e o estado. As autoras arrolam os desafios e as perspectivas que se destacam nesse programa: construir e efetivar propostas condizentes aos processos avaliativos da Capes; criar formas de planejamento estratégico conforme as diretrizes para os Programas da UFT; ampliar e publicizar as produções acadêmicas em revistas e periódicos reconhecidos da Área; desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão remotamente sem perder a qualidade, dentre outros. As autoras assinalam que o mestrado em Serviço Social da UFT mantém seu compromisso com a formação do perfil profissional crítico balizado pelo Projeto Ético-Político profissional.

No Capítulo 13 – A questão da pesquisa na formação Pós-Graduada em Serviço Social na Região Norte do Brasil, Patrício Azevedo Ribeiro, Andréa Ferreira Lima da Silva e Olga Myrla Tabaranã Silva refletem sobre a questão da pesquisa na formação pós-graduada em Serviço Social na Região Norte, tendo por base a divisão da ABEPSS. Os autores fazem uma breve incursão pela pesquisa social na Amazônia, pautando-se em revisão bibliográfica, acerca dos fundamentos da pesquisa e no levantamento documental (período de 1993 a 2019) sobre a organização, o funcionamento e as dissertações e teses apresentadas aos 05 (cinco) Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social. Os resultados revelam os desafios atuais para a pesquisa no âmbito do Serviço Social amazônico, bem como a centralidade que esta assume no interior da profissão.

No Capítulo 14 – Formação em Serviço Social no Estado

do Tocantins no contexto da contrarreforma do Ensino Superior, Rosemeire dos Santos, Alana Barbosa Rodrigues e Vanda Micheli Burginski, abordam alguns elementos aproximativos sobre a formação profissional de assistentes sociais no estado do Tocantins no contexto da contrarreforma do ensino superior brasileiro. Tem por objetivo estabelecer relações sócio históricas entre o processo de criação do estado do Tocantins e a expansão dos cursos de Serviço Social, estabelecendo conexões entre a acumulação capitalista sob a hegemonia neoliberal, as requisições postas ao Estado e ao mercado. As análises apontam as particularidades regionais, em que os processos de precarização e aligeiramento da formação em Serviço Social estão na contramão do Projeto Ético-Político profissional, com forte impacto no exercício profissional.

No Capítulo 15 – Desafios na formação e no exercício profissional do(a) assistente social: reflexões sobre o Estágio Supervisionado, Sandra Regina Smith Neves e Séfora Alice Rôla do Carmo analisam o processo de formação e o exercício profissional do assistente social, particularmente, no que tange ao Estágio Supervisionado. A análise empreendida teve por base as experiências vivenciadas pelas autoras na condição de docentes de curso de Serviço Social em instituições de ensino privado, na cidade de Macapá-Amapá, onde se apresenta uma exacerbada expansão do ensino superior privado. A análise se ancora ainda em levantamento sobre a situação do Estágio Supervisionado tendo assinalado os desafios postos para a formação e para o exercício profissional de assistentes sociais, sobretudo, no que concerne ao Estágio Supervisionado em Serviço Social, visto que as medidas de ajustes neoliberais impostas pelo capital financeiro, aos governos dos países periféricos do capitalismo, em particular, o Brasil, têm conduzido a contrarreformas do Estado brasileiro que implicam em cortes no orçamento dos gastos sociais, tendo em vista gerar

superávit primário para o pagamento dos juros da dívida pública, bem como, estimular a privatização dos serviços públicos.

Ao finalizar a apresentação dessa obra, temos a honra de compartilhar as contribuições dos autores com o público em geral, com docentes, pesquisadores, profissionais, discentes de graduação e de pós-graduação do Brasil e dos demais países que valorizam e almejam a defesa da vida, da democracia e da cidadania por compartilharem a perspectiva de análise que defende que o diálogo ampliado torna possível trilhar novos caminhos e construir novas e múltiplas perspectivas sobre o Serviço Social, formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos.

Edna Maria Goulart Joazeiro

Vera Lúcia Batista Gomes

As organizadoras

Teresina, primavera de 2020.

Parte 1
Dimensão Conceitual
Formação, Trabalho e Produção
de Conhecimento

TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS ATUAIS AO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Yolanda Guerra

Introdução

Em março de 2020 uma nova situação assolou o Brasil: a pandemia da COVID 19. Tratada inicialmente pelo governo como uma “gripezinha” foi tomando proporções inimagináveis. Em 18 de março grande parte dos estados fecharam os *shoppings center*, um dos maiores símbolos do capitalismo. A pandemia chegou com força total, e pela rápida capacidade de mutação do vírus, surpreendeu-nos a todos/as inclusive, e, sobretudo, cientistas que a acompanhavam sistematicamente. Porém, uma coisa é certa e disso já sabíamos: a pandemia revelou todas as contradições do capitalismo.

Em linhas gerais, podemos considerar que a partir daí, no Brasil, vive-se uma interconexão de várias crises: econômica, sanitária, político-ideológica e institucional, que apresenta alguns

aspectos inéditos, outros nem tanto, e alguns até estruturais, que vem na esteira da continuidade, pois que se referem a aspectos que fazem parte da nossa particularidade histórica de país capitalista tardio, periférico e dependente, que traz a marca estrutural da superexploração da força de trabalho. Contudo, mesmo sendo elementos de continuidade, sua complexidade, aprofundamento e complexificação neste contexto, como é o caso da crise econômica, são inéditos.

Ainda que possamos apontar, de maneira preliminar, o contexto em que vivemos e reconhecer que estão por vir alterações profundas em todos os âmbitos da nossa vida no pós-pandemia, como sequelas daí resultantes, este não é o objetivo deste artigo. Pretende-se apenas realizar uma análise que aponte o movimento dialético entre trabalho e formação profissional num contexto que aprofunda e complexifica as péssimas condições de vida da nossa população, com o desemprego estando, segundo o último censo do IBGE de agosto/2020, ou seja, de acordo com as estatísticas oficiais, em torno de 13,7 milhões¹. Com uma população de mais de 210 milhões de habitantes, no Brasil, a cifras de desempregados aumentou em 1,2% nesses meses de pandemia, passando para a taxa de desemprego de 14.3%². Em relação à taxa de informalidade, a pesquisa mostrou um aumento de 0,6% ficando em torno de 34%, o que equivale a 27,9 milhões de trabalhadores/as.³

Sabe-se que no capitalismo o ataque ao trabalho é expressão da sua contradição central: apropriação privada da riqueza

1 Dados extraídos do site oficial do IBGE: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012>. Acesso em outubro de 2020

2 Trata-se da maior taxa até o momento.

3 Cabe notar que desemprego, subemprego, informalidade e demais formas de precariedade do trabalho são condições constitutivas do capitalismo. A geração de uma superpopulação relativa é parte do seu modo de ser e perfeitamente integrada a ele.

produzida socialmente. Para sobreviver, o capital necessita não apenas extrair mais valor, que, cabe lembrar, advém do trabalho excedente que é o trabalho não pago ao trabalhador, mas, além disso, se faz necessário que este quantum se reproduza no processo⁴. Por isso, de maneira certa, Marx diz que capital é uma relação histórica, social e culturalmente dada, que possui modos de ser e de se constituir em determinada fase do desenvolvimento da humanidade, conformando determinada lógica que precisa ser preservada para que esse ordenamento social se mantenha. Capitalismo é, em si mesmo, um sistema social que resulta da exploração do trabalho pelo capital.

Na ordem burguesa são várias as esferas de reprodução da lógica do capital, lógica esta que vertebrada todas as esferas da vida social e da vida privada. Dentre elas, a educação exerce papel central na construção de sujeitos sociais e sociabilidades que garantam a continuidade do sistema.

Desse modo, toda análise que se pretende materialista histórica e crítico-dialética tem que buscar seus fundamentos ontológicos na realidade social, examinando-a no seu processo de totalização, considerando-se a realidade como uma totalidade em processo. Faço notar aqui que o movimento é da empiria para a teoria através da “caça às mediações” (Netto, 1990, Pontes, 1995) que somente o exame da realidade, pela via da razão crítico-dialética, permite realizar. Nesse movimento é necessário distinguir os elementos novos daqueles que são de continuidade, aquilo que Lukács (2012) chama corretamente de substância, ou seja, “o princípio ontológico da permanência na mudança” (p. 340). Mas há outra observação metodológica importante: identificar como se dá a subsunção do elemento novo ao elemento antigo ou vice e versa, e nesta nova moldura que expressa a síntese, é necessário

4 É o que Marx (1988) chama de processo de valorização do valor.

constatar se a preponderância é do velho ou do novo. Peço desculpas aos/as leitores/as por tantos detalhes, mas penso que esta orientação (pressuposto) metodológica, que está na análise de grandes intelectuais marxistas, é central para uma interpretação, a mais próxima possível, deste momento histórico da pandemia, pois, creio ser necessário dizer quais as condições que a pandemia encontrou o Brasil e como este contexto foi exatamente o que provocou os resultados mais dramáticos e nefastos possíveis no nosso país e um dos piores resultados tidos mundialmente.

No momento em que escrevo, apesar da subnotificação das mortes, o Brasil atingiu o quantitativo absurdo de mais de 153 mil mortes⁵ (em 7 meses), o que equivale ao extermínio de quase toda a população do município de Rio das Ostras, por exemplo, que é o 22 mais populoso do estado do Rio de Janeiro, chegamos a 1000 mortes por dia, sendo o segundo país com mais mortes registradas. Com um contingente de quase de 5 milhões de infectados, comparável à população de países como Costa Rica, Noruega, Eslováquia tivemos um contingente 4,5 milhões de recuperados. Contudo, este número não expressa aqueles que ficaram com sequelas ou traumas e não são poucos. O que será da geração COVID19, ainda, não sabemos.

É esse o contexto em que nos desafia ainda mais a pensar o trabalho e a formação profissional das assistentes sociais brasileiros/as.

A análise que faço parte da premissa de que na dialética trabalho/formação profissional encontram-se os enigmas que nos permitem desvelar os desafios e as perspectivas da/para a profissão. Nessa direção nosso foco são as transformações do mercado de trabalho buscando captar os interesses do capital na construção de novas estratégias para sua autovalorização, enfrentando sua

5 Dados do dia 18 de outubro de 2020.

crise resultante da complexificação de suas contradições, as quais, na fase monopolistas, se tornam mais acirradas com o aumento exacerbado da concentração e centralização do capital.

A análise de Netto (1991) é imprescindível para nos indicar esse movimento de continuidades e rupturas no modelo capitalista de produção/reprodução econômico-social. O autor aponta dois elementos típicos que marcam o período “clássico” do capitalismo monopolista: a supercapitalização e o parasitismo. A primeira tendência é a dificuldades de valorização do capital, uma vez que o monopólio, pela sua própria natureza, restringe o espaço de valorização do valor com a tendência decrescente da taxa média de lucro; o segundo, o parasitismo, com a multiplicação das atividades improdutivas, dado pelo surgimento de uma oligarquia financeira e a separação entre os proprietários (capitalistas) e a gestão dos monopólios, como necessidades absolutas para a acumulação capitalista, de onde se institucionalizam profissões que venham a atuar nestes sistemas de mediações.

Importante notar, como o faz Netto (*op. cit.*), que este período mostra “simultaneamente, a contínua reafirmação das tendências e regularidades imanentes do capitalismo (as suas “leis” de desenvolvimento gerais, universais) e a concreta alteração delas (as “leis” particulares do estágio imperialista)” (p. 20).

A análise marxista nos informa que toda crise decorre da queda tendencial na taxa de lucros e se localiza na defasagem crescente entre a superprodução e o subconsumo. Na fase atual do capitalismo temos uma produção destrutiva, que não é compatível com as necessidades de consumo da maior parte da humanidade, que vive sob uma perspectiva da “destruição em massa” em razão da fome e outras formas de violência urbana e rural. (ZIEGLER, 2013).

No movimento de continuidade e aprofundamento da crise temos que a lógica da financeirização passa a ser predominante no modelo de produção do pós-Segunda Guerra Mundial, que visa enfrentar a profunda crise de implementação do capital, evidenciada pelos acontecimentos em torno do ano 1929. Não cabe aqui debater as consequências desse novo modelo ou regime de produção que prioriza o capital portador de juros, para as esferas das relações sociais, em especial para a consideração do trabalho e do trabalhador. Não obstante, é preciso sinalizar como o faz Marx, que

O capital portador de juros é o *fetichismo automático perfeito* – o valor que se valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e nessa forma **desaparecem todas as marcas da origem**. A relação social reduz-se à relação de uma coisa, **o dinheiro, consigo mesma**. Em vez da verdadeira transformação do dinheiro em capital, o que se mostra aí é uma forma vazia. Equiparado à força de trabalho, o valor-de-uso do dinheiro passa a ser o de criar valor, valor maior que o que nele mesmo se contém [...] (MARX, 2008, p. 520-521, destaque nosso).

Esta citação se faz necessária na medida em que, no final do século XX, o capital financeiro encontra possibilidade de expansão, como terapia para contrarrestar a queda da taxa de lucro e manter o giro do capital, o que causa profundas mudanças e influxos tanto no processo de produção social (nos âmbitos da gestão do trabalho e no das relações trabalhistas) quanto no de reprodução (fetichismo, reificação, ideologias que sustentam essa lógica de produção). Mas, o que esse processo esconde é, justamente, que o valor não se reproduz por si mesmo nem é produto de geração espontânea. Ele precisa de uma força que atue sobre ele e esta é a força de trabalho. É o que trataremos a seguir.

A financeirização e a fetichização do trabalho e da educação

A hegemonia do capital financeiro deve ser entendida no âmbito das profundas metamorfoses e reformas realizadas pelo capital para enfrentar as suas crises. No período do pós- 1970, a crise do capital tem elementos inéditos. Trata-se, segundo Mészáros (2002), de uma crise estrutural, global, sistêmica, porque coloca em questão a viabilidade mesma do sistema capitalista e sua lógica destrutiva.

Num processo contínuo de crise, demarcado pelo ano de 2008, notam-se brutais impactos sobre o trabalho, em especial, sobre o aumento do desemprego, de um lado, e o aprofundamento da precarização, de outro, incidindo sobre novas formas de contratação. As novas estratégias de acumulação do capital se concretizam via aumento da precarização do trabalho (por meio de controle salarial, flexibilização das relações de trabalho, reestruturação produtiva e reorganização do processo de trabalho) complementada pela circulação internacional do capital, que por sua vez não tem pátria, mas interesses.

É certo que o objetivo da racionalização produtiva operada neste momento é o da eliminação do máximo de trabalho vivo possível, visando à redução do custo do trabalho. Enquanto determinação geral, as reformas trabalhistas e o enxugamento dos gastos públicos com a proteção aos trabalhadores (reforma da seguridade social) articuladas à garantia do pagamento das dívidas pública e imobiliárias são as orientações dos organismos internacionais, gerando um fluxo regular de juros que compõem a agenda da economia global.

Nos termos de Marx (1988), as mesmas partes componentes do capital que do ponto de vista do processo de trabalho se distingue como fatores objetivos, como meios de produção e

força de trabalho, se distinguem, do ponto de vista do processo de valorização, como capital constante e capital variável. Nada é tão expressivo desse processo de personificação das pessoas quanto a consideração do mercado financeiro como autônomo, como senhor de vontade própria e portador de atributos humanos, como se costuma ver em noticiários: nervoso, calmo, agitado.

A lógica da financeirização do capital que aparentemente cresce sem lastro, cuja valorização depende da rapidez, fluidez e de sua capacidade de giro, invade outras áreas, e aqui cito, especialmente, a Educação. A financeirização da educação em como foco inicialmente o ensino privado e tem sido muito bem sucedida. As fusões e aquisições que realizam estão priorizando o chamado “ensino à distância”, as novas tecnologias voltadas para as metodologias ditas “pedagógicas” e o setor que fornece material didático para o mesmo (elaboração de apostilas e manuais), constituindo verdadeiros oligopólios na educação⁶.

Certo é que a fetichização gerada pela financeirização, põe em questão a centralidade do trabalho e da classe trabalhadora na

6 Só a título de exemplo, segundo o Wikipedia, a Cognia Educação, que além da Kroton, conta com a marca Vasta (que fornece serviços e produtos para a educação básica) Saber (serviços de educação para o ensino básico, como cursos de línguas e material didático para escolas públicas) e Platos (prestação de serviços de gestão para o ensino superior), é a segunda maior empresa da área do mundo. Nasceu no ramo da oferta de cursos pré-vestibulares com o nome de Pitágoras e hoje atua em todas as modalidades: pré-escola, ensino básico e fundamental, ensino para adultos, vestibular, cursos livres, educação superior e pós-graduação entre outros. A Cognia possui mais 1,185 milhão de estudantes presenciais e 819.000 na modalidade de EAD, com 290.000 estudantes na educação básica em 127 campi e 726 polos. Segundo o *site* abaixo, o grupo teve um prejuízo ajustado de R\$ 140 milhões, ante lucro de R\$ 267 milhões registrado no ano antes em razão da pandemia. Nota-se que não são números desprezíveis. Dados disponíveis em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/cogna-usiminas-as-5-maiores-baixas-e-as-5-maiores-altas-do-ibovespa-em-agosto-2020/>. Acesso em: 19/09/2020.

produção do valor, vez que, aparentemente, o regime ou o modelo atual de capitalismo, chamado de flexível poderia dispensar a força e trabalho vivo na obtenção de lucros para o capital. Em decorrência disso, as metamorfoses no processo de trabalho são operadas nesta direção. Os novos processos produtivos têm implicado uma economia de trabalho vivo, o que eleva a composição orgânica do capital e conduz dois resultados: a queda na taxa de lucro; o crescimento exponencial da força de trabalho excedentária (NETTO, 2012). Não é casual que tais processos exijam uma mudança no perfil de trabalhador que responda a essa “nova” configuração do mercado de trabalho, o que alguns autores chamam de metamorfoses do mundo do trabalho e a configuração de uma nova morfologia do trabalho⁷, marcada pela subcontratação, pelos “sistemas flexíveis” e por inovações produtivas que caracterizam uma precariedade estrutural. Ao mesmo tempo em que há a desproletarização do trabalho industrial e fabril cresce o assalariamento do setor de serviços (ANTUNES, 2018). Há a crescente incorporação do contingente feminino no mundo do trabalho, além do trabalho infantil e migrante, acompanhados pela degradação, desprofissionalização, desespecialização, multifuncionalidade e polivalência.

Estudos vêm mostrando que não se trata da clássica precarização. Está em curso um processo que tem sido chamado de uberização da sociedade, que se caracteriza por um trabalho sem qualquer direito e garantia, realizados através de plataformas compartilhadas. O emprego intermitente é o modelo: o contrato de trabalho intermitente, descontínuo; a sustentação legal da terceirização, com a aprovação da Lei da Terceirização (Lei Nº 13.429/2017) pelo governo Temer, os pregões, Pjotização

7 Trata-se de duas geniais hipóteses de Antunes que tem sido desenvolvida ao logo de sua vida acadêmica.

(prestação de serviço sem recebimento de encargos), e, fatalmente, o limbo trabalhista.

Antunes (op. cit.) vem demonstrando que está em curso mudanças significativas que caracterizam uma nova morfologia do trabalho com características emblemáticas no caso da indústria metalúrgica, da agroindústria e do setor de serviços de telemarketing e *call center*. Enuncia que elas apontam diversas formas de exploração do trabalho causadas pela intensificação do trabalho, o que leva ao aumento do índice de acidentes e de adoecimentos no trabalho. Sua pesquisa foca o setor de serviços, especialmente a inserção da classe trabalhadora em *call center e telemarketing*. De acordo com dados explicitados pelo autor, “a operadora de telemarketing (mais de 70% desse conjunto é feminino) fica de 85% a 90% de sua carga horária diária sentada e com atenção total no monitor do microcomputador, no teclado e no fone de ouvido” (p. 131). Não há dúvidas que tais processos afetem em primeiro lugar mulheres pobres e negras. Ora, a determinação de classe na sua relação com o gênero e com a questão étnico-racial são centrais para a análise tanto dos processos sociais quanto dos sujeitos dos serviços e políticas sociais que circunscrevem nossos espaços sócio-ocupacionais bem como a identificação das demandas das classes e requisições institucionais que chegam a profissão.

Não temos dúvidas das consequências sociais, políticas e ideológicas dessas metamorfoses operadas pelo capital no processo de desenvolvimento do capitalismo, tal como o capital portador de juros. Este, em especial, ao ser utilizado tanto como crédito quanto na sua forma especulativa produz a equivocada percepção de que se trata de dinheiro que se valoriza por si mesmo, sem qualquer relação com a sua base real.

Com tais mudanças na produção da vida material, também se produzem alterações nos modos de reprodução. Se o Estado, como parte do seu metabolismo, surge da absoluta “necessidade material da ordem sociometabólica do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 108), ele cumpre uma função de atuar para corrigir os defeitos do sistema, “em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo” (p. 110). Passa a interceder na ruptura entre produção e consumo, além de tornar-se consumidor⁸, atuando em setores que necessitam serem dinamizados, através de sua função política regulatória, e, ao fazê-lo, o Estado intervém na economia estimulando os trabalhadores a se tornarem consumidores, contribuindo com o “funcionamento saudável do sistema do capital” (p. 110). Sua função central reside em garantir as condições gerais de extração da mais-valia do trabalho excedente e o faz, de um lado, com a transferência do fundo público para o capital⁹, com impactos

8 Aqui podemos situar as funções do Estado no atendimento a algumas demandas da classe trabalhadora, sem, contudo, colocar em risco o processo de acumulação do capital.

9 Essa ideia é reforçada por Salvador: “No capitalismo contemporâneo, o fundo público é responsável por uma transferência de recursos sob a forma de juros e amortização da dívida pública para o capital financeiro, em especial para as classes dos rentistas”. Além disso, o fundo público é utilizado para incentivos fiscais e isenção de tributos. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n104/02.pdf>

no financiamento das Políticas Sociais¹⁰ e, de outro, via medidas repressivas e assistencialistas¹¹.

Influxos das novas configurações da sociedade na profissão: trabalho e formação

Nos seus pouco mais de 80 anos de existência, o Serviço Social brasileiro, tal como outras profissões, tem sido atingido no seu significado sócio-histórico e nas suas requisições sócio-profissionais e ético-políticas que provém das demandas antagônicas geradas pelo capital e pelo trabalho. As novas e antigas configurações do mercado de trabalho, o perfil de profissional que corresponda às exigências desta fase do capitalismo e as formas pelas quais o Estado enfrenta a luta de classes e as sequelas da relação capital-trabalho, incidem mediata e imediatamente na profissão. Com base nessa premissa, buscou-se algumas chaves de interpretação das alterações que, empiricamente, temos identificado na profissão nos últimos 20 anos.

10 E aqui é importante citar a EC 95 de 2016 que congela os gastos públicos por 20 anos. Acesso: setembro de 2020.

11 Faço notar que no governo Bolsonaro esses traços se acentuam enormemente: as políticas sociais vão adquirindo cada vez mais um caráter correcional, repressor, moralizador, religioso e filantrópico, a exemplo da Política de Álcool e outras Drogas. A chamada Nova Política Nacional de Saúde Mental privilegia leitos em hospitais psiquiátricos em detrimento dos serviços abertos dos CAPS (Centros de Atenção Psicossocial). Com isso acaba com a política de redução de danos, implementando a abstinência. Muitos CAPs estão sendo fechados. São mudanças que ferem as conquistas neste campo e prepara o terreno para as comunidades terapêuticas (religiosas e leigas). O tratamento é individual e centrado na reforma moral e espiritual. No contexto da pandemia, tais medidas se acentuam e podem ser vista através da maneira como o Auxílio Emergencial foi implementado.

Em primeiro lugar, se faz necessário considerar que o Serviço Social brasileiro tem características muito singulares: trata-se de um contingente de quase 190 mil assistentes sociais com registro ativo nos Conselhos Regionais, sendo 99% composta de mulheres, que cresce vertiginosamente em razão do processo de formação profissional, que nos últimos 15 anos têm sido realizado e massificado, na sua ampla maioria, via EAD. As profissionais vinculam-se, quase na sua totalidade, às instituições municipais, estaduais e federais e têm como espaço sócio-ocupacional prioritário as políticas sociais, especialmente as políticas de saúde e assistência social.

Tal inserção, conforme dados veiculados pelas entidades representativas da profissão, tem sido cada vez mais precarizada, e vêm recebendo todas as determinações mais amplas das mudanças graduais do trabalho nos últimos 40/50 anos, aprofundadas nesta fase do capitalismo denominada por Antunes (2012) de capitalismo flexível¹², o qual, os “enormes enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho” e aqui chamo a atenção para o que o autor nomina de mutações sóciotécnicas”, com implicações para os setores produtivos e de serviços.

Também Alves (2004) vem contribuindo com estudos que revelam como todas as determinações do trabalho no setor produtivo se estendem ao setor de serviços. É fundamental sua contribuição no desvelamento do que tem chamado de “capitalismo manipulatório”, indicando a captura integral da subjetividade real do trabalhador, o que ocorre através de processos que contêm um apelo muito mais incisivo, com vistas a levar trabalhadores/as a se

12 Antunes, Ricardo. A nova morfologia do trabalho no Brasil. Reestruturação e precariedade. Revista Nueva Sociedad. NUSO n° junho 2012. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000200003

sentirem integrados no seu próprio processo de exploração, para o que se exige maior envolvimento nas tarefas realizadas. A isso se acresce as novas tecnologias da robótica e da microeletrônica na produção, as quais, segundo este autor, se constituem na “nova materialidade” do capital, na perspectiva de enxugar ao máximo o quantum de trabalho vivo necessário a cada uma das etapas do processo produtivo. É importante observar a maneira pela qual se dá nossa subsunção, muitas vezes acriticamente e sem qualquer resistência, às plataformas, cadastros, protocolos, orientações e procedimento metodológicos que nos chegam, prontamente, pela via das políticas sociais. E mais, como estes cadastros, protocolos, orientações e procedimentos metodológicos se estruturam a partir de uma lógica e como incorporam parte de um saber já acumulado pela profissão, ainda que seja por uma tendência tradicional/conservadora, cuja perspectiva é a de controle do usuário, de exercer poder sobre seus dados, corpos, desejos, expectativas, através de medidas corretivas, que objetivam o seu ajustamento ao meio.

Tais tecnologias e sistemas informacionais exercem um fascínio sobre nós, envolvem nossa subjetividade e nos submetem à sua lógica. Não casual que, como nos mostra Alves, esse novo maquinário é chamado de “inteligente”, na medida em que incorpora o saber fazer do/a trabalhador/a. A esta tendência se somam as que, ao nosso ver, já se instalaram na profissão como a da desproteção do trabalho, desespecialização, desprofissionalização e polivalência/multifuncionalidade. Em todas elas, temos notado a abstração dos conteúdos concretos do trabalho. Os profissionais são descaracterizados nas suas especializações, perdendo sua particularidade e todos os trabalhos se tornam homogêneos: acabam sendo nivelados como “gelatinas homogêneas” (MARX, 1988).

No que se refere à degradação das condições de trabalho e sua total desproteção, já estavam em curso formas de contratação inusitadas, sem qualquer vínculo trabalhista, a exemplo das cooperativas de trabalho e dos consultores externos: crescem os vínculos de trabalho instáveis e/ou terceirizados, os quais eliminam os direitos trabalhistas como férias e descanso remunerado, dificultando nossa organização como trabalhadoras assalariadas. Nos Conselhos Regionais vem aumentando as inscrições de profissionais como micro empreendedoras (MEI) ou pessoa jurídica (PJ) para atuar nos mais variados ramos dos serviços: assessorias, treinamentos, *coaching*, terapia familiar, ramos e atividades que, em sua maioria, não constituem em competências profissionais. Além disso, são formas de trabalho que tentam disfarçar o aumento do desemprego, o aprofundamento da precarização, a subcontratação, enfim, os ataques que o trabalho vem sofrendo sistematicamente ante a ofensiva do capital. Esta tendência cada vez mais se configura como forma oculta de trabalho assalariado e que permite a proliferação das distintas formas de flexibilização salarial, funcional ou organizativa e de horários e a ampla extensão da jornada de trabalho, concorrendo ao “Mais trabalho”, segundo a feliz expressão de Sadi Rosso.

Inúmeros são os espaços sócio ocupacionais que vem se utilizando do subterfúgio da contratação de profissionais através de cargos genéricos, o que permite a estas instituições descumprir as legislações protetivas da profissão, dentre elas a garantia das 30 horas e a lei que regulamenta a profissão, ao tempo em que também desobriga a profissional a observar nossas regulamentações e se referenciar pelo nosso Código de Ética profissional.

Com tais condições de trabalho tão flexíveis, que aparentemente facultam a autonomia profissional, muitas vezes somos enredadas pela ideologia do colaboracionismo,

pois que nem sempre nos apercebemos das diferenças entre os objetivos da instituição, as necessidades e demandas dos sujeitos que a procuram e os objetivos e a direção social estratégica da profissão. Outra expressão da degradação do trabalho no nosso exercício profissional é o fato de que dentro de um mesmo espaço laboral, profissionais são contratadas sob distintas formas com salários diferentes para realizar as mesmas atividades, levando a fragmentação da categoria, criando e acirrando disputas internas. A organização do trabalho, ao exigir cada vez mais o cumprimento de metas quantitativas, muitas vezes realizadas sob intensa pressão e assédio, com consequências como queda na qualidade dos serviços, competitividade, maior desgaste profissional, também reforça a fragmentação da categoria, já que nessa forma de remuneração prioriza-se o esforço individual do trabalhador.

Em pesquisa concluída no ano de 2018 sobre as novas e antigas requisições sócio-profissionais e políticas¹³, identificamos, a exigência de um profissional “genérico”, facilmente adaptável às condições de trabalho adversas, que se expressa por um discurso resiliente, de resignação diante das profundas alterações que vem ocorrendo com o seu trabalho. Abre-se cada vez mais o fosso entre a gestão e a implementação. Assistentes sociais ao serem contratadas como gestoras, muitas vezes perdem a dimensão de que tal cargo integra uma das funções do pleno exercício profissional, cuja totalidade é composta pela concepção, formulação, gestão, execução, monitoramento e avaliação de políticas, programas, projetos e serviços sociais.

A simplificação das atribuições e competências profissionais e sua conversão em “tarefas simples”, e aqui vale a redundância, as

13 Pesquisa integrada realizada através do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD/ Capes, em conjunto com a PUC-SP e UFAL, no período de 2016-2018.

quais tem sido destinadas a assistentes sociais, está no escopo das mudanças no trabalho e afeta o exercício profissional, implicando em profundas mutações sócio-técnicas para a profissão, ficando cada vez mais evidente nas requisições profissionais no âmbito de programas e projetos governamentais¹⁴. A padronização de respostas que surgem no bojo da orientação das políticas evidencia a racionalidade sob a qual estas são estruturadas e exigem soluções protocolares do tipo “se-então”.

Cada vez mais, trata-se de requisições instrumentais que se limitam a solução de problemas, aquilo em outro lugar chamei de Serviço Social de resultados¹⁵, uma vez que as instituições continuam requisitando da profissão

[...] respostas funcionais as situações que não demandam o seu conhecimento interno, mas tão somente a manipulação de variáveis para a consecução de resultados eficazes — o que conta não é a reprodução veraz do processo que leva a um desfecho pretendido, porém, o desfecho em si (NETTO, 1991, p.68).

-
- 14 A exemplo do Programa Criança Feliz do governo Temer (Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016) no qual cabia a assistentes sociais e outros profissionais: supervisionar auxiliares de serviço social ou visitadoras nas visitas sociais para ensinar as mães como cuidar das crianças. A base do programa são visitas domiciliares para orientar comportamentos e valores. Outro Programa nacional é o Educação financeira. Aqui, cabe a todas as profissionais chamadas de técnicas de referência, realizarem as mesmas atividades a despeito de suas formações disciplinares, orientando as usuárias do Programa Bolsa Família a aprender a bem utilizar o recurso e administrar a parte “sobrante”. Importante dizer que ambos os Programas têm metodologias próprias previamente determinadas pela própria política social.
- 15 Cf. Dentre outras obras, o leitor encontrará essa formulação no livro “A Instrumentalidade do Serviço Social”, no qual se discute uma determinada racionalidade que se torna hegemônica na profissão: a razão formal-abstrata. In Guerra, 1995.

A utilização da tecnologia é um tema à parte, pois, ainda carece de aprofundamento. Contudo, a pesquisa citada nos levou a identificar um processo de “dessubjetivação do trabalhador”¹⁶, ou seja, vimos que “a apropriação da subjetividade do trabalhador pelo capital no processo de trabalho, pressupõe a própria negação do elemento constitutivo fundamental da subjetividade, a autonomia” (AUGUSTO, 2009, p. 325). Essa descoberta da pesquisa nos parece central no debate sobre a autonomia relativa do nosso trabalho. Além disso, sua qualificação no âmbito das políticas sociais que se apoia nos discursos da necessidade de uma requalificação para a execução dos “supostos” avanços das políticas sociais, tem se constituído em estratégia ideológica para a captura total da subjetividade de assistentes sociais na construção de um perfil técnico cada vez mais adequado e funcional ao modelo hegemônico¹⁷.

O teletrabalho que já vinha sendo questionado no âmbito de empresas que utilizam assistentes sociais em *call center* para dar orientações aos seus funcionários e famílias, tem se tornado a alternativa do momento da pandemia que pelos seus benefícios

16 Para Augusto: “a dessubjetivação do trabalho é um processo de negação do elemento subjetivo; pelo processo de dessubjetivação o trabalhador é transformado de sujeito em coisa. Se essa transformação já é dada pela simples venda da força de trabalho, seu caráter é aprofundado na medida em que o trabalhador se torna um objeto manipulável pela ciência. Assim, a dessubjetivação do trabalho torna a atividade do trabalhador algo em que esse se vê negado como sujeito. Através da dessubjetivação as potencialidades subjetivas do trabalhador se apresentam como independentes e hostis a ele, como pertencentes a um outro” (2009, p. 323).

17 A título de exemplo remeto as experiências, até certo ponto bem sucedida, do Projeto CapacitaSUAS. Uma crítica a esse tipo de treinamento, ver Guerra (2019).

à lógica do capital tende a se cristalizar, e o que era provisório, excepcional, vai se tornar permanente, usual, habitual, normal.

Outra sorte não poderia seguir a formação profissional diante desta conjuntura marcada pelo aumento do desemprego, precarização do trabalho e adoção de um modelo de políticas sociais esvaziada de qualquer reconhecimento de mérito, de caráter emergencial, assistencialista e que carrega as marcas da cultura do favor e da tutela, prestada por entidades filantrópicas religiosas ou laicas¹⁸, agravada pelo contexto da pandemia. Tais entidades se constituem no espaço perfeito para a contratação informal, terceirizada, sem carteira, e via baixos salários e para o atendimento de requisições meramente instrumentais. Além disso, temos identificado que o modelo de política social vem requisitando uma instrumentalidade conservadora submetida a uma racionalidade reacionária e até anacrônica.

Em verdade, há um novo modelo de trabalhador/a em curso. Em outros lugares já chamamos a atenção para o perfil desespecializado, desregulamentado, desprofissionalizado, polivalente, multifuncional, que serve aos interesses do mercado de trabalho. Chamado a desenvolver competências cada vez mais simplificadas, estimulado por valores individualistas, imediatistas e egocêntricos e ao mesmo tempo resiliente, portador de formação aligeirada que atende as orientações do Banco Mundial e demais organismos multilaterais, este perfil é adequado aos tempos do capital fictício, onde se busca desqualificar o trabalho e eliminar o máximo de força de trabalho viva.

O Programa do presidente eleito no que concerne à educação, desde a campanha já mostrava seus fundamentos e

18 O Ministério da Cidadania assinou contrato com 216 comunidades terapêuticas para atendimento da Política de Álcool, Droga e outras em instituições religiosas ligadas a igreja católica e evangélica.

vínculos estreitos com o documento do Banco Mundial intitulado “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”. Que medidas são essas? De maneira geral podemos indicar: valorização do ensino a distância em todos os níveis; privatização e parcerias com o setor privado como mecanismo prioritário de obtenção de recursos (a ex. do Projeto Future-se); combate às cotas raciais; fomento do empreendedorismo, produtivismo e centralidade do mercado nas atividades do ensino superior; defesa do tecnicismo como contrapeso ao suposto predomínio da doutrinação na educação, o fim do ensino público e gratuito, especialmente, o universitário graduado e pós-graduado. Importante lembrar que se todos os governos vêm reduzindo seus gastos com a educação, o governo Bolsonaro aprofundou os cortes no orçamento da educação e de bolsas, com o argumento de que se tratava de bolsas ociosas. Estão fazendo tudo para inviabilizar a educação pública. Existem ameaças de suspensão de recursos e bolsas para pesquisa, restrição da autonomia universitária, nomeando interventores por todo Brasil. Mas o que importa é que há um projeto de acabar com a gratuidade na pós-graduação. Este projeto propõe que as universidades sejam regidas pelas Organizações Sociais que gerenciam as universidades via contratos de gestão. Também é importante ressaltar o papel das Fundações de apoio. Com o discurso de fortalecer a autônoma financeira das universidades o que o projeto pretende, na verdade, é buscar investimento do setor privado, fomentando novas fontes de recursos para as universidades públicas. Desde meados dos anos de 1990 está em curso uma tendência que Marilena Chauí (2001) chamou de “universidade operacional”. Este projeto visa transformar a universidade, que tradicionalmente se constitui em uma “instituição social” voltada para a universalidade, em uma organização social. Segundo a autora, a organização social tem a

si mesma como referência, numa lógica de mercado que valoriza o quanto se produz, em quanto tempo e qual o custo do que é produzido, balizada por uma racionalidade do contador ou o cálculo do auditor. Ao contrário da universidade como instituição social, tendo a sociedade e seus valores como referência e a preocupação com a produção qualificada sob critérios da sua relevância social, a universidade operacional é gerida pela racionalidade do mercado, cujo projeto é formar o perfil de profissional adequado e funcional ao contexto sócio-histórico. Outro elemento que nos ajuda a ver a universidade operacional é que ela é administrada por contratos de gestão, mantida pelas Fundações e pela comunidade (através de trabalho volitivo). Tem se constituído também novas profissões no âmbito da execução/gestão de políticas sociais e políticas públicas.

A Política de Pós-Graduação talvez seja a que vem, e certamente assim continuará, sofrendo transformações substantivas, se aproximando cada vez mais dos interesses do capital. O PNPG 2011-2020 tem sido atacado em várias dimensões. Somente neste ano tivemos em fevereiro a nomeação do novo presidente da CAPES, o prof. Benedito Guimarães Aguiar Neto¹⁹; a Portaria 34 de 09 de março de 2020 que modifica o modelo de distribuição de bolsas de pós-graduação e impõe drástica redução, especialmente, aos programas com nota 3 e 4; a Portaria 343 de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação

19 De acordo com seu Currículo Lattes, faço notar alguns dados do perfil acadêmico do prof. Benedito Aguiar: professor titular aposentado do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Campina Grande, foi Reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, SP; Presidente da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (ABIEE) e atualmente é seu Vice. Dentre suas áreas de interesse, destaco a de Gestão da Inovação, Educação e Empreendedorismo.

de pandemia do novo coronavírus (COVID-19)²⁰; a Portaria 70 de junho de 2020 que estabelece normas para o funcionamento dos polos que irão oferecer cursos de pós-graduação *stricto sensu* no modelo de educação a distância (EaD).

É importante registrar que essa Portaria adota critérios amplos e flexíveis, descartando aqueles construídos coletivamente definidos por um GT que havia sido criado para estudar e deliberar sobre a modalidade do EaD; a Portaria 71 de 10 de junho de 2020, que, entre outras medidas, propõe uma nova classificação das atuais áreas de produção de conhecimento, o que levará à redução no número de áreas, sob o argumento a interdisciplinaridade. Há um novo sistema sendo idealizado para a Avaliação da Pós-Graduação e está em curso, também, a alteração significativa nos Sistema *Qualis* das áreas, na perspectiva de uma uniformização, que é também uma iniciativa bastante perigosa, pois a tendência é de que as áreas das Ciências Humanas e Sociais, especialmente, as aplicadas, tenham que se submeter aos critérios das ciências “duras”.²¹ Os mestrados e doutorados profissionais, além dos a distância, obedecem a lógica da “auto sustentabilidade”, também,

20 Nem é preciso muitos argumentos para alertar o quanto essa Portaria põe em risco a garantirá da qualidade das pós-graduações, a atividade docente e a de técnico-administrativos, abrindo a possibilidade de converter o que é excepcional em permanente.

21 Com essa mudança, todos os periódicos acadêmicos serão classificados de acordo com índices bibliométricos e estes consideram o número de citações do periódico dentro de três bases: *Scopus* (CiteScore), *Web of Science* (Fator de Impacto) e *Google Scholar* (índice h5), com classificação única para os periódicos de todas as áreas, anulando as particularidades das áreas e de suas produções e levando a uma comparação distorcida, que não leva em conta ritmo, tempo e dinâmica da produção distinta das mesmas. A esse respeito, o artigo “O rei está nu, mas segue impávido: os abusos da bibliometria na avaliação da ciência”, de Kenneth Camargo. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/2653/265319560003.pdf>. Acesso em junho de 2020.

apontam para um nicho de mercado, aligeirando a formação de pós-graduação.

Em outra agência, CNPq, o fomento a Bolsas para a Pós-Graduação e para a Pesquisa também sofreu alterações. A destinação de Bolsas para mestrado e doutorado, diretamente aos Programas passa, a partir deste ano, exigir dos PPGs a participação em edital específico de apoio a projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação (Edital 25/2020) “de excelência”, “com foco em resultados e solução de problemas socioeconômicos do país”. Neste Edital, fica claro que as pesquisas deverão “apresentar grau de aderência a uma das áreas Prioritárias do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovações e remete a Portaria do MCTI nº 1.122/2020 (com texto alterado pela Portaria MCTI nº 1.329/2020)²². Essa decisão é parte da política da agência e se complementa com as atuais mudanças nos critérios para concessão de Bolsa de Produtividade em Pesquisa que na última chamada (06/2020) teve a inclusão dos seguintes itens: grau de aderência do projeto às Áreas: Estratégicas, Habilitadoras, de Produção, para Desenvolvimento Sustentável e para Qualidade de Vida, com peso 2, (o segundo maior dentre os indicados na chamada); e, grau de aderência do projeto à ciência básica e fundamental e interação com outros grupos e redes de pesquisa, com peso 1. No que se refere aos padrões de avaliação de projetos, a nova normatização do Ministério da Ciência e Tecnologia passa

22 Embora não seja o lugar para uma análise da Portaria, é importante indicar que ela define 5 áreas prioritárias: I - Estratégicas; II - Habilitadoras; III - de Produção; IV - para Desenvolvimento Sustentável; V - para Qualidade de Vida. Contudo, alguns dias após, foi publicada a Portaria 1.329 que incluiu o seguinte texto: “São também considerados prioritários, diante de sua característica essencial e transversal, os projetos de pesquisa Básica, Humanidades e Ciências Sociais que contribuam para o desenvolvimento das áreas definidas nos incisos I a V do caput”.

a priorizar o que vem chamando de “aplicabilidade da pesquisa”, com todas as suas consequências.

Considerações Finais

Iniciamos estas reflexões indicando a crise sem precedentes que a pandemia da COVID 19 encontra, especialmente no Brasil, e desnuda todas as nossas mazelas. Mostra as vísceras do capitalismo e expõe ao máximo as fragilidades do seu atual modelo baseado na hegemonia do capital financeiro, cujo principal e mais perverso efeito é tanto reduzir o trabalho vivo ao mínimo necessário à sobrevivência do sistema, quanto jogar todas as suas fichas nas estratégias de convencimento de que é possível a sobrevivência do sistema sem o trabalho. Na sequência das estratégias de desqualificação do trabalho, ao contingente de desempregados é atribuída a responsabilidade pela sua situação, exigindo-lhe mudanças comportamentais frente à situação de desemprego.

Apontamos, também, como uma certa novidade, uma das formas de captura da subjetividade do e da trabalhador/a: o processo de dessubjetivação que ocorre quando da utilização da tecnologia a qual, em que pese ter sido construída pelo trabalho humano e balizada pelo “como fazer” das diversas especializações do trabalho, subsume essa força de trabalho de modo a retirar-lhe toda a sua capacidade intelectual e autonomia de decisões e atitudes/posturas no trabalho, suprimindo as particularidades e eliminando competências básicas, o que expressa o perfil de trabalhador/a que vem se forjando, as mutações, metamorfoses e morfologias, já fortemente apresentadas no debate contemporâneo.

Indicamos, ainda, que de maneira breve, os desafios postos pelo atual governo, no que diz respeito ao trabalho, em razão de todas as reformas gerenciais e reacionárias que estamos vivendo (trabalhista, previdenciária, administrativa, em relação ao congelamento de gastos). No âmbito das políticas sociais, medidas extremamente conservadoras e que recupera o darwinismo social²³, e a formação de um modo geral, expressa toda obtusidade possível: o obscurantismo, o antiintelectualismo, o fundamentalismo e, mais do que isso, uma apologia à ignorância. Tais tendências desqualificam as Ciências Humanas e se aliam a expressões de racismo, machismo, patriarcalismos, numa verdadeira guerra cultural com a ciência, com as políticas sociais públicas, em especial, a educação gratuita, laica, democrática. Posturas preconceituosas e discriminatórias estão expressas na fala de ministros/as e encontram sintonia com amplos segmentos da sociedade.

Não é casual que nesta conjuntura apareçam para o Serviço Social em vários espaços sócio-ocupacionais novas demandas de intervenções não apenas pontuais, autonomizadas e isoladas junto às famílias, ações de responsabilidade individual e/ou social. Aguça-se, portanto, referendado pela via da própria política pública, uma perspectiva de psicologização, de disciplinamento, moralizadora e de correção comportamental, que, no limite, criminaliza a população pobre, negra, indígena, quilombola, migrante, periférica, ribeirinha. Indicamos algumas mutações sócio técnicas no perfil profissional que se combinam com a precarização da formação e com a modalidade que tem sido hegemônica nos últimos anos: o chamado EAD.

23 É preciso lembrar que o pensamento liberal encara a desigualdade como virtude que permite que os sujeitos tornem-se proativos, competidores. A riqueza é mérito pessoal.

Consideramos que é prematuro falar em período pós-pandemia, pois sequer sabemos se haverá um “pós”. Ainda assim, algumas tendências se avizinham e é inegável que está em curso um novo projeto de educação, no qual a função social do professor está em xeque. Em nome de “novos processos de ensino-aprendizagem” o que temos é a transformação profunda do papel do educador. Muitos estudiosos vêm afirmando que o Ensino Remoto Emergencial (ERE) é o laboratório que prepara as mudanças necessárias e combina com a tendência desse governo mencionada linhas atrás, daí ser imperativo construirmos a resistência ao ensino híbrido e à naturalização da lógica mercantil, enfrentando esse “discurso” governamental (e por que não chamá-lo de mantra) de negação da razão.

Todavia, mostramos também como a pandemia aguçou as contradições, expôs a desigualdade e todas as mazelas do capitalismo e a perspectiva destrutiva do capital que não tem limites, dentre elas o neoliberalismo que é o projeto do grande capital. Mostrou a importância das políticas públicas de saúde, saneamento básico, habitação digna, assistência social, educação pública, publicização dos meios tecnológicos e da mídia. Obrigou os governos a destinarem recursos aos programas emergenciais. Em todos os aspectos a grande maioria dos governos foi forçada a intervir, “flexibilizando” suas abordagens neoliberais. Na profissão, por sua vez, as *lives* vem dando muita visibilidade e mostrando a importância do trabalho de assistentes sociais nesse contexto. Duas lições os depoimentos nos colocam: os posicionamentos firmes e em tempo hábil das entidades da categoria e a fecundidade do trabalho coletivo.

Assim, com a pandemia aprendemos “na marra” que o antídoto contra o eu do neoliberalismo e do isolacionismo é o nós da identidade e da solidariedade de classe. O antídoto contra a ideologia do empreendedorismo e do “faça você mesma”, é a

resistência coletiva. Contra o discurso da pró-atividade do sujeito individual é a organização e mobilização dos sujeitos coletivos. Contra o perfil resiliente, adaptativo e cordato é o perfil de assistentes sociais resistentes que se organizam coletivamente.

Se de alguma coisa a pandemia nos serviu foi nos fazer aprender a lição de que nossa resistência está no coletivo. Ninguém resiste sozinho. A fórmula não é nova, mas não inventaram outra. Tem sido a nossa capacidade intelectual e política o que vem nos permitido manter certa autonomia, reconhecimento e legitimidade técnica. A lição é antiga. Só nos resta aprender.

Referências

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho no Brasil. Reestruturação e precariedade. **Revista Nueva Sociedad**. NUSO, nº junho 2012. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000200003.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em setembro de 2020.

AUGUSTO, A. G. A dessubjetivação do trabalho: o homem como objeto da tecnologia. **Revista Economia contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 309-328, maio/ago. 2009.

CAMARGO, K. **O rei está nu, mas segue impávido**: os abusos da bibliometria na avaliação da ciência. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/2653/265319560003.pdf>. Acesso em junho de 2020.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização e efeitos econômicos e políticos. In: **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

GUERRA, Y. Desafios para o Serviço Social na Seguridade Social: formação nas políticas ou para as políticas? In: GUERRA, Y.; LEITE, J. L.; ORTIZ, F. G. **Temas contemporâneos em Serviço Social: uma análise de seus fundamentos**. Campinas-SP: Papel Social, 2019.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: O Processo Global de Produção Capitalista**. livro III, vol.V. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1990.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, J. P. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012.

PONTES, R. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez 1995.

ROSSO, S. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

SALVADOR, E. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serv. Soc. Soc.** n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010. São Paulo: Cortez Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/02.pdf>. Acesso: outubro de 2020.

ZIEGLER, J. **Destruição em massa:** geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.

A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO ULTRANEOLIBERAL

Joana Valente Santana

Inez Stampa

Denise Bomtempo Birche de Carvalho

Introdução

Na conjuntura em que vivemos no Brasil tem havido, por parte dos setores conservadores, uma desqualificação da produção do conhecimento que se oriente à defesa dos valores humanos e à defesa da natureza. Como parte desse mesmo movimento, tem ocorrido uma apologia à ignorância e um convite ao total irracionalismo no modo de interpretação da realidade, processos que são funcionais à defesa da ordem burguesa e das frações parasitárias do capital em um quadro societário global de grave crise econômica, política e sanitária.

Neste particular, as áreas das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas – nesta última onde se insere o Serviço Social,

sofrem graves ataques do atual governo federal. Essas áreas de conhecimento, guardadas as diferenças entre elas, em sua maioria, voltam seus estudos e proposições para os interesses da vida social, e questionam as diversas contradições inerentes ao modo de produção capitalista que, na prática concreta, não permite aos trabalhadores o acesso aos bens e serviços produzidos pela sociedade.

Este texto busca apresentar reflexões sobre a pós-graduação no Brasil no contexto do neoliberalismo. Para tanto, discute a questão da educação no contexto ultraneoliberal; o desfinanciamento das instituições de pesquisa e pós-graduação no Brasil; e o Serviço Social no contexto da pós-graduação brasileira.

Educação e contexto ultraneoliberal

Ao se proceder à análise do processo de recomposição do capital e seus rebatimentos na política educacional brasileira, tendo em conta a centralidade que a educação vem assumindo no discurso de organismos internacionais, sobretudo a partir da década de 1990, observa-se o desacordo entre o novo perfil de mão-de-obra demandado pelas mudanças ocorridas no mundo do trabalho (IANNI, 1994; STAMPA, 2012) e a formação oferecida nas instituições educacionais da virada do século.

Nesse cenário, a qualidade – processual, contextual e transformadora – é abstraída e esvaziada, sendo reduzida a elemento de retórica, e assumindo a função ideológica de contribuir para o fortalecimento dos projetos de educação e de sociedade vigentes. Em suma, a política de educação adquire novos contornos frente às mudanças ocorridas na sociedade. Com isso, parece-nos impertinente tratar o tema sem referi-lo ao conjunto complexo das relações sociais e às contradições existentes em nossa sociedade.

Não há dúvida de que nos encontramos num momento de crise flagrante, caracterizado por Gramsci (1988) como sendo uma situação onde velhas relações não se esgotaram ou não morreram e as novas ainda não puderam nascer. Nessas circunstâncias, lembra-nos Gramsci, o risco é o do surgimento dos mais diversos comportamentos mórbidos. E esta morbidez, sem dúvida, explicita-se hoje tanto no processo material concreto das contrarreformas conduzidas no país sob a lógica da globalização excludente, quanto pela superestrutura ideológica do neoliberalismo¹ radicalizado (ou ultraneoliberalismo), que lhes dá sustentação.

Ao fazermos referência à sociedade capitalista, falamos da sociabilidade cujo objetivo fundamental é produzir para acumular, concentrar e centralizar capital (MARX, 2013). Contudo, exatamente por ser um modo de produção voltado para o lucro e este implicar a exclusão de concorrentes e a exploração dos trabalhadores – no caso do Brasil, da superexploração, pela nossa condição de capitalismo dependente (MARINI, 2000) –, o capitalismo é um sistema que tende a crises cada vez mais profundas. E crise, para o capital, resulta da incapacidade de o sistema fazer circular, isto é, consumir as mercadorias produzidas. Por essa razão, por mais paradoxal que pareça, crise para o capital resulta não de escassez de mercadorias, mas sim da superprodução (MANDEL, 1985). Também, por isso, o capital precisa expandir-

1 O neoliberalismo é uma concepção político-ideológica segundo a qual o mercado se traduz em um valor incontestável, de modo que qualquer empecilho à livre circulação de mercadorias é visto como ameaça ao equilíbrio das forças sociais. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 15), é uma forma de governança e de intervenção que depende crucialmente de uma ação estatal abrangente, razão pela qual definem o neoliberalismo “como o conjunto de discursos, práticas, dispositivos, que determinam um novo governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”, pois a extensão da lógica do mercado se dá por meio da transformação do Estado.

se, buscar mercados externos - parte da explicação da nossa condição de dependência.

Vista desse modo, a crise não é algo passageiro, mas elemento estrutural do capitalismo. As crises se manifestam ciclicamente (MANDEL, 1985) e a manutenção do sistema demanda formas para o seu enfrentamento. Ou seja, há nos períodos de crise uma recomposição dos interesses capitalistas e da própria classe trabalhadora na luta por seus direitos. Tomando como referência a análise feita por Hobsbawm (1995), verifica-se que chegamos ao fim do século XX enfrentando o velho dilema do seu início: socialismo ou barbárie. E, neste início de século XXI, a barbárie já mostra despidoradamente as suas garras.

Netto (1993, p. 83-84) já vislumbrava, desde o início da década de 1990, que a crise contemporânea seguramente derivaria na barbárie se o movimento do capital fosse liberado, como pretendia a programática neoliberal de regulações submetidas ao jogo da democracia política. “É plausível um cenário tal de cronificação da crise que torne a barbarização da vida social um dado banal da cotidianidade, com implicações muito pouco imagináveis para o desenvolvimento humano genérico da sociedade”.

Para entender melhor a saída perversa sob a sustentação do ideário neoliberal, é preciso compreender que o que se vive é um retrocesso em relação às saídas que o capitalismo encontrou para a crise de 1929, isto é, a forma de regulação social baseada, de forma geral, no keynesianismo. No caso do Brasil, o Estado de Bem-Estar Social não se concretizou. Todavia, com os acontecimentos ocorridos nos anos 1980², instalou-se uma situação de posituação de mais direitos sociais, o que durou muito pouco, pois logo em

2 Referimo-nos aos chamados novos movimentos sociais, ao sindicalismo combativo, à presença significativa de partidos de esquerda e à promulgação da Constituição Federal de 1988.

seguida deflagrou-se o processo de “revisão” constitucional e teve início a revogação dos direitos conquistados, em nome da “crise fiscal”, da “globalização” e da “reestruturação produtiva”. A retirada de direitos avançou ao longo dos anos e, hoje, a Constituição Federal de 1988 se encontra bastante “remendada” pelos inúmeros Projetos de Emenda Constitucional (PEC), Projetos de Lei (PL) e Emendas Constitucionais (EC), que se tornaram muito comuns em tempos de contrarreforma trabalhista e da previdência, por exemplo.

Os resultados revelam a “destruição das frágeis conquistas democráticas consignadas na Constituição, praticada pelo Estado ou com o seu aval” (PEREIRA, 2012, p. 740), colocando em xeque duas importantes estratégias progressistas que envolveram a reivindicação de um orçamento próprio para a educação e para a seguridade social, assim como a garantia do controle democrático sobre os investimentos nas políticas sociais, e que evitariam desvios para a área econômica. Ou seja, as contrarreformas trabalhistas³ e da previdência⁴, associadas ao ajuste do Brasil ao capitalismo financeirizado⁵ no contexto da crise, vêm acarretando, dentre outros, o desmonte da educação e da seguridade social (STAMPA; LOLE, 2018).

A busca de recomposição pelo capital, que de muito já era internacionalizado, dá-se mediante a mundialização do mercado.

3 Da qual a Lei nº 13.467 de 2017, é exemplo claro. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as Leis nº 6.019 de 1974, 8.036 de 1990, e 8.212 de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

4 Emenda Constitucional nº 103 de 2019, que altera o sistema de Previdência Social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.

5 Aqui se destaca a EC nº 95 de 15/12/2016, que instituiu o novo regime fiscal que congela as despesas do governo federal, por até 20 anos, impactando diretamente a educação e a seguridade social. Esta medida é exemplo de como a lógica fiscal adquire preponderância sobre os direitos sociais. A política de austeridade não toca nos interesses do capital, ao contrário, os preservam e os garantem no âmbito do Estado.

O capital rompe as fronteiras nacionais e constitui-se num poder global, drenando a maior parte do fundo público nessa recomposição. Trata-se de deixar o mercado livre para ser o grande regulador das relações sociais e, conseqüentemente, prega-se o Estado articulador e financiador da recomposição capitalista.

Embora os governos petistas (2003-2016) tenham dado continuidade à política macroeconômica de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), as forças que protagonizaram o ajuste estrutural na década de 1990 representam a “minoria prepotente” (IANNI, 1971), cujo fundamento é o liberalismo conservador, que busca desmontar a face social do Estado e ampliar a face que garante o grande capital. Os ajustes efetuados na primeira década dos 2000 se diferenciam dos da década anterior sob vários aspectos, entre os quais destacamos os programas sociais, lembrando Bertolt Brecht: “Para quem tem boa posição, falar de comida é coisa baixa. É compreensível: já que eles comeram”.⁶

Os governos petistas não venderam a nação e trouxeram avanços para o plano social, sobretudo para os “miseráveis”, mas as estruturas que produzem a desigualdade não foram rompidas. E a “minoria prepotente” retornou com o seu furor renovado, sob as bênçãos dos governos conservadores de Michel Temer (2016-2018) e do ultraneoliberal Jair Bolsonaro (2019-), este último protegido por uma “aliança fortíssima entre o Judiciário, Ministério Público e militares” (AVRITZER, 2019, p. 2). A crise política e econômica e a ofensiva sobre os trabalhadores se agravam, com cortes cada vez mais profundos nas políticas sociais, dentre elas a educação.

Com base na direção “indicada” pelos organismos multilaterais e no cenário de recomposição capitalista em curso, buscamos, ainda que de forma breve, abordar as relações entre sociedade, educação e neoliberalismo.

6 *Die Hauspostille* (Breviário Doméstico), 1927.

Como aspectos mais gerais, apontamos o caráter reprodutor do fenômeno educativo em sua ambivalência ontológica no que se refere ao atendimento das exigências neoliberais para a educação formal. Do mesmo modo, observamos que as práticas educativas de caráter mercadológico aprofundam as desigualdades históricas existentes em nossa sociedade, “alargando a distância entre os muitos que possuem pouco e os poucos que possuem muito” (LIMA; LOPES, 2016, p. 7).

Partindo desses pressupostos, entendemos que a educação vem respondendo, progressivamente, às principais exigências da ideologia neoliberal, como por exemplo: a adoção do discurso da “qualidade total”; a ênfase em um processo educativo centrado no ensino de competências e habilidades para a entrada no mercado de trabalho; e o treinamento dos indivíduos para a mera aquisição das técnicas necessárias ao “saber-fazer” em detrimento da importante articulação com o “pensar sobre o fazer”. Nesse sentido, tendo em conta a direção que a educação formal vem assumindo frente à hegemonia do neoliberalismo, cabe perguntar: a quem a educação atende? e como atende?

Esse entendimento nos permite observar como o gerencialismo na educação serve para a intensificação das desigualdades socioeducacionais, levando-nos a entender também o fato de que se reforçou um padrão histórico de discriminação relacionado ao acesso e à permanência das camadas pobres da população nos sistemas de ensino conduzidos pelas “políticas públicas” emergentes do neoliberalismo.

Acompanhando esse argumento, é importante destacar que a ingerência das grandes corporações financeiras na construção de diretrizes para a educação formal, como as deliberadas pelo Banco Mundial, por exemplo, caminha na efetiva consolidação do projeto hegemônico de sociedade e de educação, não favorecendo

o desencadeamento da formação como estímulo do pensar crítico-atuante.

No plano cultural e ético-político, veicula-se à larga a ideia de que as relações sociais capitalistas são as únicas possíveis e desejáveis, que as diferenças (leia-se desigualdades) são naturais e saudáveis, e que só a liberdade do mercado leva à prosperidade. Como vem repetindo cotidianamente o atual governo, ao defender as práticas neoliberais no país, trata-se de medidas duras, mas inevitáveis se quisermos compartilhar de perspectivas de futuro.

No plano educacional, as consequências do ajuste que se vem operando no país, desde a década de 1990, dão-se de forma clara e em várias dimensões. As propostas sobre tele-educação, vídeo-escola, multimídia, ensino a distância, por exemplo, se descoladas de um processo de construção efetiva do conhecimento e sem profissionais com base teórica e prática, não vão além de uma política de educação compensatória, e ainda podem se constituir apenas em simuladores, contribuindo para dificultar o processo de conhecimento. Não se trata de negar a tecnologia, mas a forma social e pedagógica como tais políticas a vêm usando. No caso das universidades, vivem-se ainda problemas resultantes da Reforma Universitária de 1968, a qual deixou uma marca economicista e tecnocrática nos processos educativos.

A esses elementos, acrescenta-se o sucateamento da universidade pública, atualmente marcado pelos problemas de ausência de recursos, pelo crescimento espantoso da rede privada de ensino superior, pelo corte de direitos sociais adquiridos por docentes e técnicos e administrativos, pelo não reconhecimento do movimento organizado de docentes e do corpo técnico-administrativo em luta pela democracia interna (conquista da autonomia da universidade), pelas perdas salariais, e, ainda, pelo crescimento de relações trabalhistas pautadas em contratos de trabalho precários.

Aliada a toda essa problemática, enfrenta-se também a velha tradição, em que o Estado foi frequentemente requisitado para inibir as elaborações e manifestações culturais que incidissem na formulação de projetos societários contra hegemônicos à ordem burguesa (NETTO, 1996). Essa característica, inclusive, remete à perspectiva atual de buscar enquadrar a produção intelectual à lógica da produção de mercadoria. Observa-se esse aspecto na tentativa de subordinação dos processos de formação e conhecimento à lógica da produção e do mercado em contraposição a uma perspectiva democrática, sobretudo em vista da valorização da questão da competitividade. Há uma transposição da lógica da produção para a universidade, como se esta pudesse se converter numa unidade produtiva de mercadorias.

Ressalta-se, então, a função social da universidade e a urgência de ela rever-se e reorientar-se na direção de uma superação global, conforme analisa Cortella (1993). Essa urgência é ainda maior na universidade pública que, além de seu sustento pela quase totalidade dos que a ela quase não tem acesso, deve configurar-se como o *locus* privilegiado, não exclusivo, para o enfrentamento de tal *apartheid* social.

Nesse sentido, um dos grandes desafios a serem enfrentados, é a formação de profissionais que, além do domínio técnico e científico, seja realmente um intelectual que possa atuar numa perspectiva de construção de um projeto social democrático e solidário. E essa tarefa não pode ser delegada à sociedade em geral. O espaço adequado e específico de seu desenvolvimento é, fundamentalmente, a escola e a universidade, que não se confunde com cursos livres ou comércio de diplomas no mercado nacional.

Assim, a relação entre educação e sociabilidade capitalista torna-se de interesse, pois se reflete diretamente no campo das relações sociais. Por essa mesma razão, relaciona-se também à

manutenção ou à transformação do projeto de sociedade que se almeja.

Desfinanciamento das instituições de pesquisa e da pós-graduação no Brasil

Na conjuntura atual, o ultraconservadorismo neoliberal se expressa nas concepções e práticas da extrema direita mundial e nacional. Seguindo essa tendência, o Estado brasileiro vem desconstruindo as instâncias democráticas com o desmonte do pacto federativo expresso na Constituição Federal de 1988 e, em seu lugar, vem desenvolvendo práticas autoritárias com graves violações dos direitos humanos.

Como afirma Ouriques (2019), temos, na atualidade, o avanço das frações ultraparazitárias do liberalismo brasileiro que tomam de assalto o Estado. Há o avanço de proposta protofascista⁷ e ultraliberal com ataque às instituições públicas. O atual presidente, Jair Bolsonaro, expressa uma “coesão burguesa entre a fração agrária, a fração comercial, a fração industrial residual e comandada pelos interesses financeiros do sistema bancário” (OURIQUES, 2019, s.p.).

Dentre as diversas expressões do ultraneoliberalismo no Brasil destacam-se o desmonte do ensino público, a desqualificação das instituições de ensino superior e, particularmente, a desqualificação e o desfinanciamento das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas.

7 “Trata-se do estágio rudimentar, inicial ou mais primitivo, do fascismo implementado na Itália por Benito Mussolini. Sistema político que se pauta no fascismo, no despotismo, na violência, na censura, caracterizado por um governo antidemocrático ou ditatorial”. Cf. Dicio. Dicionário *on line* de português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/protofascismo/>. Acesso em: 29 set. 2020.

Segundo Leher (2019), no momento atual há um “elemento ideológico de justificação assentadas em formas de pensar o mundo que são irracionalistas, antiseclaristas e hostis à perspectiva de laicidade das coisas públicas” (LEHER, 2019, s.p.). As universidades passam a ser desqualificadas, apontadas como um lugar de balbúrdia, de plantação e consumo de maconha, de doutrinação marxista. Em lugar do debate de natureza científica e histórica defende-se a ignorância humana com retrocessos ao irracionalismo e obscurantismo no pensamento, onde são questionadas verdades, descobertas científicas e fatos históricos. O terraplanismo, o questionamento da validade das vacinas e a negação do caráter ditatorial do regime militar no Brasil são exemplos de desqualificação do conhecimento científico.

A concepção e a prática governamentais incidem na substituição do pensamento científico por formas intensamente degradadas de posições teocêntricas e o retorno da forte tensão, no interior dos processos educativos, entre o criacionismo e a teoria da evolução, com forte defesa do positivismo (a exemplo do movimento “Escola sem Partido” e o “Novo Ensino Médio”). O slogan “Brasil, acima de tudo, Deus acima de todos” é clara expressão do conservadorismo que retoma princípios orientadores da vida em sociedades pretéritas à modernidade.

Desta forma, o governo federal vem enfraquecendo a substância, o núcleo essencial das instituições que sustentam a produção do conhecimento no Brasil, pela via do desfinanciamento, a exemplo do que tem ocorrido com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ (Capes) do Ministério da Educação (MEC), com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do MCTI e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do Ministério da Economia.

A desqualificação do ensino superior é um fenômeno aparente que esconde reais determinações, que dizem respeito ao concreto corte de recursos para as universidades e instituições de pesquisa no contexto do radical ajuste nas contas públicas e o incentivo à ampliação da privatização do ensino – conforme discutido no item anterior -, ou seja, há uma articulação entre a questão ideológica e econômica na orientação do governo, havendo uma mediação entre a desqualificação, o desfinanciamento e a privatização.

O Gráfico 1 mostra o desfinanciamento da pesquisa científica e tecnológica no Brasil, no período de 2000 a 2020, em relação às principais agências de fomento (CNPq, FNDCT e Capes), principalmente nos governos conservadores a partir de 2015, cujo orçamento retrocede ao patamar do início dos anos 2000.

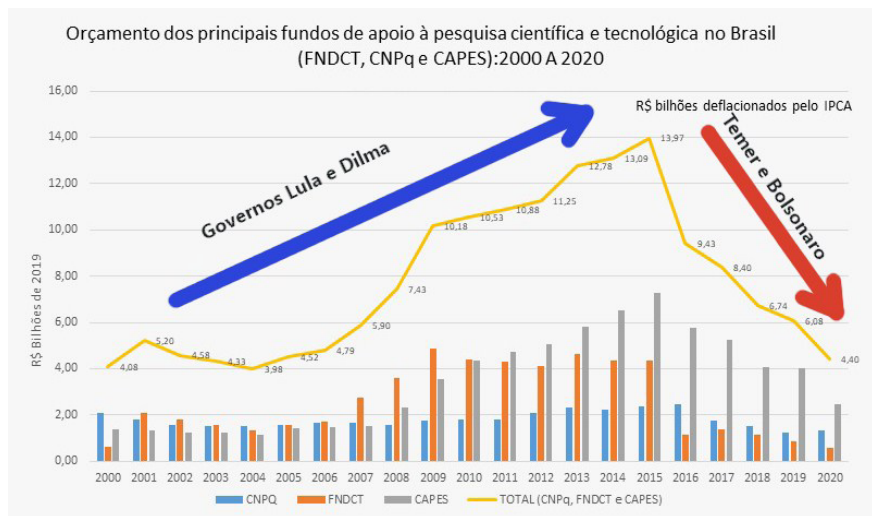
Na educação superior pública, o governo Jair Bolsonaro intensifica um projeto já em curso no país (especialmente na graduação), que diz respeito ao desmonte do financiamento do ensino superior público e o correlato impulso à privatização, processos absolutamente interligados.

Com base em Braga (2014), Sguissardi (2015) aponta que os maiores grupos educacionais, no Brasil, pertencem a empresas do setor financeiro. A maioria possui fundo ou banco de investimentos na estrutura da empresa. Dos cinco maiores grupos – Estácio, Universidade Paulista (UNIP), Anhanguera, Kroton e Laureate⁸,

8 “A Estácio é administrada pelo fundo GP [...]; a Anhanguera pelo banco Pátria [...]; a Kroton pela *Advent International* [...], e a Laureate pelo fundo americano KKR [...]. Além destes, vários outros fundos de investimentos estão presentes na educação brasileira, tais como *Cartesian Group* [...] na Faculdade Maurício de Nassau, o *Capital Group* [...] no Grupo Ibmecc, o *Fama* [...] na SEB (COC), o banco americano *Best Associates* (Texas) [...] no Centro Universitário Jorge Amado, entre outros. (BRAGA, 2014, apud SGUISSARDI, 2014, p. 162)” (SGUISSARDI, 2015, p. 872).

apenas a UNIP não possui na sua gestão o setor financeiro⁹. O que é importante destacar é que o processo de privatização do ensino – já fortemente visto na graduação, – avança com maior intensidade para a pós-graduação.

Gráfico 1 - Orçamento dos principais fundos de apoio à pesquisa científica e tecnológica no Brasil (FNDCT, CNPq e Capes): 2000 a 2020¹⁰



Fonte: SIOF. Elaboração: Fernanda De Negri / Ipea, 2019.

- 9 A UNIP é uma universidade privada brasileira, sediada em São Paulo com campos espalhados por todo o Estado e ainda em Goiás, Amazonas e no Distrito Federal. No Ensino a Distância (EaD), a instituição atua desde 2004, possuindo presença em todo o território nacional. Foi criada em novembro de 1988, a partir da fusão do Instituto Unificado Paulista, do Instituto de Ensino de Engenharia Paulista e o do Instituto de Odontologia Paulista. Sua propriedade é do empresário brasileiro João Carlos Di Genio, que fundou e preside o Grupo Objetivo. Fonte: <https://www.unip.br/>. Acesso em: 26 set. 2020.
- 10 Valores totais previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de cada ano, excluídas as reservas de contingência. Fonte: SIOF. Elaboração: Fernanda De Negri / Ipea. Cf. Herton Escobar. Pesquisadores alertam para risco de desmonte da ciência no Brasil – 11/10/2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/politicas-cientificas/pesquisadores-alertam-para-risco-de-desmonte-da-ciencia-no-brasil/> Acesso em 29 set. 2020

Nesse contexto, destaca-se a publicação da Portaria da Capes nº 90, de 24 de abril de 2019, que dispõe sobre os programas de pós-graduação (PPGs) *stricto sensu* na modalidade de educação à distância. Essa Portaria amplia a possibilidade de privatização do ensino superior em nível de pós-graduação e foi emitida no contexto do já bastante comprometido financiamento das universidades federais públicas. A esse respeito, Leher (2019, s.p) comenta que “o setor mercantil vai formar a força de trabalho no Brasil, pela modalidade à distância”, o que se configura em perdas irreparáveis na formação superior brasileira, considerando que a educação à distância se estrutura, dentre outros aspectos, pela contratação precária da força de trabalho docente e por frágeis conteúdos curriculares na formação discente.

Além disso, registra-se como exemplo de fragilização das instituições de pesquisa, a alteração, pela Capes, dos critérios para oferta de bolsas (Mestrado e Doutorado) aos programas de pós-graduação. Há uma tendência para o financiamento dos programas melhor avaliados e que possuem doutorado, com claro prejuízo aos programas com nota 3 e 4. A diminuição da oferta de bolsas deverá ter por consequência o desinteresse dos jovens pela pesquisa e carreira docente, fragilizando o quadro geral da pós-graduação no Brasil.

No desenho do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), há uma premência pela exigência de impactos decorrentes da pós-graduação. Há uma direção no discurso do governo federal em afirmar que os PPGs têm formado recursos humanos, preferencialmente, para a pesquisa (e, especialmente, para a docência) e menos para a força de trabalho profissionalizante. A tendência é a exigência de impactos voltados aos interesses das empresas privadas e setores produtivos da economia. Por esse motivo o governo federal questiona o impacto social e econômico

que as pesquisas das humanidades trazem para sociedade, leiam-se impactos no processo produtivo das empresas.

Pós-graduação no Brasil e a Área de Serviço Social

O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), na última quadrienal (2017), possuía 4.175 programas de pós-graduação, referente ao período de 2013 a 2016. Desses programas, 51%, possuíam mestrado e doutorado (2.128); exclusivamente mestrado acadêmico, 30%, (1.270); mestrados profissionais, 17% (703); apenas o curso de doutorado, 2% (74 programas). Em termos de distribuição regional, para o ano de 2017, os PPGs estavam assim distribuídos: 45% (Sudeste); 21% (Sul); 20% (Nordeste); 8% (Centro-Oeste); e 5% (Norte). Em relação às notas, a maioria dos programas encontravam-se, em 2017, entre as notas 3 e 4, sendo 31,9% com nota 3; 35,9% com nota 4; 18,3% com nota 5; 7,1% com nota 6 e 4,4% com nota 7¹¹.

A área de Serviço Social possui 36 Programas de Pós-Graduação (36 Cursos de Mestrado e 20 cursos de Doutorado) na modalidade acadêmica, sendo a única área de avaliação, dentre as 49 da Capes, que não possui programas profissionais¹². Na área, os PPGs são distribuídos regionalmente da seguinte forma: 12 PPGs na Região Sudeste (33,3%), 12 na Região Nordeste (33,3%), 6 na Região Sul (16,6%), 3 na Região Centro-Oeste (8,33%) e 3 na Região Norte (8,33%) (CAPES, 2019).

11 Resultado da Avaliação Quadrienal 2017. Disponível em <http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2>. Acesso em 30 set. 2020.

12 Após a Avaliação Quadrienal de 2017, foram criados três cursos de Mestrado (Universidade Federal de Tocantins/UFT; Universidade Federal da Bahia/UFBA e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/ UFRB) e um curso de Doutorado (Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF).

Em relação às notas, os PPGs da área de Serviço Social acompanham a tendência do quadro de notas no Brasil, isto é, com a maioria dos programas avaliados com as notas 3 e 4, conforme ilustra o quadro 1:

Quadro 1 – Programas da área de Serviço Social e respectivas notas

NOME PPG	NOTA	NÚMERO PPG
UFAM (M), UERN (M), UFPB/JP (M), UEPB (M), FUFSE (M), EMESCAM (M), UFF/SSDR (M), UNIFESP (M), UNIOESTE (M), UFRGS (M), UFMT (M), PUC-GOIÁS (M).	3	12
UFPA (M/D), FUFPI (M/D), UECE (M), UFRN (M/D), UFAL (M/D), UFF/PS (M/D), UFV (M/D), UFJF (M/D), UNESP/FR (M/D), UEL (M/D), UCPEL (M/D).	4	11
UFES (M/D), UFRJ (M/D), PUC-RIO (M/D), UFSC (M/D).	5	4
UFMA (M/D), UFPE (M/D), UERJ (M/D), PUC/RS (M/D), UnB (M/D).	6	5
PUC/SP (M/D)	7	1
UFT (M), UFRB (M), UFBA (M).	Sem nota	3

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de Capes (2019).

Obs: (M) – Mestrado; (D) – Doutorado.

A área do Serviço Social possui quatro áreas básicas: Serviço Social; Política Social; Políticas Públicas e Economia Doméstica. Sinteticamente, os temas das áreas de concentração dos programas são os seguintes: Serviço Social, Política Social, Trabalho, Direitos Sociais, Questão Social, Movimentos Sociais, Políticas Públicas, Estado, Sociedade, Direitos Humanos, Fundamentos,

Trabalho Profissional, Cidadania, Desenvolvimento, Processos Participativos, Diversidade Humana etc. Pode-se afirmar que os temas das áreas de concentração dos programas de pós-graduação da área de Serviço Social, no Brasil, ainda que estejam em diferentes áreas básicas, se articulam às questões centrais do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro e dialogam com os Grupos Temáticos e Pesquisa (GTPs) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

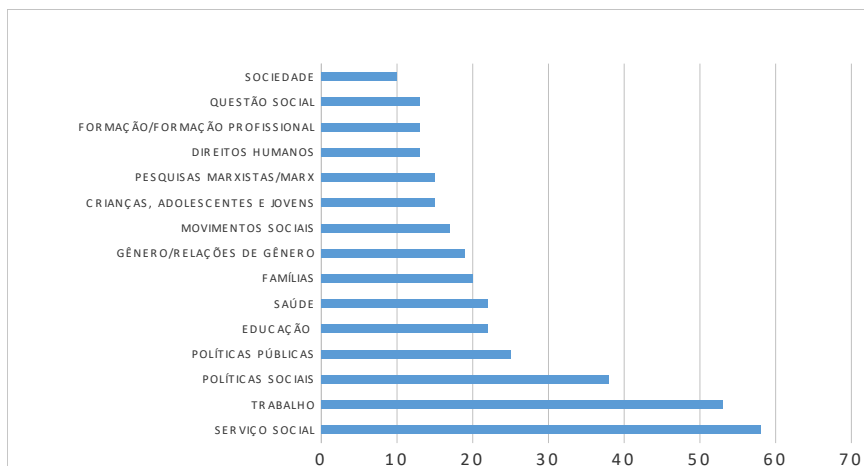
Para a elaboração deste capítulo, foi feito um levantamento para identificar as temáticas dos grupos de pesquisa aos quais estão vinculados os docentes permanentes dos 36 PPGs da área de Serviço Social¹³, sendo identificados 313 grupos. Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais foram as temáticas com maior incidência nos referidos grupos de pesquisa e correspondem, conforme citado anteriormente, aos temas mais encontrados nas áreas de concentração dos PPGs da área, conforme ilustrado pelo Gráfico 2.

Ainda que esse levantamento requeira um aprofundamento sobre as produções docentes relativas às atividades nos grupos de pesquisa, pode-se afirmar que, em linhas gerais, os temas dos grupos de pesquisa (Gráfico 2) revelam o modo de ser da produção científica da área de Serviço Social, cujo conhecimento é voltado à defesa dos direitos sociais da classe trabalhadora, dado que os temas de pesquisa estão inscritos na materialidade da vida social: trabalho, políticas sociais, políticas públicas, educação,

13 Este levantamento foi realizado da seguinte forma: na Plataforma Sucupira foram acessados os relatórios de cada PPG da área de Serviço Social referentes ao ano de 2019. Após, foram listados os docentes permanentes de cada PPG e, na sequência, foram identificados os grupos de pesquisa de vínculo de cada docente no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, do CNPq. Em seguida, foi feita uma lista decrescente com os temas mais citados. Foi priorizada a apresentação dos temas que apareceram com número igual ou acima de 10 vezes.

saúde, famílias, gênero, raça, etnia, movimentos sociais, crianças/adolescentes, direitos humanos, formação profissional, questão social e sociedade. Vale destacar que um importante número de grupos de pesquisa se dedica ao tema dos estudos da teoria social marxiana, a qual vem orientando as discussões em torno da direção social teórico-metodológica da área de Serviço Social, a partir do Movimento de Reconceituação.

Gráfico 2 – Temas dos Grupos de Pesquisa – Docentes Permanentes PPG Área de Serviço Social



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados da Plataforma Sucupira e Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP/CNPq), 2019.

O Serviço Social brasileiro vem construindo uma produção de conhecimento que faz uma crítica radical à ordem burguesa e a seus rebatimentos nas manifestações da questão social. Trata-se da articulação dialética entre a desigualdade de classe e as opressões de gênero, de orientação sexual, de raça, de geração e ciclos de vida, dentre outras contradições do modelo de sociabilidade vigente. É, portanto, uma área de conhecimento da maior importância

para a sociedade brasileira, pois procura compreender e explicar a natureza dos problemas nacionais e latino-americanos em relação às contradições entre Estado, sociedade e mercado na ordem do capitalismo, à luz do método dialético, articulado ao trabalho profissional e às respostas a essas contradições, motivo pelo qual a defesa da educação pública para a formação graduada e pós-graduada é fundamental:

[...] mesmo considerando as contradições no espaço da educação profissional, que é mediada pelos interesses da hegemonia burguesa, parte-se da premissa de que a educação pública, como uma das políticas sociais, é um espaço de lutas e de disputas em favor da classe trabalhadora. Isso porque a educação é uma das mediações do vínculo de homens e mulheres ao gênero humano, à construção da liberdade humana, lugar de apreensão crítica da existência da alienação, configurando-se como um campo de possibilidades do desenvolvimento das objetivações humanas (SANTANA; FERREIRA, 2019, p. 37).

Nesse sentido, defender a educação brasileira e a pós-graduação torna-se fundamental, sendo importante que as pesquisas fortaleçam as mediações entre os estudos dos fundamentos do Serviço Social e o trabalho profissional, dialogando, sobretudo, com a precarização da inserção dos profissionais no mercado de trabalho nos mais variados espaços sócio-ocupacionais. Essa relação deve nutrir as pesquisas desenvolvidas nos PPGs da área, à medida que as vivências do trabalho profissional dos assistentes sociais trazem o significado na vida cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras que sofrem no plano imediato a violência do Estado e a brutal desigualdade de classe presentes na sociedade brasileira.

Assim, os programas de pós-graduação da área de Serviço Social potencializam, pela formação pós-graduada, impactos sociais, econômicos e culturais na vida social brasileira. O Serviço

Social defende o financiamento público das políticas sociais e a democracia como parte da construção de uma sociabilidade humana que supere a barbárie capitalista.

Considerações finais

Em um país marcado na sua história colonialista pela exploração humana pela via da escravidão, da destruição de povos e comunidades tradicionais, pela forte preponderância do paternalismo e seu corolário, a dominação de gênero, a persistência da alienação religiosa, com seu anticientificismo, pela forte e sempre crescente desigualdade social e econômica que deixa à sorte milhares de pessoas no país, a produção do conhecimento, a formação profissional e o trabalho do assistente social assumem substancial relevância.

Na atual conjuntura de crise global do capital, agravada pelo momento de crise sanitária, é fundamental a defesa do financiamento público para a produção do conhecimento que se volte aos interesses da sociedade. Nesse contexto, as áreas das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, sendo esta última onde se insere o Serviço Social, são fundamentais porque interpretam e apresentam soluções para a produção e reprodução da vida social, especialmente a dos trabalhadores empobrecidos e invisíveis neste país de enormes desigualdades socioeconômicas estruturais.

O governo federal questiona o impacto social e econômico que as pesquisas das Ciências Humanas trazem para a sociedade, notadamente para o processo produtivo vinculado aos interesses empresariais. Também questiona as razões pelas quais a produção do conhecimento das Humanidades tem baixo impacto fora

do país, considerando as exigências de internacionalização da produção?

Os impactos da produção do conhecimento das áreas de Humanidades são de difícil mensuração se tomarmos como parâmetro apenas a lógica produtivista que tem pautado o SNPG brasileiro, ao longo de seu processo de implementação, a partir de 1976. A pesquisa desenvolvida pelas Ciências Humanas adentra as condições objetivas e subjetivas da vida cotidiana das pessoas, nas suas mais variadas expressões, cujos impactos muitas vezes não são perceptíveis em curto prazo, mas dependem de um processo de construção de projetos de vida ao enfrentamento das adversidades impostas pelas desigualdades estruturais, principalmente no Brasil, em conformidade com a ossatura do Estado capitalista dependente. Essas áreas de conhecimento têm se posicionado a favor da vida e da natureza, da cultura e, como tal, tem sido desvalorizadas no processo histórico da produção do conhecimento no Brasil. Na atual conjuntura, tal desvalorização toma a forma de desqualificação e desfinanciamento e, por esse motivo, há a necessidade de um firme posicionamento ético e político em favor dessas áreas na produção de conhecimento e intervenção sobre a realidade.

Nesse contexto de pandemia causada pelo novo coronavírus justifica-se a defesa das instituições de pesquisa para apontar soluções, com base científica, sobre o tratamento das pessoas doentes, como é o caso do desenvolvimento da vacina contra a COVID-19. No caso do Serviço Social, os profissionais estão enfrentando situações muito difíceis no que diz respeito à reprodução social dos trabalhadores em razão do desemprego e da total desproteção do Estado diante da flagrante crise econômica e sanitária.

Como proposições nesse contexto de crise, o Serviço Social pode realizar importantes pesquisas sobre as condições de vida das famílias pobres e as demandas pela renda emergencial, as condições de moradia e saneamento básico, a contaminação dos trabalhadores no transporte público lotado, as condições de acesso à saúde, a questão do aumento do desemprego, o aumento do número de mortes de pessoas negras, a violência contra as mulheres na pandemia, o duplo ou triplo trabalho feminino em casa, dentre outras temáticas onde o Serviço Social já demonstra sua importante contribuição para a sociedade brasileira.

Referências

AVRITZER, L. **Perspectivas do governo Bolsonaro**. Disponível em: <https://www.institutodademocracia.org/post/2019/01/29/perspectivas-do-governo-bolsonaro>. Acesso em: 29 set. 2020.

BRECHT, B. **Hauspostille** (Breviário, 1927). Tradução Leandro Konder. Disponível em <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/konderbrecht.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Documento de Área Serviço Social 2019**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/doc-servico-social-01-11-pdf/view>. Acesso em: 26 set. 2019.

CORTELLA, M. S. **Universidade para o trabalhador**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DICIO. **Dicionário online de português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/protofascismo/>. Acesso em: 29 set. 2020

ESCOBAR, H. **Pesquisadores alertam para risco de desmonte da ciência no Brasil** - 11/10/2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/politicas-cientificas/pesquisadores-alertam-para-risco-de-desmonte-da-ciencia-no-brasil/> Acesso em 29 set. 2020.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IANNI, O. O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n. 1, jan./mar. 1994.

LEHER, R. **Universidades Públicas e a Crise da Democracia no Brasil**. 27 nov 2019. Palestra proferida no II Seminário Internacional de Políticas Públicas Educacionais, Cultura e Formação de Professores (III SIPPECFP) e o XIV Seminário Nacional de Políticas Públicas e Currículo (XVI SNPPC). Belém-Pará. ICED/PPGEP/UFGA. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fV_RPMv7mQ8. Acesso em 26 set 2020.

LIMA, J. G. S. A. de; LOPES, J. C. N. **Educação e instrumentalização do ensino**: o caráter mercadológico das práticas educativas formais. III Conedu, Natal, 2016.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Buenos Aires: Clacso, 2000.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. **Serv. Soc. Soc**, nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

OURIQUES, N. **Brasil**: a crise se aprofunda. 2 de maio de 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=afrs7zcuH-o>. Acesso em: 20 ago. 2019.

PEREIRA, P. A. P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serv. Soc. Soc**, São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012.

SANTANA, J. V.; FERREIRA, B. de J. P. Projeto Ético-Político do Serviço Social e a construção de um projeto educacional classista. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 31-44, jan./jun. 2019.

SGUISSARDI, V. Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 867-889, out. dez., 2015.

STAMPA, I. Transformações recentes no “mundo do trabalho” e suas consequências para os trabalhadores brasileiros e suas organizações. **Em Pauta** (RJ), v.10, n.30, 2012.

STAMPA, I.; LOLE, A. Trabalho e precarização social no capitalismo contemporâneo: dilemas e resistência do movimento organizado de trabalhadores. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n.1, São Luís, 2018.

TENDÊNCIAS E TENSÕES DA PESQUISA E DA PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL NO CNPq

*Jussara Maria Rosa Mendes
Elaine Rossetti Behring*

Introdução

O ensino de Pós-Graduação brasileiro cresceu muito em quantidade e qualidade, impulsionado pelas estratégias adotadas pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação e pelas agências de fomento que promoveram, com qualidade, a formação de docentes, pesquisadores e demais profissionais tanto para as Instituições de Ensino Superior (IESs) como para as demais áreas. É nesse contexto que a Pós-Graduação e a pesquisa em Serviço Social se desenvolveram, criando conhecimentos novos articulados à sua prática e consolidando e qualificando o projeto ético-político-profissional da área desde os anos 80 do século passado. Cabe ressaltar que esses avanços expressam o trabalho coletivo desenvolvido pelas

organizações da categoria, como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), trajetória que deve ser compreendida em sua historicidade e totalidade, assinalando as mudanças socioeconômicas e políticas da sociedade (MENDES *et al.*, 2017).

Não obstante toda essa histórica caminhada e os avanços alcançados, mesmo em meio a dificuldades crônicas de financiamento no ambiente de ajuste que tivemos ao longo dos anos, convive-se hoje com constantes ameaças de cortes de verbas ainda mais profundos, mudanças que alteram a dinâmica e impõem novas regras em plena finalização do quadriênio de avaliação da Pós-Graduação. Ademais, faltam aos profissionais definições claras e instrumentos adequados, como vêm informando os coordenadores dos programas com base no Relatório na Plataforma Sucupira, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O agravamento da crise econômica, social, política, ética e sanitária tem servido de escudo para justificar o ataque e o descaso em relação à Ciência, à Tecnologia e à Educação, asfixiando as instituições de fomento à pós-graduação e à pesquisa, como a CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Os escassos recursos destinados à pesquisa no âmbito público, inclusive compartilhados com o setor privado, se apresentam dissimulados da finalidade de potencializar a inovação, o empreendedorismo e o aumento da competitividade e produtividade das economias, impulsionando a busca de recursos no mercado. Tal perspectiva passa a direcionar os recursos e a fragmentar ainda mais o já combalido sistema, através do discurso da “escassez” de recursos e da ampliação frenética das

demandas (SIMIONATTO, 2005). Os processos tecnológicos passam a condicionar o desenvolvimento econômico e a produção do conhecimento.

Portanto, as notícias e sinalizações não são alentadoras para a Ciência, a Tecnologia e a Educação no país. Relatórios de pesquisa, resultantes de investigações realizadas por centros de excelência em pesquisa de referência nacional e internacional, passam a ser impugnados e desconsiderados em suas investigações e estudos fidedignos, sem uma contraposição com justificativas que ultrapassem o mais rasteiro senso comum.

São constantes as repetidas ameaças, no âmbito do CNPq, de suspensão da abertura de novas bolsas e do não pagamento das 84 mil bolsas de fomento à pesquisa em todas as modalidades, devido à ausência de repasse de recursos para o órgão. A perspectiva é de inteira paralisação do sistema de produção de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do país. As últimas notícias indicam que, no orçamento para 2021, haverá novos cortes nas áreas de Educação e Saúde, que vêm sendo justificados para garantir o orçamento das forças armadas, hiper dimensionado em todos os seus aspectos, como se estivéssemos em uma situação de guerra. As alternativas apontadas pelos órgãos de comunicação e bastidores institucionais indicam a extinção do CNPq e a fusão deste com a CAPES, apequenando ainda mais a pesquisa no país e transformando o Brasil em um receptáculo e retransmissor de conhecimento, o que tende a aprofundar a heteronomia e a dependência, marcas históricas da formação social brasileira.

Os critérios de alocação das bolsas de mestrado e doutorado da CAPES também sofreram profundas alterações, passando-se a eleger como áreas prioritárias as Ciências da Saúde e as Engenharias. Tal fato representa o descaso e a discriminação em relação às Ciências Sociais e Humanas. Além disso, com a política

de priorizar bolsas de doutorado, rebaixa-se o nível de formação em mestrado para segundo plano.

Sobre o Serviço Social, pertencente à área de Ciências Sociais Aplicadas do CNPq, cujas pesquisas se localizam nas temáticas da política social, das condições de vida e trabalho da população brasileira e no exercício profissional, entre outros temas conexos, o volume de recursos destinado sempre foi insuficiente. Diante dos fatos, a tendência não é mesmo alentadora, considerando que a área tem sido permanentemente desqualificada e taxada de forma preconceituosa e discriminadora, dentre os domínios “ideológicos”.

A falta de recursos tem impactado profundamente a pesquisa, não apenas no corte de bolsas, mas também na deterioração de equipamentos dos grupos de pesquisa, na falta de alunos de graduação que viam nesse espaço uma possibilidade de ampliar sua formação além da sala de aula, no desalento dos pesquisadores e gestores institucionais, na interrupção de projetos e na mais dramática situação, a fuga de cérebros.

Nesse contexto, nos inserimos como representação de área nos últimos três anos, assumindo um compromisso com nossa categoria profissional. À vista desse trabalho de grande responsabilidade, buscamos garantir o fortalecimento da área e da perspectiva ético-política construída coletivamente pelo Serviço Social brasileiro e pelas representantes de área que nos antecederam. O trabalho foi coletivo, foi permeado pelos pareceres *ad hoc*, utilizou por referência o documento da área legado pela gestão anterior e contou com a interlocução permanente com a ABEPSS. Trata-se de um trabalho que exige uma sintonia fina entre a representação, a suplência e os pares, considerando o trato acadêmico e ético do material enviado por pesquisadores e pareceristas ao CNPq. É também um trabalho difícil no sentido de

que, no ambiente de ajuste fiscal permanente que tem marcado as últimas décadas e que desde 2016 assumiu um perfil ultra neoliberal, com a Emenda Constitucional 95 (teto de gastos) e a Emenda Constitucional 93 (ampliação da incidência da Desvinculação de Receitas da União de 20% para 30%) (BEHRING, 2019), tem sido frequente o corte de recursos para a pesquisa e a Pós-Graduação. Daí decorrente, muito desse trabalho não encontra solução de continuidade, como a alocação de bolsas e recursos para os projetos de pesquisa aprovados.

Ainda assim, esse é um espaço estratégico que deve se ocupar sempre buscando reduzir os danos do momento sombrio que paira sobre o país, desde o golpe de Estado de novo tipo de 2016 e destacadamente a partir de 2019. Apesar de todas as dificuldades apontadas, neste período foi possível incluir novos pesquisadores na área. Ademais, destaca-se a ampla articulação do Serviço Social com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e várias outras associações científicas de todas as áreas do conhecimento para exigir: repasse imediato dos recursos ao CNPq e a CAPES, pagamento regular das bolsas em vigência e garantia das novas bolsas previstas, reversão dos cortes de recursos para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFESs), respeito à autonomia universitária e à manutenção do Ensino Superior público e gratuito e, por fim, garantia da liberdade de cátedra e das liberdades democráticas.

Quais são as características do projeto em curso?

É preciso reconhecer que os processos aos quais vimos no referindo não foram iniciados hoje. As tecnocracias da CAPES e do CNPq vêm fazendo uma espécie de opção programática: se não tem mais para onde crescer, trata-se de otimizar o Sistema

Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa e amalgamar-se às empresas, sob o discurso de atender as demandas da sociedade e da inovação, para a busca de financiamento privado. Exemplo disso foi o lançamento, em 2018, do documento intitulado Proposta de Aprimoramento do Modelo de Avaliação da Pós-Graduação, da Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011/2020 (BRASIL, 2018). Certamente tal proposta é mais do que um documento: é uma nova política que se expressou fortemente nos parâmetros da avaliação da Pós-Graduação e contamina a avaliação dos projetos de pesquisa, bastando observar os novos itens nos formulários para os pareceres *ad hoc*, que exigem a conexão dos projetos em análise com a Portaria nº 1.122/2020, que dispõe sobre as prioridades na área de Ciência e Tecnologia e praticamente exclui as Ciências Humanas e Sociais (BRASIL, 2020).

Observemos o documento de 2018 (BRASIL, 2018). Segundo ele, o Sistema de Avaliação da Pós-Graduação da CAPES estaria esgotado e deveria ser repensado à luz dos seguintes eixos: internacionalização, interação com setores não acadêmicos e protagonismo no desenvolvimento socioeconômico, redução das assimetrias regionais, intuito de atender à qualificação menos que à quantificação. Após constatar o crescimento da Pós-Graduação e da pesquisa no país e avaliar que o segredo desse sucesso foi o Sistema de Avaliação da CAPES, o documento constata que a inovação não acompanhou o desenvolvimento da produção científica, já que o Brasil ocupava a 64ª posição no Índice Global de Inovação e houve uma estagnação no número de patentes depositadas no país e no exterior por brasileiros. Não se apresenta no argumento qualquer reflexão sobre a relação hierárquica e assimétrica no ambiente da mundialização do capital, desigual e combinada, e que repercute na questão das patentes ou

mesmo o baixo financiamento e sua repercussão nos resultados. Referente a patentes, o importante trabalho de Chesnais (1996) informava que, nos anos 90, apenas 4% das patentes do mundo estavam abaixo da linha do Equador. Não encontramos o dado atualizado, masnada indica que essa correlação tenha se alterado significativamente. Ela reflete, na verdade, a heteronomia e a dependência que o curso dos acontecimentos não parece reverter.

O fundamental, nessa perspectiva, é o termo inovação: se a Pós-Graduação formou pesquisadores e docentes, é preciso mudar para atender as “demandas da sociedade”. Assim, a Pós-Graduação deve continuar formando pessoas, porém ampliando seus objetivos para “atuação e impacto no desenvolvimento econômico e social (incluindo a interação com o segmento empresarial e a atuação na área pública e na formulação de políticas públicas)” (BRASIL, 2018, p. 8). Cabe, portanto, alinhar a avaliação com o fomento, valorizando a relevância e o impacto social e econômico do conhecimento gerado nos programas, no contexto da “sociedade do conhecimento”.

Nesse passo, o documento fazia as seguintes propostas e indicava os seguintes eixos, muitos em plena implementação: redefinição do *Qualis* em grandes áreas (algo que as Ciências Humanas já teriam recusado devido ao possível impacto significativo nos periódicos das áreas, rebaixando a qualificação de revistas em função da pressão dos parâmetros internacionais, especialmente do SciELO); mudanças para uma avaliação menos onerosa, instituindo a autoavaliação dos docentes do corpo permanente e dos programas (em articulação com as IESs) – assim, em vez de uma avaliação global, são consideradas as cinco mais importantes produções do docente e dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) (envio de um conjunto definido de produtos); internacionalização, considerando a cota de bolsas no exterior em

centros de pesquisa e inovação fora do meio acadêmico – parques tecnológicos; ampliação do conceito de internacionalização; oferta de cursos de línguas (inglês e outras); investimento de recursos; acompanhamento de egressos (valorizar mais na avaliação e desenvolver indicadores para esse processo); impacto no desenvolvimento, destacadamente com a atração de novos investimentos; contribuição para diminuir assimetrias regionais; formação de talentos para o desenvolvimento econômico e regional (empresas, mestrados profissionais e doutorados profissionais); e equilíbrio maior entre as dimensões quantitativas e qualitativas.

Quanto ao eixo inovação, o documento explicitamente indica que “a avaliação da inovação depende de indicadores que avaliem a aproximação do PPGs com as empresas” e a “aproximação entre o conhecimento e os sistemas econômicos” (BRASIL, 2018, p. 16-17). Quanto à relevância social, nacional e regional, sugere-se: participação/aderência a políticas públicas e também inserção social e impactos nos indicadores sociais, solução de problemas socioeconômicos (responsabilidade social do discente). A autoavaliação passa a ser um elemento fundamental, e são indicadas a presença de avaliações externas e a instituição de Plano Estratégico Institucional dos PPGs. Segundo a proposta, trata-se de um Modelo de Avaliação Multidimensional e que considera diferenças de contexto, assimetrias regionais e a vocação dos programas visando reduzir as distorções do fomento.

Um instrumento importante dessa direção para a pesquisa e a Pós-Graduação foi a Portaria nº 256, de 23 de novembro de 2018, que legisla sobre fusões, desdobramentos e migrações de programas e que busca a otimização do sistema, pois estimula claramente as fusões (BRASIL, 2018). Ou seja, visa enxugar o sistema em tempos de ajuste fiscal.

A essa altura já temos elementos para pensar a respeito dos impactos para a área de Serviço Social, dadas suas características, quais sejam: cultura acadêmica crítica, não incorporação das modalidades de PPGs à distância e profissionais, vocação para o debate sobre o setor público/políticas públicas, assessoria a movimentos sociais. O questionamento que emerge, portanto, é: como considerar, com base nisso, a questão da inovação? Os documentos produzidos pela ABEPSS sobre a pós-graduação e a pesquisa apontam uma compreensão dos objetivos dos programas e da pesquisa bastante divergentes da direção da política da CAPES e do CNPq. Na verdade, vimos mantendo uma posição de resistência e articulação com as áreas afins nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para construir um campo comum. É fundamental fortalecer a Coordenação Nacional de Pós-Graduação da ABEPSS e a experiência dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) da área para constituir um contraponto consistente. Outro passo é desenvolver estratégias de monitoramento e socialização de informações sobre as perdas e os danos que essa direção institucional implica a partir das representações da área na CAPES e no CNPq, o que já estamos construindo.

O momento é particularmente delicado quando além do ultra neoliberalismo temos o neofascismo (BEHRING, no prelo; MATTOS, 2020). Nesse contexto, as perdas e os danos também envolvem outro aspecto. Temos nos constituído como parte de uma cultura de esquerda no Brasil (MOTA, 2016), a partir da construção do projeto ético-político profissional. Nesse ambiente tóxico e persecutório, situações como o parecer sem sustentação

que foi denunciado em 2014¹, no âmbito do Edital CAPES Procad/2013, podem se tornar cada vez mais comuns. Precisamos ter atenção para as movimentações dos defensores da “Escola sem Partido”, para acusações de “doutrinação ideológica”, ações de setores oportunistas que querem “pegar carona” no tsunami conservador, disputando hegemonia. A disputa de projetos é legítima, pois temos o pluralismo como princípio ético e acadêmico, mas a questão aqui é político-acadêmica, ou seja, a direção crítica do projeto de formação profissional. Nesse aspecto, temos que nos somar a setores que operam na resistência a esse projeto de escola e universidade “com mordaça”, pelo Estado laico, pela necessária discussão das questões de gênero e sexuais nas escolas como forma de prevenção da violência e do preconceito, colocadas por esses setores sob o guarda-chuva da recém-criada “ideologia de gênero”. A área de Serviço Social tem um acúmulo crítico importante e pode contribuir para desmistificar as estratégias da extrema direita neofascista.

A Representação de Área no CNPq (2017-2020)

Posta essa caracterização mais geral, relataremos e analisaremos nossa experiência na representação da área de Serviço Social em contexto tão adverso. Segundo o artigo 4º da Resolução Normativa n. 2 (BRASIL, 2015), as atribuições dos Comitês de Assessoramento (CAs) se destinam a prestar assessoria ao CNPq na formulação de políticas e na avaliação de

1 Referimo-nos aqui ao parecer persecutório feito por um avaliador no âmbito da CAPES, para o Edital Procad/CAPES 2013 e que desqualificava o projeto por sua orientação teórico-metodológica na tradição marxista e que parâmetrou a reprovação da proposta, o que foi revertido após recurso e ampla mobilização nacional, com um abaixo assinado com mais de oito mil assinaturas individuais e mais de 300 instituições de pesquisa, além do posicionamento do Conselho Universitário de algumas universidades.

projetos e programas relativos à sua área de competência, bem como na apreciação das solicitações de bolsas e auxílios. Durante esses anos, geralmente foram realizadas três reuniões anuais, das quais apenas uma presencial. Os julgamentos das propostas enviadas por meio dos editais são feitos com base em: pareceres *ad hoc* (de um a três pareceres por projeto); adequação à finalidade e aos critérios para seleção dos candidatos, explicitados em cada chamada; e adequação ao documento Critérios de Julgamento da Área de Serviço Social, amplamente divulgado e debatido na gestão anterior à nossa em articulação com a ABEPSS. Na ausência de pareceres *ad hoc*, que pode ocorrer por não adesão dos pareceristas, indisponibilidade eventual, dentre outros, os membros do CA ficam responsáveis pela emissão do parecer, sobrecarregando ainda mais seu trabalho junto ao comitê. É importante informar que não são os representantes da área no CA que definem os pareceristas; é a área técnica do CNPq que faz a distribuição com base no banco de dados formado por pesquisadores avaliadores *ad hoc* junto ao CNPq. As propostas são enviadas aos pareceristas *ad hoc* pelo CNPq de forma aleatória.

Ao fim de cada reunião de julgamento, o CA indica as solicitações aprovadas por ordem de classificação, feita com base nos pareceres, na produção científica dos candidatos (artigos, livros e capítulos de livros), na formação de recursos humanos (orientações de mestrado, doutorado e iniciação científica) e na sua inserção na área. No julgamento de Auxílio a Eventos, por exemplo, buscamos priorizar eventos com maior abrangência, relevância, com projeto completo e detalhado. Nas solicitações na Linha 2 (Eventos Nacionais e Internacionais), são priorizados aqueles com maior regularidade em razão de já terem ocorrido edições anteriores.

Nesse processo de grande responsabilidade para a área, nos deparamos com algumas dificuldades. Talvez a ausência de pareceres seja a maior delas, pois vêm recaindo exclusivamente sobre o CA a análise e o parecer de cerca de 1/3 das propostas. Porém, a qualidade dos pareceres nem sempre favorece o processo, pois se nos apresentam eventualmente pareceres lacônicos e pouco fundamentados, contraditórios, com conflitos de interesses com solicitantes e até mesmo inconsistentes. No entanto, é importante registrar que também recebemos pareceres excelentes e que colaboram para o andamento do trabalho de julgamento e classificação. O CA avalia também os pareceres, dando um retorno ao corpo técnico do CNPq.

Outra ordem de dificuldades do CA nos julgamentos refere-se aos pesquisadores: informações imprecisas e/ou desatualizadas no Currículo Lattes, informações do Currículo Lattes em locais equivocados, propostas inadequadas à chamada (objetivos ou exigências), projetos sem clareza teórico-metodológica. Também há dificuldades institucionais e técnicas relativas ao CNPq: falta de acesso à classificação de livros da CAPES, ausência de informações sobre o *Qualis* ou o fator de impacto de algumas revistas, problemas com o sistema de informática, ausência de informações sobre a verba realmente disponível para a área.

Nesse último aspecto, temos um verdadeiro nó górdio. As distribuições dos recursos para os comitês são priorizadas de acordo com as demandas de cada área, mas a demanda na Psicologia é sempre muito superior à do Serviço Social e ambas as áreas estão no mesmo comitê. A Psicologia possui muitos cursos de Pós-Graduação no país em contraponto ao Serviço Social. Tais dificuldades financeiras levam muitas vezes os pesquisadores ao descrédito na captação de recursos para suas investigações devido a inúmeras negativas nessa busca. Daí decorre, possivelmente e

de forma crescente, uma baixa demanda dos pesquisadores do Serviço Social, que gera um efeito perverso de diminuição dos já escassos recursos para a área.

Inúmeras tentativas foram realizadas ao longo destes anos junto ao CNPq, pelas gestões que nos antecederam, com o objetivo de tornar o Serviço Social um comitê independente. Esse não é um problema apenas do Serviço Social, pois são muitas outras pequenas áreas que foram agrupadas e que vivem em situação semelhante. O CNPq vem negando essa demanda, e suas justificativas situavam-se no sistema e na organização do CNPq, que exigiriam uma mudança profunda e linear, inclusive nos formulários disponibilizados. Durante nossa gestão, após o golpe de novo tipo de 2016 e especialmente com a imensa instabilidade institucional nos últimos dois anos, não observamos condições e correlação de forças para reivindicarmos uma vez a independência do nosso CA. Como exemplo da disparidade de recursos disponíveis dentro do Comitê de Assessoramento de Psicologia e Serviço Social (CAPSS), vejamos, no Edital Universal 28/2018, os recursos disponíveis para Psicologia: R\$ 750.000 (capital), R\$ 1.276.000 (custeio), 822.000 bolsas. Em contraste, para o Programa Básico de Serviço Social foram disponibilizados: R\$ 81.000 (capital), R\$ 266.000 (custeio) e 191.000 bolsas. Tais dados expressam a divisão desigual dos recursos e o tamanho das áreas. Nas figuras² a seguir, mostramos a partir da base de dados disponível do CNPq em outubro de 2019, uma imagem da cobertura da nossa área no CNPq (BRASIL, 2019).

2 Os dados foram organizados para apresentação da Representação da Área no CAPSS na Oficina Nacional de Pós-Graduação da ABEPSS realizada em Campinas, em 2019, convite pelo qual agradecemos em nome de Olegna Guedes (Coordenadora Nacional de Pós-Graduação) e Esther Lemos (Presidente da ABEPSS), ambas da Gestão 2019-2020.

A Figura 1 apresenta a totalidade dos projetos e bolsas em vigência até outubro de 2019. Nitidamente se destacam o apoio a projetos de pesquisa, as bolsas de iniciação científica e de produtividade em pesquisa e tecnologia como os grupos de maior investimento no CNPq.


Figura 1 – Projetos e bolsas em vigência



Fonte: Brasil ([2019]).

Vejamos agora, na Figura 2, o lugar do CAPSS no fomento do CNPq quanto ao primeiro item, o apoio à participação e à realização de eventos. Embora o peso das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas não seja irrelevante nesse eixo, o fomento ao CAPSS é pequeno: de 535 eventos, 4 são da área de Serviço Social (0,75%) e 5 são da Psicologia (0,93%). Nesse eixo há certo equilíbrio entre as duas áreas.

Figura 2 – Apoio à participação e à realização de eventos



Projetos e Bolsas em Vigência

Brasil > [Apoio a Participação/Realização de Eventos](#)

Clique na seta ▶ para detalhar a consulta e na quantidade para listar os beneficiários

Grande Área	Quant.	% (*)
▶ Ciências Agrárias	37	6,92%
▶ Ciências Biológicas	45	8,41%
▶ Ciências da Saúde	40	7,48%
▶ Ciências Exatas e da Terra	155	28,97%
▶ Ciências Humanas	94	17,57%
▶ Ciências Sociais Aplicadas	75	14,02%
▶ Engenharias	52	9,72%
▶ Linguística, Letras e Artes	19	3,55%
▶ Outra	18	3,36%

Fonte: Brasil ([2019]).

Ainda que as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas tenham o apoio a um número maior de periódicos, apenas 1 (0,52%) dos 193 é da área de Serviço Social, sendo que não recebemos nenhuma demanda nesse período da representação. Em contrapartida, 10 (5,18%) deles são da Psicologia.

Em um dos maiores itens de fomento do CNPq, o apoio a projetos de pesquisa, observamos que, de 11.177 projetos, 39 (0,35%) são da área de Serviço Social em 24 instituições e 134 (1,20%) são da Psicologia, o que não é considerado desproporcional ao tamanho das áreas, considerando-se número de pesquisadores e programas de pós-graduação, conforme Figura 3. Todavia, observamos que o CAPSS corresponde a apenas 1,55% do total do fomento, ou seja, uma parcela ínfima. As áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas juntas correspondem a 20,24% do fomento. Aqui transparece a desigualdade entre as Ciências Exatas, Engenharias e Ciências Biológicas em relação

às Ciências Humanas, o que deve se aprofundar com os critérios de prioridade estabelecidos pela recente Portaria n. 1.122/2020, citada anteriormente.

Figura 3 – Apoio a projetos de pesquisas

Brasil > Apoio a Projetos de Pesquisas

Clique na seta ▶ para detalhar a consulta e na quantidade para listar os beneficiários

Grande Área	Quant.	% (*)
▶ Ciências Agrárias	1511	13,52%
▶ Ciências Biológicas	1771	15,85%
▶ Ciências da Saúde	1654	14,80%
▶ Ciências Exatas e da Terra	1851	16,56%
▶ Ciências Humanas	1261	11,28%
▶ Ciências Sociais Aplicadas	1002	8,96%
▶ Engenharias	1405	12,57%
▶ Linguística, Letras e Artes	185	1,66%
▶ Outra	537	4,80%

Fonte: Brasil ([2019]).

Referente às bolsas de apoio técnico, as Ciências Sociais Aplicadas correspondem a apenas 5,03% do total, como se pode observar na Figura 4. De 1.788 bolsas, apenas 4 (0,22%) são do Serviço Social e 25 (1,40%) são da Psicologia, revelando forte disparidade dentro do CAPSS, que provavelmente está relacionada à ausência de demandas no Serviço Social, já que não recebemos solicitação nesse quesito ao longo de nossa gestão.

Figura 4 – Bolsas de apoio técnico



Brasil > [Bolsas de Apoio Técnico](#)

Clique na seta ▶ para detalhar a consulta e na quantidade para listar os beneficiários

Grande Área	Quant.	% (*)
▶ Ciências Agrárias	216	12,08%
▶ Ciências Biológicas	307	17,17%
▶ Ciências da Saúde	313	17,51%
▶ Ciências Exatas e da Terra	206	11,52%
▶ Ciências Humanas	236	13,20%
▶ Ciências Sociais Aplicadas	90	5,03%
▶ Engenharias	246	13,76%
▶ Linguística, Letras e Artes	33	1,85%
▶ Outra	141	7,89%

Fonte: Brasil ([2019?]).

As bolsas de iniciação científica são numericamente o maior item de fomento do CNPq, como vimos anteriormente, embora não o sejam necessariamente quanto ao financiamento alocado, considerando-se o valor defasado das bolsas. De 27.615 bolsas, 167 (0,60%) são do Serviço Social em 46 instituições e 638 (2,31%) são da Psicologia. O CAPSS corresponde a 2,91% do total de bolsas dos 8,25% que correspondem às Ciências Sociais Aplicadas.

Essa situação se expressa também nas bolsas de mestrado e de doutorado, que não são os programas de fomento mais substantivos do CNPq, já que a CAPES assume a maior parte dessas bolsas nos programas. Contudo, vejamos: quanto às bolsas de mestrado, de 8.493 bolsas, 64 (0,75%) são do Serviço Social e 262 (3,08%) são da Psicologia, sendo que o CAPSS corresponde a 3,83% do total. No caso das bolsas de doutorado, de 855 bolsas, 30 (0,35%) são do Serviço Social e 198 (2,31%) são da Psicologia.

Figura 5 – Bolsas de produtividade em pesquisa e tecnologia

Brasil > [Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Tecnologia](#)

Clique na seta ▶ para detalhar a consulta e na quantidade para listar os beneficiários

Grande Área	Quant.	% (*)
▶ Ciências Agrárias	1933	12,38%
▶ Ciências Biológicas	2400	15,37%
▶ Ciências da Saúde	1626	10,41%
▶ Ciências Exatas e da Terra	2807	17,98%
▶ Ciências Humanas	1778	11,39%
▶ Ciências Sociais Aplicadas	1044	6,69%
▶ Engenharias	2392	15,32%
▶ Linguística, Letras e Artes	587	3,76%
▶ Outra	303	1,94%
▶ Tecnologias	743	4,76%

Fonte: Brasil ([2019?])

Destacamos aqui, como ilustra a Figura 5, as bolsas de produtividade em pesquisa e tecnologia (PQ), talvez o programa de maior impacto financeiro no orçamento do CNPq, dados os valores das bolsas e a cobertura numérica, após os projetos de pesquisa. Observa-se o seguinte peso de nossa área e do CAPSS: de 15.613 bolsas, 80 (0,51%) são do Serviço Social, em 28 instituições, 317 (2,03%) são da Psicologia, sendo que o CAPSS corresponde a 2,54% das bolsas.

Esse é certamente o maior programa de fomento da área de Serviço Social. Ademais, temos a boa notícia de ter ampliado a cobertura para 84 pesquisadores em 2020, dado identificado após acesso à mesma base de dados em outubro de 2020. As áreas que vêm recebendo maior fomento nessa modalidade são as seguintes: Física (946), Agronomia (796), Medicina (546), Ciências da Computação (423) e Educação (401).

Há, ainda, outras rubricas de alocação de fomento do CNPq. Observemos esses dados no seu conjunto. Quanto ao apoio a pesquisador visitante, de um total de 21 no CNPq, o Serviço Social e a Psicologia não tiveram nenhuma alocação. Na modalidade de bolsa de desenvolvimento científico regional, do total de 62 no CNPq, tivemos uma bolsa e a Psicologia nenhuma. Quanto às bolsas de extensão em pesquisa, do total de 647 no CNPq, tivemos 2 bolsas na modalidade, enquanto a Psicologia não teve nenhuma. Vale destacar que as Ciências Sociais Aplicadas têm 42,66% dessas bolsas, e mais de 90% delas estão concentradas na área de Administração, o que nos chamou a atenção.

Sigamos, então, com essas rubricas que têm menos peso e demanda no CNPq. Sobre a modalidade de bolsa de fixação de doutores, de 277 no CNPq, não temos bolsas e a Psicologia tem 2 (0,72%). No caso das bolsas de iniciação tecnológica e industrial, temos surpreendentes 8 bolsas, do total de 3.187 no CNPq. Trata-se de uma modalidade de bolsa destinada a projetos institucionais, sendo contempladas as seguintes instituições: Universidade Católica de Pelotas (2), Universidade de Caxias do Sul (1), Universidade Federal do Amazonas (1) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (4). Quanto à bolsa de pesquisador/especialista visitante, de um total de 57 no CNPq, não temos nenhuma alocada no CAPSS.

Temos acompanhado uma crescente demanda nas modalidades de bolsas de pós-doutorado no Brasil, que, em outubro de 2019, correspondiam a 875 bolsas no CNPq. No entanto, nossa área estava contemplada com apenas uma bolsa (0,12%) e a Psicologia com 7 (0,84%). No exterior, na pesquisa realizada, identificamos apenas um registro de pós-doutorado, realizado em Portugal, em 2019. Retornamos à base de dados para constatar a manutenção de apenas uma bolsa de pós-

doutorado júnior no Brasil em vigência em 2020 e nenhuma bolsa de pós-doutorado no exterior para o CAPSS, o que vem gerando forte reação e frustração, pois a maior parte da demanda tem sido aprovada no mérito e mesmo as propostas indicadas como prioridade não vêm recebendo o fomento. A exemplo, em 2019 recebemos cinco propostas para pós-doutorado no exterior, todas elas aprovadas, porém apenas um projeto recebeu a bolsa. Em 2020 recebemos cinco demandas nessa modalidade, que foram também aprovadas no último ato de nossa representação, mas nenhuma foi efetivamente contemplada. Além disso, após nosso retorno à base de dados de 2020, identificamos que o mesmo se passou com a Psicologia. Muito provavelmente estamos diante da combinação perversa entre corte de recursos imposto pelo ajuste fiscal, reflexo do ambiente da pandemia de COVID-19, que impediu alguns de usufruírem das bolsas no exterior, e dos impactos da visão de pesquisa e educação do atual Governo Federal, que não vê as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas como prioridade. Entretanto, é preciso sinalizar que a queda do fomento foi generalizada e há, atualmente, poucas bolsas em vigência no exterior de doutorado e pós-doutorado.

Notas sobre o financiamento de Educação, Ciência e Tecnologia e do CNPq

Como sinalizamos no início deste texto, o Brasil tem vivido uma condição geral de ajuste fiscal permanente há quase três décadas. Todavia, a partir do golpe de Estado de novo tipo de 2016 (DEMIER, 2017), nos encontramos sob um novo regime fiscal ultra neoliberal, com impactos deletérios sobre o financiamento das políticas públicas tanto para a Educação, destacadamente para o Ensino Superior (que abriga a maior parte da pesquisa no país), quanto para a Ciência e Tecnologia, onde estão a CAPES e o

CNPq. A Emenda Constitucional n. 95 (BRASIL, 2016) agrava em muito a condição de desfinanciamento que já vinha ocorrendo, o que, agregado ao neofascismo e seu projeto destrutivo para essas áreas, tem um resultado verdadeiramente desastroso.

Realizamos, ainda, uma incursão pelo Siga Brasil, plataforma do Senado Federal que monitora a execução, quase em tempo real, do orçamento público do Governo Federal³⁵. O exame da função Educação nos mostra um orçamento em queda entre R\$ 109,3 bilhões em 2015, com leve recomposição para R\$ 112,3 bilhões em 2017, seguida de uma aguda queda para R\$ 96,8 bilhões em 2019. Até agosto de 2020, a execução do orçamento da Educação estava em R\$ 58,3 bilhões, o que sinaliza uma trajetória de continuidade para baixo. Nessa função, observamos a subfunção Ensino Superior (364), que inclui as IESs que congregam a maior parte da pesquisa no país, e notamos que ela acompanha a trajetória da função Educação: houve uma queda de R\$ 36,7 bilhões em 2015 para R\$ 31,1 bilhões em 2019. Portanto, constatou-se uma perda orçamentária de mais de R\$ 5 bilhões nos últimos anos. Em 2020, até agosto, havia uma execução de R\$ 19,6 bilhões, acompanhada de um contingenciamento de R\$ 2,2 bilhões em recursos nessa subfunção. Já a função Ciência e Tecnologia se manteve em uma situação de queda vegetativa – uma espécie de congelamento com tendência de queda – entre R\$ 2,9 bilhões em 2014 e R\$ 2,7 bilhões em 2019. Essa situação deve se repetir em 2020, já que havia uma execução de R\$ 2,4 bilhões convivendo com um contingenciamento de R\$ 27,7 milhões até agosto.

O Portal Cidadão do Siga Brasil nos revela, acerca do Desenvolvimento Científico, que ele representa 0,080% do Orçamento Geral da União (OGU), ou seja, é efetivamente irrisório.

3 Todos os dados estão deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), deflator disponibilizado na plataforma Siga Brasil.

A maior parte desse orçamento é para a formação e o suporte de recursos humanos, mostrando porque os laboratórios, de todas as áreas e instituições, vivem à míngua no Brasil, sobretudo quando não cedem às pressões do mercado, conforme citado nas linhas acima.

Conclusões um tanto óbvias

Esse percurso sobre a nossa área de conhecimento no CNPq e a condição geral da Ciência e Tecnologia no Brasil nos mostra que somos evidentemente uma área pequena e recente na cena da pesquisa brasileira, o que requisita que sejamos aguerridos como área para assegurar recursos e um lugar ao sol, que, como na sociedade capitalista em geral, “não nasce para todos”. Em razão disso, emerge a necessidade de ocupar os espaços de representação nessas instituições mesmo em tempos tão bicudos e de insistir na defesa da pesquisa como função pública, socialmente referenciada. Cada ambiente de investigação, nesse sentido, se torna uma trincheira de resistência e luta contra os exterminadores do futuro.

As próximas mudanças anunciadas no financiamento de bolsas, com indicação das áreas prioritárias, já apontam para uma redução de 84% no orçamento das agências. Portanto, praticamente todos os departamentos ou programas de Pós-Graduação de qualidade serão afetados de modo significativo por mudanças no nível de financiamento de bolsas para a Pós-Graduação.

Salta também aos olhos que o enfrentamento desse estado de coisas está na articulação entre as áreas, superando posições meramente corporativas, o que não é fácil em um ambiente marcado pela disputa de recursos, por perspectivas nitidamente

tecnocráticas e produtivistas, por certo desrespeito à dinâmica própria e à história das áreas de conhecimento e, no último período, pela discriminação de perspectivas críticas nas diversas áreas, mas especialmente na nossa, em que construímos um projeto ético-político profissional que se fundamenta no pensamento crítico-dialético. Conseqüentemente, manter vigilância constante e coletiva nas tendências e tensões da pesquisa e da Pós-Graduação na Área de Serviço Social no CNPq é absolutamente necessário.

Referências

BEHRING, E. R. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: **Crise do Capital e Fundo público**: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.

BEHRING, E. R. **Fundo Público, Valor e Política Social**. São Paulo: Cortez Editora, no prelo.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação**: PNPG 2011-2020. Brasília, DF: Capes, 2010.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 256**, de 23 de novembro de 2018. Dispõe sobre fusões, desmembramentos e migrações dos programas de pós-graduação stricto sensu. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/52246308/do1-2018-

11-28-portaria-n-256-de-23-de-novembrode-2018-52246004.
Acesso em: 7 set. 2020.

BRASIL. **Mapa de investimentos do CNPq**. [S. l.]: CNPq, [2019]. Disponível em: <http://efomento.cnpq.br/efomento/distribuicaoGeografica/distribuicaoGeografica.do?metodo=apresentar>. Acesso em: 5 set. 2019.

BRASIL. **Portaria nº 1.122**, de 19 de março de 2020. Define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.122-de-19-de-marco-de-2020-249437397>. Acesso em: 7 set. 2020.

BRASIL. Siga Brasil. <http://www9.senado.leg.br/QvAJAXZfc/open doc.htm?document=Senado%2FSigaBrasilPaineIEspecialista.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true&select=LB137>. Acesso: outubro de 2020.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DEMIER, F. **Depois do Golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2017.

MATTOS. **Governo Bolsonaro**: Neofascismo e Autocracia Burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MENDES, J. M. R.; SANTOS, A. M.; WERLANG, R. Pós-graduação em Serviço Social no Brasil: há uma pedra no caminho. **Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 165-174, maio/ago. 2017. ISSN 1982-0259

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político In: M. SILVA, M. L. de O. e (Org.). **Serviço Social no Brasil: História de Resistências e de Ruptura com o Conservadorismo**. S. Paulo: Cortez, 2016

SIMIONATTO, I. Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social. **Temporalis**. ABEPSS. Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social. Recife, Ed Universitária da UFPE, ano 5, n. 9, p. 51- 62, jan./jun. 2005.

Parte 2

Internacionalização e Serviço Social

SERVIÇO SOCIAL NO SÉCULO XXI: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO, A PESQUISA E O TRABALHO PROFISSIONAL EM *NUUESTRA* *AMÉRICA*

Ramiro Marcos Dulcich Piccolo

Introdução

As atuais correlações de forças internacionais apresentam uma configuração muito diferente daquela que marcou a segunda metade do século XX, do pós-Segunda Guerra, à queda da URSS em finais dos anos 80, o contexto da “guerra fria”, caracterizado por um mundo bipolar comandado por duas grandes superpotências. Também, pode-se afirmar que é diferente do espírito que vigorou como relato histórico hegemônico nos anos de 1990, articulado ao programa neoliberal promovido pelo Consenso de Washington (USA). Este período também é lembrado pelo surgimento de um ‘pensamento único’, que proclamava o fim das utopias, da história e das lutas de classes. A queda do Muro de Berlim em 1989 deixou como

saldo um mundo unipolar, comandado por um “Império” e com nítida hegemonia dos Estados Unidos da América.

O capitalismo dos nossos dias apresenta variações importantes nas correlações de forças geopolíticas. Hoje, sua dinâmica desigual e combinada baseia-se em um mundo multipolar, com diferentes blocos regionais disputando intensamente as melhores posições do mercado global. Por um lado, vemos a indiscutível potência norte-americana que, embora em declínio econômico e político com relação às duas últimas décadas, ainda é responsável por mais de 50% dos gastos militares mundiais, com centenas de bases localizadas em pontos estratégicos do planeta.

No entanto, os EUA não estão sozinhos no mundo contemporâneo; o crescimento sistemático da China (com um PIB há vários anos superior ao dos Estados Unidos) alterou as correlações de força entre blocos regionais. O ‘gigante asiático’ se consolida como potência mundial decisiva nestes tempos, alavancado pelo crescimento significativo da abertura de relações comerciais estratégicas em outros continentes – América Latina, por exemplo. Assim, em pouco mais de 20 anos, as correlações de forças se transformaram velozmente; da bipolaridade da segunda metade do século XX, passamos a um mundo unipolar nos anos 90, para chegar à multipolaridade atual.

Todavia, o importante a destacar é o papel que a América Latina – *Nuestra América*, parafraseando o libertador cubano José Martí – ganha neste particular contexto internacional. Historicamente, a nossa região significou uma inesgotável fonte de ‘recursos naturais’, matérias-primas e todo tipo de bens da natureza para as grandes potências, primeiro para as coloniais e agora para as capitalistas. Os enormes reservatórios de água no Paraguai e no México; as substantivas reservas de petróleo na Venezuela, Brasil, México, Argentina, Bolívia, etc.; de gás natural na Bolívia, assim

como o conjunto rico de minerais fósseis estratégicos no Brasil, Chile, Colômbia, Peru, Bolívia, etc.; a enorme biodiversidade da Amazônia são todos ‘ativos’ muito cobiçados pelas corporações capitalistas que não podem se reproduzir sem eles.

Ora, se analisarmos o desenvolvimento das forças produtivas no subcontinente, pode-se observar que a estrutura socioprodutiva não sofreu alterações substanciais no período. Continuamos sendo uma região que se insere na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) fundamentalmente como fornecedora de *commodities*, com economias baseadas na produção de matérias-primas para exportação, reforçando o caráter primário das economias latinoamericanas.

O sistema internacional

Apesar das experiências neo desenvolvimentistas e socialistas das últimas décadas na região, o quadro de capitalismo dependente não conseguiu ser alterado. Isso não significa dizer que certos avanços relativos, em termos de soberania, independência, direitos humanos, etc., não tenham sido conquistados. Pelo contrário, eles são importantes porque melhoram as condições de vida da sociedade. Tentativas desse tipo foram e ainda são experimentadas em muitos países latino-americanos hoje, como Cuba, Venezuela, Bolívia, Argentina, Nicarágua, México, e com fortes disputas e lutas político sociais em muitos outros, como Chile, Brasil, Paraguai, Uruguai, Peru, Colômbia e Costa Rica. Sem dúvidas, a onda de independência irradiada pelas ideias bolivarianas do século 21 teve um impacto no declínio do poder do gigante do norte.

O peso crescente da China e da Rússia no Continente, com investimentos diretores cada vez mais maciços, são expressões

nítidas do tal declínio, como também explica a intensidade com que as forças restauradoras do capital se movem na região, tentando por todos os meios, evitar perder o controle territorial. Por meio de eleições (Argentina, Peru, Chile, Colômbia e Uruguai), golpes parlamentares (Brasil, Paraguai, Honduras) ou tentativas de golpe (Venezuela, Equador, Bolívia), *Nuestra América* sofre, permanentemente, uma intensa pressão para se associar funcionalmente às estratégias de desenvolvimento do imperialismo norte americano, em uma tentativa reacionária de restaurar a sociedade capitalista.

Do ponto de vista das correlações de forças políticas, se observa a partir de 2013 um recuo das tendências progressistas em *Nuestra América*, concomitante ao aumento da presença de interesses norte-americanos. O programa neoliberal foi retomado com ferocidade na Argentina de Macri (2016-2020) e pelo governo Temer e depois Bolsonaro (2016/2020) no Brasil, ao tempo que a Venezuela era asfixiada. Importante lembrar que a chamada ‘revolução bolivariana’ na Venezuela é o eixo que articulou o projeto de integração regional junto a Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai, Honduras, Nicarágua, Uruguai e Paraguai no primeiro lustro do século 21. Portanto, não é casual que seja o alvo prioritário dos ataques e investidas desestabilizadoras da ‘guerra híbrida’ aplicada pelo imperialismo norte americano.

Nesta perspectiva, as relações internacionais revelam uma maior disputa entre as grandes potências no mundo e na nossa região, uma vez que é estratégica para a reprodução dos poderes imperiais. Ao mesmo tempo, *Nuestra América* se demonstra crítica a assumir o dito papel. Tanto o aprofundamento da penetração dos investimentos e da aquisição de recursos naturais da China e da Rússia, quanto pelo surgimento de governos progressistas e de esquerda, críticos do imperialismo norte-americano, são questões

que preocupam seriamente seu futuro. Exemplo claro desta preocupação são as mais de 46 bases militares que os Estados Unidos mantêm na América Latina, sob o controle do Comando Territorial Central do Pentágono, operacionalizado pelo Comando Territorial Sul – o mais antigo de todos.

Capitalismo contemporâneo em *Nuestra América*

O geógrafo norte-americano David Harvey sustenta a tese de que a acumulação do capital hoje mostra claramente que os métodos selvagens, predatórios e fraudulentos utilizados na fase originária do modo de produção nunca foram definitivamente abandonados, nem poderiam ter sido. Longe de realizar o mito do progresso social pelo desenvolvimento da livre concorrência, se movimenta pela violenta interação entre potências imperialistas, que lutam para reproduzir sua condição de poder. Dita dinâmica histórica vem gerando processos de regressão civilizatória e barbarizado a vida social, afetando especialmente aos mais pobres em boa parte do mundo; também, o funcionamento do sistema está destruindo a natureza, prejudicando o meio ambiente e degradando a vida no planeta (Cf. HARVEY, 2005, p. 121).

Segundo o autor, um dos caminhos dessa estratégia de acumulação de capital consiste em “liberar” um conjunto de “ativos” (principalmente públicos) a um preço baixíssimo para alimentar o capital sobre-acumulado, para que se aproprie dos mesmos e lhes dê um uso produtivo, ou seja, lucrativo. As privatizações recomendadas pelos neoliberais, por exemplo, servem de alavanca para abrir espaços de investimento para que o capital não se desvalorize. O mesmo pode ser alcançado, dirá Harvey, causando uma desvalorização intencional dos ativos existentes, que são vendidos abaixo de seu valor real e reciclados

lucrativamente para abastecer ao capital sobre-acumulado. Ora, para que haja desvalorização é necessária uma crise, que pode ser provocada, planejada e executada com minúcia por ‘técnicos’ altamente qualificados, especialistas nestas matérias, de forma a estabilizar os sistemas – várias das instituições e organismos se especializaram bem nisto durante as últimas décadas, sob a liderança do FMI e BM.

Uma das requisições para os Estados nacionais que forem aderir ao neoliberalismo é participar nos planos de desestabilização social, política e financeira para a crise, deixando seu controle na mão do mercado; o Estado deve organizar o processo de desvalorização dos ativos públicos para viabilizar a ‘acumulação via espoliação’ do capital sobre-acumulado. Esse é o alicerce dos famigerados ‘programas de austeridade’, os ‘ajustes estruturais’ do capital.

Dirá o pensador crítico

A acumulação por espoliação tornou-se muito mais acentuada a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de superacumulação que surgiram no campo da reprodução ampliada. O principal veículo dessa transformação foi a financeirização e orquestração, em grande parte sob a direção dos Estados Unidos, de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear de tempos em tempos aumentos mais ou menos violentos de desvalorização e acumulação por espoliação em certos setores, ou mesmo em territórios inteiros [...] Para que tudo isso acontecesse, era necessária, além da financeirização e do comércio mais livre, uma abordagem radicalmente diferente da forma como o poder do Estado, sempre um grande agente de acumulação por espoliação, deveria se desenvolver. O surgimento da teoria neoliberal e a política de privatização a ela associada simbolizaram muito dessa transição (HARVEY, 2005, p. 129).

As raízes dessa reestruturação capitalista estão nos inícios da década de 1970, quando por uma profunda crise estrutural o

sistema se vê impelido a re-organizar sua auto-reprodução e do conjunto da vida social. O neoliberalismo, que é o nome da fase que se abre com a crise sistêmica, orienta sobre as alterações de alguns parâmetros fundamentais da ordem capitalista, provocando o surgimento de fenômenos sociais inéditos historicamente. O fordismo-keynesiano, como programa e estratégia capitalista global é fortemente questionado, junto com as perspectivas de resolução negociada dos conflitos sociais e políticos. A estratégia do Estado de Bem-estar Social, de uma ‘paz social’ baseada no bem-estar geral e da conciliação dos interesses entre as classes, foi abandonada e substituída pelo programa neoliberal.

Se olharmos, particularmente, a configuração do Estado nos países que implantaram o neoliberalismo no capitalismo central, veremos que está longe daquela das regiões ‘emergentes’ ou ‘subdesenvolvidas’. Enquanto nos centros do capitalismo a passagem do Estado do Bem-estar ao neoliberal coincide com uma política monetarista e de subsídios a novas indústrias em desenvolvimento, Previdência Social de maior seletividade, com políticas educacionais e assistenciais, nas periferias o ajuste estrutural requerido pelo neoliberalismo foi executado a ‘sangue e fogo’, causando impactos sociais catastróficos para mais de uma geração.

Atualmente, os efeitos ambientais e sociais da produção cada vez mais destrutiva do capitalismo, que inclui a destruição de força humana de trabalho humana pelo desemprego e a precarização, exacerba ‘questão social’ nas diferentes realidades nacionais. Sob os ditames neoliberais, a intervenção do Estado se limita a enfrentar as manifestações mais críticas da crise através da generalização de programas assistenciais como o ‘Bolsa Família’ no Brasil, por exemplo; esses programas de transferência de renda são implantados para, efetivamente, administrar as crises

político-sociais e conter contradições estruturais. Assim, observa-se que dentro do conjunto de instrumentos e dispositivos para a administração e o controle social que foram redefinidos pelos neoliberais destacam-se as políticas sociais.

As políticas sociais universalistas de responsabilidade estatal são redefinidas a partir de critérios de ‘focalização’, ‘emergencialidade’ e ‘descentralização’ – no sentido de evacuação de competências para a sociedade (Cf. SOARES, 2000). Todos os conceitos de um programa para reduzir gastos públicos e manter baixo o preço da força de trabalho, reforçando a ideia de que a satisfação das demandas por políticas e serviços sociais são de responsabilidade exclusiva dos portadores, ficando no espaço da autoajuda e da ajuda mútua a resolução das mesmas. Dessa forma, critérios de seletividade são aplicados para tratar direitos universais conquistados com intensas lutas, ao mesmo tempo em que a satisfação das necessidades sociais elementares é transferida para a esfera particular, da vida privada. Uma parte significativa da prestação de serviços sociais públicos é transferida do Estado a ‘sociedade civil’ ou para o mercado, o que afeta o espaço sócio-ocupacional de diversas categorias, entre as quais o Serviço Social.

Podemos afirmar, então, que junto com uma reconfiguração da ‘questão social’ (marcada pela superpopulação relativa) surge uma nova modalidade de enfrentamento por parte do Estado, que tem como um de seus eixos a privatização e a mercantilização da atenção a certas necessidades elementares. Dita privatização efetua-se quando várias atividades e competências situadas na esfera público-estatal são transferidas para uma grande variedade de organizações da sociedade civil (ONG); e, quando a atenção a determinadas necessidades – especialmente aquelas com maior potencial lucrativo, como saúde, educação e previdência social – é mercantilizada e comercializada diretamente.

Assim, com a privatização das políticas sociais ocorre a mercantilização progressiva de programas e serviços sociais que antes eram de responsabilidade pública, estatal. Uma boa parte das políticas sociais é lançada ao mercado, ao circuito de compra e venda de produtos e serviços; são subsumidas à lógica da valorização do capital e não à dos direitos sociais. As áreas que não podem ser comercializadas são transferidas para uma nebulosa ‘sociedade civil’, para serem tratadas pelas organizações do ‘terceiro setor’.

A afirmação da tendência atual de restringir a Seguridade Social à Assistência Social complementa o movimento de privatizações, resultando em um sistema extremamente emergencial e precário de enfrentamento às manifestações da ‘questão social’. A ‘assistencialização’ da política social é funcional e necessária para neutralizar as manifestações mais desestabilizadoras do sistema. Em suma, o padrão neoliberal de resposta às demandas sociais, que contém e ultrapassa as políticas sociais, difere qualitativamente daquele baseado nos direitos sociais e de cidadania do ‘capitalismo com rosto humano’. Neste contexto, para a gestão eficiente desta dinâmica contraditória e para a administração das suas manifestações mais inflamáveis, será requerida uma re-atualização do perfil profissional do Serviço Social, claramente na sua dimensão teórico-metodológica e técnico-operacional.

Impactos do atual contexto no Serviço Social

A profissão de Serviço Social, como especialização do trabalho da sociedade, não é alheia a este contexto. Alguns condicionantes fundamentais nas suas bases materiais foram radicalmente alterados nas últimas décadas. Enquanto trabalho

assalariado, inscrito na divisão sociotécnica do trabalho da sociedade capitalista madura, a atividade profissional tende a ser um trabalho ‘alienado’, que se faz para outros, visto que não é o profissional que define livre e voluntariamente os objetivos e a organização da sua atividade; quem o faz, em maior medida, é a orientação do Estado e das suas políticas sociais e, em menor medida, o setor privado e o terceiro setor.

Essa perspectiva de pensar o Serviço Social, como uma categoria dentro do conjunto da classe trabalhadora, que sofre o processo de precarização das condições de trabalho e de vida – seja pela flexibilidade neoliberal dos contratos e pelo desemprego, seja pela a insuficiente resposta do Estado à ‘questão social’ com políticas sociais –, implica assumir uma postura ético-política crítica, superando as visões tecnicistas, supostamente neutras e ‘apolíticas’, tão fortes nestes tempos de modernização conservadora.

Apesar de sua condição de assalariado, pelas características de sua práxis, o assistente social preserva uma relativa autonomia na definição das prioridades e nas formas de execução do seu trabalho, uma vez que o controle exercido pelo empregador sobre sua atividade é diferente daquele realizado a um trabalhador da produção industrial de mercadorias. Dita ‘autonomia relativa’ germina na própria natureza desse tipo de trabalho, uma vez que trata com sujeitos sociais, não com objetos materiais. A sua atividade não se organiza principalmente em função da produção de mercadorias ou da transformação da matéria natural; a sua práxis situa-se predominantemente no campo político e ideológico, socioeducativo e ético-político, regido por uma legalidade social e historicamente determinada (Cf. IAMAMOTO; 2003, p. 119-120).

Nesse quadro, podem ser compreendidas as disputas existentes entre projetos profissionais diferentes, onde o reforço

das tendências que buscam adaptá-lo à demanda sistêmica para administrar a crise se reforça. A profissão, junto a outras que atuam sobre conflitos e demandas sociais, insere-se na constelação mais ampla de políticas sociais –principalmente públicas – que hoje demandam a contratação de profissionais tecnicamente qualificados e criativos, inovadores, mas não críticos, capazes de atuar dentro dos limites estreitos de gastos públicos tolerados pelos neoliberais.

A demanda profissional sempre se configura no contexto da intervenção do Estado face às expressões da ‘questão social’, em cada contexto histórico. A atual demanda está voltada principalmente para o gerenciamento da crise social e, agora, também sanitária. Assim, a crescente polarização entre as classes sociais, resultado do aprofundamento das desigualdades com o neoliberalismo, exige um tipo de intervenção voltada para exercícios de administração e contenção sociopolítica dos efeitos da crise. A ofensiva neoliberal em curso particulariza a demanda profissional em toda a América Latina; a gestão e a administração dos efeitos mais desestabilizadores da crise estrutural do sistema passam a ser função atribuída ao Serviço Social.

No campo da formação profissional e da pesquisa, o contexto apresenta grandes desafios; uma nova modernização conservadora ameaça a hegemonia de uma formação integral, fortemente ancorada em princípios éticos e políticos de liberdade, justiça social e democracia. Uma onda irracionalista, com marcados componentes reacionários e negacionistas, se espalha no senso comum da sociedade, colocando o risco de reduzir o trabalho profissional à administração eficiente de uma ‘questão social’ crônica e naturalizada. As estratégias de resistência a essas tendências empobrecedoras do exercício profissional, especialmente aquelas que buscam resgatar a dimensão coletiva

e comunitária do trabalho do assistente social, são esforços importantes a serem reivindicados e promovidos.

Nesse sentido, surge a pergunta se a reestruturação neoliberal do capitalismo requereu uma redefinição da funcionalidade e do significado social da profissão; e se a dita redefinição expressa a passagem do perfil de ‘agente de transformação’ hegemônico durante o período desenvolvimentista e na reconceitualização na América Latina, para um outro de administrador e / ou gestor da barbárie capitalista contemporânea.

É justamente a margem de autonomia relativa, historicamente determinada e modificada de acordo com as condições sociais e políticas de cada conjuntura, o que está em jogo. É lá onde a demanda das instituições empregadoras pode ser atendida de forma enriquecida, a partir de uma visão mais estratégica e crítica do processo social, superando o imediatismo pragmático que se nos demanda. De modo que, o processo ocorra com contradições, respostas e reações mais ou menos radicais por parte dos diferentes grupos e tendências da categoria, que se alinham em diferentes projetos profissionais.

Para Yamamoto (2003)

A possibilidade de reorientar o sentido de suas ações para direções sociais diferentes das esperadas pelos empregadores [...] deriva do próprio caráter contraditório das relações sociais que estruturam a sociedade burguesa. Neles estão presentes diferentes e antagônicos interesses sociais que se refratam no campo institucional, definindo forças sociopolíticas na luta pela construção de hegemonias, definir consensos de classe e estabelecer novas formas de controle social a elas vinculadas (*op. cit.*, p. 120).

Diante do quadro societário descrito acima, pode-se dizer que surge uma questão desafiadora, localizada no problema da finalidade do trabalho profissional – defender os direitos

sociais conquistados, as políticas universalistas e o acesso à cidadania – que se confronta com as atuais tendências sistêmicas à privatização e à mercantilização da resolução das necessidades sociais elementais. De imediato, isto torna-se um verdadeiro dilema para as condições de exercício da atividade profissional do Serviço Social (Cf. IAMAMOTO, 2003, p. 75 *et seq.*).

É nessa dinâmica societária, a partir das correlações de forças políticas, que ocorrem os processos e atividades que sustentam a formação de projetos profissionais, os quais podem corresponder ou não ao projeto historicamente hegemônico. Nas palavras da autora,

Se a profissão é determinada socialmente por circunstâncias sociais objetivas, que conferem um direcionamento social predominante à prática profissional – condicionando ou mesmo superando a vontade e a consciência de seus agentes individuais –, é também produto da atividade dos sujeitos que eles constroem coletivamente, sob condições sociais específicas (IAMAMOTO, 2003, p. 222).

Como é sabido, o debate sobre projetos profissionais é recente no Serviço Social brasileiro; ele não existia na profissão há pouco mais de duas décadas. Segundo Netto (1999), no Brasil, onde se encontra em um nível avançado de formulação – se comparado ao resto do continente –, a construção do projeto profissional crítico (o projeto ético-político) inicia-se nas décadas de 1970 a 1980, no enfrentamento crítico ao conservadorismo na profissão e, a partir daí, enraíza-se com base na crítica às perspectivas liberal e conservadora de pensar o Serviço Social.

Nesse contexto, o processo de articulação latino-americana do Serviço Social continua ativo, com várias correntes e perspectivas, destacando-se um esforço por coordenar um projeto profissional crítico em escala latino-americana, que resgate valores

de justiça social, independência e democracia, valores presentes no Movimento de Reconceituação em *Nuestra América*. Todavia, como vimos, o contexto é diferente daquele das décadas de 1960-70; resultado da crise estrutural do capitalismo, a demanda profissional é diferente, assim como as condições de emprego e a vida da sociedade em geral.

Um dado animador é que diversos segmentos críticos do Serviço Social hoje se articulam em *Nuestra América*, na busca de uma perspectiva que não desconsidere as particularidades históricas de cada formação social e do processo de constituição da profissão, mas que também possa vê-las como uma unidade; uma unidade contraditória. Com base nisso, as tentativas de desenvolver intercâmbios e interações são saudáveis. Assim, a Reconceituação foi um movimento que articulou segmentos de profissionais críticos em diversos países de América Latina, com atravessamentos de diversos partidos políticos e outras organizações, que colocou questões como o imperialismo, a dependência e a libertação no centro do debate. É a partir daí que a América Latina se tornou um problema a ser pensado pelo Serviço Social, como uma mediação lógica e histórica que nos permite compreender a condição periférica e projetar modos de transformá-la efetivamente.

Nesse sentido, apreender a particularidade latino-americana é um desafio do projeto profissional crítico em *Nuestra América*. Para tanto, há que pensar seu processo de construção histórica em unidade, uma unidade de diversos; uma unidade contraditória que, por compartilhar opressores, necessidades e posições subordinadas no usufruto do desenvolvimento das forças produtivas da humanidade, carrega consigo o potencial de se emancipar e contribuir para a afirmação de um projeto de emancipação geral, universal da humanidade.

A construção de um projeto profissional crítico para *Nuestra América* enfrenta dois desafios essenciais, a saber: o primeiro, no âmbito da formação e da pesquisa, tem a ver com a recuperação radical, no plano do pensamento, do processo sócio-histórico de formação do subcontinente e seu papel na dinâmica capitalista, ontem e hoje. Junto com isto, há que compreender o significado estratégico que a unidade latino-americana tem para sua própria emancipação, para enfrentar o conjunto de tendências regressivas e barbarizantes que a manutenção sistêmica requer. Além disso, precisa-se avançar na leitura atenta das lutas sociais desenvolvidas atualmente no continente, que são expressão dos embates entre os diferentes projetos societários presentes e permite projetar a categoria profissional na rede de relações de poder que compõe a sociedade como uma totalidade histórica.

Considerações finais

A atual conjuntura de *Nuestra América*, com a uma intensa disputa entre projetos societários pela hegemonia e a orientação das políticas, mostra um declínio relativo dos interesses norteamericanos na região. A cada vez mais forte presença da China e Rússia, assim como de outros blocos como a UE, reduziu as margens da dependência, assim como o avanço do ‘globalismo’ e do multilateralismo propiciam maior independência regional, num mercado internacional cada vez mais agressivo e exigente. Como resposta a esse recuo no controle territorial da América Latina, foi necessária uma reorientação das políticas imperialistas. O neo-desenvolvimentismo, vinculando crescimento econômico e distribuição da riqueza, será o modelo adotado para resistir à ofensiva neoliberal. Nesse sentido, se o conflito pelo controle territorial de *Nuestra América* se aprofundar; se as tensões da guerra

econômica com China e militar com Rússia se acirrar; pode-se esperar para o futuro imediato a materialização de uma tendência que não é nova na região, caracterizada pelo endurecimento do controle sobre as áreas periféricas.

As atuais políticas de ‘austeridade’ para a recuperação do sistema vêm consolidando processos de pauperização social em todo o mundo. Um conjunto de profundas transformações societárias é notório, onde se destaca a destruição da força humana de trabalho, que se traduz como produção da barbárie social. A contradição principal do sistema segue operando de forma cada vez mais acentuada, tornando a precariedade das condições de vida da grande maioria dos seres humanos do mundo uma necessidade para a reprodução do capital.

As expressões particulares da crise implicaram metamorfoses nas manifestações da ‘questão social’. A triste constatação de que estamos diante de uma crise que se torna crônica e que se arrasta no tempo, levou à reorganização de um conjunto de dispositivos destinados a viabilizar o processo de reprodução social para adaptá-lo à nova realidade sistêmica. A contradição entre o avanço do projeto profissional crítico e a hegemonia do projeto de sociedade neoliberal particulariza os desafios gigantescos para avançar nesse contexto adverso. Uma consolidação e aprofundamento do primeiro, a partir das condições e das forças sócio-políticas que disputam nos diferentes países, pode contribuir com o aumento das margens de independência de *Nuestra América*.

A crise também abre espaço para sua superação; a subordinação sutil ao que é dado, a adaptação minimalista a uma realidade cada vez mais irracional, não parece ser uma boa saída. A perspectiva de aliviar as situações extremas se torna a mediação eficaz para manter o *status quo*. Se a ordem das coisas for naturalizada pelos indivíduos sociais; se a realidade segue

seu absurdo curso natural, grande parte do Serviço Social será demandada para trabalhar na administração de uma sociedade que caminha para a barbárie. Este é o principal desafio para o projeto profissional crítico em *Nuestra América* na contemporaneidade, que se particulariza nos âmbitos da formação, da pesquisa e do trabalho.

Referências

AMIN, S. **Além do capitalismo senil**: por um século 21 não norteamericano. Buenos Aires: Editora Piados, 2005.

BEHRING, E. **Social Policy not Late Capitalism**. Cortez Editora, São Paulo, 1998.

CASAS, A. **Pensamento sobre integração e latino-americanismo**: origens e tendências até 1930. Colômbia: Ediciones Ántropos, 2007.

HARVEY, D. **O novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**. Trabalho e formação profissional. São Paulo: Biblioteca Latino-americana de Serviço Social, Editora Cortez, 2003.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, Editora da UNICAMP, 2002.

NETTO, J. P. **Monopoly Capitalism and Social Service**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

NETTO, J. P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Módulo I de Treinamento em Serviço Social e Política Social. Brasília, CFESS / ABEPSS / CEAD / UnB, 1999.

SOARES, L. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.



EL ENCANTO POR PRODUCIR CONOCIMIENTOS SE TRANSMITE A LAS FUTURAS GENERACIONES PROFESIONALES

Sandra Elena Iturrieta Olivares

Introducción

En las sociedades actuales, caracterizadas por la inmediatez de las interacciones; por las incertidumbres; por la rápida obsolescencia de los conocimientos; por las exigencias de éxito personal y profesional; y por las transformaciones cada vez más aceleradas en el mundo del trabajo, la producción de conocimientos en general en las Ciencias Sociales, y en particular en Trabajo Social, ofrece desafíos a quienes durante la formación profesional de pre o de postgrado, tenemos la responsabilidad de potenciar en nuestro estudiantado, las habilidades necesarias para llevar a cabo esta labor profesional/disciplinar, con rigurosidad para arribar a conocimientos socialmente significativos e interdisciplinarios.

Entre los desafíos que involucran tanto la formación profesional de pregrado, como de post grado y el ejercicio laboral en este campo, se encuentran algunos pensamientos con que usualmente se enfrenta esta labor de modo dificultoso y poco gratificante. En el presente texto, se abordan cuatro de estos pensamientos y se propone para cada uno de ellos un desafío de deconstrucción, teniendo como eje que quienes están formándose en esta área, se encanten con la producción de conocimientos desde o para Trabajo Social.

La producción de conocimientos es una actividad tediosa que permite obtener bajas calificaciones con muchos esfuerzos

La experiencia acumulada formando profesionales de pre y de post grado, en el campo de la producción de conocimientos, testimonia un pensamiento usual de quienes han pasado por las aulas universitarias de Trabajo Social, consistente en la tipificación de los cursos que abordan tales materias, como actividades tediosas, a las que se deben dedicar muchos esfuerzos, y se obtienen calificaciones apenas suficientes para aprobar. Tal caracterización, habitualmente provoca que estas actividades curriculares sean enfrentadas con temor, o con un mero sentido de obligatoriedad. La disposición emocional con que se enfrentan los procesos de enseñanza aprendizaje, son determinantes al momento de aprehender contenidos cualquiera sea su índole. De allí que se proponga desafiar tal pensamiento usual, a través de la trasmisión del encanto por producir conocimientos.

Desafío al pensamiento usual: El encanto por producir conocimientos se transmite

El involucramiento afectivo o encanto, lo llamaremos goce o felicidad, y en tal sentido recordaremos a Spinoza, filósofo del siglo XVII, que en su metafísica del racionalismo, se dedica a investigar “cuál es la verdad capaz de otorgar un sentido a la existencia humana, y por lo tanto quiere descubrir cuál es el bien que cuando se posee garantiza al hombre su felicidad” (REALE; ANTISERI, 1995, p. 354). Siguiendo una parte del pensamiento de Spinoza, diremos que las ideas, es decir pensar y el pensamiento, tienen un significado amplio que no se limita a indicar solo una actividad intelectual, “sino que incluyen el desear y el amar, y todos los diversos movimientos del alma y del espíritu.” (REALE; ANTISERI, 1995, p. 364). Según el filósofo, la idea sobre algo y ese algo son una misma unidad, cuyas diversidades estarían dadas porque captamos diferentes dimensiones de ese algo:

[...] todo lo que pueda ser percibido por un intelecto infinito como constituyendo la esencia de una substancia, sólo pertenece a una única substancia, y por consiguiente la substancia pensante y la substancia extensa son una sola y misma substancia, que se capta a veces bajo este atributo y a veces bajo aquel otro (REALE; ANTISERI, 1995, p. 365).

Para Spinoza, cada integrante de la especie humana corresponde a la unión de alma y cuerpo:

El hombre no es una substancia y tampoco un atributo, sino que está constituido por modos del pensar, con la preeminencia de aquel modo que es la idea, y por modos de la extensión, esto es, del cuerpo que constituye el objeto de la mente. El alma o mente humana es la idea o conocimiento del cuerpo (REALE; ANTISERI, 1995, p. 365).

Como según Spinoza, las ideas no corresponden sólo a un ejercicio intelectual, sino son una misma unidad con los afectos, y con los movimientos del alma y del espíritu, entonces sería posible decir que felicidad y razón serían parte de una misma unidad. De allí que el encantamiento con los procesos de producción de conocimientos, donde por excelencia se ponen en juego las ideas articuladas a través de un pensamiento lógico, sería una actividad capaz de provocarnos plenitud o felicidad.

Encantarnos con la producción de conocimientos nos permitiría trabajar con alegría, disfrutar de cada hallazgo, liberándonos de la idea de que al producir conocimientos nos convertimos en “una especie de monstruo con cabeza de pensador, pensando su práctica de una manera reflexiva y lógica, montada sobre el cuerpo de un ser humano de acción, envuelto en la acción” (BOURDIEU; WACQUANT, 2005, p. 183). Es decir, nos alejaremos de la noción que la generación de conocimientos es sólo una actividad racional.

En virtud de lo anterior, distinguiremos entre lo intelectualocéntrico y el intelectualismo. El primero, sería un error consistente en transferir una verdad establecida por la ciencia a una práctica, excluyendo la postura teórica por medio de la cual se hace posible establecer aquello como una verdad (BOURDIEU, 2007). Mientras que el intelectualismo corresponde a una corriente filosófica, que engloba las perspectivas racionalistas, rebatiendo las posibilidades de conocer a través de las experiencias y de lo sensible. No obstante, tampoco caeremos en el extremo opuesto, consistente en una especie de anti-intelectualismo que negaría el rol central, pero no exclusivo, del intelecto en el conocer. Por el contrario, no se trata de negar el rol de la razón en la producción de conocimientos, sino de considerar que, en tal proceso están

mutuamente involucrados, la razón, pensamientos, experiencias y sentidos.

Se trata por tanto de implicarse en la producción de conocimientos, de manera que el goce, disfrute o felicidad que provoca un hallazgo, se transmita a quienes se están formando en dicho campo. En tal sentido y siguiendo a Bourdieu y Wacquant (2005), diremos que la invitación es a salir de la ataraxia; es decir, del hecho de no ser perturbado, para entrar en la *illusio* que es el opuesto. Es decir, estar concernidos/as, tomado/as por el juego.

El encanto por producir conocimientos se transmite a las futuras generaciones profesionales, y a quienes se encuentran en procesos de post graduación, a través del relato verbal y no verbal, sensible y racional, de lo experimentado en torno no sólo a la tolerancia la frustración, producto de las vicisitudes de las aplicaciones metodológicas, sino también a la alegría de una buena decisión, y la constatación de los frutos que ello rinde, tanto para el valedero solaz intelectual y anímico que ello genera, como también por las posibilidades de ofrecer conocimientos socialmente significativos, a quienes en términos dialécticos, se constituyen en “*opuestos complementarios*” de nuestras prácticas investigativas. Igualmente, dicha transmisión incluiría la templanza del carácter, esculpida por la vivencia de los éxitos y fracasos generados por el sometimiento de ideas y trabajos a evaluaciones constantes, como también por los juegos de poder y las diferencias de capitales (BOURDIEU, 2008) subyacentes a muchos de tales procesos evaluativos.

Asimismo, las ilusiones y desilusiones provocadas por el trabajo de campo; los posibles olvidos y errores que en cada etapa de una investigación o sistematización, podrían dejar en el límite del desbarrancamiento todo el proceso de producción de conocimientos; sumadas a la vivencia de certezas indagatorias,

que prontamente se vuelven inciertas, para volver a rearmarse como certidumbres, que en un circuito irrompible acompañan los procesos de producción de conocimientos; junto al enamoramiento de una idea concebida en momentos de plena lucidez, y el abandono de otras que a lo largo del tiempo han demostrado su inoperancia, sumadas a la auto incitación para lograr mejores fórmulas de expresión de tales ideas; la alegría por los hallazgos, y por las relaciones intersubjetivas que van entretejiendo complicidades, entre quienes participan de las distintas fases del proceso indagatorio; entre muchas otras aristas de un prisma infinito, conforman un círculo de involucramiento racional y emocional, cuya transmisión a través de un relato vivo compuesto por elementos cognitivos, experienciales y sensibles, potenciaría la desmitificación de la actividad indagativa, como algo tedioso cuya satisfacción solo estaría dada por las posibilidades de obtener buenas calificaciones.

El elemento central acá sería entonces la humanización del proceso de producción de conocimientos, evitando presentarlo sólo como un recorrido racional por métodos y técnicas consensuadas por las comunidades académicas, sino desligar la generación de conocimientos de una concepción como mera actividad intelectual, cognitiva, ceñuda y solo posible de lograr por mentes brillantes, para ser considerado como fuente de goce del cuerpo y el alma.

La producción de conocimientos es una actividad periférica para Trabajo Social

Conforme a los datos obtenidos a partir de la investigación sobre los efectos de la masificación y estratificación de la educación superior, y las posibilidades de una promesa profesional incumplida, (ITURRIETA, 2015), en que a través de 54 entrevistas

abiertas en profundidad, y de 300 encuestas, se indagó sobre el bienestar subjetivo de profesionales de Trabajo Social, que a lo largo de todo Chile se desempeñan en el campo de la intervención social, es posible sostener que la producción de conocimientos corresponde a una actividad asumida desde prismas diferentes por dicho colectivo profesional:

“El trabajo social debe producir conocimientos para mejorar sus intervenciones sociales y para aportar a la sociedad” (E45, 2015). “Es interesante eso de la investigación... pero nosotros no hacemos sociología, lo nuestro es aplicar conocimientos en las intervenciones que desarrollamos” (E32, 2015). “El trabajo social siempre está produciendo conocimientos, sólo que no siempre los sistematiza...” (E12, 2015). “Hay trabajadores sociales que en verdad tienen vocación de sociólogos, parece como si hubiesen equivocado su carrera, o deberían trabajar sólo en la academia” (E7, 2015).

Estas afirmaciones vertidas por profesionales del Trabajo Social, que se desempeñan en el campo de la intervención social, reflejan las diferentes comprensiones con las que se asume la producción de conocimientos al interior del quehacer disciplinar/profesional. Por una parte, existe la idea de que se trata de una parte fundamental del ejercicio laboral, y desde otra perspectiva se plantea que es una actividad interesante, pero no propia del quehacer profesional, sino más bien circunscrita al trabajo académico, ya que lo específico del Trabajo Social sería la intervención.

Desafío al pensamiento usual: Hacia la ampliación de los límites profesional/disciplinares

Las transformaciones experimentadas por el mercado laboral, lleva a cuestionarse la validez de tales límites en el contexto laboral, en que las evidencias empíricas reflejan la superposición de tales demarcaciones. Un ejemplo de ello lo constituyen los

datos obtenidos a través de la investigación sobre Sociología y trabajo social en el mercado laboral chileno, (ITURRIETA, 2012), en que a través de 777 encuestas a profesionales de trabajo social y sociología, y a 111 empleadores de este tipo de profesionales, se demuestra la similitud entre los conocimientos requeridos por quienes se desempeñan en el campo de la intervención social. Los datos sobre los 12 principales conocimientos requeridos se observan en la siguiente tabla:

Tabla 1 - Principales conocimientos requeridos en sociología y trabajo social según profesionales en ejercicio y empleadores.

PRINCIPALES CONOCIMIENTOS REQUERIDOS EN SOCIOLOGÍA Y TRABAJO SOCIAL SEGÚN PROFESIONALES EN EJERCICIO Y EMPLEADORES (%)						
	Empleadores Sociología	Profesionales de Sociología	Total Sociología	Empleadores Trabajo Social	Profesionales de Trabajo Social	Total Trabajo Social
Planificación social	9,97	8,74	18,71	12,95	8,66	21,61
Género	8,50	10,06	18,56	5,81	8,60	14,41
Sujetos de intervención social	4,82	8,50	13,32	11,90	8,94	20,84
Sectores sociales (salud, educación, vivienda, justicia)	7,55	10,06	17,61	10,30	9,38	19,68
Investigación social	10,27	10,30	20,57	8,06	8,64	16,7
Metodologías y/o estrategias específicas de intervención social	10,57	8,6	19,17	10,17	10,04	20,21
Recursos humanos	7,25	5,9	13,15	6,61	7,44	14,05

PRINCIPALES CONOCIMIENTOS REQUERIDOS EN SOCIOLOGÍA Y TRABAJO SOCIAL SEGÚN PROFESIONALES EN EJERCICIO Y EMPLEADORES (%)

continuación

	Empleadores Sociología	Profesionales de Sociología	Total Sociología	Empleadores Trabajo Social	Profesionales de Trabajo Social	Total Trabajo Social
Redes institucionales; programas sociales específicos, legislación social	10,57	8,60	19,17	10,17	10,04	20,21
Administración pública	7,55	6,47	14,02	6,07	7,87	13,94
Pobreza y exclusión social	8,76	9,64	18,4	6,34	9,07	15,41
Adicciones/drogodependencias	6,94	7,46	14,4	5,41	2,81	8,22
Asistencia social	7,25	5,87	13,12	4,49	8,92	13,41

Fuente: Elaboración propia sobre los datos de la investigación “Sociología y trabajo social en el mercado laboral chileno: un análisis sociológico” (ITURRIETA, 2012).

Desde la perspectiva tanto de empleadores como desde profesionales en ejercicio, en el caso de Sociología, luego de la investigación social, entre los conocimientos requeridos se encuentran aquellos relativos a metodologías y/o estrategias específicas de intervención social; junto con los concernientes a redes institucionales; programas sociales específicos; y legislación social. Mientras que empleadores y profesionales de Trabajo Social, además de priorizar los conocimientos vinculados a intervención social, en sexto lugar de preponderancia ubican los de investigación, por sobre aquellos alusivos a administración; asistencia social; e intervenciones en temas específicos. Se evidencia entonces una cierta confluencia del Trabajo Social y la Sociología en el campo

de la intervención social, y un acercamiento del Trabajo Social hacia la producción de conocimientos. Quedando en evidencia que la intervención social si bien podría ser una especificidad del Trabajo Social, no constituye su campo de exclusividad.

Lo que está en juego acá es la noción de especificidad de las profesiones, versus la idea de que sus jurisdicciones profesionales, o sea los ámbitos de competencia de cada una de ellas, son difusos en la sociedad del conocimiento y más aún en la sociedad red. Es decir que se ponen en tensión los cierres sociales de cada profesión, entendidos como el grado en virtud del cual las colectividades profesionales, tratan de regular a su favor las condiciones del mercado laboral, mediante la limitación del acceso al mismo, de un grupo restringido de potenciales competidores (SAKS, 2003).

De acuerdo con Freidson (2003), la mayoría de las profesiones lograron el cierre social durante los siglos XX. Sin embargo, en las actuales proyecciones sobre el futuro de la humanidad, aun cuando el trabajo sigue siendo un eje permanente y articulador de la materialidad e inmaterialidad de la vida humana, existiendo consenso respecto de que ha habido, y seguirá habiendo transformaciones en el mundo laboral, y aun cuando no hay consenso respecto de cuáles serán tales mutaciones, todas estas discusiones convergen en que las jurisdicciones profesionales se desdibujarán cada vez más (BRUNET; MORAL, 2017).

Adicionalmente, por una parte se augura la paulatina obsolescencia de la humanidad en el mundo laboral, debido a la rápida evolución tecnológica. Como contrapartida a ello, se propone que el avance tecnológico permitirá la sustitución solo de algunas funciones laborales, por cuanto algunas habilidades humanas serían insustituibles por las máquinas, por tanto, se producirán complementariedades entre la inteligencia humana y artificial. Tales transformaciones que se vaticinan para el mundo

laboral, también se reflejan en el trabajo profesional, donde se argumenta por una parte que las/los profesionales poseerían habilidades y recursos suficientes para adaptarse al cambiante mundo laboral. Mientras que, por otro lado, hay quienes plantean el advenimiento de una sociedad post-profesional (ESTEVA, 2016), puesto que la sociedad digital basada en internet estaría provocando un cambio en la distribución de conocimientos en la población. Tales perspectivas conviven con aquellas que proponen que no habría antecedentes suficientes, para sostener que el futuro represente un peligro claro para el desarrollo del trabajo profesional (DANOWSKI, et al., 2019; FINQUELIEVICH, et al., 2019). No obstante, hay convergencia en que los trabajos profesionales están experimentando cambios significativos en el actual contexto socio laboral.

En el escenario antes esbozado, es posible desafiar al pensamiento usual referido a la producción de conocimientos como una actividad periférica para Trabajo Social, tendiendo hacia la ampliación de los límites profesional/disciplinares. Sería pertinente por tanto, discutir hallazgos tales como los obtenidos en la investigación mencionada recientemente, en que a partir de 87 entrevistas abiertas en profundidad, se llegó a establecer la existencia de dos posturas en Trabajo Social respecto de las jurisdicciones profesionales.

Una de dichas inclinaciones, sustenta la intervención social como la especificidad histórica del Trabajo Social, y por tanto su centralidad. Mientras que en la otra confluyen recurrentemente, los discursos profesionales relacionados con que los límites del quehacer del Trabajo Social corresponden a construcciones sociales, que deben ser relativizadas desde la formación inicial, ya que en la actualidad el mercado laboral demanda conocimientos, competencias y habilidades amplias, potenciando el empleo de

profesionales de un área, por sobre un tipo específico de profesión. Por tanto, la formación de pregrado sustentada sólo en un tipo de especificidad del Trabajo Social restringiría sus posibilidades de empleabilidad, y eventualmente, tensionaría las posibilidades de bienestar subjetivo profesional. No obstante, el quehacer del Trabajo Social se sustentaría en una “cierta mirada” sobre la realidad social, que estaría dada por la formación profesional de pregrado.

El vínculo entre la apertura de las jurisdicciones profesionales, la mayor empleabilidad y bienestar subjetivo, es coincidente con los discursos profesionales que desde la Sociología plantean que la apertura de las jurisdicciones profesionales, les ofrece vastos campos laborales en el ámbito de la intervención social, instancia en la que aprenden desde el Trabajo Social, las técnicas y metodologías adecuadas para ello, ya que en sus planes de estudios, el desarrollo de tales habilidades no está presente.

De modo que desafiar el pensamiento usual desde la formación de pregrado, para lograr ampliar las ideas sobre las jurisdicciones profesionales/disciplinares, en que se incluyan la generación de conocimientos y la intervención social, como actividades desarrolladas con el mismo encanto y centrales en Trabajo Social, potenciaría un mayor bienestar subjetivo profesional, y un mejor afrontamiento de las transformaciones del mundo del trabajo, que ya estamos comenzando a vivir.

La estrategia para sortear con éxito el proceso de producción de conocimientos es el adiestramiento constante hasta lograr mecanizarse

Conforme pasan los años y se suceden las generaciones de personas que atraviesan por procesos de formación profesional de pregrado, o continua, al momento de enfrentarse a las

materias referidas a producción de conocimientos, se evidencia la mantención de sus subjetividades, entretejidas por la búsqueda incesante de certezas, y el empirismo lógico adquirido durante su enseñanza escolar, como estrategia incuestionable para producir conocimientos, y de ese modo sortear con éxito tales materias.

Los sistemas de ordenamiento social neoliberales han ido carcomiendo paulatinamente, cada uno de los pilares básicos de la seguridad existencial, con que cada persona interpreta sus cotidianidades. Ello ha ido sedimentando en tales sociedades, extendiéndose un manto de incertezas, agobios y miedos, los que conforme a tal modelo de desarrollo, deben ser enfrentados de modo individual y además con éxito.

Lo anterior podría contribuir a explicarnos las razones, por las que el campo de la producción de conocimientos, tipificado por el colectivo estudiantil como una actividad sesuda, donde se ponen a prueba las habilidades de pensamiento lógico y la reflexividad, habitualmente es enfrentado con miedos al fracaso, lo que genera agobios. De allí que, sin excepción del nivel educativo, existiría una incesante búsqueda de certezas, que convierten al empirismo lógico, en el huso seguro donde anclar las expectativas de certeza metodológica, como camino al éxito indagatorio. No obstante, la búsqueda de una estrategia para sortear con éxito el proceso de producción de conocimientos, frecuentemente es el adiestramiento constante, hasta lograr una aplicación metodológica repetitiva, más bien mecanizada. Ello se contradice con el dinamismo y riqueza de los procesos de producción de conocimientos, por lo que contrariamente a lo esperado, la mecanización, genera mayores niveles de incertezas, agobios e insatisfacción, perdiéndose el encanto por la producción de conocimientos socialmente significativos. Ello nos insta a desafiar tal pensamiento usual.

Desafío al pensamiento usual: vigilancia epistemológica en la producción de conocimientos

Dadas las dificultades que se han observado en el estudiantado para enfrentar con reflexividad y plasticidad los procesos de producción de conocimientos, concordaremos con Bourdieu en que:

[...] a la tentación que siempre surge de transformar los preceptos del método en recetas de cocina científica o en objetos de laboratorio, sólo puede oponérsele un ejercicio constante de vigilancia epistemológica, que subordinando el uso de técnicas y conceptos a un examen sobre las condiciones y los límites de su validez, proscriba la comodidad de una aplicación automática de procedimientos probados y señale que toda operación, no importa cuán rutinaria y repetida sea, debe repensarse a sí misma y en función del caso particular (BOURDIEU, 2002, p. 16).

Sobre estas bases es que a lo largo del ejercicio docente, nos hemos detenido en el análisis de los modos de transmitir los vínculos entre las bases epistemológicas; es decir, el concepto de ciencia con el que enfrentamos la producción de conocimientos y las teorías, métodos y técnicas que han de emplearse para producirlos. No se trata de purismos teóricos ni metodológicos, sino de buscar un soporte sobre el cual quienes están cursando el pregrado, puedan ir entretejiendo sus opciones metodológicas con vigilancia epistemológica. Es decir, sin mecanizarse. En consecuencia, la noción de verdad o verdades, como sustento del conocimiento científico, podría ser un camino fructífero.

Debido a la amplitud, y a los ires y venires de las discusiones filosóficas, para facilitar la aprehensión por parte del estudiantado, de las particularidades de cada una de las corrientes epistemológicas que sustentan un concepto de ciencia, y para posteriormente, facilitar su vinculación con los métodos para

producir conocimientos, exploraremos el concepto de ciencia, en tanto su evolución hacia la búsqueda de formas de encontrar la verdad o verdades, y no conforme al período temporal, en que cada autor hizo su contribución.

A modo de síntesis y sólo con el fin de aclarar lo dicho, como se trata de encontrar modos de descubrir la verdad o verdades, partiremos desde antes del inicio de las ciencias en que la verdad era revelada por Dios, por lo tanto, única e incuestionable. Desde allí avanzaremos al contexto sociopolítico que hacen surgir las ciencias sociales, y con ellas la idea positivista de producir conocimientos, donde la verdad, como una única realidad, es captada a través de los rigurosos preceptos del método científico de las ciencias naturales, a través de la acumulación de pruebas positivas. Pero las discusiones avanzaron hacia la conformación de un concepto de ciencia que como sabemos, preserva todas las características del positivismo, excepto aquella referida a que la ciencia se hace por acumulación. Por tanto, junto a Popper pasaremos hacia el método hipotético deductivo, cuyo concepto de ciencia involucra la falsación, como forma de encontrar la verdad, que sigue siendo única y externa a quien investiga. Sin embargo, a raíz de la ausencia de la subjetividad humana en el trabajo científico, y de la necesidad de conocer sobre ello, el concepto de ciencia avanza hacia la incorporación de la subjetividad, cuyos planteamientos corresponden a la fenomenología, y donde existen tantas verdades como historias personas y sociedades, que conforman tales subjetividades, conceptualizadas como residuos fenomenológicos o esencias.

No obstante, para encontrar tales esencias, entendidas como aquello que se mantiene invariable en el tiempo, quien produce conocimientos debe hacer ejercicio de la epoché, es decir, debe poner en paréntesis todas sus convicciones útiles y necesarias para

la vida cotidiana. Por tanto, en alguna medida, la fenomenología mantiene una relación cognoscente sujeto-objeto, es decir una pretensión de neutralidad de quien produce conocimientos. Esto último es lo que produce cuestionamientos desde las miradas hermenéuticas, cuyos planteamientos reconocen la mutua implicancia entre quien produce conocimientos, y quienes proporcionan los datos de la realidad estudiada. Por tanto, asumiendo la existencia de múltiples verdades, se relativiza la mirada cartesiana de la realidad, que separa sujeto que conoce del objeto de conocimiento, sustentándose una relación cognoscente sujeto-sujeto, en que las verdades son construcciones mutuamente influidas. No obstante, la noción de poder implicada en la producción de conocimientos, y por tanto de aquellas verdades, queda fuera de este concepto de ciencia, por lo que avanzaremos hacia las miradas dialécticas, que nos permiten producir conocimientos considerando que las verdades están contenidas en la idea de opuestos complementarios, como expresión del poder entre sujeto cognoscente y sujeto objeto de conocimiento. En este punto nos encontramos con las ideas decoloniales, que plantean que el eurocentrismo provoca la “invención del otro/a”, dejando fuera de la producción de conocimientos, las realidades no hegemónicas, tales como las Latinoamericanas. Por tanto, llegamos finalmente a la mirada de Dussel (2015), que desde el contexto latinoamericano plantea la idea de Analéctica, como el paso siguiente a la dialéctica, que en búsqueda de las múltiples verdades propone superar la idea de totalidad, que ha implicado el colonialismo del saber.

Este modo de ir identificando el punto de quiebre de una base epistemológica para engazarlo con el razonamiento de la siguiente, teniendo como hilo conductor la idea de búsqueda de la verdad o verdades, permite hacer menos áridos estos contenidos

para el estudiantado, facilitando la discusión sobre cuál es el concepto de ciencia que sustenta nuestro trabajo, es decir su base o matriz epistemológica.

El recorrido anterior, ha demostrado ser clarificador respecto de los aportes de la epistemología a la producción de conocimientos, ya que queda en evidencia que el concepto de ciencia no es unívoco, y que ello tiene implicancias sobre los métodos empleados para producirlos. Sin embargo, no resulta ser lo suficientemente explícito como para convertirse, como hemos dicho, en un huso donde anclar las decisiones procedimentales. En razón de ello, se hace necesario introducir la idea de paradigmas, como mediadora entre base epistemológica y métodos.

En concordancia con lo dicho anteriormente, y con fines meramente didácticos, resulta pertinente durante la formación de pregrado, separar la lógica empírico-racional, de la ideográfica, conforme a los paradigmas explicativo e interpretativo. Esta separación facilita la internalización de las implicancias que la lógica empírico-racional, basada en el positivismo y neopositivismo, y que por tanto sustenta el paradigma explicativo, tiene en el campo de la producción de conocimientos. Asimismo, tal dicotomía favorece la internalización de que la lógica ideográfica, proveniente de las perspectivas fenomenológicas y hermenéuticas, corresponden a las bases del paradigma interpretativo, y por tanto tienen implicancias específicas, en cada uno de los pasos y opciones metodológicas involucradas durante un proceso de investigación o de sistematización. Mientras que las perspectivas dialécticas y analécticas, podrán ser trabajadas bajo los preceptos de cualquiera de los dos paradigmas, reservándose la integración paradigmática, para los trabajos en post grados. Aquí corresponde puntualizar sobre la necesidad de incorporar en las costumbres intelectuales de nuestro estudiantado, la idea

de valorar en su justa medida, la producción de conocimientos sustentada en diferentes concepciones epistemológicas, ya que se trata de alcanzar conocimientos socialmente significativos, por tanto, uno u otro concepto de ciencia será meritorio para alcanzar los objetivos que nos hemos propuesto en nuestras investigaciones o sistematizaciones. En relación con lo anterior, sería relevante desmitificar en el estudiantado, la idea de que la investigación desarrollada, desde uno u otro paradigma presenta mayores o menores dificultades.

Todos los desafíos al pensamiento usual anteriormente esbozados, tendientes a impedir la mecanización del estudiantado, en ningún caso significan que debemos renunciar a proporcionarles durante su formación de pregrado, una multiplicidad de ejercicios, y a transmitirles nuestras experiencias en el campo de la producción de conocimientos, en que la aplicación de los métodos, técnicas y la vigilancia epistemológica sea evidente. Ello en función de que:

[...] el método – escribe Auguste Comte – no es susceptible de ser estudiado separadamente de las investigaciones en que se lo emplea; o por lo menos, sería éste un estudio muerto, incapaz de fecundar el espíritu que a él se consagra. Todo lo que pueda decirse de real, cuando se lo encara abstractamente, se reduce a generalidades tan vagas que no podrían tener influencia alguna sobre el régimen intelectual (BOURDIEU, 2002, p. 12)

De modo que todas nuestras ejemplificaciones potenciarían las habilidades del estudiantado para ejercer vigilancia epistemológica en sus producciones, y en ningún caso serán susceptibles de ser asumidas como meras recetas tendientes a la mecanización, potenciando con ello su encantamiento con la generación de conocimientos socialmente significativos.

La producción de conocimientos sociocríticos es una actividad inherente al Trabajo Social

Sobre la base de la investigación sobre subjetividades con que profesionales de intervención social experimentan su ejercicio laboral, (ITURRIETA, 2019), en que se desarrollaron 54 entrevistas en profundidad con profesionales de Trabajo Social, que se desempeñan en el campo de la intervención social a lo largo de todo Chile, es posible sostener que lo sociocrítico, es pensado recurrentemente como una característica inherente a la producción de conocimientos desde el Trabajo Social:

[...] cuando nosotros desde el trabajo social investigamos, obviamente generamos conocimientos crítico sociales, ese es nuestro rol en la sociedad, ser críticos con lo que estamos viendo” (E5, 2019). “Lo crítico social forma parte de nuestro quehacer... en cualquier actividad siempre estamos criticando situaciones complejas, injustas... o que no permiten el pleno desarrollo de las personas... cuando investigamos o sistematizamos es lo mismo... siempre somos críticos” (E39, 2019). “El Trabajo Social es crítico... esa es su impronta...” (E47, 2019).

Al igual que quienes se desempeñan laboralmente en Trabajo Social, el estudiantado de la carrera ha expresado, a lo largo de los años de docencia universitaria de pre y post grado, en un sentido manifiesto que el quehacer del Trabajo Social es sociocrítico siempre; y en un sentido latente que aquello es una característica inherente a éste. Aun cuando en el pensamiento usual lo sociocrítico estaría caracterizado de tal modo, a lo largo de los años, también ha sido posible constatar la presencia de ideas y actuaciones profesionales, tendientes a la adaptación social de las personas destinatarias de la labor del Trabajo Social. Igualmente, se ha apreciado un uso indistinto de las concepciones de “criticar” y “sociocrítico”, lo que induce a confusiones conceptuales, que sustentarían el desarrollo de un tipo de Trabajo

Social paradójicamente, acrítico. En consecuencia, a la formación profesional, tanto de pre como post grado, le competaría un rol primordial en la deconstrucción de tales ideas.

Desafío al pensamiento usual: Hacia la elaboración de trayectorias analíticas para deconstruir ideas desde diferentes perspectivas teóricas

Nadie podría desconocer que el marxismo es la corriente filosófica que intenta ir más allá de la interpretación de la humanidad, proponiendo como horizonte filosófico su transformación y la de sus condiciones de existencia. Desde allí que las perspectivas teóricas subsecuentes, correspondan a intentos transformadores y sociocríticos, basados en el materialismo histórico y dialéctico argumentados por Marx y Engels.

Según el materialismo histórico, las ideas dependen de la estructura económica o la reflejan:

La producción de las ideas, las representaciones, la conciencia, se halla en primer lugar directamente vinculada a la actividad material, y a las relaciones materiales entre los hombres, en lenguaje de la vida real. Las representaciones y los pensamientos, el intercambio espiritual de los hombres continúan siendo aquí una emanación directa de su comportamiento material (MARX, 2007, p. 181).

Por su parte, el materialismo dialéctico, consistiría en la existencia de una relación de condicionamiento por parte de la estructura económica, sobre la supraestructura, que a la vez es constituida por las producciones mentales de las personas, es decir, su conciencia.

El advenimiento de las dictaduras cívico-militares en varios países de América Latina, en los años '70, provocó no sólo el cierre de muchas Escuelas de Trabajo Social, sino también la erradicación

del marxismo como lectura obligatoria en los planes de estudio de las carreras de ciencias humanas y sociales. Reponiéndose tal conocimiento sólo aproximadamente desde los años 1990 en adelante. Ello sumado a la satanización de tal perspectiva filosófica, por los sectores conservadores de dichas sociedades, entre ellos, quienes controlan los medios de información masivos, podrían explicar, en parte, que habitualmente se confundan las nociones de “criticar” con el desarrollo de un pensamiento “sociocrítico”, y también que ese tipo de pensamiento se signifique como amenazante, aun cuando se le atribuya al Trabajo Social contemporáneo como una característica consustancial.

Más aun, cuando se trata de la generación de conocimientos desde las ciencias sociales, ya que ello se asocia al develamiento de situaciones que podrían poner en tela de juicio al actual ordenamiento sociocultural. De allí que para avanzar sea necesario que durante la formación profesional se insista en distinguir las concepciones de crítica y de sociocrítico.

Desde el sentido común el término criticar algo o a alguien, equivale a manifestar un desacuerdo, por tanto, el uso corriente de la expresión difiere de la definición filosófica de criticar, que corresponde al:

[...] arte de juzgar, a la facultad de pensar o de discernir, aquello que tiene que ver con la κρίσις [crisis], que es la acción o facultad de distinguir, la acción de elegir o separar, de decidir o decidirse por algo y, por tanto, también implica la acción de disentir (Diccionario filosófico de Centeno, 2020, s/p)

En tanto que, lo sociocrítico corresponde al desentrañamiento de los sistemas de ideas que sustentan la realidad social desde una base material. Tal nivel de abstracción dificulta en extremo, las posibilidades de plasmar en el quehacer profesional/disciplinar el pensamiento sociocrítico. En virtud de ello es que se propone, en

el campo de la investigación y sistematización, equiparlo con la producción de conocimientos socialmente significativos.

Los conocimientos socialmente significativos corresponderían por tanto, a aquellos que nos permitirían identificar, cuestionar y contribuir a desmontar ideas o pensamientos que podrían estar siendo asumidos acríticamente (DEVÉS, 2016), dados los procesos de naturalización que vivimos en nuestras cotidianidades en las sociedades en general, en que van arraigándose ciertos usos, costumbres y abstracciones de la realidad, que finalmente pasan a constituirse en realidades objetivadas, y por tanto, asumidas las más de las veces, de modo incuestionado y acrítico, es decir sin haber pasado por un proceso de discernimiento.

A la vez, la producción de conocimientos sociocríticos permitiría detectar elementos que contribuyan a la elaboración de nuevos sistemas de ideas, que sean transmitidos a las actuales y futuras generaciones de profesionales, para que el abordaje de su desarrollo disciplinar y profesional, esté dotado de contenidos que permitan cumplir con las premisas de un trabajo comprometido con valores ético-políticos, que potencien el desarrollo humano y social. En tal sentido, la criticidad se convierte en un desafío ético, que nos invita a ampliar las miradas hacia los niveles donde la estructura toma forma, para producir conocimientos que nos permitan influir en quienes elaboran planes, programas y proyectos (DEVÉS, 2016) y que toman decisiones que se plasman, las más de las veces, en lineamientos de actuación profesional.

Sobre estas bases es que se propone como desafío al pensamiento usual, la elaboración de trayectorias analíticas para deconstruir ideas desde diferentes perspectivas teóricas, más allá del estructuralismo. Ello en ningún caso significa renegar del marxismo como corriente filosófica base de lo sociocrítico, sino que se plantea su inclusión al conjunto de las posibilidades teóricas,

que permiten el análisis de ideas naturalizadas que sustentan las subjetividades, y muchas de las características sociales y culturales de las sociedades actuales neoliberales y patriarcales.

Las ideas son pensamientos/acciones, es decir que no son sólo abstracciones de las realidades, sino que además implican una relación dialéctica entre hacer/dejar de hacer, lo que en sí constituye una acción. Tales ideas son transmitidas a través del lenguaje que va conformando universos discursivos. Según Roig (1984) un universo discursivo abarca:

[...] la totalidad actual o posible de los discursos correspondientes a un determinado grupo humano en una época dada (sincrónicamente) o a lo largo de un cierto período (diacrónicamente) y sobre cuya base se establece, para esa misma comunidad, el complejo mundo de la intercomunicación (ROIG, 1984, p. 5).

Dichos universos contienen múltiples niveles discursivos con los que se interpreta la complejidad del mundo social. Entre ellos es posible identificar a lo menos dos tipos de discursos antitéticos, que corresponden a los que nos interesa trabajar a través de la producción de conocimientos sociocríticos: aquellos en que se invierte la jerarquía de valores, es decir los anti-discursos o los opuestos; y los que se organizan sobre la base de la crítica a los supuestos del discurso dominante, lo que en palabras de Roig (1984), correspondería a los discursos contrarios. Asumiendo la existencia de estos dos tipos de discursos: los opuestos y los contrarios, se propone desafiar el pensamiento estudiantil de pre y post grado, hacia la de trayectorias analíticas de las ideas. Entenderemos una trayectoria analítica, como el camino o recorrido circular, trazado a priori del análisis, de un conjunto de ideas dialécticamente entrelazadas, contenidas en discursos antitéticos. Un ejemplo de ello podría ser el siguiente:

Un primer paso sería la identificación de un sistema de ideas; para luego determinar los núcleos semánticos constituyentes de éste. Estos núcleos semánticos contienen aportes para discernir sobre tales ideas, los que también identificaremos. Pero desde una mirada dialéctica, si hay aportes en estos núcleos semánticos, también encontraremos disidencias y desde los discursos contrarios habría propuestas de modificaciones. Tales modificaciones, necesariamente se sustentarían en nuevas lógicas de pensamientos sobre el tema que se está analizando, por lo tanto, identificaremos los fundamentos sobre los que se sostienen estas nuevas ideas y las lógicas a las que tributan. También desde una mirada dialéctica, el poder está presente en la posibilidad de hacer circular las ideas y su eventual instalación, por tanto, habrá que analizar si existen o no condiciones para instalar nuevos sistemas de ideas. Luego de este recorrido volveríamos al primer paso.

Queda planteada entonces la elaboración de trayectorias analíticas, como un desafío al pensamiento usual de quienes están atravesando por procesos de formación profesional, de manera que la elaboración de trayectorias, similares a la ejemplificada, forme parte del quehacer del Trabajo Social. Ello potenciaría el encanto por la producción de conocimientos sociocríticos, y por tanto la implicancia disciplinar/profesional en ello.

Reflexiones finales

Los planteamientos vertidos a lo largo de este texto intentan abrir caminos para ir paulatinamente, deconstruyendo aquellas ideas que impiden que la producción de conocimientos socialmente significativos sea una actividad inherente al Trabajo Social, que contribuya socialmente, y al bienestar subjetivo del colectivo profesional/disciplinar. De allí que se proponga desafiar

al pensamiento usual, en estos y otros aspectos, que nos permitan saltar los obstáculos para no sólo lograr un “*sistema de costumbres intelectuales*” (BOURDIEU, 2002), donde esté internalizada la producción de conocimientos sociocríticos e interdisciplinarios, con vigilancia epistemológica, sino que tal sistema de costumbres intelectuales sea ampliado incluyendo lo racional y lo emocional. Allí, quienes estamos a cargo de la formación profesional en estas materias, tenemos un rol central transmitiendo el encanto por la producción de conocimientos a las futuras generaciones profesionales, a través de la deconstrucción de pensamientos usuales obstaculizadores, de modo de contribuir con conocimientos producidos con *illusio*, a impulsar cada vez más, la potencia transformadora del Trabajo Social, y su compromiso ético-político con los valores que le dieron origen, y que lo han mantenido a lo largo del tiempo.

Referencias

BOURDIEU, P. **El oficio del sociólogo**. 1ª edición. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

BOURDIEU, P. **Sentido práctico**. 1ª edición. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

BOURDIEU, P. **Homo Academicus**. 1ª edición. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **Una invitación a la sociología reflexiva**. 1ª edición. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

BRUNET, I.; ICART, I.; MORAL, D. **Origen, contexto, evolución y futuro de la formación profesional**. Terragona: Universitat Rovira i Virgili, 2017.

DEVÉS, E. La circulación de las ideas, una conceptualización: el caso de la teología latinoamericana en Corea del Sur. **Revista de Estudios Avanzados**, n. 25, p. 20-41, julio. 2016.

DICCIONARIO FILOSÓFICO DE CENTENO 2020. Disponible en: <https://sites.google.com/site/diccionariodecenteno/c/critica>. Consultado el 12 de septiembre de 2020.

DANOWSKI, D; VIVEIROS DE CASTRO, E. **¿Hay mundo por venir?** 1ª edición. Buenos Aires: Caja Negra, 2019.

DUSSEL, E. **Filosofías del Sur: Descolonización y Transmodernidad**. Buenos Aires: Akal, 2015

E39 (2019); E5 (2019). Entrevistas desarrolladas con profesionales del Trabajo Social en Chile, en el marco de la investigación: “Subjetividades con que profesionales que se desempeñan en el campo de la intervención social experimentan su ejercicio laboral: Sugerencias a la formación profesional”, (ITURRIETA, 2019).

E45 (2015); E32 (2015); E12 (2015); E7 (2015). Entrevistas desarrolladas con profesionales del Trabajo Social en Chile, en el marco de la investigación: “Efectos de la masificación y estratificación de la educación superior en el campo laboral del Trabajo Social, y las posibilidades de una promesa profesional incumplida”, (Iturrieta 2015).

ESTEVA, G. Desprofesionalizarnos / Deprofessionalize Ourselves. Unitierra Oaxaca. 2016. Disponible en: <https://earthlingopinion.wordpress.com/2017/09/27/desprofesionalizarnos-deprofessionalize-ourselves/>. Recuperado el 15 de septiembre de 2020.

FREIDSON, E. El alma del profesionalismo. En: SÁNCHEZ, M.; CARRERAS, J, SVENSSON, S. **Sociología de las profesiones: Pasado, presente y futuro**. Murcia: DM, 2003.

FINQUELIEVICH S.; FELDMAN, P.; GIROLIMO, U., ODENA, B. (Comps.) (2019). **El futuro ya no es lo era**. 1ª edición. Buenos Aires: Instituto de investigaciones Gino Germani, 2019.

ITURRIETA, S. “Subjetividades con que profesionales que se desempeñan en el campo de la intervención social experimentan su ejercicio laboral: Sugerencias a la formación profesional”. Investigación financiada por la Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo. Fondecyt 11170220. Chile 2019.

ITURRIETA, S. **Efectos de la masificación y estratificación de la educación superior en el campo laboral del Trabajo Social**, y las posibilidades de una promesa profesional incumplida”. Investigación financiada por la Dirección de investigación Pontificia Universidad Católica de Valparaíso. Código DI/2015. Chile. 2015.

ITURRIETA, S. **Sociología y Trabajo social en el mercado laboral**: Un análisis sociológico. Tesis para optar al grado de Dra. En ciencias Sociales. Universidad de Granada, España. 2012.

MARX, K. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política**. 20ª edición. México: Siglo XXI, 2007.

REALE, G, ANTISERI, D. **Historia del pensamiento filosófico y científico**. Tomo III. Barcelona: Herder, 1995.

ROIG, A. **Narrativa y cotidianidad**. Quito: Belén, 1984.

SAKS, M. Las limitaciones de la sociología de las profesiones anglo-americana: una crítica de la actual ortodoxia neo-weberiana. En: SÁNCHEZ, M.; CARRERAS, J. ; SVENSSON, S. **Sociología de las profesiones**: Pasado, presente y futuro. (2003) DM. Murcia: DM, 2003.

DINÂMICAS DA IDENTIDADE E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS: A INTERLOCUÇÃO COM A FORMAÇÃO

Maria Emília Freitas Ferreira

Introdução

A produção de conhecimento no Serviço Social português constituiu o objeto a que dediquei a tese de doutoramento¹, com a intenção de desvendar *as lógicas e significados* da produção científica do Serviço Social português. Produção relativa aos processos de qualificação desenvolvidos no contexto do protocolo celebrado entre o ISSSL e a PUC-SP², tendo como pano de fundo as mudanças institucionais

- 1 Serviço Social e Construção do conhecimento, contextos, lógicas e significados no Serviço Social português. Tese de doutoramento apresentada à PUC-SP em maio de 2006 para obtenção do título de doutora em Serviço Social.
- 2 Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

do pós 25 de abril de 1974³. A autonomia conquistada pelo Serviço Social português nas últimas duas décadas, justificada pela existência de três doutoramentos em Portugal, é razão suficiente para manter vivo e atual o investimento na investigação em Serviço Social.

Na pesquisa empírica realizada, a produção de conhecimento revelou-se como um marco diferenciador na trajetória do Serviço Social português, levando-me a considerá-la uma nova dimensão identitária (FERREIRA, 2006).

Inspirada pelo pensamento de Martinelli (2013) de que a produção científica é uma das manifestações do modo de ser e de aparecer social da profissão, procuro agora acompanhar e monitorizar a produção científica com enfoque nos processos de qualificação de doutoramento. Neste sentido, pese embora os limites impostos pelo contexto e pelas suas características intrínsecas, a produção do Serviço Social pode ser demonstrativa, de forma expressa ou latente, dos modos de ser e de pensar, das inquietudes, das cumplicidades e das vinculações, como expressão de mudança.

Em defesa dessa nova dimensão está a percepção de que a identidade do Serviço Social português se foi libertando da visão monolítica e normativa atribuída na fase de implantação, para uma identidade reconstruída, em função de novas referências, valores, princípios e fundamentos do agir. O suporte foi sendo encontrado por vontade própria, e se evidenciou nas alterações aos planos de estudo, em novas estratégias do agir profissional⁴,

3 Popularmente conhecida como a Revolução dos Cravos. Trata-se da Revolução que em 1974 depôs o regime do Estado Novo e instaurou a democracia – a revolução dos 3 dês – Democratizar, Desenvolver, Descolonizar.

4 Veja-se a questão em ‘Desenvolvimento Comunitário em Portugal nos anos sessenta: que participação e significado no serviço social português?’ FERREIRA, M. E. In IAMAMOTO e SANTOS. “*A história pelo avesso. A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*”. São Paulo: Editora Cortez (no prelo).

na produção académica⁵, e na ação dos movimentos internos e influências externas. Entre estas distinguem-se, pelo significado e importância, a partilha dos ideais e princípios do movimento de reconceitualização⁶ que rebateram em Portugal nos anos sessenta e setenta, e porque se constituíram determinantes no porvir, as parcerias internacionais particularmente o protocolo celebrado em 1986 com a PUC-SP que na sua cláusula primeira clarifica a articulação entre formação, pesquisa e conhecimento. Disso mesmo foi dado conta na cerimónia de abertura do 1º mestrado:

[...] o incremento da investigação científica em Portugal no contexto da realidade portuguesa, não só permitindo ao corpo docente o prosseguimento na carreira como também e principalmente qualificando no quadro académico esta escola e o próprio ensino do Serviço Social [...] permitir uma qualidade de investigação que venha enriquecer ou alargar esse campo de conhecimento na área de Serviço Social (NEGREIROS, 1987, p. 6).⁷

Da produção académica na fase inicial da formação, até ao salto diferenciador das primeiras qualificações de mestrado e doutorado na PUC-SP ocorreram seis décadas. Tão vasto período não permite neste trabalho um tratamento detalhado, optou-se por isso pelo maior envolvimento com a produção científica nos

5 Confronte-se esta perspetiva no artigo O Legado do Serviço Social português dos anos 1960 – Significado e sentido da mudança na produção académica, FERREIRA, M.E, In DURIGUETTO; MOLJO E EIRAS. *Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, América do Norte e Europa*, EDITORA UFJF (no prelo)

6 Movimento de Reconceitualização do Serviço Social da América Latina

7 Maria Augusta Negreiros à data diretora do ISSSL no discurso de abertura do 1º mestrado em Serviço Social (1987) primeira iniciativa de qualificação pós graduada ao abrigo do protocolo assinado em abril de 1986. (Folheto do ISSSL – 1º Mestrado em Serviço Social)

doutoramentos realizados no cenário do protocolo PUC-SP/ISSSL entre 1993 e 2006, e a produção relativa aos processos operados em universidades/institutos portugueses de 2007 a 2019⁸.

Entre a implantação da formação em 1935 até ao surgimento da *manhã clara*⁹ no raiar do 25 de Abril de 1974, o Serviço Social português passou por fases de conformidade e adaptação, de contestação e enfrentamento, e, nesse processo construiu-se e reconstruiu-se reinventando a sua identidade. Consideramos a identidade como a *seiva* que, resultante da fusão dos elementos (formação, vivência experiencial do agir, reflexão das dinâmicas internas e do contexto), é parte do processo e o alimenta. A produção de conhecimento será uma das suas manifestações, a forma como se materializa o sentir e o sentido da profissão¹⁰.

Da legitimação do Serviço Social ao pronunciamento de maio de 1974

Emergência do Serviço Social – trajectória e contexto

Com tentativas falhadas durante a 1ª República¹¹ a formação em Serviço Social em Portugal situa-se apenas em 1935 já em plena consolidação do Estado Novo. Este atraso, face a países da Europa onde de forma mais célere esta formação se

8 Lamentavelmente não obtivemos a informação sobre as teses de doutoramento solicitada aos órgãos da Universidade Lusíada, razão pela qual tais elementos não puderam ser aqui apresentados.

9 Sophia de Melo Breyner

10 Este interesse temático, (não exclusivo) justifica a participação em eventos (Porto Alegre 2003; Beja 2006; Salvador 2008, Habana 2011 e 2016, Vitória 2016, Bucarest e Juiz de Fora 2019 e em função de variados recortes algumas publicações em Portugal e no Brasil)

11 Fim da monarquia – 5 outubro de 1910 a 28 maio de 1926.

implantou, deve ser entendido face a um contexto nacional de grande volatilidade política. Entre 1910 com a implantação da 1ª República e seu fim, com o golpe de estado de 1926 liderado pela área mais conservadora da sociedade, o país vive um clima permanente de instabilidade política e agitação social, onde os graves problemas financeiros contribuem para o agravamento dos problemas sociais e condições de vida da população. Apesar disso as preocupações sociais estão presentes nas iniciativas para aumento da escolaridade, no início dos seguros sociais de doença, invalidez e acidentes de trabalho, incentiva-se a luta contra a tuberculose, a abertura da primeira maternidade e a reorganização da assistência pública.

Investigações conduzidas sobre esta época (HENRIQUEZ, 1991; MARTINS, 1999) apresentam indicadores da vontade de criação de uma profissão social cuja expressão mais evidente se manifesta em 1924 no 1º Congresso das Misericórdias e que surge na influência do movimento higienista.

[...] as questões essenciais sobre o serviço social foram postas com clareza durante *a década de vinte*, questão que podemos confrontar com as primeiras intervenções públicas da Drª Branca Rumina, em especial, na conferencia de Março de 1925 sobre o 'Serviço Social no Hospital - Processo Moderno de Assistência' (HENRIQUEZ, 1991, p. 12).

O Serviço Social, nas intenções e pela influência do movimento higienista, anunciava-se como um complemento às atividades profissionais da saúde.

Porém, o golpe de estado de 1926¹² interrompe estas pretensões que virão a ter continuidade no Estado Novo, mas em moldes diferenciados, com controlo da Igreja Católica e de

12 Golpe militar que derruba a 1ª República e implanta uma Ditadura Militar que conduzirá ao Estado Novo.

movimentos femininos conservadores. É neste novo contexto que irá surgir em Lisboa em 1935 a primeira formação em Serviço Social à que se seguirá a de Coimbra em 1937.¹³

Serviço Social – a identidade definida por decreto

A existência destes dois cursos foi legitimada e regulamentada pelo decreto-lei nº 30135 de dezembro de 1939, que se torna o primeiro marco da formação em Serviço Social em Portugal e da sua identidade. Nele se revelam dimensões que cruzando-se se reforçam marcando durante décadas, pela presença e pela ausência, a identidade da profissão e a sua representação social¹⁴. Vejamos o preâmbulo do decreto no que se consideram de dimensões identitárias:

Género e classe social – as candidatas ao curso serão “raparigas até da melhor condição¹⁵” com escolaridade do 7º ano¹⁶. Sendo claro e imperativo quanto ao género, a condição social apresenta-se como uma falácia introduzida pela expressão ‘até’ numa época em que a escolaridade da mulher era quase inexistente, relegada nas prioridades das famílias e do próprio Estado, que não garantia condições sociais e organizacionais para a formação da mulher.

Dimensão moral e controle social – preconiza-se como prática a ação “persistente e metódica de múltiplos objetivos, higiénicos,

13 Sobre este tempo e processo consultar Ferreira (2009); Henriquez (1991); Martins (1999).

14 Apesar desta legitimação ambos os cursos permanecem fora do sistema universitário com ligação direta à Igreja Católica no caso de Lisboa, com ligação mista entre o Estado e a uma instituição religiosa no caso de Coimbra.

15 Itálico da iniciativa da autora

16 Correspondendo ao 12º ano de hoje como exigência para entrada no ensino superior na via ensino.

morais e intelectuais”, junto “famílias humildes e de restrita cultura, as mais facilmente influenciáveis”. Estas dimensões encontram consistência no Plano de Estudos.

Princípios e Ideologia – aponta-se como condição para integrar o curso “vocação natural, mentalidade especialmente formada e firme sentido social” destinadas a garantir um perfil de “dirigentes idóneas e responsáveis [...] conscientes e activas cooperadoras da Revolução Nacional” na base das “sãs doutrinas”.

O Plano de Estudos, parte integrante do mesmo decreto, reforça e operacionaliza as intenções do preâmbulo quanto aos:

Fundamentos do conhecimento – valoriza-se a dimensão médica e higiénico-sanitária e a doutrina social da Igreja. A área das ciências sociais é representada apenas pela economia demografia e direito. A formação específica em Serviço Social apresenta-se sob a forma de técnicas-administrativa pouco adequadas às intenções e funções preconizadas no próprio documento.

A Prática e investigação – a primeira tem expressão nos estágios em todos os anos do curso, mas a pesquisa está ausente no Plano de Estudos, razão pela qual a produção académica, na forma de uma monografia final, não traduz o rigor de um processo científico. Contudo, esta produção, de que se tem elementos até ao início da década de setenta, é reveladora das condições de formação e do contexto social e político da época.

Até final da década de cinquenta a sociedade portuguesa vive o processo de consolidação do Estado Novo, enquanto o Serviço Social se afirma na formação e na inserção como nova profissão. Mas, na proximidade dos anos sessenta os ecos de mudança, traduzidos em acontecimentos políticos, económicos e sociais começavam a fazer-se ouvir, rebatendo sobre o Serviço Social. A formação na sua organização académica e pedagógica,

continua nas três escolas a ser da responsabilidade de órgãos tutelados pela Igreja.

Contudo em 1956 um novo plano de estudos reconhece a necessidade de introduzir alterações visando novas funções a atribuir às assistentes sociais:

[...] destinadas principalmente a conseguir uma correspondência mais perfeita às exigências da sociedade portuguesa, que, semelhantemente à de outros países, reclama se dê cada vez maior incremento às actividades de grupo, educativas e culturais, aos movimentos de organização das comunidades e aos estudos de carácter sociológico em que essas actividades e movimentos forçosamente têm de basear-se (Decreto-lei nº 40678/1956 – art.1).

E especialmente a dedicação, “aos problemas de saúde, de trabalho, de auxílio social, de pesquisa e planeamento sociais” e sendo os dois últimos anos reservados aos “aspectos de trabalho e de educação, nos problemas dos meios, das comunidades e dos grupos, fazendo-se ensaios de estudos sociológicos e realizando-se já trabalho social efectivo” (Decreto-lei nº 40678/1956 – art. 2 e 3)¹⁷

Apesar das intenções, o Plano de Estudos que resultará deste decreto, não altera a visão médico-sanitária e perspectiva moralista e doutrinária do plano anterior, constatando-se “o particular relevo dado às disciplinas de carácter médico e de direito, de formação moral e religiosa, de preparação doméstica e de estágio em todos os anos do curso” (FERNANDES, 1985a, p. 130). Ainda assim há a referir a autonomização da Psicologia e a especificação de Técnicas da profissão, bem como no 4º ano a referência explícita ao “esboço de trabalho sociológico” (*op. cit.*, p. 131-132).

17 Este ano é ainda marcado pela criação na cidade do Porto de uma nova escola, estando assim definidas as três estruturas que representam a formação em Serviço Social na chegada do 25 de abril de 1974.

A década de sessenta até ao 25 abril de 1974

No dealbar da década de sessenta nos setores críticos da sociedade, incluindo os designados *católicos progressistas*, crescia a contestação a um regime antidemocrático, autoritário e persecutório. No seio destes grupos fervilhavam ideias de mudança, e o ano de 1961 é particularmente fértil de acontecimentos que alimentam a insatisfação com o início da guerra colonial¹⁸ e a perda do domínio na Índia. Entre 1961 e 1974 o governo de Salazar procede à progressiva mobilização dos jovens para uma guerra que alguns não entendem e que altera por completo os seus projetos de vida, uma guerra donde não regressam ou regressam estropiados e com traumas (síndrome pós-traumático) que os acompanharão mesmo depois de fim da guerra.

Vítimas indirectas e silenciosas da guerra, as mulheres nos seus diferentes papéis viveram, à distância, momentos de grande ansiedade e sofrimento. Mas a guerra, e a ausência forçada dos homens, exigiu da sociedade uma certa abertura que, facilitou o caminho de inserção laboral da mulher em novas atividades, da tomada de responsabilidades na família, e duma maior consciência social. A escolaridade, exigida pelos novos empregos, vai ajudar o processo de autonomia económica e emancipação social, tornando-se a universidade parte estruturante desse percurso.¹⁹

18 Guerra colonial, assim designada à data em Portugal, designa o conjunto de ações armadas, organizadas e/ou de guerrilha tendentes a obter a independência dos territórios colonizados por Portugal, à data, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e os arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Movimento formalmente iniciado em 1961 a independência só foi obtida no processo de descolonização encetado no pós 25 de Abril de 1974.

19 Ao nível da formação salienta-se ainda em 1961 a implantação do Serviço Social em Angola funcionando com o apoio do Instituto Pio XII entre 1961-1974.

No Serviço Social ocorriam, entretanto mudanças de caráter geral formalizadas em despachos da tutela. Dignas de nota para a dinâmica identitária, a qualidade de *superior* atribuída ao curso de Serviço Social (1961)²⁰, a admissão de alunos do sexo masculino (1964), e o reconhecimento da condição de *Superior* aos Institutos (1969).

Sendo o plano de estudos o instrumento que permite perceber o sentido os fundamentos e a operacionalização da formação, a grande mudança anunciada desde 1956 e 1961, verifica-se apenas no plano de 1971/1972 e 1972/1973, sendo este último o plano que vigora na ocorrência do 25 de abril. Nele se efetiva a intenção de uma formação que integra as Ciências Sociais de forma estruturada segundo os objetivos atribuídos a cada um dos anos do curso.

Entretanto, influências externas diretas e indiretas rebatiam no Serviço Social português. Diretas – as dinâmicas do desenvolvimento comunitário e os ecos do movimento de Reconceituação que, pese embora a censura, chegavam a Portugal. Indiretas – uma nova visão da Igreja sobre a pobreza e o desenvolvimento dos povos, inscrita na nova Encíclica *Populorum Progressio*, e os *Planos de Fomento* como proposta política do Estado. De diferente expressão, no seu conjunto abriam possibilidades a uma nova forma de entender e fazer Serviço Social, e davam novo sentido ao mal-estar emergente em alguns setores do grupo profissional.

As assistentes sociais já não suportavam mais a ideia de serem conhecidas como ‘as meninas do socorro’ as meninas da ‘assistência’. Muitas delas queriam também ter um papel mais interventivo na sociedade, participar em processos

20 Sem efeitos no título académico que continua a definir-se como um diploma profissional.

desenvolvimentistas das populações junto de que actuavam e chamar os seus ‘clientes’ a serem também eles participantes na sociedade que se pretendia construir (ROSA, 1997, p. 29).

Este desejo encontraria terreno na participação nos projetos de desenvolvimento comunitário, propostos por movimentos da sociedade e apoiados por personalidades influentes e investigadores da área económica e social. O Serviço Social esteve presente e participativo na génese da intervenção comunitária, quanto à concepção dos projetos, planeamento e execução, revelando-se tanto nos estudos preliminares como nas ações de formação, e posteriormente na prática profissional efetiva e de estágios.

Na formação dos novos agentes o Serviço Social está na linha da frente através do ensino do *método de Serviço Social de comunidades*, assumido nas escolas de Lisboa e Coimbra no plano relativo a 1960/1961 e no Porto no ano 1964/1965. Ele é introduzido no ensino teórico e teórico-prático, e, por essa via, considerado como um potencial campo de estágio. No Instituto de Lisboa o ensino do método de comunidade é referenciado no roteiro do aluno de 1970/1971 na perspectiva das “componentes teóricas, teórico-práticas, grupos de reflexão e debate”.

Análise efetuada sobre o tema permitiu considerar que a participação nos projetos de desenvolvimento comunitário justificou o aprofundamento temático em seminários e debates, e a inclusão no campo profissional como estratégia de apropriação dos novos espaços profissionais (FERREIRA, Cortez, no prelo).

A produção académica até 1972

As monografias, como trabalho final, no total de 463 unidades, refletem as diferentes realidades e marcam de forma

expressiva dois períodos, o primeiro da emergência da formação até ao início dos anos sessenta, e um segundo que abrange a década de sessenta até 1972.

No primeiro período as 237 monografias produzidas, correspondendo ao tempo de um certo imobilismo social em que o contexto político impediu e condicionou a expressão de uma vontade firme e esclarecida, privilegiam o estudo de localidades geográfico-administrativas – a vila, o concelho, a freguesia, a aldeia; o estudo de instituições/organizações - Casas do Povo, Misericórdias e outras onde a prática profissional tem a sua efetividade; o estudo de diferentes tipos de família quanto à atividade económica e inserção territorial – famílias ligada à pesca, à atividade rural, à atividade industrial. Os estudos seguem a influência teórica e metodológica de Frederck Le Play.

No segundo período o Serviço Social, ainda que na estreita faixa de liberdade que o regime permitia, havia já passado de uma formação de matriz médico-sanitária de cariz moralista para uma formação que se situava nas Ciências Sociais, que pugnava por ensino laico e científico, que assumia um papel mais interventivo na sociedade, que refletia sobre si próprio e questionava o seu lugar. E que, relativamente à prática profissional rejeitava o controlo social, reivindicando para si próprio uma prática que traduzia já o embrião da tripla dimensão teórica, técnica e ético-política.

As movimentações que forçaram decisões legislativas e as reformas internas desta década, incluindo a participação em novas metodologias de trabalho coletivo visando o desenvolvimento comunitário, a insatisfação que irrompia de vários setores da sociedade a intranquilidade na profissão, colocavam a inevitabilidade da mudança. É o que reflete o testemunho de uma assistente social no quadro do trabalho em empresa,

O que nos resta destes três anos de actividade é uma sensação de conflito interior, de um penoso esforço que não nos dava qualquer realização a não ser a que nos vinha da confiança dos trabalhadores que nos transmitiam as injustiças a que estavam sujeitos nas empresas, com a maior abertura. Dessas situações para uma maior justiça e mais adequada gestão de recursos humanos ou melhoria das condições de higiene e saúde pouco ou nada melhorava (BARATA, 1997, p. 34).

E o mesmo é traduzido em boa parte das 226 monografias que apresentam neste período um novo perfil, manifesto em novas temáticas onde pela primeira surgem as categorias trabalho, problemas sociais, e prática profissional do assistente social.

Particularmente o tema ‘trabalho’ introduzido em 1964 é de total inovação saindo mesmo do politicamente consentido. Apresenta questões do trabalho e absentismo feminino no meio operário, da conciliação entre trabalho da mulher e vida familiar, das condições de trabalho na vertente da situação das empregadas de serviço doméstico, do trabalho dos nativos nas colónias portuguesas, da reforma invalidez e sobrevivência. São temas que só pelo facto de existirem merecem referência pelo que significam do olhar atento das e dos novos estudantes e abertura dos docentes. Mas a mais significativa mudança revela-se no facto de que neste período

[...] os futuros assistentes sociais elegem pela primeira vez a **profissão e o seu agir** como objeto de estudo com o total de trinta unidades (13%), sendo o primeiro estudo datado de 1964. É um olhar endógeno de identificação e debate das funções, de busca novas teorias de enquadramento e de diferentes modelos de ação, de procura dos valores intrínsecos à profissão (FERREIRA, 2020, no prelo).

Funções e campos profissionais, metodologias de intervenção, competências profissionais, a reconfiguração do agir e valores são constatados nesta produção:

[...] inserção profissional em novos campos, conquistados pela competência profissional dos agentes profissionais, mas também a emergência de novas necessidades que requerem uma intervenção profissional qualificada (FERREIRA, 2009, p. 186).

Revolução de abril de 1974 – liberdade e democracia

Serviço Social – por uma formação laica e científica

Em Portugal o clima revolucionário do pós 25 de abril de 1974 proporcionou ao Serviço Social a abertura que permitiu avançar com ações e propostas ousadas que correspondendo a vontades que amadurecidas, encontravam o contexto de concretização e visibilidade. Nesta nova realidade o Serviço Social demonstrou o rigor interpretativo e a sua vitalidade na leitura dos acontecimentos e a insubordinação que alimentou as lutas em prol de um ensino de cariz laico e científico.

A emancipação da tutela da Igreja, tutela assente no sistema jurídico-legal, colocou-se como a ação matricial, a partir da qual as restantes poderiam tomar rumo próprio. Neste sentido o Conselho Escolar do Instituto de Lisboa, a 2 de Maio de 1974, na circunstância do clima conflitual marcado por dissidências insanáveis na concepções de formação e desenvolvimento do pensamento científico, repudia “qualquer forma de vinculação ideológica à Associação de Serviço Social²¹ e anuncia de forma unilateral a desvinculação da mesma (Negreiros In Ferreira 2006,

21 Órgão tutelado pelo Patriarcado de Lisboa de que juridicamente o Instituto de Lisboa dependia.

p. 153). Na mesma sessão, e a fim de evitar o vazio legal para o qual a decisão arrastava, é reivindicada a integração na universidade pública.

Começava assim um longo caminho que se revelou difícil e sinuoso pela força das circunstâncias e do pensamento conservador acerca do Serviço Social. Assim, se a decisão de desvinculação, depois de um período litigioso acabou dando resultados, o mesmo não ocorreu com a integração na universidade pese embora a vontade dos três Institutos quanto à integração nas estruturas universitárias públicas. Fernandes analisando o processo e as relações com a universidade considera que:

Não fora a declarada oposição às ciências sociais e o conservadorismo da universidade portuguesa, ter-se-ia dado o diálogo que permitiu, em outras sociedades e consideradas desenvolvidas, não encarar de forma subalterna ou paliativa a função dos profissionais de acção social, concebendo-a antes como intervenção científico-técnica e não como mera actividade de execução das políticas de protecção social (FERNANDES, 1985, 123-124).

Perante o insucesso das acções em 1985 o Instituto de Lisboa adota a forma de cooperativa ultrapassando um certo vazio legal em se mantivera entre 1974 e 1985. Esta nova condição permitiu alterar a estratégia propondo agora a obtenção do reconhecimento de licenciatura à formação que ministrava. Para isso faz aprovar um Plano de Estudos Curriculares com cinco anos introduzindo ou alargando áreas científicas como Metodologias específicas para a intervenção, Administração Social, Sociologia da Cultura, Demografia e Investigação em Serviço Social. Porém, o processo ficava agora cativo de questões

organizacionais internas pela ausência de qualificação pós-graduada dos docentes de Serviço Social.

Do intercâmbio com a PUC-SP à autonomia – a força da utopia

Configura-se então uma nova aposta na qual vai ter papel de relevo a PUC-SP com a qual o ISSSL em 1986 assina um protocolo de intercâmbio com o objetivo de obter

[...] o incremento da investigação científica em Portugal no contexto da realidade portuguesa, não só permitindo ao corpo docente o prosseguimento na carreira como também e principalmente qualificando no quadro académico esta escola e o próprio ensino do Serviço Social [...] permitir uma qualidade de investigação que venha enriquecer ou alargar esse campo de conhecimento na área de Serviço Social (NEGREIROS, 1987).²²

No âmbito do protocolo realizaram-se dois mestrados, o primeiro iniciado de imediato. No total qualificaram 14 mestres. E, no Programa de Doutoramento da PUC-SP, com a participação de programas de cooperação entre instituições para a ciência, de Portugal e do Brasil, qualificaram-se 11 doutores em Serviço Social entre 1993 e 2006. Este esforço em mestrado e doutoramento viria

22 Maria Augusta Negreiros à data diretora do ISSSL no discurso de abertura do 1º mestrado em Serviço Social (1987) primeira iniciativa de qualificação pós graduada ao abrigo do protocolo assinado em abril de 1986. (Folheto do ISSSL – 1º Mestrado em Serviço Social), Lisboa 1987.

a consolidar em 1995 o mestrado em Serviço Social em Portugal, entretanto apresentado ao Ministério.²³

E, em 2003 formado o primeiro grupo de doutores pela PUC-SP, iniciava-se o doutoramento em protocolo entre o ISSSL e o ISCTE²⁴. A Universidade Católica de Lisboa via igualmente aprovado um doutoramento próprio.²⁵

A utopia que o Reitor da PUC-SP²⁶ vaticinava como indispensável ao Serviço Social, pois sem ela “não existe universidade, não existe ciência, não existe prática social” acabava de dar frutos. Utopia que para o Serviço Social era muito mais

A utopia tornada possível ‘contra ventos e marés’ iria contribuir decisivamente para um processo de reconhecimento social e de legitimação do Serviço Social enquanto área científica no contexto das ciências sociais em Portugal (RODRIGUES; ANDRADE, 2009, p. 751).

-
- 23 Entretanto a formação até ai limitada às 3 escolas originais expande-se rapidamente com entrada em novos Institutos e Universidades. Estudo levado a cabo no ano 2000/2001 no âmbito da Investigação da licenciatura reconhece a existência da formação em 10 escolas, das quais 3 são as anteriores ao 25 de abril e as restantes em estabelecimentos de ensino superior que adoptam a formação após o reconhecimento do grau de licenciatura. Das 7 restantes 2 são em novos Institutos e 5 em Universidades sendo uma delas do sistema publico (Açores) e as restantes pertencentes ao ensino privado (Particular e Cooperativo ou Concordatário). A expansão continuou, estando integrado agora em 18 escolas das quais 11 são agora do ensino público 4 universidade/equiparado e 7 em Institutos Politécnicos. No ensino privado as restantes 7 são universidades e 2 são Institutos Superiores.
- 24 Instituto Ciências do Trabalho e da Empresa, hoje Instituto Universitário de Lisboa.
- 25 Recentemente o programa interinstitucional com a Universidade de Coimbra.
- 26 Discurso do Magnífico Reitor da PUC-SP, Luiz Eduardo Wanderley, na Sessão de abertura solene do 1º mestrado ao abrigo do Protocolo ISSSL/PUC-SP.

A dinâmica interna e o reconhecimento de escolas internacionais, de reconhecido mérito, nomeadamente a PUC-SP, constituíram uma preciosa alavanca para o reconhecimento da licenciatura em 1989.

Porém problemas insolúveis ditaram a perda de autonomia da 1ª escola de Serviço Social que em 2006, por despacho do Ministro da Educação e Ensino Superior, é ‘integrada’ na Universidade Lusíada de Lisboa no âmbito do ensino particular²⁷.

A produção científica no âmbito dos programas doutorais

A pesquisa como atividade científica, espaço de busca de construção e reconstrução de conhecimento científico, foi também uma conquista da luta por uma cidadania académica. Ela aconteceu pela força da parceria construída com a PUC-SP, e pela dinâmica institucional, de dupla face, concretizada na ação das direções e órgãos académicos, e no envolvimento e empenho de docentes e discentes que integraram os sucessivos programas – mestrado e um doutoramento. Estes são os atores desta sinfonia, aqueles que:

[...] expondo-se, conquistaram e imprimiram uma dinâmica alterativa da profissão. Dinâmica que abrindo a frente da investigação, deixava vislumbrar uma nova forma de *ser* e *estar* na profissão, correspondendo à instauração de uma dimensão inovadora da identidade profissional - a produção de conhecimento (FERREIRA, 2006, p. 21).

27 Por essa razão o doutoramento ISSSL/ ISCTE ficava comprometido e depois de um tempo de alguma indefinição o ISCTE assumiu o doutoramento de forma autónoma bem como os restantes graus de Serviço Social, licenciatura e mestrado. A Universidade Lusíada viria a obter igualmente a permissão para a atribuição deste grau.

Tal manifestou-se igualmente na prática profissional pela inovação e pela perspectiva global e pela integração da população na direcção da sua vida como direito de cidadania. O profissional revê e revê as premissas do seu trabalho e assume-se comprometido com os interesses das classes excluídas. Uma assistente social, vivendo esta transição reflete comparativamente. “Depois de 1974 a nossa actividade profissional passou a ser um projecto de realização global – profissional e pessoal” (BARATA, 1997, p. 34).

Análise da produção científica no âmbito do doutoramento -processo e percursos

A análise da produção científica teve a preocupação da totalidade, na simbiose do uno e do múltiplo, na não uniformidade e permanência do saber que é dinâmico.

[...] o saber não pode se dar na fragmentação: precisa acontecer na perspectiva da totalidade. [...] O desafio da multiplicidade, expressão da riqueza da manifestação do mundo em nossa experiência, não nos exime da exigência da unidade, garantia da significação especificamente humana do mundo que os homens inauguraram (SEVERINO, 1995, p. 54).

Com o funcionamento do mestrado em Portugal, o intercâmbio com a PUC-SP passou a estar direccionado aos cursos de doutoramento, com aulas em Portugal e no Brasil e apresentação final no campus da PUC-SP, até 2006.

O total de teses analisadas neste trabalho é de 67 respeitantes ao arco temporal de 1993 a 2019. Inclui as 11 produzidas na PUC-SP, no ISCTE/IUL e na UC, bem como 2 teses obtidas na universidade de Friburgo em Trabalho Social e 5 finalizadas no

curso Ciências do Serviço Social. ²⁸ A totalidade da 1ª pirâmide e metade da 2ª abarca os doutoramentos na PUC-SP (CF gráficos nº 1 e 2).

Gráfico nº 1 – Distribuição por anos

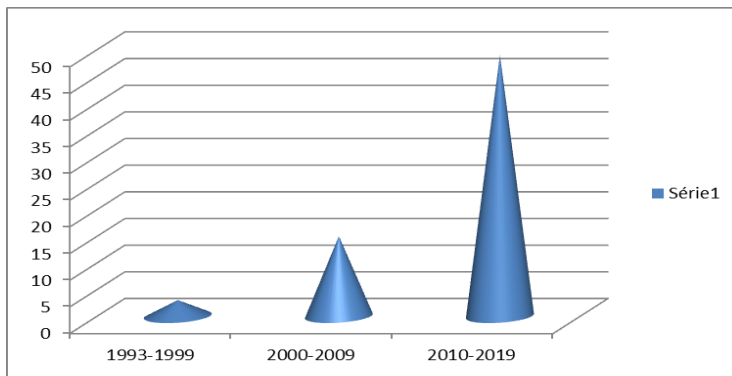
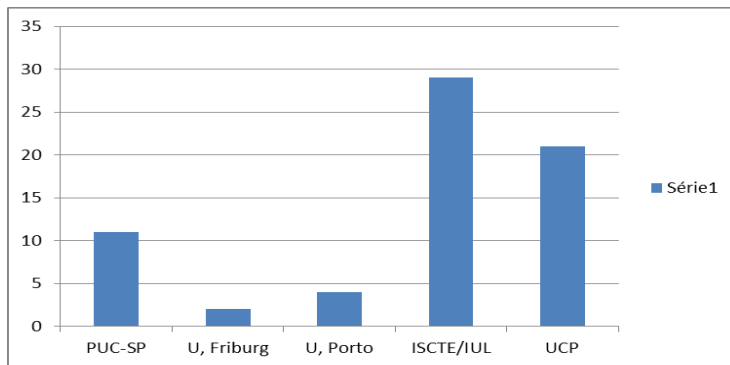


Gráfico nº 2 – Distribuição por instituição



As teses foram analisadas em função da perspectiva quantitativa e qualitativa (temática). Na primeira perspectiva reconhece-se

28 Ministrado no Instituto Abel Salazar - Universidade do Porto, o curso da iniciativa do Instituto Superior de Serviço Social do Porto nunca foi bem aceite no meio académico de Serviço Social de Lisboa e Coimbra. No final do primeiro curso não teve continuidade.

que o processo não tem sido linear. Relativamente à PUC-SP o acesso inicial ao doutoramento foi limitado, pela necessidade de obtenção do grau de mestre. O percurso foi por isso faseado tendo resultado na qualificação de 11 doutores entre 1993 e 2006. O processo já de si moroso tornou-se em alguns casos complicado do ponto de vista logístico pese embora o apoio institucional e de programas co-financiados.

O arranque do doutoramento em Portugal sofreu também vicissitudes do cumprimento do programa académico e das mudanças institucionais que culminariam na já referida *inclusão* do Instituto de Lisboa numa universidade privada. Vencidas as dificuldades e embora surjam doutoramentos a partir de 2006, na verdade só a partir de 2010 se começa a verificar um ritmo regular, assim considerando o período de 26 anos (1993-2019) a média foi de 2,5 doutoramentos por ano. Considerando apenas a qualificação confinada a Portugal sobe para 4,5.

Do ponto de vista qualitativo a produção científica apresenta hoje uma densidade temática que justificou um novo olhar sobre a mesma (Diagrama nº 1).

O exercício conduziu às cinco áreas de concentração que se apresentam (gráfico nº 3).

- A. Serviço Social, Processo evolutivo, Identidade e Formação (10)
- B. Agir profissional: Ética Fundamentos e Metodologias (26)
- C. Estado, Sociedade e Políticas públicas (13)
- D. Problemas, Demandas e Direitos Sociais (13)
- E. Novas problemáticas e Questões fraturantes (5)

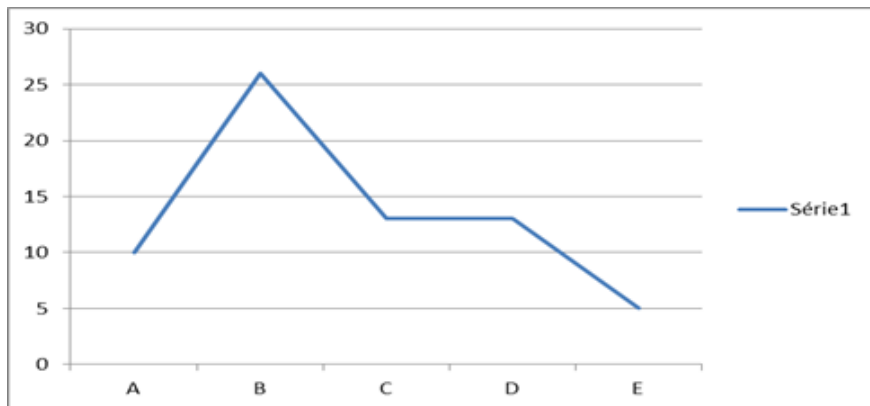
Diagrama nº 1 – Áreas de concentração



Partiu-se do entendimento que a produção científica do Serviço Social se pode enquadrar em áreas de concentração segundo as características dos objectos em estudo. Procurando este sentido ele conduziu-nos à definição acima indicada²⁹. É grande a diversidade de objectos cobrindo todos os aspectos intrínsecos ao Serviço Social: a busca da essência, o ser profissão na sua construção histórica identidade e formação; os fundamentos e modelos do agir numa realidade multifacetada na qual o exercício profissional se torna facto social; a centralidade do Estado da Sociedade e das Políticas Públicas; os sujeitos participantes/beneficiários da ação nos seus direitos e demandas sociais; e uma prometedora área de inovação e temas fraturantes.

29 Exercício decorrente da pesquisa e análise na tese de doutoramento (FERREIRA, 2006) revisto agora em função do maior número e de novas temáticas.

Gráfico nº 3 – Áreas de concentração



A – Serviço Social Processo Evolutivo Identidade e Formação centraliza a essência do Serviço Social na trajetória construída evidenciando o papel da estrutura e da conjuntura e a participação dos diferentes atores. Com as linhas de pesquisa: Trajetória histórica e inserção institucional; Identidade; Formação, (10 unidades).

B – Na área de concentração do Agir Profissional identificam-se como linhas de pesquisa: Fundamentos da ação, Ética e Valores; Metodologias e instrumentos; Trabalho e Espaços Socio-ocupacionais. Em suma, um agir que se configura e reconfigura em função de realidades que lhe servem de suporte, em função de escolhas éticas teóricas e metodológicas em função da dinâmica do corpo profissional, do conhecimento incorporado através da formação e da experiência, e das matrizes teóricas que o sustentam, e dos contextos institucionais (26 unidades)

C – Estado Sociedade e Políticas Públicas. Linhas de pesquisa: Questão Social, Pobreza e Políticas Sociais. Considera a relação entre Estado e Sociedade mediada pelas Políticas Públicas. O seu conteúdo é variável em função das condições e opções políticas

em presença, por isso apresentam a dimensão macro, dizem respeito aos modelos e modos de concepção, na base dos quais se encontram perspectivas ideológicas que as suportam e lhes dão forma (13 unidades).

D – Em Problemas Demandas e Direitos Sociais: com as linhas Problemáticas do Envelhecimento e respostas sociais; A criança sujeito de direitos e políticas públicas; A saúde – direito e organização. Pela variedade temática esta área cruza-se com frequência com as duas anteriores na dimensão da prática profissional e das políticas públicas. Nesta área expressam-se as questões que atravessam a sociedade portuguesa e se cruzam na prática profissional, com os profissionais e com os sujeitos envolvidos e participantes na acção profissional, e as medidas de política social direccionadas.

E – Ainda que com expressão residual os temas emergentes e fracturantes abrem uma nova área. Nesta análise sinalizam-se as linhas Ambiente e Ecologia; Género, Sexualidade e Violência.

Concluindo

Deliberadamente esta comunicação não se constituiu como uma teorização da identidade. Tendo comparado simbolicamente a identidade à *seiva* que no reino vegetal resulta do processo de fotossíntese e nele se alimenta e se transforma em alimento, tal não faria sentido. Porque tal comparação implica considerar a identidade como e de natureza fluida, esquiva, que se mostra pelo efeito e menos pela forma. Contudo, continuando na metáfora, sem ela não há vida, não há esperança, não há utopia. Ora, não é isto que se observa no Serviço Social português onde sucessivas gerações foram construindo e deixando um legado, real e simbólico: o marco da génese, implantação e institucionalização até à década

de cinquenta; o marco da contestação e da mudança nos anos sessenta, com a ousadia da busca de um lugar a que se sentia com direito e precisava de conquistar – e o fez. E de tal maneira o fez que é de sublinhar a vinculação da produção acadêmica do período imediatamente antes do 25 de abril “à realidade social e aos desdobramentos da questão social pelos temas que elegeu como objeto” que traduzem “o despontar de uma consciência crítica e inconformismo da comunidade acadêmica” (FERREIRA, 2020, no prelo).

E, paulatinamente a viragem na identidade consolidava-se preparando as escolas os docentes e os profissionais para a ruptura que se anunciava. Finalmente ela chegou numa manhã de primavera, na coragem dos militares, nos cravos vermelhos (das mulheres do povo), na insurreição no Largo do Mitelo a 2 de maio de 1974³⁰ no “cheirinho de alecrim” da canção do Chico Buarque.

Finalmente almeja-se um marco de participação científica e de organização da categoria profissional – esta a mais recente da utopia do Serviço Social e acréscimo na identidade.

Hoje em Portugal não se discute a inserção do Serviço Social no sistema universitário (público e privado), mas discute-se (de novo) o que faz, como faz, porque faz.

Neste caminho o conhecimento sob diversas formas foi registando passo a passo, imagens, saberes, traços da identidade. A identidade que tem acompanhado o percurso na produção científica não apenas como tema, a identidade própria e alheia, mas porque a escolha dos distintos objetos é também um exercício manifesto de identidade. No olhar sobre a essência do Serviço Social, nos sujeitos destinatários da ação, nas metodologias de intervenção e seus fundamentos, nas políticas sociais, nos direitos

30 Morada quase *mítica* para muitas assistentes sociais que em Lisboa a tiveram como referência

e demandas e nos temas emergentes, perpassa a identidade do Serviço Social. Já não a identidade monolítica e sem cor, mas uma identidade em que os protagonistas de cada momento, construíram e pintaram o cenário com as *nuances* possíveis.

Uma profissão em movimento chamou-lhe M^a Augusta Negreiros. Esse é o espírito atual, um novo marco, olhando a mais recente (e questionada) conquista da ‘ordem dos assistentes sociais’³¹. Ou a ‘Sociedade Científica do Serviço Social’ formada em 2019 de cujos objetivos relevamos: – Consolidar a área científica de Serviço Social ao nível da investigação e do ensino, e, – Promover o estudo e a investigação na área de Serviço Social.

Se gerações anteriores nos garantiram a legitimidade, a qualificação e o reconhecimento, a organização da profissão e do saber, pode bem ser o legado desta geração, a que me orgulho de pertencer.

Referências

BARATA, A. Espaços de Intervenção em Tempos de Mudança. In: MARTINS, A.; HENRÍQUEZ, A (Org.). **Serviço Social no Feminino**, Lisboa: CPIHTS, p. 33-36, 1997.

FERNANDES, E. Evolução da Formação dos Assistentes Sociais no Instituto de Lisboa. **Intervenção Social** nº 2/3, Lisboa, ISSSL, 123-141, 1985^a.

FERNANDES, E. Elementos para uma cronologia do Serviço Social em Portugal. **Intervenção Social**, nº 2/3, Lisboa, ISSSL, 143-148, 1985^b.

FERREIRA, M. E. **Serviço Social e Construção do Conhecimento, Contextos, Lógicas e Significados no Serviço Social Português**.

31 Em fase de instalação

2006. 391 p. Tese (doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. São Paulo, 2006.

FERREIRA, M. E. Serviço Social e Sociedade, Cumplicidades e Interações – contributos para uma análise da produção acadêmica portuguesa no período de 1936 a 1972. **Revista Em Pauta**, nº 23, Rio de Janeiro, UERJ, 161-190, 2009.

FERREIRA, M. E. O legado do Serviço Social português dos anos 1960 – Significado e sentido da mudança na produção acadêmica. In: DURIGUETTO, M. L.; MOLJO, C.; EIRAS, A. **Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social**: América Latina, América do Norte e Europa. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2020 (no prelo).

FERREIRA, M. E. Desenvolvimento comunitário em Portugal nos anos sessenta: Que participação e significado no Serviço Social português? In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. **A história pelo avesso**. A Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2020 (no prelo).

HENRIQUEZ, B. A. Gênese e Emergência do Serviço Social Português – O Instituto de Serviço Social de Lisboa. **Intervenção Social**, nº 5/6, Lisboa, ISSSL, 10-20, 1991.

MARTINELLI, M. L. A Pergunta pela Identidade profissional do Serviço Social: uma matriz de análise. **Serv. Soc. & Saúde**, v. 12, nº 2, Campinas, 2013, p. 145-156,

MARTINS, A. **Gênese Emergência e Institucionalização do Serviço Social português**, Lisboa: FCG, 1999.

MARTINS, A.; HENRÍQUEZ, A. (Orgs.) **Serviço Social no Feminino**, Lisboa, CPIHTS, 1997.

RODRIGUES, F.; ANDRADE, M. Intercâmbio e produção de conhecimentos Brasil e Portugal... em tempos de viragem. **Serv. Soc. Soc.**, nº 100, São Paulo, Cortez, 2009, p. 749-771

ROSA, M. T. S. O Associativismo das Assistentes Sociais no Pré-25 de Abril, in MARTINS, H. (Org.) *In: MARTINS, A; HENRÍQUEZ. A. (Org.) Serviço Social no Feminino*, Lisboa, CPIHTS, 1997. p. 27-31.

SEVERINO, A. J. O poder da verdade e a verdade do saber. In: MARTINELLI, M. L.; RODRIGUES ON, M. L.; MUCHAIL, S. T. (Orgs.) **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez, 1998, p. 46-54.

Outros documentos

Folheto do ISSSL – 1º Mestrado em Serviço Social (Brochura), Lisboa 1987;

Roteiro dos Alunos 70/71 e 71/72 (textos policopiados)

DESAFIOS À FORMAÇÃO E À PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL EM ANGOLA

Amor Antônio Monteiro

Introdução

Partimos do pressuposto de que, a definição dos desafios à formação e à pesquisa em Serviço Social em Angola se torna ininteligível, se não se tiver em conta, por um lado, o contexto sócio-político e econômico em que se analisa tais objetivações do trabalho do Assistente Social, e por outro, se não se apontar a teleologia que se pretende que guie ou dê direção social quer à formação, quanto à pesquisa no contexto em que se analisa tais actividades do Assistente Social.

Doutra forma falando, entendemos que, como Assistentes Sociais só podemos falar dos desafios à formação e à pesquisa em Serviço Social em Angola se primeiro formos capazes de responder questões como: De que formação social nos estamos referindo? Qual é a singularidade dos componentes da sociedade angolana enquanto formação social concreta na universalidade

de co-sociedade capitalista, para obter condições de dimensionar suas particularidades? Qual é a natureza de mediações com que a sociedade Angolana procura apreender as expressões da questão social e responder a elas? Que implicações estas condições particulares de co-sociedade capitalista Angolana trazem à formação e à pesquisa em Serviço Social? Face a tais particularidades de co-sociedade capitalista, para que deve ser e servir a formação e a pesquisa em Serviço Social? Qual é o sonho, qual é a utopia? Afinal, se pode ter ainda uma utopia, um sonho rebelde para a sociedade Angolana? Qual seria o papel da formação e da pesquisa em Serviço Social neste sonho rebelde?

Se a resposta é que não se deve ter uma utopia, um sonho rebelde face à barbárie do capital então o artigo está terminado, não há nada mais a fazer, senão passivamente “viver” a barbárie. Se a resposta é que se pode pensar e construir uma outra sociabilidade, então caminhemos juntos na busca de respostas, nem que sejam provisórias, afinal já dizia Heráclito: “nada é permanente, exceto a mudança”.

Desta feita, embora ciente dos limites próprios de um escrito como este, no intuito de responder, sempre de forma provisória, que desafios se colocam à formação e à pesquisa em Serviço Social em Angola, achamos necessário estruturar este capítulo em três partes.

Primeiro, procuramos trazer de forma sumária uma análise do contexto angolano focalizando mormente as particularidades da questão social e o papel do Estado Angolano na administração desta, apresentando também as principais mediações teórico-metodológicas, entendidas aqui como principais ferramentas interpretativas e interventivas presentes na formação e no trabalho do Assistente Social em Angola, uma vez que consideramos que

mediações teórico-metodológicas têm grande influência na formação e no desvendamento do concreto.

Em segundo lugar procuramos apresentar os desafios que o contexto analisado apresenta à formação e à pesquisa face ao nosso posicionamento ético-político, face a utopia ou sonho rebelde. Havendo pouca, para não dizer ausência de estudos sobre o tema no contexto angolano e considerando que o assunto abordado neste capítulo faz parte de nossas preocupações enquanto Assistente Social e pesquisador em construção, tendo sido de alguma forma abordado já em outros espaços, faremos não poucas vezes uma auto-referenciação embora desejamos assim não proceder, caso conheçêssemos no país, discussões sobre o assunto. O capítulo termina com uma pequena conclusão e indicação das principais referências bibliográficas.

Angola como co-sociedade capitalista

Particularidades da questão social e o papel do Estado Angolano

Entendemos que, para analisar os desafios que se colocam à formação de um Assistente Social que seja capaz de desvendar e intervir criticamente nas expressões da questão social em Angola, não basta identificar as categorias centrais ao modo de produção capitalista, que compõem o nível da universalidade; há que acrescentar a esse nível a singularidade dos componentes dessa sociedade enquanto formação social concreta, para que se tenha as condições de dimensionar suas particularidades enquanto mediações centrais das expressões da questão social que têm rebatimentos na formação e no fazer profissional do Assistente Social.

Assim, então, questionamos: Qual é a singularidade dos componentes da sociedade angolana enquanto formação social

concreta na universalidade de co-sociedade capitalista, para obter condições de dimensionar suas particularidades?

Como já afirmávamos em Monteiro (2020, p. 254-255), a formação social angolana é hegemonicamente capitalista, pois sabemos que

[...] a análise histórica demonstra que, nas sociedades que sucederam à comunidade primitiva, havendo sempre um modo de produção *dominante*, ele subordina formas remanescentes de modos já substituídos, formas que se apresentam como vestígios mais ou menos fortes do passado – podendo mesmo, em certos casos, ocorrer a combinação de formas de mais de um modo de produção numa sociedade determinada. Por isso, emprega-se a expressão **formação econômico-social** (ou, simplesmente, *formação social*) para designar a estrutura econômico-social específica de uma sociedade determinada, em que um modo de produção dominante pode coexistir com formas precedentes (e mesmo, com formas que prenunciam elementos a se desenvolverem posteriormente). (NETTO; BRAZ, 2012, p. 62-63, destaques dos autores).

Embora contraditoriamente, na formação social angolana, coexistam formas de produção não capitalista, como organizações socioeconômicas tribal e familiar, por exemplo, constata-se que a forma de produção dominante ou hegemônica é a capitalista, que se expressa naquela particularidade – aqui colocamos como hipótese –, como um capitalismo escravista.

Podendo identificar na formação social angolana um capitalismo escravista, este não preocupou em realizar o pleno emprego, então estamos diante de um capitalismo que não pode garantir os direitos mínimos do trabalho assalariado. Portanto, historicamente, os trabalhadores não podem usufruir dos direitos decorrentes do trabalho. Trata(va)m-se de escravos.

O capitalismo se expressa na particularidade angolana também como um capitalismo periférico, o que não é sinônimo

de pouco importante. Pelo contrário, no contexto da produção capitalista, a organização social angolana joga um papel importante como consumidor; dialeticamente, isso não exclui que naquela realidade não se produza. Um capitalismo fornecedor de insumos (humanos, materiais, minerais e, hoje, a lista pode ser interminável) para a máquina capitalista, sem, portanto, e contraditoriamente, significar que não recebamos. Essas contradições que identificamos em Angola são inerentes ao modo de produção capitalista. O capitalismo necessariamente cria periferias.

Ora considerando que o capitalismo, nos termos de Mészáros (2011), é um sistema sociometabólico, que tudo absorve para os seus fins, quem se propõe fazer uma análise aos desafios que se colocam à formação e a pesquisa em Serviço Social nesta realidade precisa ter em conta essas contradições presentes no modo particular do capitalismo angolano porque estas, estão também presentes nas mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social, influenciam a formação do Assistente Social bem como o seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social.

Outro elemento que julgo importante no amplo e complexo processo de conhecer o contexto socio-político e econômico em que se analisa os desafios que se colocam à formação e à pesquisa em Serviço Social é desmascarar a função social do Estado Angolano neste modo de produção capitalista com as particularidades apresentadas.

Engels (1985) entende que a figura do Estado surge em decorrência da divisão da sociedade em classes sociais antagônicas e que, portanto, é produto da sociedade. O Estado nasceu da necessidade social de conter o antagonismo das classes, e que,

por regra geral, se coloca como da classe mais poderosa, que é a classe economicamente dominante, assim adquirindo meios de repressão e exploração da classe oprimida.

Baseados em Mészáros (2011), entendemos que o capital se caracteriza por uma forma incontável de controle sociometabólico, que domina todas as esferas da vida humana. Diante dos defeitos estruturais do capital, percebemos que o papel do Estado moderno em Angola, através da atuação direta sobre a administração desse sistema sociometabólico, é fundamental na garantia de manutenção da ordem constituída. No cumprimento de sua função social, o Estado desenvolve as mais diversas formas de atuação – as quais Mészáros (2011) chama de imperativos corretivos do capital –, inclusive por meio das políticas sociais. Assim questionamos, que desafios tais constatações colocam à formação e à pesquisa em Serviço Social em Angola? Antes mais um aspecto importante do amplo e complexo processo de conhecer o contexto socio-político e econômico em que se analisa os desafios que se colocam à formação e à pesquisa em Serviço Social. Uma nota mínima sobre o Serviço Social.

A formação em Serviço Social na época colonial

A análise dos desafios que se colocam à formação e a pesquisa em Serviço Social em Angola passa também pela compreensão das principais ferramentas interpretativas e interventivas presentes na formação e no trabalho do Assistente Social em Angola, pelo que faz-se necessário uma breve incursão histórica da profissão no país de modo a criar condições para perceber o que é o Serviço Social em Angola, em que contexto surge para se poder entender as implicações que isso tem quer na formação e na pesquisa.

Em Angola o Serviço Social é institucionalizado em 1962 sob o pacto do Estado colonial português com a Igreja Católica, para responder aos interesses da altura de seus “progenitores”. Como se processou a formação do profissional para responder àqueles interesses; que referências teórico-metodológicas serviram e servem de base para dar direção social à profissão na sua origem e nos nossos dias? Portanto faremos uma breve tentativa de analisar criticamente como o Serviço Social *“moderno” se construiu por meio do “arcaico”* e como tal profissão se expressa na particularidade Angolana de modo a analisar os desafios que se colocam hoje à formação e à pesquisa. Afinal, os Assistentes Sociais exercem seu trabalho a partir de determinações históricas e conjunturais que imprimem direção social e influenciam as concepções da profissão, as competências, a formação e trabalho profissional como é a pesquisa.

Se a formação de Assistentes Sociais em Portugal, bem como no Brasil, teve início na década de 1930, tendo Portugal como primeiras escolas, o Instituto de Serviço Social de Lisboa (1935), a Escola Norma Social de Coimbra (1937) e a Escola do Porto (1956), e o Brasil em 1936 com o surgimento da primeira escola em São Paulo a PUC-SP, seguindo-se dois anos depois em 1937 no Rio de Janeiro, em Angola a institucionalização do Serviço Social só vai ocorrer no início da turbulenta década 1960 (especificamente no ano de 1962), resultado de um “casamento” entre o “pai e provedor” — o Estado colonial português —, e a “mãe e mestra” — a Igreja Católica.

Como já afirmamos em Monteiro (2016, p. 85-200) identificamos que a análise do contexto sócio-histórico da gênese do Serviço Social em Angola passa pela compreensão articulada de diversos processos complexos externos e internos próximos à

década de 1960, cujos desdobramentos não cabe exaurir neste trabalho.

As distintas fontes consultadas que nos ajudaram a ler o contexto nacional e internacional prévio e posterior à institucionalização do Serviço Social em Angola, em 1962, de modo mais direto Montenegro (2010), nos faz concluir que para uma análise de Angola nas décadas de 1950/1960 não se pode prescindir de situar o papel da Igreja Católica, pois a encíclica *Fidei Donum*, sobre “a Situação das Missões Católicas particularmente da África”, divulgada pelo Papa Pio XII, em 21 de Abril de 1957, lança as bases dos esforços da Igreja Católica, a partir deste momento, na África em geral. Nesses termos, o nome da primeira escola de formação de trabalhadores sociais (Assistentes Sociais, Educadores Sociais, Educadores de Infância, Monitoras de Infância) – Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII – não foi certamente mera coincidência, mas uma explícita homenagem àquele Papa da *Fidei Donum*.

A Igreja Católica, movida pelos princípios evangélicos condensados na Doutrina Social da Igreja, interpreta a “questão social” como problema moral e em colaboração com o governo colonial cria a Escola que forma os técnicos necessários para a implementação do conjunto de serviços sociais junto dos explorados. Assim, a Igreja pode oferecer a bíblia em forma de serviços, por meio não somente de catequistas e missionários, mas de profissionais que combinando contribuições das Ciências Sociais de caráter positivista, de foco estrutural-funcional, com uma base moral e doutrinária, de sabor neotomista expresso na doutrina social da Igreja, pudessem intervir nas candentes expressões da “Questão Social”.

Verifica-se assim que a origem do Serviço Social em Angola está intimamente ligada com a implantação do trabalho

assalariado neste país, em articulação com um conjunto de fatores internos e externos próximos e presentes à sua institucionalização. Esta síntese da análise do contexto da institucionalização do Serviço Social em Angola é verificável nas fontes e fatos históricos consultados. Por exemplo, quando Mendes (1966) analisa os métodos de aumento da produtividade em Angola na década de 1960, constata que

[...] entre a maior parte dos empregadores da província (entenda-se província Angola na altura), a produtividade é tomada como resultante apenas do maior ou menor esforço da mão-de-obra. Esse errado conceito, em si mesmo consequência de clara desatualização, não facilitou a consagração aos demais fatores influentes na produtividade, com manifesto prejuízo geral (MENDES, 1966, p. 169-170).

Neste trecho vê-se claramente como para o governo e o capitalista colonial a exploração da “mão-de-obra” só pelo uso e abuso do trabalhador era o principal mecanismo de extração de mais-valia. Porém, tal como o autor citado reconhece a “desatualização” de Portugal em relação a necessidade de abertura e ampliação dos direitos dos trabalhadores na sociedade capitalista, o que Mendes chamou de “demais factores influentes na produtividade”, ou se preferir elementos favorecedores da exploração do trabalho pelo capital como nos ensinou Lamamoto e Carvalho (2014), num tom de tristeza Mendes reconhece tal “desatualização” como provocador de “manifesto prejuízo geral”, por ter agudizado a sempre latente revolta dos angolanos, estimulando os ataques da luta pela libertação. Enfim, fez com que os “valores da nova escola” portuguesa caracterizados pela “brandura”, capaz de seguir “a ordem administrativa”, as “normas da vida em sociedade” que alienam o outro homem apropriando-

se do seu trabalho, “valores” que se julgavam já incorporados fossem abalados, como referimos em Monteiro (2016, p. 93-94).

Realmente, a criação do Serviço Social com o intuito de operacionalizar diferentes serviços agora inventados para “tapar o sol com a peneira”, parece-nos confirmar como verdade a resposta que Iamamoto e Carvalho (2014) formulam quando se debruçam sobre o significado dos serviços sociais. De acordo com os autores:

A expansão dos Serviços Sociais, no século XX, está ligada ao desenvolvimento da noção de cidadania; a luta pelos direitos sociais é perpassada pela luta contra o estigma do assistencialismo, presente até os nossos dias. Os serviços sociais são assim nada mais e nada menos, do que uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e apropriado pelos capitalistas e pelo Estado, que é devolvido a toda a sociedade sob a forma de serviços sociais; assim, aparecem como benefício, expressão humanitária do Estado e/ou da empresa privada (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 96).

Em Angola, a intervenção do Governo capitalista colonial nas diferentes expressões da questão social através do conjunto de serviços enquadrados nas diferentes políticas sociais incluindo a formação de Assistentes Sociais, torna a ação pública não só um rearranjo em face da crise estrutural que experimentava, mas um mecanismo de aumento de produtividade. Sobre isso, Mendes, apontando saídas ao então Governo capitalista colonial, sustenta:

A formação profissional não só é indispensável ao desenvolvimento económico, mas também constitui um dos mais importantes fatores de promoção social [...] em Angola, se nos é permitida a força de expressão a formação profissional é neste momento tão necessária como o influxo de capitais metropolitanos ou estrangeiro (MENDES, 1966, p. 344).

Numa clara preocupação e desespero face ao atraso e desatualização dos mecanismos de exploração do trabalho angolano pelo Governo capitalista português, o autor continua:

[...] já começam a surgir carências aqui e além, de custosa solução, relativamente ao trabalho especializado. Se não forem tomadas medidas especiais, corre-se o risco de a falta de artífices capazes de entrar o próprio crescimento industrial (MENDES, 1966, p. 344).

Tal arranjo que levou o Estado a intervir nas refrações da questão social em Angola foi apadrinhado pela Igreja Católica, que movida pelos fundamentos da sua Doutrina Social acredita poder promover justiça no modo de produção capitalista. Para trabalhar neste conjunto de serviços-rearranjos, o “pai e provedor” – Governo e capitalista colonial – precisa de mão de obra qualificada, de trabalhadores sociais, especialmente Assistentes Sociais, que só foram “gerados” através do casamento com a “mãe e mestre” Igreja Católica. Sobre isso Mendes escreve:

A utilização de trabalhadores sociais ainda constitui exceção entre as empresas agrícolas da província. Algumas das maiores, com milhares de trabalhadores rurais, não dispõem de um único desses elementos tão úteis no serviço social. Mas já outras revelam interesse nos serviços de assistentes ou agentes de trabalho social. Em curso intensivo, levado a cabo pelo Fundo de Ação Social do Instituto do Trabalho, com o apoio didático do Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, preparam-se cerca de duas dezenas de auxiliares de família, das quais uma parte foi logo absorvida por algumas empresas. Esta feliz iniciativa teve o condão de revelar que muitos dos responsáveis pelas empresas têm a noção da necessidade existente de um serviço social para os trabalhadores (MENDES, 1966, p. 237-238).

A formação em Serviço Social na Angola independente

Proclamada a independência política de Angola em 1975, em 1977, a primeira e única escola do Serviço Social, com apenas 14 anos foi extinta, vivendo-se uma fase de “luto e congelamento” da profissão em quase 30 anos. Em 2005, após terem se passado quase três décadas de guerra civil, que agudizou a já grave situação social dos angolanos que remontava ao tempo colonial, outra vez a Igreja Católica, num quadro de corrida pelo desenvolvimentismo e projetos pós-modernos, refunda a primeira escola do Serviço Social, não mais com o nome de Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, como foi no tempo colonial, mas agora como Instituto Superior João Paulo II, hoje unidade orgânica da Universidade Católica de Angola. Em 2010, cinco anos mais tarde, cria-se a primeira instituição estatal de Serviço Social em Angola, o Instituto Superior de Serviço Social, sob aprovação do “novo” Estado, agora não mais colonialista, nem socialista, mas capitalista, aberto à economia de mercado e ao pluripartidarismo. Passados 14 anos de refundação do Serviço Social em Angola, em 2019 é aprovado no Instituto Superior João Paulo II o primeiro mestrado em Serviço Social e Política Social, montado em colaboração direta com o Programa de Pós-graduação em Serviço Social na PUC-SP.

Ora, considerando que “o novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente” (IAMAMOTO, 2012, p. 101), podemos atentar que em Angola

[...] o Serviço Social, surge ou é demandado para ser um instrumental a serviço da exploração capitalista colonial. O conjunto de políticas e serviços nos quais os Assistentes Sociais trabalharam, que demandaram o seu surgimento e deram significado à sua existência, foram tidos pelos portugueses

colonialistas como “mecanismos de aumento da produtividade”, embora dialeticamente também representem ampliação e garantia de direitos duramente conquistados [...] Nos tempos atuais, embora os representantes do capital e do Estado tenham mudado, nota-se que o Serviço Social surgiu e ainda tem o selo de atuar na contradição [...] Em Angola, a natureza do Serviço Social – “aquilo que permanece na mudança” caracteriza-se por ser uma profissão que nasce para fazer frente a demanda social face ao processo de alargamento do Estado [...] (MONTEIRO, 2016, p. 272-273).

O Serviço Social que nasce desde o tempo colonial como uma profissão de formação superior com duração de quatro anos proporciona uma formação científica, técnica, moral e doutrinária continua assim até aos nossos dias. A institucionalização acadêmica e profissional do Serviço Social tem como cenário o Estado salazarista de regime autoritário e integralista. Basta olhar para a caracterização que Mendes faz ao contexto da institucionalização para facilmente podermos perceber os interesses e a perspectiva a formação do Assistente Social em Angola:

As sociedades aborígenes atuais sofreram uma profunda influência da cultura lusitana. Essa aculturação, cada vez mais sensível e intensa, deu origem a uma nova estrutura tribal e acentuada evolução da orgânica familiar. Uma outra escola de valores foi por eles adoptada. A disciplina clânica ou tribal, outrora tão rígida e severa, cedeu à ordem administrativa, caracterizada pela brandura e liberalização e por abranger apenas as grandes normas da vida em sociedade. Houve um notório abrandamento dessa disciplina, avolumado pela largueza da malha administrativa e pelo afastamento, por parte dos seus funcionários, dos meios tradicionais (MENDES, 1966, p. 161-162).

Vejam: se Mendes, (1966, p. 169-170) lamenta o fato de seus compatriotas portugueses (“a maior parte dos empregadores da província”) terem encarado “a produtividade como resultante apenas do maior ou menor esforço da mão-de-obra”, e conclui

desesperadamente que “esse errado e desatualizado conceito, em si mesmo não facilitou a consagração aos demais fatores influentes na produtividade”, constatando como consequência de tal erro e desatualização um “manifesto prejuízo geral”. Já que tal falha agudizou a sempre latente revolta dos angolanos e luta pela libertação, no trecho acima o mesmo autor já se orgulha, porque, além da exploração severa da mão de obra como mecanismo de aumento da produtividade, a educação que ele mesmo assumiu como sendo outro fator influente na produtividade tinha feito o seu papel: os “valores da nova escola” portuguesa caracterizados pela “brandura”, capaz de tornar fácil seguir “a ordem administrativa” do padrão explorador, e obedecer brandamente as “normas da vida em sociedade” que alienam o homem apropriando-se do seu trabalho, tais “valores” que ele julgava terem triunfado sobre a disciplina e educação clânica ou tribal que pejorativamente chama de rígida e severa.

Hoje, embora o contexto formal tenha mudado, ainda é válido o que se afirma em Monteiro (2016, p. 197). Tal como no tempo colonial, hoje a formação do Assistente Social em Angola está voltada para a intervenção; uma formação com clara preocupação com a tecnificação do profissional, caracterizada por um aparato de disciplinas voltadas ao domínio da informática, gestão de projetos sociais entre outras; inexistência de uma corrente ou teoria social como privilegiada ou “hegemônica”, o que coloca fronteiras muito tênues entre um ecletismo desavisado e um pluralismo inconsciente; presença das noções de Serviço Social com “casos”, “grupos” e “comunidades”; forte presença da visão Católica e moderna sobre a “questão social” e seus modos de enfrentamento, constantes pelo menos nos documentos oficiais que orientam a prática formativa, uma vez que ambas as escolas se propõem a “colaborar e participar no projeto de sociedade

elaborado pelo Estado Capitalista que abandonou o socialismo”; formação progressista e crítica visando participar na ampliação dos direitos humanos, porém dentro da ordem social vigente e sem proposta de rompimento.

A formação e consequentemente a pesquisa dos Assistentes Sociais em Angola, por não estar ainda inserida num projeto profissional, no qual os profissionais coletivamente se proponham com seu trabalho e com outras forças da sociedade a construção de outra sociabilidade que supere a atual, marcada pelas relações de produção e reprodução da sociedade capitalista; a formação e em consequência a prática profissional se mantêm tal como foi no tempo colonial e no antigo Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII que naquele contexto, já era tido como sendo crítico. Portanto, reconhecemos a formação em Serviço Social hoje como sendo *progressista e crítica* mas dentro da mesma ordem que a demanda, legítima e coexiste. A formação é demandada e legitimada por uma sociedade e pelo Estado capitalistas que “contemplam reformas, mas dentro dessa ordem” capitalista, embora não mais colonial. Assim, quanto aos seus fins não encontramos mudanças essenciais, além das metamorfoses que a própria ordem capitalista cria e que as escolas adotam para poder sobreviver.

Hoje a par das perspectivas funcionalista-sistêmicas ao sabor neotomistas, combinaram-se a perspectivas psicologizantes e estrutural funcionalistas, cujos princípios norteadores fragmentam a história, tratam os processos como fatos sociais isolados e responsabilizam os sujeitos individualmente pela sua condição socioeconômica, constatando-se na profissão a capacitação, o desenvolvimento e o fortalecimento dos sujeitos individualmente, por meio de sua integração ao meio social, como forma de buscar o bem comum, embora isso não signifique que não exista no

interior da profissão e da formação outras perspectivas teóricas que vão tensionando estas que são hegemônicas.

Desafios à pesquisa e a formação

Para o desvendamento do concreto além do imediatamente dado “é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *déteur*”. Pois, “a `coisa em si´ não se manifesta imediatamente ao homem” (KOSIK, 1976, p. 13, grifos do autor), senão por meio de um conjunto de mediações. Por esses motivos, é um desafio que a pesquisa em Serviço Social consiga distinguir “entre a representação e o conceito da coisa”. Portando o desenvolvimento da pesquisa que seja capaz de ir além da pseudoconcreticidade.

Este desafio exige também que a formação consiga superar a herança conservadora e fazer uma crítica às perspectivas psicologizantes e estrutural funcionalistas, cujos princípios norteadores fragmentam a história, tratam os processos como fatos sociais isolados e responsabilizam os sujeitos individualmente. Portanto não se pode fazer pesquisa que desvende as contradições concretas da questão social sem profissionais altamente qualificados e formados sob uma base de valores ético-políticos emancipatórios, sem uma sólida formação teórico-metodológica que seja capaz de por em marcha as opções ético-políticas operacionalizando os técnico-operacionais de forma consciente de suas potencialidades e limites.

Na análise de 93 Trabalhos de Conclusão de Curso defendidos por finalistas Assistentes Sociais nos anos de 2017 e 2018 se pode constatar uma pesquisa que não desvende o ser das coisas, mas aquilo que justifique e mantenha o poder, em Angola. Essa tendência cultural se chama decadência ideológica.

[...] se a ciência não se orienta para o conhecimento mais adequado possível da realidade existente em si, se ela não se esforça para descobrir com seus métodos cada vez mais aperfeiçoados essas novas verdades, que necessariamente são fundadas também em termos ontológicos e que aprofundam e multiplicam os conhecimentos ontológicos, então sua atividade se reduz, em última análise, a sustentar a práxis no sentido imediato. Se a ciência não pode ou conscientemente não deseja ir além desse nível, então sua atividade transforma-se numa manipulação dos fatos que interessam aos homens na prática (LUKACS, 2012, p. 47).

Num contesto em que se verifica a tendência cultural da decadência ideológica se coloca como desafio à formação e à pesquisa o conhecimento e a opção por uma perspectiva teórico-metodológica que ajude a ler criticamente a realidade, que ajude a ultrapassar a imediaticidade fática das coisas e do mundo como dizíamos em (MONTEIRO, 2020, p. 61) e subsidie a intervenção para além das requisições e necessidades do mercado de trabalho.

[...] a perspectiva da direção social estratégica [...] não pode contentar-se com a sinalização do mercado do trabalho: deve conectá-la à análise das tendências societárias macroscópicas (o que supõe investimento na pesquisa da realidade e a apropriação de categorias e procedimentos da teoria social moderna) e aos objetivos e valores do projeto social que privilegia; assim, suas demandas do mercado têm que contemplar prioridades e alternativas. A resposta direita, pura e simples, instrumental-operativa, às demandas do mercado é o caminho mais rápido para a neutralização dos conteúdos críticos da cultura profissional (NETTO, 1996, p. 123-124).

Como podemos o demonstrar em Monteiro (2020), constata-se, nos diversos instrumentos elaborados pelo Estado angolano, nos diferentes discursos ideopolíticos, uma concepção teórico-metodológica e ideológica burguesa, preocupada em amenizar os conflitos sociais e retirar, no cotidiano da vida social,

qualquer compreensão ou categorização teórica que analise a essência da acumulação capitalista.

A acumulação capitalista é apresentada como a rainha dos milagres do bem-estar social que se propalam, quer nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, quer na Agenda África 2063; no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento da Comunidade dos Países da África Austral (SADC) 2015-2020; na Estratégia de Longo Prazo Angola 2025; no Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2022; e no anterior Plano de Governo do MPLA 2017-2022 e, finalmente, nos discursos ideopolíticos. A formação e a pesquisa em Serviço Social devem poder ajudar a explicar as racionalidades presentes nas explicações que se fazem às expressões da questão social bem como no tipo de resposta que se constrói. Este é um desafio.

Asuperação da imediaticidade e superficialidade na formação e pesquisa é um grande desafio. Dizíamos em Monteiro (2020, p. 70-71) que o Assistente Social, a partir de sua prática cotidiana, do imediatismo de suas ações, cria condições de posicionar-se em relação às suas atividades e necessidades reais, porém, não possibilita a compreensão dos fenômenos, da realidade. Assim, o fenômeno possui em si a sua essência, ao mesmo tempo em que a esconde em sua imediaticidade (KOSIK, 1976), ou seja, a essência do fenômeno e sua estrutura não se dão imediatamente – é preciso uma atividade do pensamento, de decomposição do todo, para a compreensão do fenômeno em sua essência.

Assim, avançar para o campo da universalidade é superar a visão dos fenômenos como aparente, isolados, fragmentados e compreendê-los na sua essência, totalidade, no coletivo. A matéria-prima, ou o objeto, num processo de trabalho no qual o Serviço Social está inserido, são as necessidades sociais que

se transformam em requisições profissionais que precisam ser desveladas; demandas apresentadas pelo usuário que é um Ser Ontologicamente Social. Não são somente sujeitos, mas seres ontológicos, uma vez que devemos enxergá-los na sua totalidade, como pessoas passíveis de mudanças e transformações. Essa matéria-prima aparece na instituição, ao assistente social, em sua singularidade e, por isso, camuflada da sua realidade (MONTEIRO, 2020, p. 117).

A superação do imediatismo e da superficialidade já foi considerado como desafio da formação que se coloca também à pesquisa em Serviço Social em Angola em trabalhos anteriores.

O Assistente Social lida no seu cotidiano, com as expressões imediatas da questão social que lhes são apresentadas pelos usuários e pela entidade empregadora. Quer dizer que procuramos oferecer um conjunto de serviços que atacam o “estar mal” de quem nos procura e não os “porquês do estar mal” (MONTEIRO, 2016, p. 74, destaques do autor).

Ora, considerando o que afirmamos em Monteiro (2016, p. 245-246), que “a prática profissional é constitutiva da essência do Serviço Social”, esta deve ser permanentemente pensada. Aliás, é frequente o questionamento de profissionais sobre como atuar criticamente e de modo transformador diante de um meio profissional em que predominam as forças conservadoras, burocratizadas e alienadoras. Portanto à pesquisa sobre a própria profissão é um desafio. Muitas vezes a profissão não é pensada como objecto de análise, de reflexão crítica.

Como em Monteiro (2020, p. 122-123) reafirmamos que, o assistente social é também chamado a compreender a complexa realidade, associando dialeticamente teoria e prática. Tal desafio não se enfrenta apenas com a “boa vontade” própria, senão corre-se o risco de fazer uma leitura determinista da realidade,

ignorando as contradições existentes no cotidiano profissional e a pensar um trabalho profissional messiânico, que perde de vista as determinações mais amplas. Por isso, é importante, para o Serviço Social, como profissão também interventiva, que atua na realidade humano-social, que se comprometa em realizar o desvendamento crítico das múltiplas determinações da realidade, quais sejam: sociais, políticas, econômicas, históricas e culturais e técnicas, conforme Heller (2008).

Martinelli (2009, p. 2) ressalta a necessidade de o profissional realizar a interpretação da realidade a partir das relações estrutura, conjuntura e cotidiano, pois

[...] instituem-se como formas de acesso às múltiplas determinações da realidade, pela mediação dos contextos, acontecimentos, atores, forças sociais, em presença, os quais podem ser alcançados pela análise de conjuntura como um recurso metodológico para apreender dialeticamente o movimento do real e penetrar em suas tramas constitutivas.

Portanto, diante desse profundo jogo de forças sociais, é dever ético do profissional entender e interpretar criticamente a realidade na qual atua, sem perder de vista que se trata de um processo dinâmico, que nada tem de estático ou linear; dessa forma, poderemos alcançar uma prática profissional transformadora e direcionada socialmente. Não há como desvendar a realidade, e nela realizar qualquer trabalho, sem compreender a categoria mediação.

Conclusão

Para uma profissão relativamente nova e inserida num contexto tão complexo e em constante movimento, no qual a “questão social” se expressa no ritmo e na característica que esta

particularidade impõe, a reflexão sobre os desafios à formação e à pesquisa em Serviço Social em Angola, não só se apresenta como uma tarefa difícil, podendo ser abordada em vários ângulos, mas também necessária e urgente. Nosso breve apontamento a respeito pretende simplesmente atizar o debate em torno do tema, partindo de dois elementos de análise: os fins que inspiram e orientam o trabalho profissional bem como o âmbito da atuação profissional.

Defendendo que é um desafio que a formação e a pesquisa em Serviço Social não se dissociem de seu arcabouço teórico-metodológico, entendemos que quer as intencionalidades, ou seja, as mediações ético-políticas que estão relacionadas aos objetivos e finalidades das ações do Assistente Social em Angola quanto os princípios e valores humano-genéricos que os guiam, quer de igual forma as mediações técnico-operacionais, ligadas à capacidade de o profissional articular meios e instrumentos para materializar os objetivos, com base nos valores concebidos (GUERRA, 2012), estão íntimamente ligados com as mediações teórico-metodológicas.

Além disso, a qualidade – profundidade das mediações teórico-metodológicas, ou seja, da teoria, do conhecimento – influencia quer os objetivos e finalidades, os princípios e valores humano-genéricos que guiam as ações do assistente social – mediações ético-políticas –, como também tem influência na escolha e uso dos meios e instrumentos utilizados para materializar ou atingir os objetivos – mediações técnico-operacionais. Afinal, tanto Barroco (2008) quanto Iamamoto (2001) ressaltam que a dimensão ético-política do trabalho do assistente social só pode ser vislumbrada quando esse profissional realiza ações conscientes e críticas, vinculadas a um posicionamento político de defesa dos direitos dos seus usuários. Entendemos que tais

ações só são possíveis se forem reflexos de mediações teórico-metodológicas também críticas. Não podemos esperar ações conscientes e críticas, vinculadas a um posicionamento político de defesa dos direitos dos seus usuários, sem ter em conta o quadro de conhecimentos que ilumina e sustenta tais ações.

Assim, a definição e opção por uma matriz explicativa da realidade e da profissão, sem prejudicar o pluralismo do pensamento e da ação, nem arrastar para o ecletismo desavisado, mas que proporcione ao Assistente Social Angolano a capacidade de realizar ações conscientes e críticas, vinculadas a um posicionamento político de defesa dos direitos dos seus usuários se afigura como um primeiro e grande desafio.

Para efeito, uma formação sólida articulada com a pesquisa que desvende as contradições postas, a formação e pesquisa que ajudem a superar heranças e presenças conservadoras que alimentam gestões autoritárias e integralistas por um lado, e por outro possam dar uma direção política ao quadro da “relativa autonomia” da profissão que, em Angola são um desafio.

Num contexto em que o avanço dos ideais neoliberais se espalha em todas as dimensões da vida social e quase sem oposição e como verdade absoluta, e dialogando com Martinelli (2011), entre muitas coisas possamos coletivamente:

- Interferir nos processos de formação e influência para fortalecer a capacidade de fazer análises críticas, conjunturais, desvendando o jogo de forças sociais que impregnam o nosso cotidiano e as nossas ações profissionais;
- Investir na construção de mediações capazes de criar e solidificar a política social como espaço de direitos, de luta contra o grande capital e tudo que represente recuo na garantia de direitos;
- Não há pesquisa e produção de conhecimento sem técnicos com sólida formação profissional. Assim, criar,

manter e desenvolver a formação, sobretudo pós-graduada que crie uma vanguarda intelectual da profissão capaz de desenvolver pesquisas que possibilitem encerrar o cotidiano da vida social também como presença e saturação do possível, do que ainda não é “como espaço de construção de utopias e de invenção de futuros” num contexto em que a racionalidade capitalista vem impondo no pensar e fazer da profissão, situações que cada vez mais buscam o como fazer eficientemente ao ritmo das solicitações imediatas e do mercado de trabalho ávido pelo lucro;

Por fim, e não menos importante, servindo-se da poética de Martinelli (2011), assumir o compromisso de sentir-se nascido a cada momento para a eterna novidade do mundo e inserir a profissão no processo de construção de uma nova ordem societária: uma sociedade justa, igualitária, livre de opressão, dominação e exploração, conforme disposto em nosso projeto ético-político profissional, e lutar por novas formas de acesso à renda e ao trabalho, pois esta é a principal mediação humana: nós nos fazemos humanos pela mediação do trabalho!

Referências

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ENGELS, F. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 10 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1985.

GUERRA, Y. Apresentação. In: SANTOS, C. M. dos; BACKX, S.; GUERRA, Y (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: UFJF, 2012, p. 9-13.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008. (Interpretações da história do homem; v. 2).

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**, 41 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e indivíduo social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M. V. **O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional**. In: BONETTI, D. *et al.* (Orgs.). **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova práxis. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 87 - 104.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Tradução: Célia Neves e Alderico Toríbio. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARTINELLI, M. L. O Serviço Social e a consolidação de direitos: desafios contemporâneos. **Serv. Soc. & Saúde**. Campinas: UNICAMP, v. X, n. 12, p. 1-17, dez. 2011.

MENDES, A. **O trabalho assalariado em Angola**. Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1966.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTENEGRO, A. T. **História, metodologia, memória**. 1. ed. 1ª Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTEIRO, A. A. **Serviço Social, Estado e Política Social em Angola**. São Paulo: Alexa Cultural & Manaus/AM: EDUA, 2020.

MONTEIRO, A. A. Serviço Social em Angola: gênese, tendências teórico-metodológicas e desafios. In: YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (Orgs). **Serviço Social na história**: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2016.

MONTEIRO, A. A. **Natureza do Serviço Social em Angola**. São Paulo: Cortez, 2016.

MORAES, J.; MARTINELLI, M. L. **A importância da categoria mediação para o Serviço Social**, s/l, s/d.

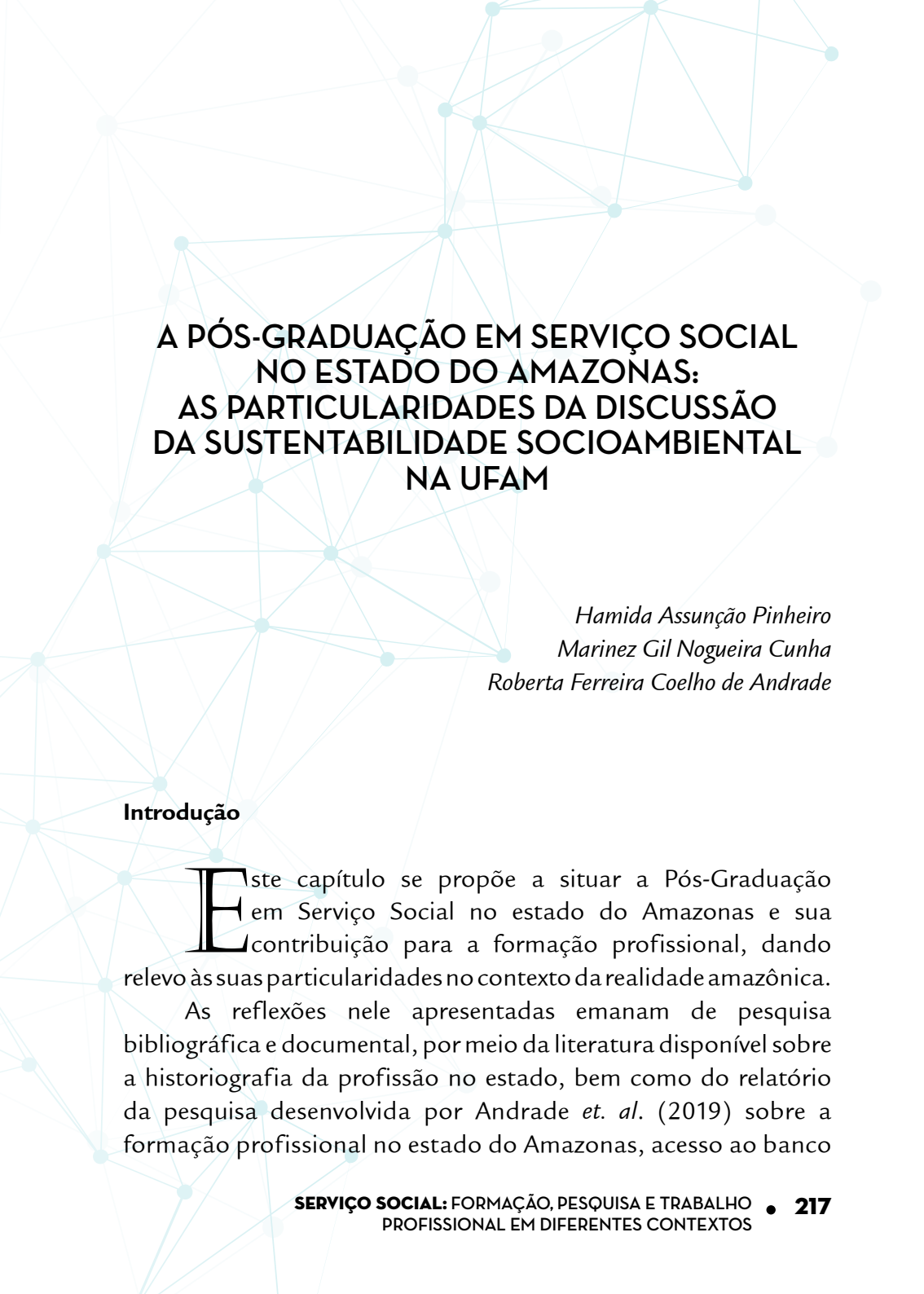
NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 50, ano XVII, 1996.

NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Parte 3

Regional Norte da ABEPSS

**Graduação, Pós-graduação,
Pesquisa e Exercício Profissional
em Serviço Social: diferentes
perspectivas analíticas**



A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DO AMAZONAS: AS PARTICULARIDADES DA DISCUSSÃO DA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA UFAM

*Hamida Assunção Pinheiro
Marinez Gil Nogueira Cunha
Roberta Ferreira Coelho de Andrade*

Introdução

Este capítulo se propõe a situar a Pós-Graduação em Serviço Social no estado do Amazonas e sua contribuição para a formação profissional, dando relevo às suas particularidades no contexto da realidade amazônica.

As reflexões nele apresentadas emanam de pesquisa bibliográfica e documental, por meio da literatura disponível sobre a historiografia da profissão no estado, bem como do relatório da pesquisa desenvolvida por Andrade *et. al.* (2019) sobre a formação profissional no estado do Amazonas, acesso ao banco

de dados do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e à base de dados da Plataforma Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na qual são registradas anualmente as informações do Programa, que permitem a avaliação quadrienal dos programas de pós-graduação no Brasil capitaneada pela CAPES.

Acredita-se que este trabalho contribui com a produção de conhecimento sobre o Serviço Social na Região Norte do país, na medida em que detalha a trajetória da Pós-Graduação no Amazonas, explicitando as especificidades da pesquisa e da formação e suas contribuições para a sociedade.

Itinerário da formação em Serviço Social no Amazonas

A Região Amazônica (e, fortemente, o Estado do Amazonas) viveu no fim do século XIX e início do século XX o período econômico da borracha – ou ciclo da borracha, como denominado por alguns autores, com a vigorosa atividade de extração, classificação e exportação do látex – momento em que grandes contingentes populacionais migraram de outras regiões do país, sobretudo do Nordeste, para o Estado do Amazonas, assim como do interior para a capital, Manaus. Com o declínio desta atividade econômica, o estado viveu um período de ostracismo, o qual pareceu poder ser superado com a tentativa de retomada da atividade gomífera na década de 1940, com o que ficou conhecido como “Batalha da Borracha” (BENCHIMOL, 1999). Entretanto, o cenário que prosperou em Manaus foi de agravamento dos problemas sociais (fome, mendicância, marginalidade, crianças em situação de “delinquência”, prostituição, desemprego etc.), o qual se intensificou mais e mais com o incessante êxodo rural,

contribuinte direto do inchaço das periferias, da ocorrência de doenças e da pressão sobre o poder público para a apresentação de respostas a estes problemas.

Ante esse quadro histórico e socioeconômico, o interventor federal Álvaro Botelho Maia demandou ao Juiz de Menores André Vidal de Araújo que organizasse a assistência social no Estado, no propósito de sanar os chamados “males sociais”. Com isso, tem-se o limiar do Serviço Social no Amazonas, com o protagonismo inegável de André Araújo, como bem explica Montenegro (1986). O referido Juiz de Menores propôs a criação da Escola de Serviço Social de Manaus, com o objetivo de formar pessoas qualificadas para atuar na área social.

Segundo a autora, em 1939, André Araújo havia fundado o “Círculo Operário”, que era um grupo de estudo de problemas sociais, cujo propósito era atender a necessidade de organização operária e preparação de trabalhadores para a sindicalização preconizada pelo Ministério do Trabalho. A Escola de Serviço Social começou a funcionar no próprio Círculo Operário, em 16 de novembro de 1940, porém sua fundação oficial só ocorreu em 15 de janeiro de 1941, passando a ser reconhecida pelo governo estadual em 14 de janeiro de 1945 e pelo governo federal em 1957.

A orientação teórico-metodológica e ideológica do Serviço Social no Amazonas seguia a tendência nacional, até porque não se pode desconsiderar que o currículo da Escola de Serviço Social de Manaus foi inspirado no currículo da Escola de Serviço Social de São Paulo. Com isso, o currículo adotado nos primeiros anos da Escola nos permite inferir a filiação à doutrina social da Igreja Católica (o que é justificável pelo engajamento de André Araújo), a adoção das bases positivistas e, por fim, a presença de traços higienistas, como revela a pesquisa de Lima e Vallina (2017).

O curso ofertado tinha duração mínima de dois anos e a seleção para ingresso considerava o nível cultural e formação moral dos candidatos, na verdade, predominantemente mulheres. Além disso, era requisitado o atendimento a alguns critérios, como: ter 18 anos completos, possuir curso secundário ou equivalente, comprovar idoneidade moral, atestado de sanidade física e mental, e, para o sexo masculino, a apresentação da certidão de alistamento militar (MONTENEGRO, 1986). A partir da pesquisa da autora, alude-se que o curso era concluído em três anos, sendo o último dedicado à especialização nas áreas de família, menores, medicina social ou trabalho. A Escola não cobrava mensalidades e dispunha de um corpo docente constituído por voluntários, muitos dos quais amigos e parentes de André Araújo.

A Escola de Serviço Social foi incorporada oficialmente à Universidade do Amazonas em 1968 (denominada Universidade Federal do Amazonas – UFAM, desde 2002), por meio da Resolução n.º 2, de 19 de fevereiro de 1968. Até o início da segunda metade da década de 1990, a UFAM era a única instituição a ofertar o curso de Serviço Social no Amazonas. De acordo com Andrade, Vallina e Gama (2020), teve-se um marco divisor de águas a partir de 1998, quando uma instituição privada começou a também ofertar o curso.

O ingresso no novo século trouxe uma nova face à formação profissional em Serviço Social no Amazonas com a atuação de diferentes instituições que passam a disponibilizar cursos presenciais privados. A partir de 2006, uma mudança substancial ocorreu no cenário educacional no estado com a inauguração do primeiro curso de Serviço Social na modalidade a distância oferecido pela Universidade de Tocantins – UNITINS. As primeiras décadas do século XXI foram marcadas pelo aumento progressivo de empresas educacionais em atuação no estado, chegando a

mais de três dezenas autorizadas a ofertar o curso em setembro de 2020, conforme dados do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior do Ministério da Educação (e-MEC), sendo importante ressaltar que a autorização junto ao Ministério da Educação não implica, necessariamente, em oferta efetiva.

O único curso de graduação presencial existente no interior do estado pertence à Universidade Federal do Amazonas, foi instituído em 2007 e está localizado no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), no município de Parintins.

No que tange à formação em nível de pós-graduação, por longos anos, a alternativa foi a mobilidade dos profissionais de Serviço Social para outras Unidades da Federação para cursar especialização, mestrado ou doutorado, além da busca por formação em outras áreas do conhecimento disponíveis no Estado. O Departamento de Serviço Social da UFAM ofereceu seu primeiro curso de pós-graduação *lato sensu* em 2002, intitulado Gestão das Políticas Sociais e, no interstício de 2002 a 2015, ofertou 8 turmas de cursos de especialização com enfoque em diferentes políticas públicas (ANDRADE *et. al.*, 2019), o que, certamente, contribuiu com a formação no estado, mas não atendeu toda a demanda por qualificação profissional. Nos anos 2000, vê-se a ampla participação das instituições privadas também na oferta da pós-graduação *lato sensu* no estado, sendo os cursos de especialização presenciais restritos à cidade de Manaus. Por essa razão, Gama e Andrade (2019) explicitam que os cursos *lato sensu* no interior do estado são exclusivamente na modalidade a distância ou semipresencial.

A oferta de cursos de pós-graduação na modalidade a distância é um elemento que não pode ser ignorado, porque é um movimento observado a partir do segundo lustro da primeira

década dos anos 2000 e amplamente intensificado na segunda década (2010). Se, inicialmente, no ocaso do século XX e alvorecer do século XXI, o mercado educacional fez proliferar dezenas de cursos de graduação em Serviço Social na modalidade presencial e, majoritariamente, na modalidade a distância; num segundo momento, este mercado educacional identificou que os egressos destes cursos de graduação poderiam ser potenciais consumidores da pós-graduação *lato sensu*. Na capital, as especializações são encontradas também na modalidade presencial, uma realidade bem diferente do interior do estado, onde a pós-graduação *lato sensu* na modalidade a distância é a única alternativa possível para quem precisa estudar e não pode se locomover para outras localidades.

A pesquisa de Andrade *et. al.* (2019) nos revela que muitos egressos (na capital e no interior) buscaram essas alternativas em pós-graduação *lato sensu* por diferentes razões: continuidade do processo formativo; ampliação do currículo acadêmico com vistas às pontuações em processos de seleção para mestrado e doutorado, além de concursos públicos para a vaga de assistente social ou docente de Ensino Superior; exigência de seus locais de trabalho, visando o enfrentamento das dificuldades sentidas no exercício profissional para execução de determinadas políticas sociais, dentre outras motivações.

Em relação à Pós-Graduação *stricto sensu*, até início do século XXI, os Bacharéis em Serviço Social que almejavam o acesso aos programas de mestrado e doutorado migravam para outras Unidades da Federação ou se inseriam nos programas existentes no próprio estado do Amazonas, ofertados pela própria Universidade Federal do Amazonas (UFAM) ou pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA). Na UFAM, as alternativas eram nas Áreas de Educação, Biologia e os programas multidisciplinares,

como Natureza e Cultura na Amazônia (fundado em 1998, atualmente denominado Sociedade e Cultura na Amazônia) e Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (iniciado em 1996), dentre outros. No INPA, um dos programas acessados era o de Biotecnologia (fundado em 2001, com uma área de concentração em gestão da inovação voltada para profissionais da área social). Para muitos, a inserção em programas vinculados à Agronomia, Biologia, Educação, favoreceu (e ainda favorece, já que são programas que continuam existindo) a aproximação a outras Áreas do conhecimento e desafio à realização de outras leituras e aprofundamentos teórico-metodológicos de caráter interdisciplinar.

Por algum tempo, a formação dos profissionais de Serviço Social no Amazonas, no que concerne à Pós-Graduação, ficou bastante atrelada aos programas pioneiros da região, os quais não pertencem à Área de Serviço Social. Todavia, como a Área de Serviço Social se predispõe a uma abordagem interdisciplinar, dialogando com diferentes saberes, a maior parte das pesquisas desenvolvidas dedicou-se às expressões da questão social na Amazônia.

Esta realidade foi de fundamental importância para o espraiamento e o aprofundamento das temáticas relacionadas às especificidades amazônicas e, posteriormente, a propositura do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, logo na primeira década dos anos 2000. O olhar do Serviço Social para as particularidades da Amazônia fez amadurecer a necessidade de um programa diferenciado, no qual o Serviço Social se associa e prioriza as temáticas locais e regionais do território amazônico.

A constituição de um Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* especificamente em Serviço Social é fruto de um conjunto

de reflexões no interior do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, das demandas feitas pela categoria profissional, bem como expressão do processo de aprimoramento profissional de seu quadro docente, que, no segundo lustro da década de 2000, era composto majoritariamente por professoras com título de doutorado. Tal empreitada teve o desafio de construir um programa que – para além dos debates próprios do Serviço Social, comuns à formação profissional no Brasil – pudesse expressar as particularidades da realidade amazônica.

A contribuição do PPGSS para a formação profissional no Amazonas

A formação em Serviço Social no Amazonas no âmbito da Pós-Graduação *stricto sensu* encontra-se totalmente concentrada na cidade de Manaus, mais especificamente na Universidade Federal do Amazonas, que abriga o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS. Este programa foi criado pelo Departamento de Serviço Social da UFAM no ano de 2007, ofertando um mestrado acadêmico que foi credenciado pelo Conselho Técnico Científico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) neste mesmo ano.

O Programa tem 13 anos de existência e se configura como uma importante referência de Pós-Graduação em Serviço Social *Stricto Sensu* no estado do Amazonas e até mesmo para os estados vizinhos, tendo em vista que na Região Norte só existem dois cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, sendo o outro situado na Universidade Federal do Pará – UFPA, em Belém, qual oferece mestrado e doutorado acadêmico.

O PPGSS da UFAM possui somente uma Área de concentração, intitulada “Serviço Social, Políticas Públicas,

Trabalho e Sustentabilidade na Amazônia”, a qual se desdobra em duas Linhas de Pesquisa. A primeira Linha está centrada na produção de conhecimento sobre “Questão Social, Políticas Sociais, Lutas Sociais e Formação Profissional”. A segunda Linha volta-se para a discussão sobre “Gestão Social, Desenvolvimento, Ambiente, Direitos humanos, Cultura e Diversidade socioambiental”. Na proposta pedagógica do Programa nota-se a relevância dada à produção de conhecimento sobre as particularidades da Região Amazônica e sua relação com a atuação de assistentes sociais em suas diversas áreas sócio-ocupacionais, bem como de profissionais de áreas afins. Assim, o PPGSS tem como objetivo formar profissionais, com perfil de docente e de pesquisador, habilitados para compreender e intervir na realidade social, especialmente nas expressões da questão social¹ na Amazônia.

É indubitável que o PPGSS possui uma grande demanda nos seus processos seletivos anuais, chamando atenção não apenas de Bacharéis em Serviço Social e assistentes sociais, mas também de outros profissionais das Ciências Humanas. Historicamente, as seleções são muito concorridas, considerando apenas os quatro últimos anos, por exemplo, em 2016 foram 167 candidatos, em 2017 foram 136, em 2018 foram 156 e em 2019 foram 87.

É preciso destacar que em todas as seleções supracitadas foram registrados candidatos de diferentes estados brasileiros, tais como: Goiás, Roraima, Pará, Santa Catarina, Minas Gerais, Acre etc. Além, obviamente, de candidatos oriundos do interior

1 A questão social, como bem afirma Netto (2001), não é semanticamente unívoca, ao contrário é assunto polêmico e de distintas concepções que podem variar de acordo com a fundamentação político-ideológica. Na área de Serviço Social, a questão social é compreendida, majoritariamente, como produto das contradições da sociedade capitalista de produção, ou seja, fruto da relação conflituosa entre Capital e Trabalho. Ela é o objeto sobre o qual os profissionais intervêm, sendo considerada, nesse sentido, como elemento que deve ser amplamente debatido e compreendido a partir da perspectiva crítica da realidade.

do estado do Amazonas. Considerando apenas o último processo seletivo realizado em 2019, para ingresso em 2020, 11% dos candidatos eram oriundos do interior do Amazonas, a saber: Coari, Parintins, Itacoatiara, Santa Isabel do Rio Negro, Presidente Figueiredo e Barreirinha. Estas informações merecem especial atenção, tendo em vista que revelam o interesse da sociedade local, regional e nacional pelos estudos de Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

O quadro docente do PPGSS é composto atualmente por 16 professores, dentre os quais 1 é visitante, 1 é colaborador e os demais (14) são permanentes. Apenas o professor visitante (que é estrangeiro/Cuba) não possui formação em Serviço Social. Cabe destacar que 2 docentes permanentes são lotados no *Campus* da UFAM de Parintins (município do Amazonas que se localiza a 372 km de distância da cidade de Manaus em linha reta) e os demais são lotados na cidade de Manaus.

Merece destaque ainda a formação interdisciplinar dos docentes que compõem o PPGSS no que diz respeito ao doutoramento, conforme a seguinte discriminação: 4 doutores em Serviço Social; 1 doutor em Política Social; 2 doutores em Gestão da Inovação em Biotecnologia; 1 doutor em Ciências Sociais/Antropologia; 1 doutor em Política Científica e Tecnológica; 1 doutor em Ciências Biológicas (Botânica Social); 2 doutores em Sociedade e Cultura na Amazônia; 2 doutores em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia e 1 doutor em Economia.

A diversificação de formação doutoral dos docentes do Programa é o que garante sua identidade cultural, oportunizando um olhar interdisciplinar sobre a questão social na Amazônia, trazendo à tona na produção de conhecimento questões socioambientais que não são trabalhadas na Região Sul e/ou na Região Sudeste do país, ou seja, a relação entre sociedade-natureza.

Cabe também ressaltar que, mesmo que parte dos docentes permanentes não tenham doutorado em Serviço Social, todos possuem graduação em Serviço Social e ministram disciplinas no Curso de graduação em Serviço Social da UFAM. Em 2020, apenas o professor visitante não possuía graduação em Serviço Social. Os docentes estão distribuídos em 8 grupos de pesquisa, dentre os quais a metade é mais antiga que o próprio PPGSS, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Grupos de Pesquisa vinculados ao PPGSS/UFAM

Ord.	Grupos de Pesquisa	Ano de criação	Linha de pesquisa
1	Grupo de Estudo e Pesquisa em Processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia – GETRA;	2001	1
2	Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia – INTER-AÇÃO;	2001	2
3	Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Sociais e Seguridade Social no Amazonas – GEPPSSAM;	2002	1
4	Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder – GEPOS;	2005	2
5	Grupo de Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia – ESTRADAS;	2012	1
6	Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia – GEDIHSAM;	2012	2
7	Grupo de Estudos e Pesquisa da Complexidade Amazônica;	2017	2
8	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social Crítica, Estado, Movimentos Sociais e Políticas Sociais.	2019	1

Fonte: Banco de dados do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas.

Os grupos de pesquisa são de grande importância para a organização, articulação e desenvolvimento dos estudos

realizados por docentes e discentes do PPGSS. Atualmente o PPGSS possui 43 discentes em processo de formação (setembro de 2020), devidamente distribuídos nos grupos de pesquisa supramencionados.

Nos grupos de pesquisa ocorre uma parte fundamental da formação dos mestrandos, sobretudo no que concerne ao refinamento das habilidades de pesquisador. Assim, essa experiência no desenvolvimento de pesquisas no interior dos grupos complementa estrategicamente a estrutura curricular oferecida pelo PPGSS. Vale salientar que durante os 24 meses de formação, o discente precisa cursar 28 créditos assim distribuídos: 16 em disciplinas obrigatórias, 4 em disciplinas eletivas, 2 em atividades complementares, 4 em orientação de dissertação e 2 em Estágio Docente.

Até setembro de 2020, o PPGSS havia formado 121 mestres em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Em levantamento recente feito com os egressos de 2013 a 2017, do total de 59 egressos referente ao período, 43 (73%) informaram sobre sua inserção profissional no mercado de trabalho, apenas 27% não responderam se estão inseridos no mercado de trabalho e quais atividades desenvolvem. Dos que se manifestaram, 9% têm duplo vínculo e 2% possuem três vínculos. As áreas de atuação que possuem maior destaque entre os egressos são: a Saúde com 30% e a docência com 28%. Os demais egressos estão nas áreas de Assistência Social e Educação, sendo 23% e 19%, respectivamente. Quanto aos que estão na docência, deve-se destacar que 23% estão em instituições privadas e apenas 5% nas instituições públicas.

No que tange às pesquisas desenvolvidas pelos egressos, do total de 121 dissertações defendidas, cerca de 64% são vinculadas à Linha 1 e 36% abrigam-se na Linha 2. No que diz respeito aos temas pesquisados, 50% estão relacionados às políticas sociais e

direitos sociais; 21% são ligados à questão socioambiental rural e urbana; 15% referem-se às relações de exploração, opressão de gênero, raça, etnia, geração e sexualidade; 6% discutem a formação profissional; 5% debatem o trabalho profissional e 3% refletem o trabalho em sentido mais geral. É importante mencionar que nesse segmento temático que abarca metade das produções do PPGSS, ou seja, “políticas sociais e direitos sociais”, os temas mais pesquisados são: Assistência Social (30%), Saúde (21%), idoso (16%), infância e juventude (10%), violência (8%) e outras temáticas – Previdência Social, Educação e Habitação etc. – (15%).

Ao conhecer um pouco mais do perfil dos docentes, dos discentes e das pesquisas do PPGSS, torna-se clara a contribuição da formação oferecida para a realidade amazônica. Acreditamos que tal formação tem qualificado uma gama de profissionais, que se encontram nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, fazendo a diferença no cotidiano profissional e sendo referência em várias áreas. A exemplo disso, temos egressos que atualmente ocupam postos de destaques na área de Assistência Social do Estado do Amazonas, como é o caso da Secretária Executiva de Estado da Assistência Social, no cargo desde 2019, além de outros 6 assistentes sociais que também registramos em cargos estratégicos da Assistência Social desde 2019. Na área da docência registramos uma quantidade importante de professores concursados em universidades públicas federais que são egressos do PPGSS, 2 no *Campus* da UFAM em Manaus, 6 no *Campus* da UFAM em Parintins.

A discussão das particularidades regionais, sem perder de vista a dimensão da totalidade, é o grande diferencial desta formação e o que tem diferenciado os profissionais que por ela caminharam. O PPGSS trouxe avanços para a qualificação profissional e para o desenvolvimento de pesquisas no Estado.

Todavia, é necessário continuar avançando, agora no sentido de planejar a abertura do curso de doutorado, o que já se coloca como um anseio para os mais de 100 mestres formados pelo Programa.

A discussão transversal sobre a sustentabilidade socioambiental no âmbito da Pós-Graduação em Serviço Social da UFAM

O PPGSS da UFAM tem como temática transversal à sua Área de Concentração a discussão sobre a sustentabilidade socioambiental, pois o estado do Amazonas é o maior Estado da Região Norte, localizado no coração da Amazônia brasileira.

É preciso destacar a importância dessa particularidade da proposta do programa, pois nos cabe o dever de pesquisar as temáticas relativas às expressões da questão social na Amazônia, evidenciando as temáticas socioambientais, o que nos diferencia da Região Sul e Sudeste, mas que, indubitavelmente, não nos distancia da área do Serviço Social brasileiro em seus preceitos éticos e políticos de defesa da democracia, direitos sociais e ampliação da cidadania.

A proposta pedagógica do PPGSS está centrada na produção de conhecimentos sobre questões socioambientais na realidade amazônica, no sentido de contribuir para qualificação da formação de recursos humanos na Grande Área das Ciências Sociais Aplicadas e Serviço Social, visando o desenvolvimento de massa intelectual crítica capacitada para realizar reflexões sobre as especificidades das demandas da realidade local e regional.

No sentido de elucidar as razões da criação do PPGSS serão destacadas algumas características da realidade amazônica do estado do Amazonas. A Amazônia brasileira sempre atraiu as atenções do país e do resto do mundo em decorrência de

sua megadiversidade². Neste cenário, são muitas as questões socioambientais que se colocam como expressões da questão social na Amazônia, diante dos processos econômicos e políticos globais de apropriação da natureza e da força de trabalho no âmbito da economia global.

O potencial econômico da biodiversidade dos países megadiversos, como o Brasil, vem sendo alvo de disputas geopolíticas internacionais relacionadas ao acesso aos recursos naturais e conhecimentos tradicionais³ de populações indígenas e não indígenas (chamados de etnoconhecimentos), no processo de criação de produtos biotecnológicos com base na matéria prima da biodiversidade.

O Amazonas é um Estado brasileiro que faz parte da Amazônia e está localizado na Região Norte do Brasil. É o maior Estado do país e possui a maior floresta tropical do mundo. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), o Amazonas detém área territorial de 1.559.167,889 km² (estimativa de 2019), que abrange 62 municípios. Em 2020, a população do Estado foi estimada em 4.144.597 habitantes. Na Região Norte, o Estado tem a segunda maior população, atrás do Pará com 8.690.745 habitantes. Ainda segundo o IBGE (2019), Manaus (capital do Amazonas) representa 53% da população, abrigando mais da metade da população do estado.

-
- 2 A UNESCO declarou no ano 2000 que “o Brasil é o lar de uma das biodiversidades mais ricas do mundo (e membro de um grupo composto por 17 países megadiversos)”. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/brasil/natural-sciences/environment/biodiversity/>. Acesso em 20 set. 2020.
 - 3 Segundo Diegues e Arruda (2001), conhecimentos tradicionais se referem ao conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural transmitido oralmente de geração a geração. Para muitos pesquisadores, esses conhecimentos são considerados como de alta relevância para a proteção dos recursos naturais.

A falta de oportunidades de emprego e de acesso aos serviços sociais pela população nos municípios do interior do Estado do Amazonas revela a complexidade e multidimensionalidade da questão social no maior Estado em termos de área geográfica do Brasil, situado na Amazônia, cujas opções políticas de desenvolvimento criaram a concentração de riqueza na capital do Estado (Manaus) e a estagnação econômica nos outros municípios do interior.

Segundo dados do IBGE (2017), a análise dos níveis de pobreza no Brasil, por estados e capitais, revela que as Regiões Norte e Nordeste são aquelas com maior concentração, sendo observados no Maranhão (52,4% da população), Amazonas (49,2%) e Alagoas (47,4%).

Essa situação de pobreza no Amazonas demonstra os paradoxos históricos das opções políticas de desenvolvimento no Estado, pois apesar de ser detentor de uma megadiversidade, não investe na exploração sustentável desses recursos com vistas a promover o desenvolvimento socioeconômico no interior do Estado, o qual precisa respeitar a natureza e a cultura local.

É possível verificar que muitos são os desafios para o desenvolvimento socioeconômico, tecnológico e sustentável do Estado do Amazonas. É neste contexto da realidade amazônica que se inscreve a proposta pedagógica do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. A criação deste Programa é decorrente do necessário investimento na formação de recursos humanos com competência técnica e científica para propor e implementar políticas públicas que sejam coerentes com o contexto regional.

Assim, entende-se que mesmo nos mais tradicionais espaços sócio-ocupacionais do assistente social, tais como a Saúde e a Assistência Social, dentre outros, é necessário na Amazônia

desvelar as especificidades regionais das necessidades e demandas sociais para subsidiar o fomento de políticas públicas e uma gestão social que realmente tenha condições efetivas de promover um desenvolvimento socioeconômico com sustentabilidade.

Sabe-se que a noção de sustentabilidade vem sendo construída em terreno cheio de controvérsias diante de diversas matrizes discursivas, principalmente no âmbito do discurso dominante da globalização econômica⁴ sob a égide neoliberal.

A noção de sustentabilidade socioambiental da qual parte a proposta deste Programa é pautada na matriz discursiva contra-hegemônica da noção de “desenvolvimento sustentável”, a qual é instrumental à perspectiva política neoliberal da globalização. Essa matriz discursiva contra-hegemônica está fundamentada no pensamento ambiental latino-americano, que originalmente teve suporte teórico na discussão sobre ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs⁵.

4 Segundo Chesnais (1996), o termo globalização ou mundialização do capital (termo que o autor prefere) deve ser compreendido como a fase atual da internacionalização do capital, em que está ocorrendo a integração horizontal e vertical das bases nacionais e distintas. Essa integração se efetiva através do investimento externo direto (IED), que deve ser entendido como sendo a exportação do valor destinado a produzir mais-valia no exterior. De modo geral, a tão difundida globalização da economia vem sendo analisada como uma articulação supranacional das unidades produtivas e dos seus fluxos comerciais, como também, a sua vinculação com a financeirização da fase atual do capitalismo. Entretanto, a globalização não se restringe apenas à dimensão econômica, a mesma envolve profundas e complexas transformações no âmbito sociocultural das sociedades.

5 Ignacy Sachs é economista e sociólogo polonês, o qual ficou conhecido no mundo como defensor do crescimento econômico inserido no contexto do desenvolvimento social e proteção ambiental. É considerado o principal teórico do conceito de Ecodesenvolvimento. Para ele, o desenvolvimento não pode ser reduzido apenas ao crescimento econômico. Defende que o desenvolvimento precisa expressar um crescimento econômico sustentado, socialmente inclusivo e em harmonia com o ambiente.

Cabe destacar que Sachs (1980) definiu o ecodesenvolvimento como aquele desenvolvimento endógeno que busca depender apenas das forças próprias internas, voltado para uma intervenção submetida à lógica das necessidades do conjunto da população, com prudência ecológica e busca de estabelecimento de uma relação de respeito entre o homem e a natureza. A visão defendida pelo autor é a de que:

[...] o desenvolvimento é o processo histórico de apropriação universal pelos povos da totalidade dos direitos humanos, individuais e coletivos, negativos (liberdade contra) e positivos (liberdade a favor), significando três gerações de direitos: políticos, cívicos e civis; sociais, econômicos e culturais; e os direitos coletivos ao desenvolvimento, meio ambiente e à cidade (SACHS, 2002, p. 65).

É possível dizer que o conceito de ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs (1980) ampliou a concepção de desenvolvimento, pois além das variáveis econômicas passou a incorporar variáveis políticas, culturais, sociais, éticas, dentre outras. Os princípios básicos desta nova visão de ecodesenvolvimento estão esquematicamente condensados em Andrade (2000, p. 190):

a) a satisfação das necessidades básicas de todos os seres humanos no presente (solidariedade sincrônica); b) a solidariedade com as gerações futuras (solidariedade diacrônica); c) a participação da população envolvida em todos os programas de desenvolvimento; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a construção de um sistema social com garantia de emprego, segurança social e respeito a outras culturas; f) programas de educação.

De acordo com Andrade (2000), os princípios do ecodesenvolvimento estão vinculados às ideias da teoria do *self-reliance* (autossuficiência, autossustentação), as quais foram

defendidas por Mahatma Gandhi no processo de luta pela libertação da Índia contra o domínio inglês. Tais propostas estão, também, vinculadas às preocupações pela soberania e autonomia dos países periféricos em relação aos ditames dos países centrais hegemônicos.

Sob essa perspectiva, Vieira (1995) ressalta que os princípios do ecodesenvolvimento permitem o resgate da dimensão ecológica do desenvolvimento, fortalecendo a tese relativa à necessidade de uma luta contra a desigualdade social e a dependência no e sobre o Terceiro Mundo, demonstrando a formação de consciência dos limites e vulnerabilidade da base dos recursos naturais.

Para Andrade (2000), os autores Acselrad (1997) e Leroy (1997) demarcaram uma nítida separação político-ideológica entre o conceito de ecodesenvolvimento e o de “desenvolvimento sustentável”. Este último foi amplamente divulgado no contexto dos anos de 1980, como consequência do surgimento do setor empresarial verde no movimento ecológico. Embora se reconheça alguns pontos comuns entre as referidas propostas, tais como o princípio básico de defesa ao direito das gerações futuras e a criação de uma sociedade sustentável, torna-se necessário ficar atento às diferenças ideopolíticas, pois as proposições do ecodesenvolvimento impunham limites à livre atuação do mercado, diferentemente do “desenvolvimento sustentável” que passa a defender que a solução da crise ambiental nas sociedades modernas está na total instalação do mercado na economia mediante tecnologias ditas “limpas” (que minimizam o impacto no meio ambiente).

O que se depreende da análise acima é que existe um conteúdo político-ideológico diferenciado entre os conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Estão implícitas perspectivas de desenvolvimento, enquanto o primeiro

propõe a superação da lógica individualista/predatória do capital, o segundo conceito busca responder aos desafios da crise ambiental mediante mecanismos que consolidam o sistema vigente, isto é, visa o mesmo modelo de desenvolvimento sob uma “nova roupagem verde”. Assim, entende-se que o conceito de desenvolvimento sustentável é uma superação positiva para o capital dos princípios conceituais do ecodesenvolvimento, os quais representam um questionamento da lógica industrial vigente num contexto de globalização econômica.

Destaca-se que a concepção de ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs (1993) defende cinco dimensões da sustentabilidade, que de modo resumido significam:

- Sustentabilidade social – que é entendida nos termos da construção de uma sociedade com mais equidade no que se refere à distribuição de riquezas (justiça social);
- Sustentabilidade econômica – que para ser alcançada depende do emprego mais eficaz dos recursos extraídos da natureza, o que, por sua vez, impõe uma nova visão da relação sociedade-natureza;
- Sustentabilidade ecológica – que implica na limitação do uso de recursos não renováveis, em novo padrão de consumo e de produção de tecnologias. Estas devem ser repensadas de maneira a assegurar a utilização responsável dos recursos naturais;
- Sustentabilidade espacial – que deve buscar manter um equilíbrio entre configurações urbano-rural e as questões econômicas que envolvem;
- Sustentabilidade cultural – que deve ser buscada por meio de implementação de modelos endógenos de desenvolvimento, que ao invés de adaptar tecnologias

importadas às realidades locais, implica na criação de tecnologias novas e apropriadas (tecnologias sociais) que respeitem as especificidades regionais e a diversidade socioambiental (com destaque para a cultura dos povos tradicionais indígenas e não indígenas).

Essa concepção de sustentabilidade socioambiental tem seu suporte na matriz discursiva da equidade, em que se articulam princípios de ecologia e de justiça social, o que exige redistribuição mais equânime das riquezas da sociedade, levando em conta os princípios ecológicos de limites do potencial de produção dos ecossistemas, para garantir a sobrevivência das futuras gerações, o que se contrapõe ao modelo de desenvolvimento capitalista autofágico.

Essa contextualização visou chamar atenção para as razões do programa de pós-graduação da UFAM ser intitulado: “Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia”. Cabe destacar alguns títulos de dissertações defendidas no PPGSS/UFAM (na Linha 2 de pesquisa) nos últimos 5 anos (2015 a 2019), que trataram de temáticas relativas à sustentabilidade socioambiental.

O PPGSS da UFAM busca fomentar a produção de conhecimentos sobre a formulação de políticas sociais no contexto socioambiental e suas interfaces com as demandas e necessidades dos povos amazônicos, diante dos preceitos da sustentabilidade socioambiental do desenvolvimento regional.

Quadro 2 – Produção de conhecimento no âmbito do PPGSS/UFAM acerca da temática de sustentabilidade.

Ano	Título da dissertação
2019	<ul style="list-style-type: none"> • Política de educação na Amazônia: a efetivação de direitos em uma comunidade ribeirinha; • Analisando a construção do espaço urbano em Manaus: PROSAMIM, uma vitrine para o capital? • O protagonismo das mulheres agricultoras do Assentamento Água Branca: trajetória de trabalho e organização social em Manaus – Amazonas;
2018	<ul style="list-style-type: none"> • A insustentabilidade leveza da pena: viver/morrer das mulheres nas relações familiares à luz das práticas jurídicas do Estado do Amazonas; • Sustentabilidade social e cultural da política de Educação Ambiental: um estudo de caso no Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus-AM;
2017	<ul style="list-style-type: none"> • Sustentabilidade socioambiental no trabalho dos catadores de materiais recicláveis: condições de acesso à Previdência Social; • O ensino das expressões da questão social na Amazônia na formação em Serviço Social: um olhar a partir dos cursos de Serviço Social do interior do Amazonas; • Pescadores artesanais de Novo Airão: dos conflitos socioambientais aos direitos da Seguridade Social; • Práticas socioculturais e proteção do conhecimento tradicional associado ao uso de plantas medicinais em Caapiranga/AM;
2016	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Ambiental na Política de Assistência Social: a prática das ONGs no âmbito da proteção social básica em Manaus; • Questão fundiária e propriedade da terra na Amazônia: um estudo de caso sobre a distribuição de terras no ramal do brasileiro;
2015	<ul style="list-style-type: none"> • O ambiente como expressão da questão social e campo interventivo do Serviço Social: sustentabilidade, resiliência, instrumentalidade na cidade de Manaus/AM; • Sustentabilidade Socioambiental: um estudo de caso na Cooperativa de fibras vegetais, malva e juta, de Manacapuru no Amazonas; • Sustentabilidade da Agricultura Familiar tradicional: um estudo nas comunidades ribeirinhas no Município de Caapiranga/AM.

Fonte: Site do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas, dissertações defendidas nos anos de 2015 a 2019.

É neste sentido que se justifica a relevância social e acadêmica deste programa, pois ele visa estimular a produção de conhecimento científico sobre a questão social na Amazônia, o que exige pensar e agir sobre a realidade local sem perder a visão de totalidade da realidade social, no âmbito de uma discussão crítica sobre a sustentabilidade socioambiental.

Considerações finais

A contradição social, política e econômica no Amazonas é inquestionável, pois é o estado com a maior floresta tropical do mundo, entretanto, essa imensidão de riqueza natural é palco de uma realidade com desigualdades sociais assombrosas e ainda numerosas questões socioambientais conflituosas. Tal contradição demonstra a urgência de uma intervenção estatal com políticas públicas voltadas para promoção da sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico da Região. A realidade amazônica trata-se de um desafio para as Ciências Naturais e Sociais, o qual deve ser enfrentado por meio de um necessário diálogo interdisciplinar, no sentido de desenvolvimento de pesquisas que desnudem tal realidade. As pesquisas são caminhos em potencial que podem favorecer a construção de estratégias de enfrentamento das questões socioambientais na Amazônia, bem como promover uma sociedade mais justa.

Com mais de uma década de existência, muito já se avançou no processo de consolidação do PPGSS da UFAM, sempre num exercício de crítica e autocrítica, o qual permite identificar as potencialidades e os aspectos que necessitam ser fortalecidos. A formação de mais de 100 mestres em pouco mais de uma década é algo que merece grande destaque e reconhecimento aos profissionais envolvidos no Programa. Contudo, há o desafio e

o compromisso do PPGSS em avançar ainda mais na formação da pós-graduação em Serviço Social, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo.

Por fim, cabe registrar que a Região Norte ainda precisa crescer bastante na formação *stricto sensu*, tendo em vista que é a Região que possui menor quantidade de programas de pós-graduação no Brasil. Quando se considera apenas a Área de Serviço Social, conforme dados da CAPES (2017), dos 34 programas existentes no país apenas 2 estão na Região Norte. Em termos percentuais, a região que mais concentra programas de pós-graduação é a Região Sudeste com 36,4%, seguida do Nordeste com 33,3%, depois vem o Sul com 15,2%, o Centro-oeste com 9% e, finalmente, o Norte com 6%. Portanto, as desigualdades sociais e econômicas deste país continental também se revelam no âmbito da pós-graduação. É necessário e urgente se caminhar no sentido de superação das dificuldades que se colocam para ampliação da pós-graduação em Serviço Social no norte do Brasil.

Referências

ANDRADE, J. B. T. Desenvolvimento sustentado e meio ambiente. In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UNB (Org). **Capacitação em serviço social e política social**, módulo 4, Brasília, DF, CEAD, 2000.

ANDRADE, R. F. C. de A. *et. al.* **Formação Profissional do Assistente Social no Estado do Amazonas**. Relatório de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Manaus, 2019.

ANDRADE, R. F. C. de; VALLINA, M. M.; GAMA, R. R. Da Escola de Serviço Social de Manaus ao *boom* do mercado educacional no Amazonas. In: ANDRADE, R. F. C. de; VALLINA, M. M. **Novos**

contornos do Serviço Social no Amazonas. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, p. 25-41.

BENCHIMOL, S. **Amazônia:** formação social e cultural. Manaus: Valer/Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

CAPES. Plataforma Sucupira. **Relatório do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia,** ano base 2019. Texto em pdf.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório Quadrienal 2017 da área de Serviço Social.** Brasília, 2017. Disponível em: <http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrienal-2017/20122017-Servico-Social-quadrienal.pdf>. Acesso em 15 mar. 2019.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** Trad. Silvana Fenzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

DIEGUES, A.C.; ARRUDA, R. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2001.

GAMA, R. R.; ANDRADE, R. F. C. de. Serviço Social no interior do Estado do Amazonas: desafios da formação profissional e do mercado de trabalho. **Atlante** – Cuadernos de Educación y Desarrollo. Abril 2019 - ISSN: 1989-4155. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/atlante/2019/04/servico-social-amazonas.html>. Acesso em 20 ago. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Sociais Municipais:** uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=283100>. Acesso em 25 ago. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2017. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em 25 ago. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Amazonas. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am.html>. Acesso em 25 ago. 2020.

LIMA, I. N.; VALLINA, M. M. A influência do higienismo na formação profissional do Amazonas (1941-1946). In: ANDRADE, R. F. C. de; VALLINA, M. M.; ALBUQUERQUE, R. (Orgs.). **Os nós da formação profissional em Serviço Social**: currículo, trabalho e debates contemporâneos. Parintins: Leda/Edua, 2017.

MONTENEGRO, R. **A criação da Escola de Serviço Social de Manaus** (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro, 1986.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, Graffiline, 2001, p. 41-49..

SACHS, I. **Stratégies de l'écodéveloppement**. Paris: Lês Editions Ouvrières, 1980.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para o Século XXI - Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel – Fundap, 1993.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

VIEIRA, P. F. A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990): contribuição ao mapeamento e à avaliação crítica preliminares do esforço de pesquisa. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (Orgs.). **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

SERVIÇO SOCIAL COMO ÁREA DE CONHECIMENTO E PROFISSÃO: A EXPERIÊNCIA DO CAPACITASUAS NO MARANHÃO

Amélia Brito de Miranda

Lília Penha Viana Silva

Maria Leidinalva Batista Miranda

Introdução

Reforçamos aqui, inicialmente, a necessidade de afirmar o Serviço Social como área de conhecimento e profissão, conforme a orientação das Diretrizes Curriculares que orientam os cursos de graduação. Com isso, queremos dizer que a profissão tem duas dimensões básicas e interligadas, a interventiva e a investigativa, que são conhecimentos, porém, diferenciados. Concordamos com Santos (2014), quando coloca que o exercício profissional exige conhecimentos diferentes que extrapolam o conhecimento teórico. Isso exige uma formação que produza conhecimentos teóricos rigorosos e críticos, o que

requer pesquisa e extensão em sintonia com a realidade sócio-profissional.

Apresentamos o Programa CapacitaSUAS como um exemplo de relação com a realidade dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, pois se constitui como uma experiência de pesquisa e extensão desenvolvida pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão e a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado do Maranhão/SEDES.

O CapacitaSUAS é um Programa Nacional de capacitação continuada do então Ministério de Desenvolvimento Social, atualmente, Ministério da Cidadania, em nível dos Estados a coordenação da Secretaria Estadual que executa a política de Assistência Social (em articulação com a gestão municipal). Especificamente, no Maranhão, a sua execução é desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES e pela Universidade Federal do Maranhão que é a instituição credenciada na Rede Nacional de Educação Permanente do SUAS – RENEPSUAS, desde de 2012.

Entendemos que a aproximação entre a universidade e a sociedade através do Programa CapacitaSUAS, vem contribuindo para a construção de um conhecimento mais próximo possível da realidade. Este intercâmbio, por sua vez, possibilita que a sociedade possa usufruir dos conhecimentos produzidos pela universidade, produzindo, assim, inovações como a possibilidade de retro-alimentação pela realidade das práticas de campo.

Assim, este capítulo está estruturado em duas sessões primárias, além da introdução e conclusão e duas sessões secundárias. A primeira sessão intitulada Serviço Social: área de produção de conhecimento e intervenção. A segunda, Formação profissional, pesquisa e Serviço Social no Maranhão: a experiência do CapacitaSUAS.

Serviço Social: área de produção de conhecimento e intervenção

Partimos do pressuposto de que já seja consenso o dilema sobre a pertinência de se afirmar que o Serviço Social produz conhecimento, como mostra o amadurecimento da produção bibliográfica, os Encontros Nacionais de Pesquisa em Serviço Social/ ENPESS, os Congressos da área, a exemplo do CBAS, bem como, uma pós-graduação consolidada e reconhecida pelas agências de financiamento, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que possibilitam o financiamento de pesquisa e a inclusão de nossos pesquisadores no quadro geral de pesquisadores dessas agências. Embora acreditemos que a disputa de conhecimentos e ideológicos, ainda, seja muito viva, a exemplo dos ataques feitos pelo atual governo às áreas de humanidades, como Sociologia, Filosofia, História, especialmente as disciplinas que levam ao pensamento crítico.

As Diretrizes Curriculares de 1996, (há 24 anos) que a categoria aprovou o documento “Diretrizes Básicas para a Formação Profissional” e, em 2001, foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), expressam portanto, um novo projeto de formação profissional na afirmação das dimensões interventivas e investigativas, como princípios formativos e condição central da formação e da relação teoria-realidade, que considera a formação profissional, como: a preparação científica dos futuros profissionais para responder às demandas sociais que são colocadas pela sociedade; produção do conhecimento e capacitação continuada da categoria para atualização do exercício profissional.

Assim, de acordo com as diretrizes, a formação profissional precisa ser continuada, sistemática e rigorosa, para desenvolver uma formação que oportunize um rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e da profissão, tendo por referência uma teoria social crítica que possibilita a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade (ABESS, 1997).

Nesse sentido, é preciso considerar que a profissão tem uma dupla natureza analítica e interventiva, e isso requer uma formação que se sustente em um estatuto teórico-prático. Tal preparo pressupõe o desenvolvimento de outros conhecimentos, competências e habilidades profissionais capazes de tomar a realidade social como referência para construir ações profissionais que atendam às demandas socialmente postas no cotidiano profissional.

A proposta curricular organiza-se em eixos formativos, estruturantes e transversais. Por que são estruturantes? Porque são os pilares fundamentais que devem dar a direção e a sustentação teórica-metodológica. Nesses eixos devem estar contidas as questões próprias do modo de produção capitalista: produção e reprodução das relações sociais e da sociabilidade burguesa; formas de construir um processo de ensino-aprendizagem que leve em consideração as contradições presentes na realidade social; favorecem, ainda, a interdisciplinaridade, possibilitando o acesso a saberes específicos, não se restringindo a um ou outro componente curricular. Transversais, porque pretendem desenvolver conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais ao longo do curso, como o ensino dos processos de trabalho, da pesquisa e da ética – o que se constitui como um desafio na formação.

Assim, os currículos dos cursos de graduação devem apresentar três núcleos constitutivos da formação profissional, a saber: o Núcleo de fundamentos da vida social; o Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. A pesquisa deve ser uma necessidade em todos os níveis da formação e intervenção, no sentido de nos livrar dos vícios tradicionais: tecnicismo, teoricismo e militantismo. Nesse sentido, concordamos com Mota (2012), quando reconhece o Serviço Social como profissão e área de conhecimento, ou seja, defende a existência de uma unidade entre essas dimensões, porém, chama atenção de que a unidade não significa uma identidade, visto que há uma distinção entre o âmbito da produção intelectual e o da ação prático-operativa.

Essas dimensões possuem vínculos e se referem à realidade objetiva, porém encerram distinções: enquanto a produção teórico-intelectiva pode não materializar respostas imediatas às demandas da prática profissional, o exercício profissional, também ele referenciado por aquela produção, mobiliza outras mediações e instrumentalizações que são inerentes ao mundo do cotidiano, das ações institucionais e das condições objetivas sob as quais se dá a efetivação de políticas e projetos sociais. Nesse sentido, não há nenhuma hierarquia ou dicotomia, mas a existência de patamares diferenciados da intervenção social do Serviço Social (MOTA, 2012, p. 19).

Sob este entendimento, Santos (2014) afirma que o Serviço Social avançou quando enfatizou a unidade entre as dimensões da prática interventiva, em uma relação à dialética, evidenciando a diversidade. Todavia, no geral a formação profissional trata a unidade sem levar em conta as suas diferenças, ou seja, não trata as especificidades de tais dimensões. É preciso trabalhar essas dimensões na unidade e na diversidade e não na identidade, visto

que há uma distinção entre o âmbito da produção intelectual e o da ação prática-operativa.

As dimensões possuem vínculos e se referem à realidade objetiva, porém, apresentam distinções, ao considerar que a produção teórico-intelectiva pode não materializar respostas imediatas às demandas da prática, da ação profissional ou do trabalho, porque estão no âmbito das possibilidades; o exercício profissional, também é referenciado por aquela produção teórico-metodológica, porém, mobiliza outras mediações e instrumentalizações que são inerentes ao cotidiano das ações institucionais e das condições objetivas, sob as quais se dá a efetivação das políticas, programas e projetos, pois:

[...] um referencial teórico não deriva, de imediato, instrumentos e técnicas para intervenção, mas ele contribui e é condição necessária para escolha dos instrumentos mais adequados à ação. Ainda é ele quem empresta o conteúdo a ser comunicado por meio desses instrumentos e oferece subsídios necessários à sua utilização ao desvelar as mediações necessárias à passagem da teoria-prática. Contudo, é necessário lembrar conhecimento teórico se distingue de outras formas de conhecimento (SANTOS, 2014, p. 5).

São considerações fundamentadas no materialismo histórico-dialético que diz que teoria e prática mantém uma unidade na diversidade, formando uma relação intrínseca, onde a primeira (teoria) está no âmbito da “possibilidade” e o segundo (prática) no âmbito da “efetividade”. Avançar de um âmbito para outro necessita de mediações objetivas e subjetivas que se relacionam. Os instrumentos e técnicas da intervenção pertencem ao âmbito da efetividade, os quais, a partir de mediações, potencializam as ações dos homens, portanto, é importante a formação profissional dar também uma atenção a esses instrumentos e técnicas (SANTOS, 2014).

Os conhecimentos teóricos podem contribuir com os profissionais no sentido de fomentar uma análise mais aprofundada da realidade social, orientando o exercício profissional, não como um manual prescritivo de ações, mas através de elementos que proporcionam uma relação analítica-interventiva, possibilitando, assim, compreender as demandas e os sujeitos demandantes não incriminando, ou julgando, por exemplo. Permite, ainda, compreender as funcionalidades das políticas sociais e do Estado; problematizar as respostas institucionais e o direcionamento econômico-político que incide na vida dos trabalhadores, a partir dos processos de aviltamento da exploração e ataque aos direitos humanos e sociais. Portanto, o referencial teórico-metodológico é analítico e não instrumental.

Já o exercício profissional permite que os profissionais se apropriem de outros conhecimentos (técnicos, especializados, procedimentais, instrumentais), para responder as demandas do cotidiano profissional. A grande questão é o cuidado para não cair no tecnicismo, eliminando o potencial crítico da intervenção. A formação profissional não pode se privar de possibilitar a construção de conhecimentos que, dialeticamente articulados, oportunizam uma qualificação teórico-metodológica, sem desprezar a natureza interventiva e política da profissão. Buscando assim formas de diminuir o distanciamento existente entre formação e o cotidiano profissional. Sim, porque esse distanciamento existe e desconsiderá-lo é deixar de avançar no debate, na problematização do ensino e dos conhecimentos que precisam ser mobilizados. Acreditamos que a pesquisa e a extensão, a exemplo do CapacitaSUAS, possibilitam diminuir esse distanciamento.

Uma formação profissional crítica não pode virar as costas para a realidade dos campos profissionais, do trabalho, pois o

conhecimento crítico, tão necessário para o enfrentamento de racionalidades conservadoras, não pode tornar-se fatalista, ou ingênuo, ou puro denunciamento. Como afirma Sposati (2007), o vínculo entre produção do conhecimento em Serviço Social e o processo sócio-histórico gerou, por sua vez, a capacidade de interlocução com pesquisadores da nossa área de atuação com aqueles ligados a outros saberes, ampliando a interlocução disciplinar, e com elas, a construção do reconhecimento científico, numa nova perspectiva de análise do real.

A direção de um exercício profissional orientado pelo projeto ético coletivo, possibilita qualificar uma produção de conhecimento voltada para as classes subalternas, populares, conforme a perspectiva colocada por Yazbek (2004). Dentro da mesma compreensão, se posiciona Santos (2003), ao afirmar a relação entre conhecimento e hegemonia e situar o campo da produção do conhecimento em Serviço Social sob orientação do que denomina conhecimento contra-hegemônico, porque se volta para as classes subalternas e populares, buscando desvendar os invisíveis, o que se banalizou, os sem voz, sem-teto, sem-terra, sem cidadania, daí ser um conhecimento contra-hegemônico.

Uma formação profissional pautada na articulação dos três elementos que constituem a natureza da profissão: teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo deve se comprometer com a leitura crítica da realidade como base; com a produção de conhecimento sobre as demandas postas socialmente para a profissão, no sentido de que sejam geradas alternativas de intervenção criativas em resposta às manifestações da questão social em cada momento histórico específico, sem, contudo, se descolar dos princípios das Diretrizes Curriculares que dão base aos Projetos Pedagógicos dos cursos.

A vivência da pesquisa científica por docentes e discentes se apresenta como atividade básica para o desenvolvimento dessa concepção e vem encontrando muitas dificuldades de se realizar em tempos de contrarreformas na educação, que vêm sendo implementadas sob as exigências do Banco Mundial e demais organismos multilaterais a partir da década de 1990, sob os avanços do ideário neoliberal como orientação para as estratégias de recuperação dos ganhos do capital em sua crise.

Como sabemos, esse projeto ganhou materialidade no Brasil, no âmbito da contrarreforma do governo Fernando Henrique Cardoso no final dos anos 1990, e vem se apresentando de forma mais ou menos conservadora dependendo da matriz de poder no governo, com menor incidência nos governos Lula e Dilma, e com os propósitos conservadores declarados no governo Temer e extrapolando todas as expectativas de retrocesso no governo Bolsonaro.

Esse projeto tem como eixo fundamental a privatização dos setores estratégicos: saúde, educação, pesquisa científica, etc em que o Estado passa a ter responsabilidade apenas com atividades como arrecadação, controle do mercado, segurança. As outras áreas devem ser assumidas pelas entidades públicas não estatais, as chamadas organizações sociais, via terceirizações e parcerias público privado. A novidade no atual governo, é que as áreas de saúde e educação por exemplo, ganham contorno para garantir maior inserção do capital, aprofundando a mercantilização da Educação Pública, das Universidades e Institutos Federais. O que temos é o recurso público voltado para a grande indústria, pesquisas voltadas para o mercado, em detrimento da pesquisa básica, com função social. Outro impacto desse projeto educacional, é a maior precarização das condições de trabalho e, conseqüentemente, dos serviços prestados à população, pois as

diretrizes do projeto educacional do governo são, simplesmente, reproduzir conhecimento, em detrimento de novos conhecimentos e assim, reduzir a formação profissional, ao mero repasse de conhecimento (excluindo assim, a pesquisa e a extensão) – o mercado passa a ser o grande definidor da orientação acadêmica e do perfil dos cursos. Os projetos pedagógicos visam responder de forma imediata o mercado de forma acelerada. A quantificação de tarefas passa a ser o critério de avaliação, progressão e promoção, com isso o trabalho docente passa a ser associado às noções de produtividade, quantidade, gerenciamento e controle.

As noções de teleologia, de projeção idealizado que nos confere à qualidade de humanidade e nos possibilita o desenvolvimento de um projeto de vida, em sociedade, de construção de uma outra sociabilidade de civilidade, de produção de conhecimento, de debates, de novas descobertas científicas e novas formas de responder às demandas postas pelos movimentos sociais, comunidades etc, na qual estamos inseridas, são cada vez mais reduzidas.

Nesse sentido, a precarização do ensino marca a formação profissional, inclusive o público, via apenas o repasse do conhecimento, com baixo ou quase nenhum investimento em pesquisa e extensão, sobrecarga de trabalho docente, adoecimento, etc. Assim, vivemos tempos sombrios e de profunda regressão conservadora em favor do grande capital e das finanças. Portanto, é a partir desse projeto que as decisões do poder executivo e militarizado são tomadas, confrontando de forma acintosa os valores democráticos, conquistados com muita luta pela sociedade brasileira.

Apesar dessas tendências de regressão, o movimento contraditório da sociedade vai apontando possibilidades de afirmação do projeto de formação vinculado à perspectiva de

Educação Permanente dos trabalhadores, através da construção de projetos de educação que permitam a qualificação em diversos níveis, a exemplo da já consolidada Escola do SUS e a Política Nacional de Educação Permanente dos Trabalhadores do SUAS – PNEP/SUAS, ao qual se vincula, na atualidade, o Programa Nacional de Capacitação dos Trabalhadores do SUAS – CAPACITASUAS.

Formação profissional, pesquisa e Serviço Social no Maranhão: a experiência do CapacitaSUAS

O desenvolvimento de atividades que articulem o ensino, pesquisa e extensão no processo de formação acadêmica dos profissionais se constitui em um grande desafio para a universidade pública brasileira, representado principalmente, na relação entre docentes e discentes que vêm nesse tripé, o sentido mesmo da universidade pública como *locus* privilegiado da produção e circulação de conhecimentos científicos, pautados e a serviço das demandas postas socialmente. As dificuldades de fomento da pesquisa e extensão atravessam a história recente e por outro lado, as demandas por espaços de aprendizado da pesquisa e extensão de forma vivenciada se apresentam crescentes diante da expectativa criada pelas próprias diretrizes curriculares que colocam a importância da produção de conhecimento como área de atuação do Serviço Social. Desse modo, consideramos relevante a socialização de uma experiência exitosa em andamento na UFMA, através do Departamento de Serviço Social.

Resultados provisórios de um processo em andamento

A socialização dos resultados provisórios do Programa Nacional de Capacitação dos Trabalhadores do SUAS –

CapacitaSUAS, no estado do Maranhão, tem como suporte de análise a tardia consideração da Assistência Social como direito, assegurada apenas a partir da Constituição de 1988, dentro do processo de luta pela redemocratização do país e pelos direitos sociais. Conforme Martins (1994), o Brasil é um país de história lenta, assim, os direitos sociais se constituíram de forma muito lenta, considerando-se as bases da nossa formação social calcada na colonização conservadora e expropriadora das riquezas; no extermínio das populações nativas; no longo período de escravização dos negros; no baixo assalariamento da população economicamente ativa; no estado aprisionado pelos interesses privatistas e patrimonialistas, enfim, no conjunto de marcas que forjaram o país e que influenciaram na desconsideração dos direitos sociais como elemento constitutivo da sociedade industrial.

Desse modo, conforme Silva (2012), avanços e continuidades conservadoras atravessam o processo de implementação da Política Nacional de Assistência Social, formatada no Sistema Único de Assistência Social constituído, a partir de 2005 e regulamentado como lei, em 2011. Dentre os inúmeros desafios enfrentados para a qualificação dos serviços a serem prestados pelo SUAS se encontra a Educação Permanente e continuada dos trabalhadores, demanda histórica que passou a integrar a agenda governamental a partir da década de 1990, constando das deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social, considerado como elemento fundamental para a qualificação do trabalho profissional nessa área.

Assim, a partir de 1995, a necessidade de construção da Política Nacional de Educação Permanente ganhou espaço na pauta das Conferências nacionais, estaduais e municipais. Essa demanda foi sendo reafirmada, posteriormente, na NOB/SUAS

de 2005 que criou o Sistema Único de Assistência Social; na NOB/RH de 2006 que regula a gestão do trabalho no âmbito do SUAS, destacando ser imprescindível a Educação Permanente e continuada dos trabalhadores/as como uma das condições fundamentais à qualidade dos serviços a serem prestados; na Lei 12.435 de 2011 (Lei do SUAS) que estabelece como objetivo a implantação da gestão do trabalho e da Educação Permanente na assistência social.

A PNEP/SUAS se encontra ancorada em uma concepção ampliada de educação permanente que difere da mera “reciclagem” ou simples atualização dos que não sabem pelos que detêm o conhecimento teórico e metodológico.

Educação Permanente é o processo contínuo de atualização e renovação de conceitos, práticas e atitudes profissionais das equipes de trabalho e diferentes agrupamentos, a partir do movimento histórico, da afirmação de valores e princípios e do contato com novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis. Processo esse mediado pela problematização e reflexão quanto às experiências, saberes, práticas e valores pré-existentes e que orientam a ação desses sujeitos no contexto organizacional ou da própria vida em sociedade (BRASIL, 2013, p. 34).

As ações de formação e qualificação devem ter por base os seguintes princípios: a centralidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais; a interdisciplinaridade; a aprendizagem significativa; a historicidade; e o desenvolvimento de capacidades e competências requeridas pelo SUAS (BRASIL, 2013, p. 34). Os cursos e demais atividades formativas e de qualificação objetivam gerar, manter e desenvolver competências dentro de cada particularidade do processo de implementação do SUAS.

A 1ª fase de implementação do Programa ofertou três cursos presenciais, com carga horária de 40 horas cada, sendo, 01 de

Capacitação Introdutória: Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e Implementação de Ações do BSM e 02 de Capacitação de Atualização: Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS e Atualização em Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS e do BSM. Os cursos ofertaram 37.062 vagas e capacitaram 33.890 trabalhadores/as do SUAS em todo o país.

As 2ª e 3ª fases estão em processo de desenvolvimento pelos Estados, com níveis diferenciados de execução, desde Estados que já executaram todos os cursos, outros em que o processo de contratação da IES está em andamento, além daqueles que não têm previsão de início. O conjunto de cursos destas novas fases engloba, os três realizados na 1ª fase e cinco novos, com carga horária de 40 horas e também presenciais, sendo, 01 de Capacitação Introdutória: Introdução ao Exercício do Controle Social e 03 de Capacitação de Atualização: Atualização em Elaboração de Planos de Assistência Social; Atualização em Vigilância Socioassistencial; Atualização sobre Especificidades e Interfaces da Proteção Social Básica do SUAS e Atualização sobre o Reordenamento dos Serviços de Proteção.

O Estado do Maranhão aderiu ao CapacitaSUAS em 2012, por meio de compromisso formalizado, via termo de aceite junto ao então MDS. O Programa conta com a Coordenação Estadual e cofinanciamento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDES e execução da UFMA, integrante da Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social – RENEP/SUAS, através do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas – GDÈS. A 1ª fase foi executada de 2015 a 2017 e a 2ª fase se encontra em execução a partir de 2018. A experiência do

CapacitaSUAS/MA tem acontecido aliando ensino, pesquisa e extensão.

Na 1ª fase o CapacitaSUAS/ MA alcançou 210 municípios, de um total de 217, significando que 97% dos municípios participaram de pelo menos 01 dos 03 cursos ofertados. Quanto ao número de participantes certificados, foram 2.063 trabalhadores/as, alcançando um percentual de 92% da meta de 2.250. Do total de trabalhadores/as capacitados/as, os de nível médio que tiveram acesso foram apenas os conselheiros estaduais e municipais de assistência social e alguns poucos desempenhando funções na gestão financeira das secretarias, conforme critérios definidos. A segunda fase do programa no Maranhão se encontra em processo de execução. Até o período anterior à pandemia de coronavírus, março de 2019, foram executadas 32 turmas dos cursos de capacitação, 42% da meta contratada. Diante da impossibilidade da realização das atividades presenciais, as 44 turmas restantes serão executadas no modo remoto, estando em tramitação o novo termo aditivo com as alterações para a retomada das atividades ainda no ano de 2020.

A experiência do CapacitaSUAS no Maranhão, sua proposta metodológica e a articulação das atividades acadêmicas tem sido muito bem avaliada por todos os sujeitos envolvidos, desde os órgãos de coordenação nacional e estadual, quanto os professores pesquisadores da UFMA e de outras IES, técnicos que trabalham na Política de Assistência Social no Estado, trabalhadoras e trabalhadores do SUAS de todo o estado do Maranhão, além de alunos (monitores, estagiários e bolsistas). Os resultados desse processo de avaliação demonstram que a experiência tem promovido articulação relevante contribuindo para a articulação do ensino, pesquisa e extensão dentro da

UFMA e contribuído para o cumprimento da função social da universidade pública.

A perspectiva investigativa atravessa todo o processo de capacitação e oportuniza o desenvolvimento da pesquisa “Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS no Maranhão: perfil, processos e condições de trabalho”. A pesquisa é coordenada pelas professoras pesquisadoras e coordenadoras do CapacitaSUAS e vem sendo sistematizada com a participação de discentes do curso de Serviço Social da UFMA, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC. A pesquisa de campo foi realizada com os participantes dos cursos da 1ª fase e estão sendo sistematizados através dos diversos Planos de Trabalho do PIBIC.

Para além das expectativas criadas, o desenvolvimento do Projeto tem promovido no interior da UFMA: o debate acadêmico acerca da Assistência Social como direito, envolvendo professores e alunos do Curso de Serviço Social; Estágio Obrigatório a alunas do Curso de Serviço Social; atividade de monitoria aos alunos do Curso de Serviço Social, que utilizam aproveitamento de carga horária como Atividades Complementares, possibilitando compartilhar o processo de trabalho desenvolvido em sala de aula, oportunizando assim, o acesso a conhecimentos articulados pela relação professores x trabalhadores.

A partir dessa breve configuração destaca-se a ampliação de estudos e pesquisas desenvolvidas por pesquisadores do GEDÈS na área da Assistência Social, bem como, o fomento da produção, socialização e publicação de conhecimento científico pela equipe da UFMA. Desse modo, se pode considerar resultados da articulação ensino, pesquisa e extensão através do CapacitaSUAS/MA, ainda em andamento: iniciação científica envolvendo discentes que executaram planos de trabalho com apresentação em eventos de iniciação científica/ SEMIC no período de 2015 a

2020; Estágio Obrigatório nas atividades de extensão de alunas de Serviço Social; artigos apresentados e publicados em anais de 07 eventos, sendo 05 internacionais (JOINPP: 2015, 2017, 2019 e III SINESPP) e 03 nacionais (ENPESS, ENPS e CBAS); artigos Publicados em livros: Trabalhadoras e trabalhadores do SUAS no MARANHÃO: perfil e processos de trabalho. In: Políticas Públicas - temas e questões afins / PPGPP/2018 - ISBN: 978-85-7862-826-0; artigo no prelo: A Educação Permanente no SUAS: necessidades e impasses de um processo em construção. In: Políticas Públicas em Debate / PPGPP/2020; monografias elaboradas por discentes bolsistas do CapacitaSUAS nos anos de 2017; /2018; /2019 e /2020); 12 professores da UFMA envolvidos e 09 de outras IES; 17 professores/técnicos da Assistência Social; 10 discentes bolsistas CapacitaSUAS; 08 discentes bolsistas PIBIC; 100 Monitores.

CapacitaSUAS/MA: uma experiência metodológica exitosa

Da experiência do CapacitaSUAS, no Maranhão, destacamos aqui sua dimensão metodológica, sobretudo, pelos resultados que alcançou e impactos que produziu, ao reunir, num mesmo ato: a pesquisa, a formação e o trabalho profissional.

Em primeiro lugar, já na adequação metodológica da proposta nacional de formação e suas Diretrizes, de modo a dar conta das particularidades locais e regionais, a realidade maranhense adquiriu centralidade. Desde a formulação de nossa proposta de trabalho específica, na preparação dos planos de curso até a montagem de questionários para coleta de dados sobre o trabalho profissional, pela coordenação pedagógica do CapacitaSUAS, a pesquisa foi incluída como transversal ao processo. Em segundo, o processo de formação foi planejado e conduzido, a cada turma e curso específico, sempre por dois

sujeitos: um docente da UFMA, vinculado à área em seus estudos e pesquisas e um trabalhador do SUAS, com longa e reconhecida experiência técnica na Assistência Social no estado. Os cursos sempre de quarenta horas semanais ininterruptas, enquanto mediavam o processo de ensino-aprendizagem, os facilitadores trocavam conhecimentos de duas ordens: entre si e com a turma, que por sua vez, participava diretamente da construção de reflexões e proposições sobre seu trabalho na medida em que todas as sessões partiam sempre das suas experiências para problematizar o trabalho cotidiano e elementos conceituais de fundamentação, trazendo a ambos, questões e desafios inéditos.

Enquanto formação profissional, essa experiência desfez o modelo tradicional e pontual de capacitação, seja em termos de conteúdo (como repasse de um saber abstrato, desterritorializado e/ou instrumentalização técnica sobre o que fazer e como agir, em favor de sua construção/reconstrução em ato), seja em termos da relação mecânica entre professor que ensina e aluno que aprende e reproduz, para dar lugar a relações mais democráticas, motivadoras e consequentes.

O trabalho profissional, como conteúdo central, pode aparecer em seu objeto, processo e meios, versando sobre a implementação do SUAS. Do levantamento de dados sobre conteúdo e percepções dos profissionais acerca da realidade maranhense e seus determinantes, de suas concepções acerca da política de Assistência Social, das definições do trabalho e das narrativas de casos concretos, foi-se discutindo e problematizando em conjunto, as respostas profissionais, num exercício de autovigilância explícito.

Assim, além de um conjunto de indicações acerca da realidade e das suas demandas, os cursos permitiram trazer à tona, a visão dos profissionais sobre seus usuários. Todo o

planejamento já foi feito considerando essa premissa do ensinar/aprender/investigar no mesmo passo, ou seja, trabalho como objeto de formação e pesquisa. Para tanto, nenhuma temática foi tratada antes ou fora do contexto das experiências de trabalho. Todas elas, pensadas pois, na sua coerência interna e segundo uma lógica que transitou do geral para o específico, do empírico para o conceitual e vice-versa a cada tema e subtema.

Sempre a partir de rodas de conversa entre os profissionais, relatos por escrito de suas conclusões e apresentação por grupos em plenário, utilizando diversas alternativas de abordagem (desenhos, esculturas vivas, dramatizações, música, movimentos corporais, dança etc.), a apresentação desses conteúdos possibilitou maior envolvimento e engajamento do participante. Também exercitou o uso de outra linguagem para alargar o poder das palavras ou dizer daquilo que apenas com elas, seria incompleto. O resultado foi ter a dimensão cognitiva e a dimensão estético-expressiva do trabalho em coexistência, sem priorizar uma delas.

Por essa razão, ao acolher uma turma por exemplo, começávamos o conjunto denso de conteúdos a explorar, com a construção do mapa do Maranhão, inicialmente, formando pequenos grupos com trabalhadores de diferentes municípios por proximidade geográfica, reunindo todos em seguida para compor o mapa inteiro do estado, em sua unidade e diversidade.

Em conjunto, esse exercício lhes permitiu apurar o olhar para (re)conhecer o chão do trabalho e o nosso grande desconhecido, a sua pobreza e a sua riqueza, a sua falta e as suas potencialidades. Interessava saber até onde e como alcançava a vista dos participantes acerca dessa realidade, atentos que estávamos à possibilidade de aprender com eles, com o que a sua inserção direta poderia agregar. A prioridade nesse momento era identificar o que mais percebiam no Estado, das duas categorias-

chave (Pobreza e Potencialidades), onde colocavam maior ênfase e porquê. A partir desse material, só, então, é que discutíamos com eles as manifestações e as causas das questões identificadas no mapa, ampliando os referidos conceitos, na medida do necessário e, sobretudo, problematizando-os.

Do Maranhão e sua realidade, o passo seguinte consistia em tratar da Assistência Social como política pública, o que significava outra sessão para identificar demandas afetas a ela, de uma visão local e regional. Assim, no mapa seguinte, dentro do primeiro, os profissionais identificavam nos seus territórios de atuação, os chamados riscos e vulnerabilidades. Novamente foram confrontados ali, com o desafio de identificar potencialidades. E estas, postas em prevalência em relação a vulnerabilidades no momento da reflexão coletiva, até para captar em que ordem de prioridade elas se colocavam para os profissionais e permitir pensar afetivamente o agir.

Visto o contexto, mapeada por eles sua realidade específica em cada município (o comum e o diferente), partíamos para inserir nesse mapa os sujeitos, quem eram eles, começando pelos usuários da Assistência Social. E a discussão sobre os usuários trazia à tona outros sujeitos: os próprios trabalhadores, o Estado, a mídia, etc. Aqui, a lógica se invertia: realizávamos uma breve discussão conceitual, não antes de apanhar o que eles compreendiam das principais categorias relacionadas, aprendendo seu grau de criticidade, para, então, confrontar esse discurso com situações cotidianas. Daí o exercício logo em seguida pelo qual, em grupos, quase sempre a partir de imagens, notícias e opiniões polêmicas divulgadas na mídia, envolvendo os usuários, os cursistas listavam razões para concordar ou discordar, a partir de suas impressões do contato direto com os usuários, o que permitia ler, durante os debates nada tranquilos, ambiguidades,

aproximações e distanciamentos entre a definição conceitual e a concretude da questão, como vivida e sentida de fato, o que foi de enorme valia por colocá-los sob autocrítica e percebê-los reagindo e confrontando-se entre si e consigo mesmos.

Essa discussão, em geral, criou muitas tensões e autojustificativas, como se surpreendidos por si mesmos e por pensamentos que não sabiam com nitidez, ter. Continuando na mesma linha, outro momento importante focava no trabalho em si, em torno da indicação de uma pergunta chave (Que trabalho é esse?). Nesse caso, os cursistas respondiam a um roteiro prévio individual em que conceituavam o trabalho e os principais aspectos relativos a ele e, em seguida, em equipes, definiam por escrito e também, através de recursos diversos (música, poesia, dança, desenhos, teatro), concepções e significados atribuídos.

Já em outro exercício, essas concepções eram confrontadas com situações diárias, onde eram feitos relatos detalhados de casos atendidos nas unidades de trabalho, a partir também de roteiro prévio, que deveria resultar em relatório, incluindo elementos que pretendiam reconstituir todo o processo de trabalho com os usuários, da entrada ao “desligamento” (demandas recebidas, procedimentos adotados, dificultadores, facilitadores, relação com o usuário, relações intra e interinstitucionais, intersetoriais, desdobramentos, etc).

O posterior debate em grupos, ainda, permitia a escolha das experiências mais significativas a serem relatadas por escrito e apresentadas em plenário, dramatizadas através do teatro do oprimido como técnica, para serem debatidas acerca da pertinência dos procedimentos e encaminhamentos adotados. Isso permitiu uma riquíssima captação de elementos de observação, verbais e não verbais, para a interpretação do universo profissional.

Em síntese, a metodologia, de formação e de pesquisa sobre o trabalho primou pelo [...] universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 22). Mas a partir desse campo da representação e do significado, considerando-o, pusemos ênfase nos sentidos presentes nas ações e experiências concretas e para tanto, ouvi-las, quanto ao dito e ao não dito, foi no processo, como pesquisa e como formação, um ato básico.

A pretensão que norteou a busca de dados do real, foi reconstituir a dinâmica de experiências da área da Assistência Social, sabendo o quanto diz do que pensamos, o lugar de onde falamos. Foi possível, assim, identificar sujeitos (profissionais e usuários), agregados/desagregados pela sociabilidade contemporânea, podendo encontrar um elo comum, uma pluralidade deles ou mesmo completa fragmentação, identidades ou identificações em curso, negação e/ou afirmação da Assistência Social como direito e dos propósitos presentes no discurso hegemônico na área. Aqui, a premissa foi a da pesquisa na formação, ou seja, a ideia da apreensão de elementos no percurso, antes, durante e depois de cada conteúdo previamente definido como objeto de formação/estudo.

A imersão no universo de preocupações muito concretas dos profissionais tornou-se fundamental para cada temática tratada, na medida em que o pesquisador estava implicado, diretamente, pela troca aí vivenciada. Ao menos nesse momento, dada a duração e intensidade do convívio, o recurso surpreende revelações e elementos por trás do discurso apropriado e coerente que não corresponde à dinâmica da vida. Embora não deixe de aparecer como pronto, no convívio de uma semana seguida, ele

se desfaz, se repete, contradiz, volta atrás, se amplia e se refaz, na medida em que conceitos, posições, atitudes, valores vão e retornam continuamente.

Quando olhado no conjunto, foi possível obter, em termos de pesquisa um material empírico que revela um trabalho eivado de oscilações, ambiguidades, coerências e incoerências, isto é, paixões e racionalidades diversas coexistindo, negação e afirmação entre os grupos, entre sujeitos no grupo e mesmo a cada sujeito individual. Mais do que ouvi-los falar, foi possível observá-los em atitudes e gestos e em reciprocidade, aprendendo uns com os outros, avaliando e sendo avaliados, afetando e sendo afetados, ou seja, foi possível vê-los mudando, flexibilizando ou enrijecendo na defesa de posições e concepções arraigadas.

Não há nada que resista a esse tempo comum sem se mostrar, minimamente, mesmo porque, o profissional ali estava interessado e engajado no que falava, inclusive, porque esperava um retorno imediato, do grupo e do facilitador. O encontro de diferentes sujeitos, por isso mesmo, foi mais intenso e efetivamente participativo, de todos. Tudo isso implica uma modalidade, absolutamente, relacional de fazer do ato da pesquisa e da formação, um encontro democrático e participativo entre pesquisador e pesquisado, facilitador e cursista ao final do qual, nenhum dos dois lados é o mesmo.

Obviamente, isso não ocorre espontaneamente, pois requer cuidadoso planejamento e preparação de cada momento e, ainda assim, o imprevisível está lá, sempre à espreita, o que quer dizer que há riqueza maior ou menor a cada encontro e/ou sujeitos em questão. A própria ideia de pesquisar, também, se flexibiliza e no mesmo passo adquire maior rigor, porque se aprende ao mesmo tempo em que se pretende ensinar. Isso dá conta da dinâmica que deve presidir mais esses processos, na direção da indissociabilidade

tão almejada na vida acadêmica e social. Isso significa que é preciso reunir essas ações tanto quanto possível em uma só: Pesquisa não pode permanecer separada de ensino e do trabalho profissional, nem tarefa de sujeitos diferentes em espaços distintos. Formação pressupõe a fala do outro e ao abrir para isso, estamos indagando seu olhar, sua percepção, suas concepções de mundo e seu procedimento diante de situações concretas, sobretudo. É aqui que ganha força a unidade construída na diferença.

Conclusão

O projeto de formação acadêmica de assistentes sociais no Brasil é pautado nas indicações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa – ABEPSS, do conjunto CFESS/CRESS e da ENESSO, conjunto de entidades organizativas da categoria e expressa oficialmente através das Diretrizes Curriculares do MEC, que orientam a organização dos currículos desenvolvidos pelas Instituições de Ensino Superior.

A possibilidade de vivenciar esses componentes curriculares na academia de forma articulada com os campos de trabalho profissional, supõe o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão que permitam a docentes, discentes e profissionais de campo, a socialização de saberes e produção de conhecimentos científicos que possam reorientar o trabalho profissional e a formação. A experiência que vem sendo desenvolvida pelo GDES, vinculado ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP/UFMA ilustra bem esse conceito de articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

No rol de suas atividades, os docentes, discentes e trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, no estado do Maranhão, envolvidos na execução do CapacitaSUAS **vêm construindo uma experiência que evidencia e oportuniza o desenvolvimento de**

ações de ensino – mediante a oferta de cursos de capacitação –, mas, que concretizam, também, a um só tempo, a atividade extensionista que permite a troca de saberes entre trabalhadores/as participantes dos cursos, docentes e discentes. Essa experiência vem potencializando, também, a produção e socialização de conhecimento científico na área do trabalho e dos trabalhadores do SUAS no estado do Maranhão. E essa história continua...

Referências

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS**, n. 7. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Censo SUAS 2017**: análise dos componentes sistêmicos da Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2018.

BRASIL. **Resolução nº 08/2012**. Brasília: CNAS, 2012.

SANTOS. B de S. O papel da produção do conhecimento na transformação social. In. SEMINÁRIO INTERNACIONAL 'O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NAS NOVAS PAUTAS POLÍTICAS'. São Paulo. ABONG. 2003.

SANTOS, C. M. dos. **Na prática a teoria é outra?** : mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social. 3.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SPOSATI, A. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Katálysis**. Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 15-25, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300002/3909>. Acesso em: 20 mar. 2017

MARTINS, J. de. S. **O poder do atraso**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. (Ensaio de Sociologia da História Lenta).

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área de conhecimento. **Katálysis**. Florianópolis. v. 16, n. spe, p. 17-27, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802013000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 dec. 2020.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 2.ed. São Paulo: Hucitec/ Abrasco, 1994.

MIRANDA, M. L. B. **A Reinvenção dos dias**: Ética e Resistência Emancipatória no Serviço Social Contemporâneo. Tese. Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas/UFMA. São Luís, 2016.

SILVA, L.P.V. Rupturas e continuidades da Assistência Social: da benemerência ao direito – uma incursão no Brasil e no Maranhão. Tese de Doutorado em Políticas Públicas. PPGPP/UFMA. São Luís. 2012.

YAZBEK, M. C. Os caminhos para a pesquisa no Serviço Social. In: **IX ENPESS**. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, ABEPSS. 2004. Conferência.

PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UFPA NA AMAZÔNIA: A PESQUISA E A EXTENSÃO COMO ESTRATÉGIA PARA A INSERÇÃO SOCIAL

*Vera Lúcia Batista Gomes
Reinaldo Nobre Pontes*

Introdução

O presente capítulo analisa, introdutoriamente, a *inserção social* do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, a partir das ações dos grupos de estudos e pesquisas vinculados ao PPGSS, no período de 2013 a 2019. Toma-se como referência para a análise as ações de pesquisa e extensão no PPGSS/UFPA em relação à Região Amazônica. A sua base empírica foi tributária dos dados coletados nos Relatórios Coleta CAPES (Plataforma Sucupira), dos Relatórios Anuais do mencionado Programa apresentados ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFPA) e dados obtidos junto aos grupos de pesquisa mencionados.

Para tanto, estabeleceu-se uma comparação entre os dados do programa entre os anos 2013 e 2019.

A escolha desse intervalo temporal deveu-se ao fato de que 2013 foi o primeiro ano da vigência da nota “4” atribuída pela CAPES ao programa, após 17 anos na nota “3”, e pretende verificar, tomando como categorias para observação e análise, a pesquisa e a extensão desenvolvidas nos grupos de pesquisa ligados ao PPGSS, a importância da inserção social do Programa diante das refrações da questão social presentes na Região amazônica. Ou seja, se esse relevante investimento público impacta na realidade social desta Região, favorecendo o seu desenvolvimento.

Para efeito demonstrativo do presente capítulo, optamos por contrastar dados das extremidades do período escolhido (2013-2019) para, com isso, revelar as continuidades e descontinuidades, avanços e recuos em face das categorias analisadas. E também, com as demonstrações empíricas, refletir sobre os recentes cortes de financiamento da Pós-Graduação, no Brasil, especialmente, após 2016 (ano do golpe de Estado) que impactaram, em particular, o PPGSS-UFGA, limitando sua clara ascensão e, por conseguinte, os benefícios que vêm trazendo para o desenvolvimento da Região amazônica.

A Pós-Graduação, no Brasil, vive um momento regressivo expresso pelo desmonte, elitização e desfinanciamento, desde 2016. Dados do Ministério da Ciência e Tecnologia (2020) revelam uma queda vertiginosa na aplicação orçamentária na comparação entre 2016 e 2020, na ordem de 80%. Fazendo uma comparação entre 2014 e 2021, a partir de dados da Lei Orçamentária anual (LOA, 2014) e do Projeto de Lei Orçamentária anual, (PLOA, 2021) verifica-se que os recursos estimados para as universidades públicas federais, em 2014, foram de 4,5 bilhões e 2021 será de 2,5 bilhões, com uma redução de 50%, num orçamento já combatido.

Na CAPES, no mesmo período acima indicado, a redução é de 50%, comprometendo, gravemente, a sustentação de bolsas dos cursos de mestrado e doutorado. No CNPq, em 2014, a dotação foi de 2,9 bilhões e a previsão para o ano de 2021 é de apenas 1,2 bilhões, caindo 56,6 %, forçando uma drástica redução nos editais de pesquisa que sustentam significativa parte da produção científica nacional. Esses cortes iniciaram nos últimos ano do governo da presidente Dilma Rousseff e vieram se intensificando nos governos dos presidentes Michael Temer e Jair Messias Bolsonaro. Mas, nada se compara ao que vem acontecendo, recentemente, pois além dos cortes financeiros e orçamentários, se somaram a estes, ataques políticos ideológicos contra a ciência, em geral, e contra as universidades públicas federais, principalmente, sob o combate do conceito marxismo cultural (SAVIANI, 2020).

Como é sabido, sobejamente, a Região amazônica é a mais rica do país, em recursos naturais, porém, contraditoriamente, a mais pobre do país (pior IDH). No campo da ciência e tecnologia, e da pós-graduação, conseqüentemente, é a Região que recebe menos investimentos, e possui o número menor de cursos com notas mais elevadas atribuídas pela CAPES, reforçando, assim, o círculo vicioso da concentração de recursos de capital e custeio, número de bolsas de pós-graduação nas Regiões Sul e Sudeste do país (CAPES, 2020).

Assim, nessas circunstâncias, sustentar um programa de pós-graduação, na Região Amazônica se torna uma árdua e heróica tarefa. Nos últimos dois anos, o PPGSS-UFPA perdeu bolsas CAPES de mestrado e doutorado, como resultado do processo acima indicado, o que dificulta sobremaneira atrair candidatos que, na maioria dos casos, necessitam de bolsas de estudo. Sem falar nos cortes em editais de pesquisa (CNPq), Programa PIBIC, Bolsa Produtividade, recursos de capital e custeio para manutenção das

universidades públicas federais. Essa realidade justifica o presente estudo que busca demonstrar tanto a relevância regional e nacional do referido programa de Pós-Graduação, quanto a virulência do desmonte da ciência e da pós-graduação e seus impactos, no PPGSS/UFPA, em sua ação regional (MATHIS *et al*, 2017).

Na primeira parte do capítulo apresentou-se uma análise sobre a Região Amazônica, suas dimensões histórico-sociais e o perfil das refrações da questão social. Na segunda parte abordou-se brevemente, a trajetória histórica do mencionado PPGSS, suas principais conquistas e desafios, com ênfase na pesquisa realizada pelos grupos de pesquisa ao programa associados, buscando revelar traços da relevante e histórica inserção social na realidade regional, bem como, os seus obstáculos e desafios mais relevantes. As considerações finais evidenciaram a relevância do PPPGS-UFPA, visto que contribui para uma formação crítica de docentes/pesquisadores(as) da e na Amazônia, capazes de interpretar e responder às expressões da “questão social” no contexto dessa Região que possui dimensões continentais, riquezas naturais e humano-sociais inestimáveis, mas, paradoxalmente, apresenta altos índices de pobreza e desigualdades sociais.

A Amazônia e as refrações da questão social: Breves considerações

Analisar a pesquisa e a extensão como estratégia de inserção social como um dos elementos fundamentais para a consolidação dos Programas de Pós-Graduação, em geral e, em particular, em Serviço Social, na UFPA, exige, inicialmente, situar a Região Amazônica na divisão internacional do trabalho, na perspectiva de tornarem-se explícitas as refrações da questão social que se constituem o solo histórico do Serviço Social.

Há alguns séculos, a Região Amazônia foi considerada um imenso e perigoso espaço vazio, sendo tratada, inclusive, fora do que se considerava nação. A “concepção de vazio traz em si a ideia de que os povos originários presentes no território não representavam nada de significativo – para muitos nem gente seriam, pois não eram civilizados” (MARQUES, 2019, p. 87). Desta forma, a ocupação e a transformação das terras em instrumento gerador de lucros deveria ser uma tarefa dos de fora da região, embora tal situação não fosse explícita. O extrativismo era a sua base econômica e por esta razão era considerado a causa do “atraso” da região (MARQUES, 2019, destaque do autor).

Esta concepção sobre esta Região serviu de justificativas para a instituição de medidas políticas impostas para a mesma, desde o governo do presidente Getúlio Vargas que, embalado pelo clima nacionalista e da Segunda Guerra Mundial, fez promessas de trazer a civilização e, ao mesmo tempo, povoá-la milhões de quilômetros quadrados, o que se estendeu até os governos da ditadura militar de 1964 (MARQUES, 2019). Assim, compreender a Amazônia enquanto fronteira estratégica para o capitalismo brasileiro, torna-se imprescindível remeter à intervenção do Estado brasileiro que “nos últimos cinquenta anos teve uma autêntica intervenção geopolítica que acabou por constituir o atual mosaico de ocupação econômica e de disputas sociais e territoriais” (TRINDADE; OLIVEIRA, 2014, p. 41).

Embora a trajetória da Amazônia seja reconhecida como permanente espaço propício para a acumulação primitiva de capital, até o início da década de 1940, as ações dos governos locais voltadas para o crescimento econômico da Região eram pouco expressivas, assim como, as políticas de integração e/ ou planejamento regional do governo federal eram débeis (TRINDADE; OLIVEIRA, 2014). Entretanto, já existiam demandas

do mercado internacional por produtos da Amazônia, o que expressava uma forma clássica do uso das fronteiras para o fornecimento de matérias-primas que poderiam suprir mercados nacionais e internacionais integrados à economia capitalista.

No período da Segunda Guerra Mundial, a Região vai ter um novo cenário devido a extração gomífera, o que propiciou o aumento expresso de um contingente da populacional, principalmente, devido à política migratória governamental, assim como, mudanças institucionais, a exemplo do Acordo de Washington:

O governo federal, pela primeira vez em cinco décadas, busca inserir componentes de políticas econômicas voltadas para a região Amazônica, discurso bastante vinculado com o debate nacional sobre planejamento e configuração do ciclo de acumulação que definirá a longa onda de expansão da economia brasileira entre 1830 e 1980 (*op. cit.* p. 42).

Contudo, após a referida grande guerra, a elite regional se articulou para garantir a mínima presença do governo central na Região, mas apresentou propostas de projetos que primassem pela valorização da Amazônia. Sendo assim, na Constituição Federal de 1946, foi inserido um artigo que tratava “de um Plano de Valorização da Amazônia” (*ibid.*, p. 43 destaques dos autores), o qual preconizava que a União se comprometia em aplicar uma quantia não inferior a 3% da sua renda tributária, pelo menos por 20 anos. Inicia-se, assim, a discussão sobre o desenvolvimento, na trilha da ideologia desenvolvimentista, em curso desde os anos 1930, culminando com a criação da Superintendência de Valorização da Amazônia – SPVEA que se constituía em uma tentativa dos governos de capitalismo periférico impulsionarem políticas de desenvolvimento e de industrialização via substituição

de importação, assim como, um esforço nacional para a ocupação da Região.

Entretanto, a fragilidade das elites econômicas conduzia à diminuição cada vez menor da intervenção estatal, inclusive, o próprio governo do presidente JK ao implantar o Plano de Metas, não incluiu a Região Amazônia, a excessão da construção da estrada Belém-Brasília. A ideologia nacional – desenvolvimentista se apresentava como uma estratégia de desenvolvimento que se consolidou, na América Latina, em particular, no Brasil, na década de 50, tendo como um de seus principais fundamentos, a crença na intervenção estatal e no planejamento enquanto uma estratégia para tirar o Brasil da condição de país subdesenvolvido, o que exigiria políticas voltadas para o desenvolvimento regional. Consolida-se, então, uma nova divisão internacional do trabalho (DIT),

[...] na qual alguns países do terceiro mundo que estavam em vias de industrialização passavam a receber multinacionais. Estas buscavam explorar uma força de trabalho barata e com baixo grau de organização. Aproveitavam-se, ainda da proximidade com as fontes de matérias-primas e dos favores distribuídos pelos governos locais (MARQUES, 2019, p. 107).

Com efeito, os mercados dos países dessas multinacionais estariam garantidos, assim como, se apropriavam da significativa massa de mais-valia, em grande parte, enviada para os mencionados países, por meio da remessa de lucros às suas matrizes: No Brasil, esse novo papel na DIT seria cumprido inicial e principalmente pelo Sudeste. A Amazônia consolidaria uma função destacada e com especificidade, no decorrer dos anos 1970, com os grandes empreendimentos minerais (MARQUES, 2019, p. 107).

A propósito, o autor acima citado refere-se que a ditadura empresarial brasileira impulsionou os empreendimentos para a

exploração mineral, em escala industrial, na Amazônia, os quais foram e, ainda são voltados para o exterior. A exemplo, registra-se que após o golpe militar, em 1964, o presidente Castelo Branco convidou o megaempresário estadunidense Daniel Ludwig para investir no Brasil (produção de arroz, celulose, pecuária e mineração), o qual passou a adquirir grandes extensões de terra (3,7 milhões de hectares) com controle absoluto sobre a mesma que se situava entre as fronteiras dos estados do Pará e Amapá. Nos anos de 1970 e 1980, seguem as instalações de novos empreendimentos na Amazônia. No estado do Pará, podem ser destacados, o Projeto ALbras/Alunorte (Barcarena-Pará), o Projeto Mineração Rio do Norte (Oriximiná-Pará), o Projeto Grande Carajás (Parauapebas-Pará)¹.

Paralelamente a instalação desses empreendimentos, “a modernização conservadora da agricultura brasileira atingiu tardia e desigualmente a Amazônia” (MARQUES, 2019, p. 200), pois, nos anos 1970 a 1980 passou a ocorrer a modernização da agricultura nacional, mas, na Amazônia vivenciou-se uma espécie de antirreforma agrária com alguns traços mais forte do que no restante do país (MARQUES, 2019). Embora se constate a incorporação de tecnólogas na produção de grãos e de gado em certos estados da Amazônia, a saber: Mato Grosso, Tocantins, parte de Rondônia e sudeste do Pará, nesta Região convive-se de forma expressiva com forças produtivas modernas e arcaicas que se relacionam com relações de produção mais desenvolvidas ou “atrasadas”, a saber: aviação, trabalho análogo à escravidão, trabalho precário:

1 Registra-se que neste mesmo período houve a instalação de outros empreendimentos, na Amazônia, podendo ser destacado: Projeto Alcoa para a produção de alumínio no estado do Maranhão. Esse empreendimento recebeu a concessão de 11% de toda a área física do município de São Luís e 57% da área do distrito industrial da cidade (MARQUES, 2019).

Em conjunto ocorrem conflitos agrários e degradação ambiental [...] Ocorre, então uma agricultura/agropecuária inserida nos circuitos do agronegócio e, por consequência, também no capital financeiro, versus uma agropecuária/agricultura tecnicamente atrasada (incluindo aqui a agricultura familiar e parcelas de grande propriedade, pouco produtiva) (MARQUES, 2019, p. 201).

Com efeito, a política de modernização que se segue com o apoio da política regional e da agenda neoliberal aprofundam a concentração de renda e a desigualdade social sob todos os aspectos, visto que, “nesta nova etapa de desenvolvimento da Amazônia, sob a égide neoliberal e de integração crescente de capitais e de financiamento autônomos, as relações de mercado nortearam crescentemente as decisões de investir no setor” (MESQUITA, 2012, p. 67). Assim, com a institucionalização da política neoliberal adotada, a partir dos anos de 1990, no Brasil, o espaço econômico dominado por grandes empreendimentos capitalistas articulados ao mercado internacional, ampliou-se consideravelmente, resultando no avanço, sem medidas, da produção da soja, da pecuária bovina e de outras monoculturas no território amazônico (MESQUITA, 2012). Em consequência, as comunidades e os povos tradicionais são as maiores vítimas da expropriação das grandes empresas, inclusive, as estatais e, portanto, excluídos do processo da era das *commodities*. Segundo Mesquita (2012), a Amazônia brasileira tem passado, nas últimas décadas, por profundas e significativas mudanças:

[...] o vazio demográfico deu lugar a outro cenário, onde se encontram duas metrópoles, mais de dezenas de médias e pequenas cidades em todos os estados (o perfil produtivo, também, não se restringe ao mero extrativismo, embora ainda seja muito forte e predatório), uma série de setores e atividades capitalistas com certa complexidade que alteram substancialmente a relação capital x trabalho (MESQUITA, 2012, p. 74).

Neste cenário é pertinente se interrogar sobre as refrações da questão social na Amazônia, em particular no estado do Pará, onde localiza-se a UFPA. Ora se se constata o avanço do capital internacional na Região pela exportação de *commodities*, a princípio, pode-se deduzir que a depredação da natureza e a superexploração da força de trabalho² tem recriado formas de trabalho análogo ao escravo; a expulsão e a morte de posseiros, índios, trabalhadores rurais em geral; a grilagem de terras; as queimadas; a poluição de rios, lagos e muitos outros.

Além disso, o fato de que o modelo de desenvolvimento nacional e regional ter priorizados os grandes empreendimentos econômicos que foram assentados em altas tecnologias distanciadas da realidade amazônica, “o trabalho assalariado nunca teve expressão significativa, pois, é somente, com implantação dos grandes projetos na Amazônia gerados no contexto da ditadura militar que se teve formas de assalariamento” (GOMES, 2012, p. 165). Apesar da

[...] agricultura familiar ser, numericamente, a parcela importante em termos de ocupação da força de trabalho e do papel que representa, a segurança alimentar foi excluída do ciclo de expansão e da apropriação do excedente gerado no contexto globalizado (MESQUITA, 2012, p. 75).

A despeito dos graves danos ambientais que esses empreendimentos provocam, geram impostos, o que tem conduzido os governos brasileiros preterirem atividades não-geradoras de impostos como as atividades tradicionais dos caboclos da Região:

2 Segundo Carcanholo (2017), a teoria marxista da dependência entende a superexploração da força de trabalho como mecanismos do aumento da taxa de mais-valia, como conjunto de todas as situações que permitem o aumento do grau de exploração da força de trabalho a partir da redução dos salários a um nível inferior ao valor desta.

Trata-se de uma estranha contabilidade pública na qual os governos, ao prestarem contas à sociedade dos investimentos feitos visando o desenvolvimento regional, apontam apenas os ganhos, sem registrar e descontar as perdas econômicas e sociais: uma contabilidade que não leva em conta a formação de grandes massas de desempregados, constituída pelos habitantes naturais que ficam sem condições de permanecer em suas terras, vilas e povoados depois de expulsos delas para que sejam implantados os grandes empreendimentos – que, supostamente, promoverão o desenvolvimento da região. Uma contabilidade que não considera como problema a população migrante que, atraída pelos grandes empreendimentos, fica desempregada, formando as periferias miseráveis das cidades amazônicas. Trata-se de uma estranha lógica que não contabiliza os custos dos subsídios, vantagens e facilidades financeiras concedidas pelo setor público, que sacrifica o restante da sociedade ao canalizar esses recursos para fins privados; que não computa o desperdício dos recursos naturais implicados no processo de atração de novos capitais para a região, nem os custos de uma infraestrutura que, com frequência, serve diretamente e apenas aos empreendimentos de grandes grupos econômicos e não à população em geral (LOUREIRO, 2002, p. 115-116).

Constata-se, então, pelo exposto que os investimentos feitos visando o desenvolvimento regional “apontam apenas os ganhos, sem levar em conta a formação de grandes massas de desempregados que são habitantes naturais que ficam sem condições de permanecer em suas terras e são expulsos delas” (*ibid.* p. 115-116) (referenciar, procurou-se conhecer, ainda que de forma breve, quais são setores da economia que e tem gerado postos de trabalho, quais são as suas formas de contrato de trabalho, bem como, de desemprego. Segundo os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2020), os setores de comércio e serviços são, justamente, os que mais empregam no estado do Pará. Ao comparar com o passado é bastante significativo, pois, no ano passado foram perdidos 50 postos de trabalho, o que expressa o reflexo da economia.

A propósito do desemprego, dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgados no dia 15 de maio de 2020, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego no Pará alcançou 10,6% da população com idade de trabalhar no primeiro trimestre deste ano, revertendo o ritmo de queda observado no Estado nos últimos meses do ano passado. Em dezembro de 2019, a taxa de desocupação do Estado era de 9,2% da população, disparadamente, a menor margem de desemprego desde o início da última crise econômica que assolou o País, nos últimos anos. Desta forma, apesar da nova recessão econômica que se aproxima, o índice de desemprego no Estado, ainda, está abaixo da margem anotada no primeiro trimestre de 2019: 11,2%.

Em números absolutos, o Pará atingiu 413 (quatrocentos e treze) mil desempregados ao fim de março deste ano (IBGE, 2020). O dado representa uma alta acentuada de 57 (cinquenta e sete) mil pessoas na margem de desocupação em relação ao trimestre anterior, de 356 mil (trezentos e cinquenta e seis), ou seja, mais de 16,0%. Já na comparação com o 1º trimestre de 2019, a pesquisa aponta um decréscimo de 29 mil desempregados, ou seja, uma baixa de 6,5% em relação as 441 mil pessoas nesta situação.

No entanto, a crise econômica provocada pela pandemia do novo Coronavírus afetou diversos setores do estado do Pará. Somente, no mês de abril, o número de desemprego foi recorde, segundo o DIEESE: 20.293 (vinte mil, duzentos e noventa e três) desligamentos. O número de demitidos é maior que o de admitidos, que chegou a 11.931 (onze mil e novecentos e trinta e um), gerando um saldo negativo de 9.362 postos de trabalho, no setor formal da economia. Os setores que apresentaram maior queda estão o comércio, com perda de 3.140 (três mil cento e quarenta) postos; o setor de serviços com menos 3.123 (três mil, cento e vinte e três);

e a construção civil, com baixa de 1.595 (hum mil quinhentos e noventa e cinco) postos.

Se os setores que mais empregam no estado do Pará (comércio, serviços e construção civil), apresentaram maior queda, o trabalho informal nesse estado apresenta o maior percentual do país, com 62,4% dos paraenses atuando no mercado informal (IBGE, 2020). Este segmento de trabalhadores são os que recebem os beneficiários do auxílio emergencial³ de R\$ 600 (seiscentos) reais do Governo Federal, bem como, os desempregados, os microempreendedores (MEIs) e contribuintes individuais do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

O estudo realizado por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgado em fevereiro de 2020, evidencia que os índices de trabalho informal no Pará vêm crescendo, desde 2016. Neste ano, o percentual era de 60,8%, em 2017 subiu para 61,8%; em 2018 apresentou queda para 61,4% e 2019 fechou o ano com 62,4%. Esta pesquisa mostra que, no primeiro trimestre de 2019, haviam mais de 1,48 milhões de trabalhadores informais no interior do Pará, correspondente a 62,5%. Além disso, o estudo apontou que todos os estados da Região Norte e Nordeste apresentaram percentuais de informalidade acima da média nacional, que é de 36,3%, indicando desigualdades regionais.

Ora, se a classe trabalhadora tem como o principal meio de reprodução social na sociedade capitalista, a venda de sua força de trabalho, é possível deduzir que essas formas de trabalho, as quais os trabalhadores no estado do Pará estão inseridos se apresentam

3 O Auxílio Emergencial de R\$ 600,00 é um benefício do governo federal que será pago pelo período de três meses em razão da crise econômica causada pela pandemia do coronavírus. Têm direito ao benefício trabalhadores informais, desempregos, MEIs e contribuintes individuais do INSS, que cumprem o requisito de renda média.

precárias, visto que, não dispõem de proteção social, sobretudo, com a destituição de direitos trabalhistas e previdenciários, com a aprovação das “contrarreformas”, com a Lei da terceirização nº 13.429 de março de 2017) e a PEC-95/2016 que congela os gastos sociais por 20 anos.

Este quadro remete a inadiável luta coletiva por políticas públicas, a institucionalização de outro modelo de desenvolvimento que propicie a redistribuição da riqueza produzida na Amazônia, o que implica na construção de um projeto emancipatório. Nesse contexto, a formação Pós-Graduada, em particular, em Serviço Social se constitui da maior importância, haja vista que possibilitando a garantia da continuidade e do aprofundamento dos estudos sobre a particularidade desta Região caracterizada como um lugar de expansiva exploração da natureza e do trabalho pelo capital nacional e internacional com inúmeros impactos gerados pelo processo de acumulação.

Mas, contraditoriamente, o PPGSS-UFGA vem contribuindo para uma formação crítica de pesquisadores da e na Amazônia, capazes de interpretar e responder às expressões da “questão social” no contexto dessa Região que possui dimensões continentais, riquezas naturais e humano-sociais inestimáveis, mas, paradoxalmente, apresenta altos índices de pobreza e desigualdades sociais. Desse modo, os Cursos de Mestrado e Doutorado em Serviço Social visam formar quadros qualificados com perfil de docente e pesquisador, com postura ética e crítica, capaz de compreender as múltiplas expressões da questão social, em particular, suas manifestações regionais, como também contribuir para a formação de profissionais aptos para viabilização de direitos sociais através de políticas públicas. Objetiva-se, assim, que o Mestre e o Doutor em Serviço Social possuam elevado conteúdo teórico-metodológico, ético-político e capacidade técnico-operativa para atuar nos

diversos espaços sócio ocupacionais da profissão. Agrega-se a esse perfil, a contribuição dos docentes/pesquisadores e profissionais na construção de uma agenda de políticas sociais na perspectiva da emancipação humana, favorecedora da construção de uma sociabilidade justa e igualitária.

O PPGSS/UFPA NA REGIÃO AMAZÔNICA: Avanços e desafios na pesquisa e na extensão

Como se pode constatar no item anterior, a Região Amazônica, onde se situa o estado do Pará, expressa com todas as cores as contradições que a constituíram desde os tempos coloniais, mantendo até os presentes dias, tais marcas manifesta nas várias expressões das desigualdades sociais, reforçadas, pelos governos que se sucedem, tanto na arcaica quanto na perversa matriz de “desenvolvimento” baseada no extrativismo e na expropriação. Nessa desafiadora realidade, o Programa de Pós-Graduação em Serviço da UFPA, nasce no final dos anos 1990, era FHC, quando o neoliberalismo fincava progressivamente suas raízes no país.

Importa ressaltar que a criação do primeiro programa na Região mais pobre do país, em uma universidade pública revelou-se, ir além da mera formalidade institucional de expansão de mais um nível de formação. Mostrou-se que se estava criando uma nova trincheira de luta dentro do Estado capitalista que se revelaria um posto avançado na produção de conhecimentos e no enfrentamento de lutas sociais, incrustada na contradição da ação do Estado capitalista, na formação de recursos humanos de alto nível e com potencial crítico para interferir na realidade, como veremos na breve trajetória histórica a seguir.

O PPGSS/UFPA: Fragmentos de sua trajetória histórica

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) teve início com a instituição do curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, vinculado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Foi instituído no ano de 1996, reconhecido pela CAPES através da Resolução nº 3166/CONSEP, de 03/05/2004 e homologado pela Portaria nº 2878/ CNE, de 24/08/2005. A criação do PPGSS atendeu a necessidades da Região Amazônica no que se refere ao fortalecimento de uma massa crítica de intelectuais na área de Serviço Social, capaz de desenvolver estudos e pesquisas, interpretar e responder às expressões multifacetadas da “questão social”. A partir de 2016 foi instituído o curso de Doutorado em Serviço Social pela Resolução CONSEP/UFPA 4.868 de 25 de outubro de 2016, iniciando a primeira turma efetivamente em 2017. O PPGSS/UFPA ao lado do curso de Mestrado Acadêmico em “Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia”, da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, se constituem, ainda, nos únicos cursos *strictu sensu* da Área de conhecimento de Serviço Social de toda a Região Norte do Brasil. Ao lado da Região Centro-Oeste, a nossa região na área de Serviço Social, é a que menos programas de pós-graduação possui (8%) (CAPES, 2019, MATHIS, et al, 2017).

O PPGSS/UFPA nos seus 24 (vinte e quatro) anos de existência formou mais de duzentos e trinta (230) mestres, na menos assistida região por investimentos em ciência e tecnologia no país. Esses profissionais estão mais concentrados, no estado do Pará, mas são provenientes dos estados da região norte e nordeste do país, e inclusive de países da América Central. Consolidar o Programa exigiu muitos anos de luta para qualificar docentes e

ampliar pesquisa e produção científica nesta Região. A aprovação do curso de doutorado em Serviço Social, após atingir a nota “4”, na avaliação trienal (2010-2012), atestou o movimento ascendente do PPGSS, nessa primeira década do século XXI.

Com atenção a evolução dos Relatórios de Avaliação dos últimos períodos, percebe-se, com clareza, o processo de consolidação do Programa, especialmente, no que concerne à publicação que reflete a consolidação dos grupos de pesquisas, a ampliação da influência, em nível regional e nacional e a internacionalização por meio da cooperação nacional e internacional. A conquista do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia, Edital Nº 21/2018 (PROCAD Amazônia, 2018) (com PUC-RS (Nota 6) e UFAM (NOTA 3), trouxe importante aporte para o Programa, na medida em que possibilitou o acesso a bolsas para doutorado sanduiche (8 bolsas) e pós-doutorado no exterior (04 bolsas), assim como, para mobilidade discente e docente entre os PPG’s cooperandos, infelizmente, interrompido pela pandemia, mas, espera-se que seja redirecionado, em breve.

O acompanhamento dos egressos do curso de Mestrado do PPGSS/UFPA revelou que os mesmos exercem suas atividades profissionais em órgãos públicos federais, estaduais e municipais e atuam, principalmente, na área da seguridade social, como também, nas áreas de educação, justiça, segurança pública, entre outras. Registra-se, igualmente, a atuação dos egressos do PPGSS como docentes em cursos de graduação em Serviço Social nas instituições federais e estaduais de ensino superior, assim como, em faculdades privadas localizadas, em Belém e, em outras cidades do estado do Pará ou de outros estados, inclusive de outros países, a exemplo de Haiti e Costa Rica.

O curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPA, com a primeira turma iniciando, em 2017,

registra a evolução dos ingressos da seguinte seguinte: 2017 – 06 discentes; 2018 – 07 – discentes; 2019 – 09 discentes; 2020 – 09 discentes. A primeira turma de doutores sairá, no ano 2021; há previsão de 06 discentes que concluirão ao longo de 2021. Atualmente, estão matriculados(as) 31 discentes, sob orientação de 08 professores permanentes do PPGSS. E, em 2021, deverá concluir a primeira turma de seis (06) doutores formada na Região Norte do Brasil.

Um dos maiores desafios que hoje o doutorado enfrenta são os cortes de bolsas CAPES/CNPQ que reduziu o número de bolsas pertencentes ao curso, a 04 bolsas. Foram alocadas pela CAPES, em 2019, três (03) bolsas na qualidade de “empréstimo”, o que significa que serão recolhidas pela agência, no seu término, o que implica na redução significativa de 40%. Outra dificuldade a ser enfrentada pelo PPGSS-UFPA é a redução de editais para pesquisa (CNPq): Nos últimos anos, os editais para fomento à pesquisa direcionados para as áreas das Ciências Sociais e Humanas vêm sendo reduzidos, o que impacta no PPGSS, ao diminuir a possibilidade de consolidação dos grupos de estudos e pesquisas, uma vez que, sem financiamento, os referidos grupos ofertam menos espaços para doutorandos(as) se associarem às pesquisas dos seus respectivos orientadores com suas pesquisas de doutoramento.

A inserção social do PPGSS na Amazônia: A pesquisa e a extensão como estratégia de engajamento social e resistência (2013-2019)

Os padrões de avaliação dos programas de pós-graduação, no Brasil, estão em franca mutação nos presentes dias (CAPES, 2019, 2020a). Atendendo a busca de inovações e adaptações a padrões internacionais, hoje, nominado como “avaliação multidimensional” (*ibid.*, 2019, 2020a), ao lado de necessárias

revisões, traz para o seio da comunidade científica nacional, o fantasma do elitismo regional e de áreas sobre áreas, que as padronizações e homogeneizações desse novo sistema tenta implementar – é danoso para não dizer devastador para as Áreas das Humanidades e para a de Letras e Artes. Reforçando o velho conceito de que ciências são as ciências “duras” que mais favorecem a produção e o desenvolvimento econômico e capital, em última instância. Por exemplo, a extinção do *qualis*, ou sua padronização, a partir de padrões produtivos de outras áreas, aniquilaria as revistas das humanidades, onde está inserido o Serviço Social (CARVALHO, STAMPA, SANTANA, 2020).

A inserção social foi introduzida como critério de avaliação da pós-graduação, a partir de 2004 na avaliação trienal 2004-2006 (realizada em 2007), quando foram definidas como referência, à época, quatro tipos de impactos para nortear cada área de conhecimento: – tecnológico/econômico; – educacional; – social e – cultural (RIBEIRO, 2007, p. 2-3). O Serviço Social se definiu por uma perspectiva coerente com seu Projeto Ético-Político, conforme bem sintetizam Carvalho, Stampa e Santana (2020, p. 418), ao afirmarem que:

[...] a inserção social deve qualificar a relevância econômica, ético-política, social e cultural da pós-graduação em formar recursos humanos e produzir conhecimentos para responder aos problemas do país. Isso requer que o processo de planejamento e autoavaliação das instituições de ensino de pós-graduação estejam bem articulados às necessidades da sociedade, isto é, articulados à realidade local, regional e nacional.

As referidas autoras reforçam a ideia de que a inserção social poderia ser considerada “macroextensão”, porque os resultados produzidos pelo conhecimento vetorizado seja pela pesquisa seja pela extensão afetam a realidade social produzindo

transformações socioinstitucional e política. Em 2018 foi divulgado pela CAPES um Relatório produzido pela comissão de acompanhamento do Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG – 2011-2020) (CAPES, 2018) criada pela mesma entidade, que indica entre os elementos a serem redimensionados no processo avaliativo da pós-graduação, o *impacto dos PPG's na sociedade*. A própria ficha de avaliação preenchida pelos programas que possuía cinco dimensões foi altarada para apenas três, quais sejam: 1) Programa, 2) Formação e 3) Impacto na sociedade. Assim, o quesito inserção social pertence ao item “3”. A nova disposição das dimensões avaliativas estabelecidas pela CAPES trazia novas exigências às áreas de conhecimento e aos respectivos programas de pós-graduação, instituindo uma nova compreensão sobre inserção social:

[...] deve ser percebida como algo relevante e solucionar problemas econômicos, sociais, ambientais, culturais, tecnológicos, dentre outros; apresentar resultados, sob a forma de ideias, produtos e serviços, que respondam às demandas da sociedade, do Estado e do mercado (CAPES, 2020d, p. 15).

Para o Serviço Social, o critério de inserção social sempre foi determinante, conforme se pode constatar no documento de área de 2009, com destaque para a interferência no campo da formulação e controle social de políticas públicas (CAPES, 2009). Mais, recentemente, a área de Serviço Social, na CAPES, fez sua opção dentre os 23 (vinte e três) produtos possíveis arrolados pela comissão (GT), para aferir a inserção social, a relevância e o impacto social do PPG, a saber: – Produto bibliográfico; – Tecnologia social; – Curso de formação profissional; – Produto de editoração; – Material didático; – Evento organizado; – Relatório técnico conclusivo; – Base de dados técnico-científica;

- Proposição de iniciativa legislativa ou de plano, política ou ação governamental e Serviços.

Correspondente a cada produto ficou estabelecido que deveriam constar “mecanismos de transferência de conhecimento para a sociedade”, os quais deveriam ser coerentes com os princípios e valores pactuados; são os seguintes definidos pela área: Cursos, assessorias e capacitações de profissionais de Serviço Social e área afins, com vistas a aprimorar o planejamento, elaborar diagnósticos, execução e avaliação de programas governamentais e não governamentais, nos diversos campos de políticas públicas e nos segmentos sociais de atuação do(a) assistente social, além das assessorias e das capacitações decorrentes de supervisão de estágio curricular obrigatório, nos cursos de graduação em Serviço Social (CARVALHO, STAMPA, SANTANA, 2020). A partir de tais definições apresenta-se a seguir, dados sobre a dimensão de pesquisa e extensão do PPGSS/UFPA, num esforço comparativo entre 2013-2019, contrastando o período que o programa obteve a nota 4 (2013) até a última avaliação realizada (2019), utilizando para isso dados dos grupos de pesquisa e os seus projetos de pesquisa e extensão, buscando captar continuidades, descontinuidades, tendências de avanços, estagnação e retrocesso.

O curso de Serviço Social foi instituído na UFPA, no ano de 1963 e, desde seu início, a área de Serviço Social se notabilizou pelas ações extensionistas voltadas para as populações periféricas, bem como, pela instituição de campo de estágio. Ao longo do tempo, vários projetos de extensão foram criados que permitiram tal tendência ir se solidificando, a qual perdura até os dias de hoje, como veremos. Após a influência do movimento de Reconceituação do Serviço Social (NETTO, 1991), o curso de Serviço Social na UFPA passa por um processo de transformação

com o surgimento de tendências teórico-metodológicas inspiradas na tradição marxista que influenciou docentes e discentes, produzindo revisões curriculares e ativando movimentos internos (SANTOS NETO, 2017).

O PPGSS-UFPA surge sob a égide da articulação com a realidade, com os movimentos sociais, com as políticas públicas, característica esta que, hoje, nos favorece, sobretudo, ao considerar que os sistemas avaliativos trazem o relevo do “impacto social”, pois a nossa área há décadas já dialogava com o mundo extramuros da UFPA. Ao longo dos seus 24 anos de existência essa tendência vêm sendo consolidada tanto na graduação quanto na pós-graduação, portanto, construindo uma importante competência no campo da pesquisa e da produção científica.

Para efeito operativo serão apresentadas as dimensões que analisaremos em quadros comparativos e utilizando nos casos cabíveis, demonstrações estatísticas para análise, quais sejam: – Corpo docente, corpo discente, grupos de pesquisa, projetos de pesquisas, projetos de extensão, bolsas PIBIC, áreas de estudo x refrações da questão social amazônica. Conforme os dados exibidos no quadro 1 identifica-se que, em 2013, existiam no PPGSS-UPA 5 (cinco) grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, com projetos de pesquisa em andamento, envolvendo um total de 14 (quatorze) projetos de pesquisa, (desses 50% receberam financiamento) e 04 (quatro) de extensão.

Quadro 1 – De grupos de pesquisa x projetos de pesquisas no PPGSS (2013-2019)

Grupos de pesquisa no PPGSS ⁴	2013	2019	2013		2019	
			Pq.	Ex.	Pq.	Ex.
GEP-CIHAB	x	x	3	0	3	0
GEP-TESA	x	x	3	0	2	0
GEPSS	x	x	1	1	2	1
GESTERRA		x	-	-	3	4
TRADHUSS		x	-	-	4	0
LABSAM	x		4	1	-	-
GPPUMA		x	-	-	3	4
GEPLAN	x		3	1	-	-
CESIP-MARGEAR		x				
TOTAL	05	07	14	4	20 (+42%)	9 (+125%)

Fonte: Relatórios coleta CAPES, 2013, 2019

Ainda segundo o mesmo quadro, verifica-se que, em 2019, existiam no PPGSS 07 (sete) grupos de pesquisa, devidamente, certificados, o que representa na comparação com 2013 um aumento de 42%. Os projetos de pesquisa existentes nesse ano eram 20 (vinte), expressando um incremento de 42% em relação a 2013. Os projetos de extensão eram nove (9), que expressa uma elevação muito significativa em sete (7) anos de 125%.

4 Grupo de Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB); Laboratório de Pesquisas e Práticas Sociais na Amazônia (LABPSAM); Grupo de Estudos e Pesquisa em S. Social, Política Social e Formação Profissional (GEPSS); Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão, Planejamento e Democratização de Políticas Públicas na Amazônia (GESPLAM); Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Envelhecimento Humano na Amazônia (SENECTUS); Grupos de Estudos e Pesquisas Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia (GEP-TESA); Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais (GPPUMA); Grupo de Estudos e Pesquisas Sociedade, território e resistências na Amazônia (GESTERRA); Grupo de Estudos e Pesquisas: Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social (TRADHUSS); Grupo de Estudos e Pesquisas sobre as Normalizações Violentas das Vidas na Amazônia (CESIP-MARGEAR)

No quadro 2, está demonstrado, comparativamente (2013-2019) alguns indicadores de pesquisa no PPGSS-UFPA: No número de alunos participantes dos grupos acima referidos, verifica-se um aumento de 20%. Sem embargo, os grupos cresceram 42%, o que demonstra uma insuficiência no envolvimento discente, inclusive, porque houve um expressivo aumento de discentes, no programa: Em 2013 havia 34 (trinta e quatro) mestrandos e, em 2019, 47 (quarenta e sete) mestrandos e 31 (trinta e um) doutorandos, totalizando 78 discentes, revelando um crescimento de 129% no período.

Quadro 2 – Comparativo PPGSS: Grupos de pesquisas, discentes, docentes e projetos

VARIÁVEIS	2013	2019	Varição (%)
Grupos existentes	06	07	%
Nº de alunos em grupos de pesquisa	44	53	20,4%
No. de professores	12	15	25%
Nº de alunos no Programa	Mest.- 34 Dout.-0	Mest.-47 Dout.-31 Total- 78	38% 129% (Total)
Nº de projetos de pesquisa (financiados x não financiados)	14 Financiados: 7 Não financiados: 7	20 Financiados: 09 Não financiados:11	42,8%(+) 28%(+) 57,1%(+)
Nº. de projetos de extensão	4	9	125%
Nº de bolsistas PIBICS	7	15	114%
Nº de Áreas focadas por grupos de pesquisa	12	14	16%

Fonte: Relatórios Coleta CAPES (Plataforma Sucupira), 2013, 2019.

Um dado revelador diz respeito ao número de projetos financiados no ano 2019: os projetos financiados foram, apenas, 08 (oito), ou seja, menos da metade, enquanto, em 2013, foi 50%, o que demonstra um crescimento na iniciativa docente, mas, houve uma redução na aprovação pelas agências de fomento. Esses dados revelam o brutal desfinanciamento da pós-graduação, em curso no país, desde 2016, conforme foi referido anteriormente acima (SAVIANI, 2020).

Os dados sobre bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no período apresentaram importante aumento: eram sete (07) bolsistas em 2013 e em 2019 eram 15, representando um aumento de 114%. Sem embargo, o dado necessita de análise, porque vem havendo reduções nas ofertas dos editais dos últimos anos, mas que não se refletiu no PPGSS pois aumentou o número de docentes em 25%.

Quadro 3 – Grupos de estudos e pesquisas segundo as áreas e expressões da questão social na Amazônia

Grupos de pesquisa PPGSS	Áreas de Estudo	Refrações da questão social amazônica
GEP-CIHAB	Cidade, habitação e Serviço Social	- Déficit habitacional, falta de saneamento básico, desigualdades
GEP-TESA	-Trabalho na Contemporaneidade; - Trabalho Profissional do(a) assistente social; - Saúde do trabalhador; - Políticas Sociais públicas de geração de trabalho, emprego e renda; - Crise do Capitalismo na Contemporaneidade; -Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia etc.	- Trabalho Precario (Trabalho Informal; Terceirização; - Novas Formas de Contrato de Trabalho); - Acidentes de Trabalho; - Desemprego; - Perda de Direiros do(a)s trabalhadoras. - Dentre outras..

Grupos de pesquisa PPGSS	Áreas de Estudo	Refrações da questão social amazônica
GEPSS	Serviço Social e Política Social	- Queda na qualidade da formação do/a assistente social; precarização da formação, desemprego do assistente social; baixa qualidade da política de assistência social, falta de controle social.
GESTERRA	Estudos sociais amazônicos Movimentos sociais Políticas públicas	- Ataque aos povos tradicionais, baixa inserção na universidade, expropriação e expropriação, ausência de políticas públicas
TRADHUSS	Trabalho, direitos humanos, seguridade social e Serviço Social	- Desmonte das políticas de seguridade social, ataque aos direitos humanos de minorias,
LABSAM(*)	Amazônia: transformações socioambientais, territoriais Políticas públicas e desigualdades	- Violência dos grandes projetos na Amazônia, contra os povos tradicionais
GPPUMA	Amazônia: Transformações socioambientais, território e identidades	- Déficit habitacional, falta de saneamento básico, desigualdades territoriais,
GEPLAN (**)	- Políticas públicas - participação social	- Baixa qualidade das políticas públicas na região
SENCTUS	Terceira idade e Serviço social	- Violência e exclusão da população idosa
CISIP	- Segurança pública, - Justiça - violência contra a juventude	- Normativas que apagam direitos e a vida. Violência contra juventude negra

Fonte: Relatórios Coleta CAPES (Plataforma Sucupira), 2013, 2019.

Observando os dados exibidos no quadro 3, pode-se verificar em todos os grupos que atuaram desde de 2013 e os novos que aparecem em 2019, sem exceção possuem clara articulação com as refrações da questão social amazônica. E os projetos de

pesquisa e extensão que se expandiram, apesar da retração de fomento, mostrando, conseqüentemente, um crescimento na produção intelectual, impulsionada pelo claro crescimento dos grupos de pesquisa. Também se pode indentificar o componente da *resistência*, tanto do corpo docente, quanto do discente, pois incrementa-se ações de pesquisa e extensão, em meio a contração de recursos. Tal dado somente é possível explicar pela postura político-ideológica anomada pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Cotejando, ainda, as áreas de estudo e intervenção, manifestos nos 20 (vinte) projetos de pesquisa que se somaram aos 09 (nove) projetos de extensão, totalizam 29 (vinte e nove) ações articuladas desenvolvidas pelos grupos de pesquisas, os quais integram: graduandos, mestrandos, doutorandos e profissionais de várias áreas, é possível identificar – para além dos números inúmeros “produtos” construídos através de cursos, seminários, consultorias e assessorias, co-autorias e autoria de artigos, capítulos de livros, livros, artigos de jornais, entrevistas na televisão etc. que socializam e publicizam um conhecimento de alto nível às instituições públicas, aos movimentos sociais urbanos e rurais (novos e tradicionais) e a população em geral.

Assim, a inserção social do PPGSS/UFGA aqui evidenciada, mesmo sofrendo com a política obscurantista educacional/científico/tecnológico do governo brasileiro de extrema direita no poder, agora, acompanhado do fisiológico de sempre, mostra que tem vitalidade histórica para seguir avançando e construindo uma Pós-graduação com qualidade científica e base ético-política para assegurar o compromisso com as transformações sociais e políticas que nosso país e Região teimam em demandar.

Considerações finais

As análises e reflexões aqui efetuadas possibilitaram, ainda que de forma breve revisitar a trajetória histórica da Amazônia na divisão internaiconal do trabalho, permitindo constatar que esta Região tem se constituído em espaço de processo de expropriação de riquezas naturais e socioculturais, provocando graves impactos sociais, econômicos, políticos e ambientais sobre a população amazônida. Contudo, contraditoriamente, o PPGSS-UFPA vem contribuindo para uma formação crítica de pesquisadores da e na Amazônia, capazes de interpretar e responder às expressões da “questão social” no contexto dessa Região que possui dimensões continentais, riquezas naturais e humano-sociais inestimáveis, mas, paradoxalmente, apresenta altos índices de pobreza e desigualdades sociais.

Nessa perspectiva, os Cursos de Mestrado e Doutorado em Serviço Social da UFPA visam formar quadros qualificados com perfil de docente e pesquisador, com postura ética e crítica, capaz de compreender as múltiplas expressões da questão social, em particular, suas manifestações regionais, assim como, contribuir para a formação de profissionais aptos para viabilização de direitos sociais através de políticas públicas, o que exige que a formação de mestre e doutor em Serviço Social possibilite elevado conteúdo teórico-metodológico, ético-político e capacidade técnico-operativa para atuar nos diversos espaços sócio ocupacionais da profissão.

Desta forma, a inserção social se constitui estratégica para fomentar a consolidação da Pós-Graduação em Serviço Social na medida em que vem contribuindo para a formação de docente/ pesquisadores e profissionais na construção de uma agenda de políticas sociais na perspectiva da emancipação

humana, favorecedora da construção de uma sociabilidade justa e igualitária, o que requer um processo de planejamento e autoavaliação das instituições de ensino de pós-graduação articulados às necessidades da sociedade, isto é, articulados à realidade local, regional, nacional e internacional, em que pese, os cortes financeiros e orçamentários e os ataques políticos ideológicos contra a ciência, em geral, e contra as universidades públicas federais. Eis os desafios coletivos impostos em tempos de obscurantismo, autoritarismos e neofacismo!

Referências

VES, M. F.; OLIVEIRA, J. F. Pós-graduação no Brasil: do regime militar aos dias atuais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** – RBPAE, v. 30, n. 2, p. 351-376, maio/ago. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil** (Gestão 2013 a 2014). Novembro de 2015. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/contribuicao-da-abepss-para-o-fortalecimento-dos-programas-de-pos-revisto-201703241351072223440.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

CAPES. **Documento de área Serviço Social 2019**. Disponível em: <http://capes.gov.br/images/>

CAPES. **Plano Nacional de Pós-graduação**. 2018a. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao>. Acesso em: 10 set. 2019.

CAPES. **Proposta de aprimoramento do modelo de avaliação da PG**. 2018b. Disponível em: www.capes.gov.br/images/

novo_portal/documentos/PNPG/2018_PNPG_CS_Avaliacao_Final_10_10_18_CS_FINAL_17_55.pdf. Acesso em: 15 jan. 2020a.

CAPES. **Relatório de avaliação da Área de Serviço Social – 2007/2009, Trienal de 2010.** Disponível em: <http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2011/01/SERVIÇO-SOCIALRELATÓRIO-DE-AVALIAÇÃO-FINAL-jan11.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2020b.

CAPES. **Relatório do GT Impacto e Relevância Econômica e Social.** 2020d. Disponível em: [chrome- http://capes.gov.br/images/RELATORIOS_GTS/2020-01-03_Relatório_GTImpacto-e-Relevancia-Economica-e-Social.pdf](chrome-http://capes.gov.br/images/RELATORIOS_GTS/2020-01-03_Relatório_GTImpacto-e-Relevancia-Economica-e-Social.pdf). Acesso em: 14 jan. 2020

CAPES. **Documento de área 2019/DOC_SERVICO_SOCIAL_01_11.pdf.** Acesso em: 15 dez. 2019. em: <chrome-http://capes.gov.br/images/>. CARCANHOLO, M. D. **Dependencia, Super-Explotación del trabajo y crisis: Una interpretación desde Marx.** Madrid: Maia Ediciones, 2017.

CARVALHO, D. B. B. de; STAMPA, I.; SANTANA, J. V. Inserção social nos Programas de Pós-graduação na área de Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 139, p. 415-426, Dec. 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282020000300415&lng=en&nrm=iso>. access on 13 Dec. 2020. Epub Sep 21, 2020. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.220>.

G1- Pa- Belém. **Pará registra 57 mil novos desempregados no primeiro trimestre de 2020**, aponta IBGE. Disponível em <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/05/15/para-registra-57-mil-novos-desempregados-no-primeiro-trimestre-de-2020-aponta-ibge.ghtml>, acesso em 10.125.2020

LOSCHI, M. PNAD Contínua: **Desemprego cai em 16 estados em 2019, mas 20 têm informalidade recorde.** Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia->

de-noticias/noticias/26913-desemprego-cai-em-16-estados-em-2019-mas-20-tem-informalidade-recorde. Acesso em 10/12/2020.

GOMES, V. L. B. Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia: Notas para a reflexão o estado do Pará. In: GOMES, V. L. B.; VIEIRA, A. C. de S.; NASCIMENTO, M. A. C. (Org.). **O Averso dos Direitos: Amazônia e Nordeste em questão**. Recife (Pe): Editora Universitária UFPE, 2012.

LDO/2013. **Lei Nº 12.919**, de 24 de dezembro de 2013. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12919.htm

LOA/2020. Lei Nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-13.978-de-17-de-janeiro-de-2020-238773215> PLOA/2021. **Projeto de Lei nº 9/2020-CN: LDO 202**. <https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/141576>

LOUREIRO, V. R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**. vol.16 no.45 São Paulo May/Aug. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200008>, acesso em: 20 abr. 2020.

MARQUES, G. de S. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MESQUITA, B. A. de. A Atuação governamental, as forças de mercado e a inserção da Amazônia no ciclo das commodities. In: LOPES, J. B.; COUTINHO, M. A (Orgs.). **Crise do Capital, lutas sociais e políticas públicas**. São Paulo: Xamã, 2012.

MATHIS, A.de A. et al . Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA: elementos históricos e temas de pesquisa em 20 anos. **Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 216-224, ago. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_

arttext&pid=S1414-49802017000200216&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 dez. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592017v20n2p216>.

RIBEIRO, R. J. **Inserção social**. 2007. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/avaliacao/permanencia-no-snpg-avaliacao/avaliacoes-antteriores/91-conteudo-estatico/avaliacaocapes/6878-artigos>. Acesso em: 6 jan. 2020.

SANTOS NETO, F. **Teorias sociais e Serviço Social no Pará: análise introdutória das correntes teóricas que influenciaram a formação profissional na UFPA**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social (FASS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Orientador Prof. Dr. Reinaldo Nobre Pontes, Campus Universitário José da Silveira Neto, Campus Guamá, Belém/PA, 2017.

SAVIANI, D. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavirus e educação – o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e020063, 2020. DOI: 10.24065/2237-9460.2020v10n1ID1463. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1463>. Acesso em: 13 dez. 2020.

TRINDADE, J. R. B; OLIVEIRA, W. P. de. Conversão Geopolítica da Fronteira e Estratégia de Desenvolviemnto Regional: A Inervenção Estatal na Amazônia Brasileira a partir dos anos 1940. In: TRINDADE, J. R. B. (Org.) **Seis Décadas de Interpretação Estatal na Amazônia: A SPVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimentismo brasileiro**. Belém: Paka-Tatu, 2014.

SERVIÇO SOCIAL E A GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ: DAS RAÍZES AO DEVIR

Edna Maria Goulart Joazeiro

Introdução

Nesse capítulo analisamos a história da criação do Curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI) numa perspectiva não linear e de longa duração, com vistas a refletir sobre as relações entre Universidade, Sociedade, necessidades históricas e tempo, em função do entendimento de que a sociedade se institui e se organiza baseada em relações de interdependência que se interpenetram (JOAZEIRO, 2015, 2018).

A sistematização da análise aqui apresentada foi feita com base em uma tripla entrada relativa ao uso de fonte secundária de informação de documentação institucional de natureza diversa, da UFPI, do Departamento de Serviço Social e da Coordenação do Curso de Serviço Social; ii) do acervo de TCC do curso de

Serviço Social da UFPI no Sistema de Biblioteca da UFPI; iii) das fontes oriundas do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da Universidade que dispõe de informações dos sistemas de matrículas a partir do final do ano de 1981 e, no que tange às turmas de todas as disciplinas ministradas no Curso de Serviço Social, os dados passaram a ser registrados somente a partir do ano 1998, que configura o momento de efetiva implantação da ferramenta da informática, produzindo um recurso abrangente de registro¹, de controle e de possibilidade de acesso à informação acadêmicas no âmbito da Universidade.

A análise está organizada situando primeiramente o diálogo tecido no encontro da história do Piauí com a UFPI, incluindo na análise a consolidação do curso de bacharelado em Serviço Social desta Universidade e o lugar que este tem ocupado nesse estado da federação, no Centro de Ciências Humanas e Letras ao longo do processo histórico. Na sequência analisamos a Formação *do* e *no* Serviço Social nos diversos tempos, territórios, destacando os principais marcos conceituais, temporais e legais da profissão, com ênfase nos desafios da formação e sua contribuição tanto para o estado, para a capital Teresina, para os demais municípios do estado e para outros estados da federação. A guisa das considerações finais apontamos nossa preocupação com os dilemas e contradições que nos desafiam em tempos de pandemia da COVID-19 e de fragilização da dimensão universal das políticas públicas.

1 Importa explicitar que a escolha de uso da base de dados dos formandos do curso registrados no SIGAA neste capítulo responde ao objetivo de fazer uso de uma base estável que atravessaria o longo período do tempo ora analisado. Contudo na pesquisa foram também incorporados os dados existentes e disponíveis na documentação da Administração Superior relativa às turmas formadas nos anos de 1981, 1982, 1983 e 1984 mediante o recurso da triangulação de fontes diversas.

No Brasil, o assistente social é um profissional de nível superior, que possui formação científica, de caráter investigativo e interventivo cuja dimensão do exercício profissional é de natureza teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa uma vez que o profissional realiza o seu trabalho em face das “determinações históricas, estruturais e conjunturais da sociedade burguesa e respondendo a elas, consiste em uma totalidade de diversas dimensões que se auto implicam, se autoexplicam e se determinam entre si” (GUERRA, 2017, p. 49).

Nessa perspectiva, o assistente social tem como objeto de intervenção a questão social, que se refere “ao conjunto multifacetado das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado” (IAMAMOTO, 2009, p. 177). As Diretrizes Curriculares definem que o bacharel em Serviço Social, é o profissional que intervém nas expressões da questão social, “formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção propositiva dos usuários [...] no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho” (CNE, 2002).

Esse compromisso histórico coloca como imperativo para o assistente social novas necessidades e competências no enfrentamento da questão social, em consonância com o Projeto Ético-Político da profissão. Nesse tempo, é requerido o desafio de “formar profissionais que possuam coerência ético político, consistência teórico-metodológica, competência técnico operativa e compromisso sócio-cêntrico” (GUERRA, 2018, p. 15).

A formação em Serviço Social na contemporaneidade requer resgatar “de forma breve, o conjunto de saberes presentes na sua trajetória histórica, especialmente na realidade brasileira” (SIMIONATTO, 2009, p. 98), uma vez que para realizar a

intervenção nas múltiplas expressões da questão social, é fundamental que o assistente social detenha “um conjunto de saberes que extrapola a realidade imediata e lhe proporcione apreender a dinâmica conjuntural e a correlação de forças manifesta ou oculta” (GUERRA, 2014, p. 268). Nessa perspectiva, “as ações profissionais tendem não apenas a realizar o atendimento da necessidade imediata, como ainda a se vincular aos projetos sociais das classes que mediatiza” (*op. cit.*, p. 268).

Cumpre assinalar que no atual momento, especificamente no período da crise sanitária da COVID-19, após março de 2020, a história da profissão tem estado marcada pelo encontro com esse agravo a saúde, a morbidade e a mortalidade decorrentes da pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus que desencadeou um contexto de elevada incerteza quanto à capacidade do Estado e dos sistemas de saúde universais de responder com medidas pertinentes e necessárias visando o enfrentamento desse agravo à saúde tanto do campo sanitário, na esfera da educação, quanto da dimensão econômica, política e social da pandemia.

O aumento do número de casos do coronavírus e a disseminação global desse agravo à saúde resultaram na decisão da Organização Mundial da Saúde (OMS) de declarar que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) se constituía uma emergência de Saúde Pública de importância internacional, tendo culminado com a declaração da pandemia da COVID-19 em 11 de março de 2020.

A combinação da crise estrutural do capital, com os efeitos adversos da pandemia tem exigido dos Estados nacionais a adoção de ações imediatas por parte dos governos dos diversos países no mundo. As autoridades sanitárias internacionais e um amplo conjunto de governos nacionais tem convergido

quanto à implementação de três grandes estratégias, a saber, i) recomendação ou determinação de isolamento e de distanciamento social; ii) a ampliação da capacidade de atendimento dos serviços de saúde; iii) formas de apoio econômico a cidadãos, famílias e empresas (PIRES, 2020, p. 7). No Brasil têm sido adotadas estas três formas de intervenção diante do cenário da pandemia da COVID-19, contudo tais respostas vêm ocorrendo mediante ações e medidas isoladas, por parte de diferentes níveis de governo, sem um esforço claro de articulação e coordenação em nível nacional para o enfrentamento da crise (PIRES, 2020, p. 7).

[...] a distribuição desigual dos efeitos adversos e os déficits de atenção e cobertura sobre o território e suas populações fazem com que as mesmas medidas governamentais sejam experimentadas de forma bastante diferenciada pelas pessoas, a depender de suas trajetórias, localização e formas de inserção no conjunto das relações sociais (PIRES, 2020, p. 8).

Yazbek, Raichelis e Sant’Ana (2020, p. 2017) assinalam que “são tempos sombrios e desumanos que vivemos na atualidade [...] quer em termos globais, quer em nosso país. A situação de calamidade pública na qual estamos imersos(as) torna mais visível e aguda a crise”. A combinação da crise estrutural do capital “com os efeitos adversos da pandemia tem exigido dos Estados nacionais a adoção de ações imediatas dos governos no mundo todo” (MENDES, CARNUT, 2020, p. 11).

O enfrentamento desse fenômeno sanitário, social, econômico, político e cultural requer buscar compreender as múltiplas e mútuas interfaces presentes no cenário atual, sendo imprescindível o envolvimento de políticas públicas, para minimizar os efeitos adversos que se entrecruzam e se avolumam nesse tempo da pandemia e que deverão ser adequadamente geridos tanto no momento da pandemia quanto no tempo da pós-

pandemia, exigindo da profissão, seja no âmbito da Universidade, seja no cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais nas quais os assistentes sociais estão inseridos, “competência teórico-política para compreender a situação de crise humanitária e sua relação com a sociabilidade capitalista e intervir nesta realidade, segundo os fundamentos do Serviço Social” (NEGRI; SANTOS, KRÜGER, 2020, p. 2).

A complexidade do momento, exige respostas marcadas pelo imperativo epistemológico e ético da necessidade de pensar o lugar da Universidade, do Estado e a relação Estado/sociedade civil na conjuntura atual, ao mesmo tempo que torna importante buscar apreender o lugar das políticas sociais enquanto “processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito do conflito e luta de classes” (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 36) que são inerentes à dinâmica do capitalismo.

Diálogo e encontro da história do Piauí com a UFPI

O Estado do Piauí está situado na Região Nordeste do Brasil, na zona meio norte do país, área intermediária entre a Região Nordeste e a Região Norte-Amazônica. O Estado ocupa uma área de 251.529,186 km² estando dividido em quatro Macrorregiões: Litoral, Meio-Norte, Semiárido e Cerrados. O Piauí é composto por 224 municípios distribuídos em doze Territórios de Desenvolvimento² (TDs), organizados em consonância com

2 Cf. Lei Complementar nº 87/2007, no artigo 1, parágrafo 2.º define que os Territórios de Desenvolvimento (TDs) são “espaços socialmente organizados, compostos por um conjunto de municípios, caracterizados por uma identidade histórica e cultural, patrimônio natural, dinâmica e relações econômicas e organização, constituindo as principais unidades de planejamento da ação governamental”.

as peculiaridades locais e regionais que visam à promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da sua população (CEPRO, 2017).

A UFPI é uma instituição federal de Educação Superior, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede no município de Teresina, capital do estado, onde está situado o curso de Serviço Social, epicentro de nossa análise. A UFPI, conforme Figura 1, possui ainda três outros campi: o Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, localizado no município de Picos; os Campus Prof.^a Cinobelina Elvas e Almícar Ferreira Sobral, situados respectivamente, nos municípios de Bom Jesus e Floriano³.

O processo de constituição da Universidade Federal do Piauí está intimamente ligado a história do Centro de Ciências Humanas e Letras e, se relaciona de forma inequívoca com a própria criação do curso de Serviço Social da UFPI. Há uma vinculação de interdependência e de interpenetração recíprocas da relação que estes estabelecem no decorrer do tempo. O Curso de Serviço Social da UFPI foi criado no ano de 1976 através da Resolução CONSUN/UFPI (UFPI, 2012, p. 9), tendo sido reconhecido pela Portaria nº 313 do Ministério da Educação em julho de 1983.

3 A Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018, desmembrou o Campus Ministro Reis Velloso, situado no município de Parnaíba, para formar a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) (PDI UFPI, 2020, p. 28).

Figura 1 – Distribuição dos *Campi* da UFPI nos Territórios de Desenvolvimento do Estado do Piauí.



Fonte: Elaboração própria com base em CEPRO, 2017; PDI UFPI, 2020-2024.

A análise dos fragmentos desses tempos, do mútuo processo de criação e de consolidação, se constituem os traços da história e da memória da própria constituição do *corpus* conceitual, dos desafios históricos e das inequívocas mudanças ocorridas no decorrer da história desse curso, e da própria dinâmica que se instaura no processo de construção do campo de conhecimento do Serviço Social no Brasil e no Piauí, bem como, das intensas mudanças que o atravessaram desde os primórdios quando do ingresso das primeiras turmas do Curso de Serviço Social da UFPI.

A história do Curso de Serviço Social nesta Universidade pode ser apreendida mediante uma análise criteriosa dos registros de sua trajetória no decorrer do tempo, cujos marcos temporais e legais revelam percursos, dilemas que se tornam visíveis no próprio ordenamento da UFPI e em suas contribuições que são materializadas nesses encontros entre a história antiga e recente no estado do Piauí, com o município de Teresina e com outros pequenos e médios municípios deste e de outros estados da federação.

A análise tecida nesse capítulo se ancora no projeto de pesquisa “Serviço Social, dinâmica da formação e memória da produção de trabalhos de conclusão de curso do Serviço Social da UFPI no período de 1981-2017: ênfase na Seguridade Social” que coordenamos desde o ano de 2018 e que se constitui um vasto material que tem contribuído para apreender a dinâmica do processo de formar discentes do curso de Serviço Social no Piauí, ao mesmo tempo, que revela nuances do processo de criação, consolidação e de enfrentamento dos múltiplos desafios que atravessam esse campo de conhecimento, de investigação e de intervenção.

Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa com base na triangulação de fontes, quer seja no acervo da série histórica dos Trabalhos de Conclusão de Curso de discentes de bacharelado em Serviço Social na sua interface com o encontro destes como momento inaugural de enfrentamento das inúmeras dificuldades das expressões da questão social, e de encontro com uma perspectiva que visa o fortalecimento das políticas públicas diversas, na estreita relação com os limites estruturais, e com os aspectos conjunturais, profundamente inseridos em um tempo de declínio da dimensão universal das políticas em presença do

histórico subfinanciamento (MENDES, 2020) das políticas sociais no Brasil.

A memória é uma categoria que tem relevância para a compreensão das relações sociais, no que tange a própria sociabilidade que vai sendo tecida em cada sociedade, mediada pelo processo de inserção dessa sociedade no fluxo do tempo e na dinâmica do processo de formação em Serviço Social e em outras profissões. Bosi (2003, p. 91) assinala que “existe, dentro da história cronológica, outra história mais densa de substância memorativa no fluxo do tempo”, e nessa história, somos, ao mesmo tempo, herdeiros e partícipes no processo de sua constituição. A autora destaca ainda que a memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns, sendo que essas densas configurações se tornam ainda mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo. Em nossa análise nos cabe tentar “procurar esses vínculos de afinidades eletivas entre fenômenos distanciados no tempo” (*op. cit.*, p. 11, destaques nossos).

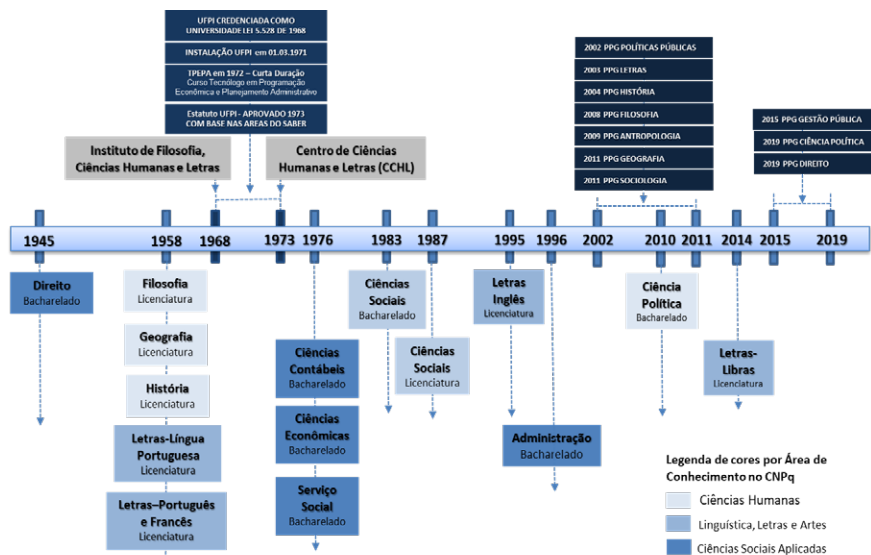
A escolha do recorte temporal dá-se em consonância com a intenção de refletir como se dá a relação entre as epistemicidades, o campo de conhecimento do Serviço Social e os desafios loco-regionais e históricos na profissão desde o início quando da criação do curso na UFPI (1976). No bojo do gradual processo de fortalecimento da formação e da produção do conhecimento em Serviço Social, em consonância com seu Projeto Ético-Político, dá-se a estruturação da formação com base nos três núcleos que fundamentam a formação profissional do assistente social: Núcleo de Fundamentos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Realidade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional (ABEPSS, 1996).

Cada elemento original contido naquelas afirmativas – o teórico metodológico, o ético-político e o técnico-operativo – são fundamentais e complementares entre si. Porém aprisionados em si mesmos, transformam-se em limites que vem tecendo o cenário de algumas dificuldades, identificadas pela categoria profissional, que necessitam ser ultrapassadas: o teorismo, o militante e o tecnicismo (IAMAMOTO, 2015, p. 53).

Analisa-se como os marcos conceituais e legais de natureza geral, como a própria configuração do corpo discente ao longo do processo histórico, e como essa mediação entre a dimensão conceitual, a análise de conjuntura, marcam de modo inelutável a configuração, os desafios e os limites da atualidade.

A linha do tempo da história do processo de constituição dos cursos da Área de Ciências Humanas na UFPI (vide Figura 2), revela que desde o princípio, houve uma íntima relação entre as diversas áreas de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, pertencentes à Grande Área das Humanidades. Uma análise atenta para esse percurso de constituição no decorrer do tempo revela que nesse processo está expresso a relação entre a parte e o todo, uma vez que permite a aproximação de diferentes sujeitos históricos e de suas experiências, cuja análise dos traços da história, coloca em evidência a riqueza dos registros deixados por docentes e discentes ao longo do tempo, os quais são expressão das experiências escritas, narradas, ensinadas e vividas a partir do arcabouço conceitual e das perspectivas analíticas dos indivíduos e dos grupos que as vivenciam e as constroem.

Figura 2 – Linha do tempo com base nos marcos conceituais, legais e temporais segundo ano de implantação dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação que compõem o CCHL da UFPI



Fonte: Elaboração própria, 2020

De maneira geral, ao falar de sociedade, parece que se evoca “a ideia de alguma coisa completa em si, de uma formação com contornos nítidos, de uma forma perceptível e uma estrutura discernível e mais ou menos visível” (ELIAS, 1994, p. 20), contudo a sociedade não tem essa forma perceptível, ao contrário, “consideradas como totalidade, são sempre mais ou menos incompletas: de onde quer que sejam vistas, continuam em aberto na esfera temporal em direção ao passado e ao futuro” (*op. cit.*, p. 20).

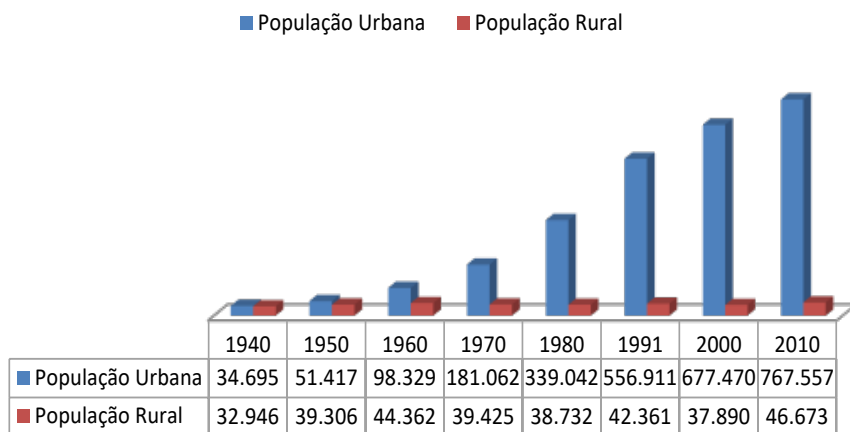
Iamamoto (2015) tem assinalado que nada do social é evidente, e que para apreendê-lo e compreendê-lo na sua especificidade e nas particularidades há que se [re]construir

categorias de análise que sejam capazes de apreender a dinâmica da vida e de como está se instaura na teia das relações históricas e sociais, apreendendo suas tensões e contradições. As categorias na perspectiva de Lukács (1979) são “formas de ser, determinações da existência, elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo quanto intensivo” (*op. cit.*, p. 28), ou seja, as categorias não são apenas lógicas, elas são ontológicas porque não são apenas explicações do real, mas formas de conceber e de se relacionar com o real.

O estado do Piauí teve uma gradual alteração na composição de seus municípios. Se tomarmos por base os dados do Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1940–2017) constataremos que no ano de 1940 o estado possuía 47 municípios. No ano de 1950, contava com 49 municípios e, em 1960 atingiu o número de 71 municípios. Nos anos de 1970 e 1980, atingiu o patamar de 114 municípios, sendo que no ano de 1990 chegou ao número de 118 municípios. Nos anos de 2000 e 2010 o estado teve uma significativa ampliação na sua composição, tendo que nestes anos atingiu, respectivamente, o número de 221 e 224 municípios no estado, número que tem se mantido nos últimos dez anos.

Uma análise atenta à configuração da população residente no município de Teresina, capital do Piauí, no decorrer da série histórica de constituição da UFPI, do CCHL e do próprio curso de Serviço Social, epicentro dessa análise, revela as intensas mudanças e as complexidades que tem marcado esse longo período histórico. A análise da distribuição da população ao longo dos anos revela uma intensa alteração do número da população e na dinâmica de ocupação do espaço urbano e rural *dos e nos* municípios.

Figura 3 - População de Teresina distribuída por perímetro urbano e rural entre os Censos de 1940 a 2010



Fonte: IBGE. Censos Demográficos

A própria composição dos municípios do estado revela uma dinâmica própria, se tomarmos por base os parâmetros de distribuição do município adotado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) observa-se que dos 224 municípios do estado 199, ou seja, 88,83% destes são considerados de pequeno porte 1, possuindo uma população de até 20 mil habitantes. Contudo uma análise atenta revela, que destes municípios, existem 83, ou seja 41,71% deles possui uma população de até 5000 habitantes e 81 municípios, ou seja, 40,7% deste possui população de até 10.000 habitantes, ou seja, destes somente 35 municípios (17,58%) tem população entre 10.001 e 20.000 habitantes.

O estado possui 20 cidades de pequeno porte 2 (população entre 20.001 até 50.000 habitantes); 03 municípios são considerados de médio porte, ou seja, tem população entre 50.001 até 100.000. É importante destacar que apenas 2 municípios,

sendo um deles Parnaíba e o outro a capital do estado, são considerados de grande porte, respectivamente, o primeiro possui população entre 100.001 e 500.000 mil habitantes e o segundo possui população acima de 500.000 habitantes (CEPRO, 2012).

Formação do e no Serviço Social: territórios e tempos

No que tange ao campo de conhecimento do Serviço Social, a visibilidade da desigualdade não pode ocultar a presença intensa da *razão de conhecer da profissão* (GUERRA, 2014, destaque da autora), ao longo do tempo de consolidação do curso e de formação dos discentes que, gradativamente, tornaram-se assistentes sociais. Entendendo que “razão de ser e razão de conhecer a/da profissão constituem-se em dois momentos de um mesmo movimento que se materializa na intervenção profissional do assistente social” (GUERRA, 2014, p. 269).

Cumprе assinalar que no campo do “social” está presente a necessidade de apreender a relação e a articulação entre múltiplos conceitos que são historicamente construídos, dentre eles destacamos os conceitos de necessidade humana, de necessidade mínima e básica (PEREIRA, 2011) e o conceito de necessidades de saúde (MERHY, 1997; NOGUEIRA, 2011), uma vez que essas necessidades se constituem num dos fundamentos da busca da população usuária pelos serviços das políticas sociais públicas ou não.

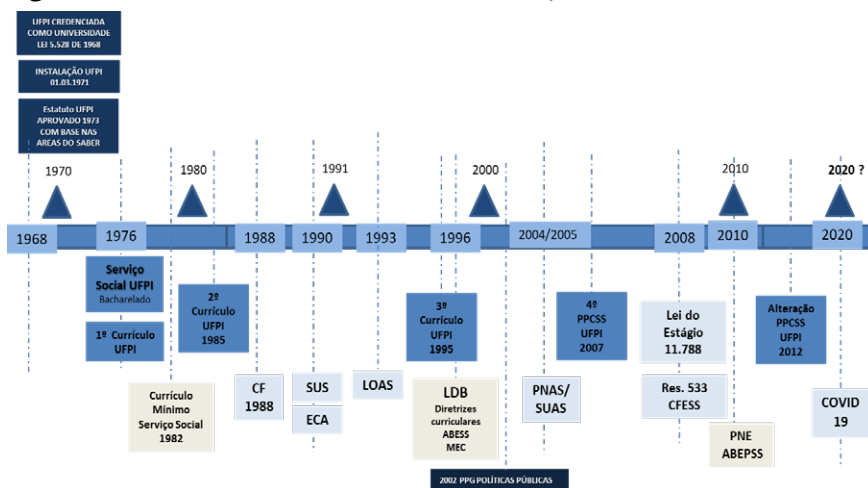
Enfatizamos a importância no processo de formação da compreensão de conceitos que a *priori* podem parecer sinônimos ou evidentes, mas que se não forem problematizados tendem a perpetuar deslises semânticos tais como o que ocorre quando aludimos ao uso do conceito “mínimos sociais” e ao de “necessidades humanas básicas”, pois apesar de parecerem

conceitos próximos, esses termos possuem sentidos diferentes, uma vez que “enquanto o mínimo pressupõe supressão e cortes do atendimento, tal como propõe a ideologia liberal, o básico requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados e otimizados” (PEREIRA, 2011, p. 26).

Uma análise criteriosa para o percurso de constituição do curso de Serviço Social revela que nesse processo foram registradas pelos autores dos TCCs inúmeras marcas da temporalidade do aqui e agora, do tempo presente, nos quais tenderam a destacar a tecnicidade existente e os desafios que estiveram presentes nos espaços sócio-ocupacionais que tomaram como objeto de análise no TCC. Tentavam enfatizar os limites para a intervenção nos diferentes contextos históricos, expressos na relação entre a parte e o todo, uma vez que em face destes limites, a(o)s discentes tendiam a refletir sobre os desafios para a consolidação do projeto de profissão compartilhado nos diferentes tempos da história, [re]questionando o lugar da profissão na teia das relações de poder em cada configuração temporal.

Os principais marcos conceituais e legais assinalados pelos autores dos TCCs ao longo do tempo do curso de Serviço Social da UFPI foram registrados na linha do tempo organizada na Figura 4 onde demarcamos os marcos temporais, conceituais e legais do Curso de Bacharelado em Serviço Social da UFPI. Cumpre assinalar que estes marcos incidiram de modo acentuado na trama do processo de formação, de intervenção e de produção do conhecimento no fluxo do tempo, tendo requisitado cotidianamente novas formas de lidar com as expressões da “questão social”, exigindo novos modos de formar para o exercício profissional **do** e **no** Serviço Social.

Figura 4 – Linha do tempo dos marcos temporais, conceituais e legais do Curso de Bacharelado em Serviço Social da UFPI



Fonte: Elaboração própria, 2020

O próprio posicionamento dos órgãos da categoria profissional, tanto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), quanto os do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) que paulatinamente passaram a definir os parâmetros tanto para a formação profissional, quanto para o exercício profissional nos diversos espaços sócio ocupacionais do Serviço Social no país são destacados como aspectos relevantes por estarem em consonância com os desafios sócio históricos da profissão no decorrer do tempo.

Nessa perspectiva, a formação do profissional assistente social precisa ser “situada nas entranhas das reais e concretas contradições que marcam a conjuntura atual, as quais cada vez mais são escamoteadas pela ideologia dominante e deslocadas do centro para a periferia” (GUERRA, 2018, p. 26), se considerarmos que é fundamental “decifrar as lógicas do capital, [...] desafiante

é, também, saber construir mediações para enfrentar as questões que se colocam no tempo miúdo do dia a dia da profissão” (YAZBEK, 2018, p. 154). Assim, a formação vai, gradativamente se dando, fundamentada num arcabouço conceitual fundado numa perspectiva crítica, comprometida com os princípios da profissão, ancorada no Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro.

Nesse momento enfatizamos os desafios da formação, mas para fazê-lo recorreremos ao coletivo dos discentes do Curso de Serviço Social na série histórica analisada para ponderar sobre a contribuição desse curso para a Educação Superior em Serviço Social no decorrer do tempo. Para tanto utilizamos a base de dados do sistema de matrícula da UFPI, (Tabela 1) relativo ao registro histórico dos formandos do curso de bacharelado em Serviço Social da UFPI através do qual se constata o número de 1171 formados no período de 1981 a 2017, destes 1134 eram do sexo feminino, ou seja, 96,84% do total de formados, sendo que 37 discentes (3,16%), eram do sexo masculino.

Se aprofundarmos a análise constatamos que dentre os 37 discentes do sexo masculino que concluíram o curso de Serviço Social, 35 deles ingressaram com idade entre 17 a 26 anos. Os outros quatro discentes formados até o ano de 2017, ingressaram no curso com idade de 31, 32, 40 e 51 anos de idade. No que tange às formandas do sexo feminino, observa-se que 88,9% ingressaram no curso com idade entre 16 e 26 anos de idade. Mas é inegável a prevalência de ingresso na UFPI de 865 discentes na faixa etária entre 17 e 21 anos de idade no decorrer da série histórica. Torna-se importante registrar que tanto ao analisar o ingresso de discentes do sexo feminino, quanto do sexo masculino a faixa etária de maior prevalência é a de 17 a 21 anos de idade, que compõem juntos 898 discentes, o equivalente a 76,69% dos formados do período.

Tabela 1 – Distribuição de sexo e idade quando do ingresso na UFPI dos formandos no período de 1981-2017 do curso de bacharelado em Serviço Social.

IDADE	SEXO					
	FEMININO	MASCULINO	TOTAL	% DO TOTAL	F. ac	F. ac %
16	9		9	0,77	9	0,77
17	153	3	156	13,32	165	14,09
18	259	7	266	22,72	431	36,81
19	210	9	219	18,70	650	55,51
20	127	4	131	11,19	781	66,70
21	116	1	117	9,99	898	76,69
22	22	2	24	2,05	922	78,74
23	45	4	49	4,18	971	82,92
24	25	1	26	2,22	997	85,14
25	23	1	24	2,05	1021	87,19
26	19	1	20	1,71	1041	88,90
27	14		14	1,20	1055	90,09
28	12		12	1,02	1067	91,12
29	21		21	1,79	1088	92,91
30	14		14	1,02	1102	91,11
31	15	1	16	1,37	1118	95,47
32	10	1	11	0,94	1129	96,41
33	7		7	0,60	1136	97,01
34	3		3	0,26	1139	97,27
35	7		7	0,60	1146	97,87
36	5		5	0,43	1151	98,29
37	5		5	0,43	1156	98,72
38	3		3	0,26	1159	98,98
40	2	1	3	0,26	1162	99,23
42	1		1	0,09	1167	99,66
44	1		1	0,09	1168	99,74
47	1		1	0,09	1169	99,83
51	1	1	2	0,17	1171	100
	1134	37	1171	100		

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIGAA, UFPI.

Contudo se analisarmos a série histórica dos discentes do sexo masculino que se formaram no CSS UFPI, após a idade de 23 anos, constata-se que tem sido pequeno o ingresso de público após essa idade no curso. Uma análise por sexo revela um perfil

diferenciado para as formandas do sexo feminino que, conforme a tabela 1, revelou que o ingresso destas permaneceu significativo na idade entre 16 a 35 anos perfazendo um total de 1.111 ingressantes do sexo feminino, ou seja, 97,97% das discentes do sexo feminino que se formaram neste curso na Universidade.

A análise das idades dos discentes do curso de Serviço Social da UFPI que se formaram entre os anos de 1981 a 2017, que compõe um coletivo de 1171 discentes, revela a prevalência de ingresso no curso com a idade entre 16 e 25 anos, que constitui um total de 1021 discentes, perfazendo um total de 87,19% dos ingressantes do curso de Serviço Social e que se formaram no decorrer da série histórica analisada. Torna-se importante destacar que 165 discentes do curso, ou seja, 14,09% ingressaram no curso de Serviço Social na faixa etária entre 16 e 17 anos de idade, ou seja ainda na adolescência.

Se aprofundarmos a análise constataremos que a população que se formou no curso, ingressou na Universidade com a faixa etária entre 18 a 25 anos, perfazendo um total de 73% da(o)s jovens que se matricularam e que se formaram na UFPI. Martins (2000) em suas análises sobre juventude, denomina essa faixa etária como “idade de transição” para o mundo adulto. A figura 5 revela ainda que 150 formandos do Curso de Serviço Social, ou seja, 12,81% ingressaram no curso na faixa etária entre 26 e 51 anos de idade.

Considerações finais

As análises tecidas no âmbito deste capítulo remetem às múltiplas dimensões que estão presentes na configuração social, política e econômica no Brasil, sobretudo, essa dinâmica marca de modo inelutável a vida no Piauí, tendo vista sua configuração

territorial e a organização sócio-política adstrita a essa grande região do país, profundamente marcada pela desigualdade social de expressivo contingente de população.

Nesse contexto a formação profissional realizada em universidade pública, aqui aludimos, particularmente ao curso de bacharelado em Serviço Social que nas últimas quatro décadas tem participado ativamente do processo de formar novos profissionais assistentes sociais, e ao fazê-lo, tem contribuído para a oferta de formação profissional voltada para o exercício profissional e a pesquisa em consonância com o Projeto Ético Político da profissão. A ser realizado em territórios intimamente marcados pela complexificação das cidades, ampliação da população e da urbanização, realizadas num momento da história onde se vê ampliada a regressão dos direitos sociais e a redução da dimensão universal das políticas públicas indispensáveis para o enfrentamento da vulnerabilidade e do risco social em face da ampliação dos agravos decorrentes da COVID-19.

Em nossas considerações finais reafirmamos a preocupação em tempos de pandemia, diante dos dilemas e contradições que na atualidade, desafiam a universidade, a sociedade e as políticas públicas, num tempo de fragilização da dimensão universal das políticas, lançamos mão da metáfora de Chesnais (2013, p. 36), ao analisar os desafios para o enfrentamento da crise mundial sem precedentes, uma vez que, segundo o autor, estamos navegando em “águas inexploradas, para as quais inexistente carta marítima”, posto que não dispomos de conhecimento para enfrentar as complexidades presentes na atualidade.

A complexidade presente neste tempo histórico, requer a construção de respostas marcadas por cientificidade, tecnicidade e por valores que se materializam na defesa da vida, da democracia e da cidadania, valores estes que são a marca inelutável no processo

formativo **do** e **no** Serviço Social brasileiro. No tempo histórico que há de vir, os profissionais são interpelados pelos desafios de reconstruir os sentidos, imprimir novas sistemáticas no trabalho e construir conhecimentos sob novas perspectivas analíticas em diferentes contextos.

Referências

ABESS/CEDEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996. **Cadernos ABESS**, São Paulo, v. 7, p. 58-76, nov. 1997.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. 3a ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social**. PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Centro de Ciências Humanas e Letras. Coordenação do Curso de Serviço Social. **Projeto pedagógico do Curso de Serviço Social**. 2012.

CEPRO. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. **Piauí em números**, 9. ed. Teresina, 2012. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201306/CEPRO07_8a8208d146.pdf. Acesso em: 03 novembro 2020.

CHESNAIS, F. As raízes da crise econômica mundial. O Olho da História, Salvador (BA), n. 18, jul. de 2013, p. 21-37. Disponível em: Acesso em: 15 fev. 2019

CNE/CES. **Resolução nº 15**, de 13 de março de 2002, estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. ELIAS, N. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 10ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2014

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 3ed., 2017, p. 49- 76.

GUERRA, Y. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional. In: GUERRA, Y. *et al.* (Orgs). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018. p. 25-47.

IAMAMOTO, M. V. As dimensões Ético-Políticas e Teórico Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: MOTA, A. E. *et al.* (Org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009. p.161-196.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Ed. Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional em Serviço Social: uma experiência em construção na América Latina. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 134, p. 13-33, abr. 2019.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil de 1940-2017**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>.

JOAZEIRO, E.M.G. Social Work and professional training: tension among rationalities, temporalities and relationships ‘between knowledge’. In: SILVA, A. M. C; APARICIO, M.T **International handbook of professional identities**. USA: Scientific & Academic Publishing, 2015, p. 318-341.

JOAZEIRO, E. M. G. **Supervisão de Estágio: Formação, Saberes, Temporalidades**. Santo André, SP: ESETec, 2008.

JOAZEIRO, E. M. G. **Supervisão acadêmica e de campo: relação entre saberes**. Teresina: EDUFPI, 2018.

JOAZEIRO, E. M. G; ARAÚJO, L. J. C; ROSA, L. C. S. Formação e trabalho coletivo na saúde mental: intersectorialidade e sinergia. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**. Brasília, DF v. 11, n. 3, p. 69-84. 2017 Disponível em: < <http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/2482/1842>> Acesso em 6 de nov. de 2020.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Lech, 1979.

MADEIRA, F. R. Violência nas escolas: quando a vítima é o processo pedagógico. **São Paulo Perspect**. São Paulo, v. 13, n. 4, p. 49-61, dezembro de 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 de novembro de 2020.

MARTINS, H. H. T. S. A difícil transição: análise das trajetórias ocupacionais de jovens operários metalúrgicos. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 11, n. 2, p. 18-27, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644039>. Acesso em: 23 nov. 2020.

MENDES, A.; CARNUT, L. Capital, Estado, Crise e a Saúde Pública brasileira. **SER Social**, v. 22, n. 46, p. 9-32, 27 jan. 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25260. Acesso em: 6 fev. 2020.

MERHY, E. E. **Em Busca do tempo perdido**: a micropolítica do trabalho vivo em ato. São Paulo: HUCITEC; 1997. p. 71-112.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 20.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas**: subsídios a crítica dos mínimos sociais. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIRES, R. R. C. Os Efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da COVID-19: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública. **Repositório do Conhecimento do IPEA**. 2020.

SIMIONATTO, I. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico política. *In*: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília (DF), 2009, p. 87-106.

Universidade Federal do Piauí. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024**. Aprovado pela resolução CONSUN nº 20/2020 de 29/06/2020.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teóricos metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. *In*: GUERRA, Y. et al. (Orgs). **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018. p. 47-85.

YAZBEK, M. C; RAICHELIS, R.; SANT'ANA, R. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 138, p. 207-213, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n138/0101-6628-ssoc-138-0207.pdf> Acesso em 20 de nov. 2020.

A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DO TOCANTINS: UMA EXPERIÊNCIA DESAFIADORA

*Célia Maria Grandini Albiero
Eliane Marques de Menezes Amicucci
Giselli de Almeida Tamarozzi*

Introdução

A Pós-Graduação em Serviço Social “*stricto sensu*” (Mestrado) pública e federal no estado do Tocantins é uma experiência repleta de desafios, pois os docentes da área da Universidade Federal do Tocantins (UFT) almejavam esse avanço no Serviço Social desde a criação da graduação, que perdurou até a construção do mestrado de 2007 a 2019.

O desafio inicial refere-se a uma Universidade Federal muito jovem com apenas 17 anos, que teve o 1º curso de graduação em Serviço Social em Universidade Federal implantado em 2007 no interior do estado, e o 1º programa de pós-graduação na área, com menos de dois anos, em um estado novo criado há 32 anos. O estado está geograficamente localizado no coração do Brasil e

compõe a Região Norte juntamente com outros seis estados, assim, o curso de pós-graduação contempla o estado de Norte a Sul, bem como outras Regiões de estados vizinhos, acarretando forte responsabilidade em formar profissionais e mestres com competência e qualidade para suprir as demandas existentes nesta área.

Essa jovialidade do estado, dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social implica no enfrentamento de desafios, dentre eles, a responsabilidade de imprimir nesses cursos, uma direção social e política pautada no projeto ético político da profissão inspirado na legislação e documentos diretivos da profissão (Lei de Regulamentação e Código de Ética, ambos de 1993 e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996), numa direção diferenciada daquelas que caracterizam os cursos de Ensino à Distância (EaD) na área, que foram implantados no estado à partir de 2004, com interesses mercantis, numa formação profissional aligeirada e precarizada.

Nessa perspectiva, podemos destacar que os enfrentamentos foram muitos, perpassando por um planejamento de qualificação, fixação e composição do quadro de docentes, de publicações concentradas em especificidades da Região, agregado ao histórico de um estado jovem, de uma Universidade nova e da inserção do curso público e presencial numa grande Região do país que abrange estrategicamente um alto número de profissionais pela distância geográfica dificultando o deslocamento por condições socioeconômicas.

Dessa forma, podemos destacar que cresce a necessidade de formação de assistentes sociais e áreas afins no estado do Tocantins para inserção na docência universitária e melhoria da qualificação dos profissionais a assumirem as políticas sociais do estado na direção social da profissão numa perspectiva crítica e de direitos.

Assim, este estudo descreve além dos dados introdutórios e aproximações reflexivas, alguns aspectos marcantes do estado do Tocantins para situar a UFT e o Programa de Pós-Graduação em

Serviço Social (PPGSSocial), bem como a relação entre ambos e o estado. Num último eixo serão descritos os desafios e perspectivas do Programa acerca do projeto ético político do Serviço Social.

Aspectos históricos marcantes do estado do Tocantins

O estado do Tocantins nasceu de um movimento de separação da parte Norte do estado de Goiás tendo sua criação sido efetivada pela Constituição Brasileira de 1988, sendo, na atualidade, o estado mais novo dentre os 26 existentes na Federação. O mesmo está situado na Região Administrativa Norte do Brasil, tendo sido incluído na Amazônia Legal.

O histórico de criação do estado do Tocantins é um reflexo de um país capitalista, conservador, desigual e discriminatório, que nos faz atualmente lembrar dos processos de formação, pois “[...] desde a colonização, um empreendimento mercantil, que caminhou na direção de uma economia composta de senhores e escravos, na qual as marcas do patrimonialismo-paternalista vão plasmar a sociedade brasileira” (YAZBEK, 2019, p. 89).

Desse modo, é fundamental não esquecer que o caráter predatório das relações coloniais e do escravismo deixou, sem dúvida, suas marcas na história do país e implantou bases importantes na construção da lógica que vem presidindo a expansão do capitalismo dependente na periferia em tempos mais recentes, bem como as características próprias da questão social¹ brasileira (YAZBEK, 2019, p. 89).

1 Quando nos referimos a “questão social”, a compreendemos no âmbito das relações sociais e nas metamorfoses do mundo do trabalho, pois segundo lamamoto (2019, p. 37, destaque da autora) “A sugestão é que a *mundialização financeira unifica dentro de um mesmo movimento, processos que tendem a ser tratados pelos intelectuais de forma isolada: a ‘reforma’ do Estado, a reestruturação produtiva, a ‘questão’, a ideologia neoliberal.* Neste contexto, a ‘questão social’ expressa a *banalização do humano*, resultante de indiferença frente à esfera das necessidades das grandes maiorias e dos direitos a elas inerentes.

Para nos aproximarmos desse novo estado, iniciamos uma análise de sua bandeira com dados que descrevem parte de sua história² de criação, a qual já demonstra uma contradição, quando expressa uma proposta de igualdade, no que se refere à expressão de que “[...] o sol nasce para todos os cidadãos tocantinenses”.

De uma exuberante e exótica natureza o estado é alvo de admiração e de atrativos para o turismo, ainda com pouca exploração, em especial na Região do Jalapão, ao Norte do estado com altas temperaturas, de clima semiárido, acarretando seis meses de seca e seis meses de chuva.

O processo de criação do estado foi um movimento que durou décadas e buscava uma emancipação política, com perspectivas de melhoria para esta Região do país, com o desmembramento do Norte do estado de Goiás. A luta do povo dessa Região demonstra um pouco desta conquista, tendo sem dúvida a considerar que:

[...] o estado do Tocantins é resultado de aliança entre as últimas lideranças do movimento, com facções ideológicas partidárias, como UDR, Centrão etc, é uma análise cheia de meias verdades e uma grande injustiça ao povo tocantinense, este, é sabedor da centenária luta, de seus verdadeiros heróis, e do pensamento libertário dos seus jovens. Enfim, o Estado do Tocantins é resultado da luta do povo que sempre habitava as terras banhadas pelas águas do rio Tocantins e Araguaia (LIRA, 2011, p. 119, *apud* LIMA, 2017, p. 116).

Vale destacar que a sua criação foi fruto de conflitos agrários marcados por interesses políticos diferentes, considerando diversos motivos, dentre eles:

-
- 2 A bandeira foi instituída pela Lei estadual nº 94, de 17 de novembro de 1989, tendo o texto alterado pela Lei nº 159/ 1990. A sua descrição vexilológica explicativa apresenta que a faixa azul representa os rios e a amarela, as riquezas do estado. O sol, sobre a faixa branca, significa que ele nasce para todos os cidadãos tocantinenses (TOCANTINS, 1994).

[...] à ausência do Estado na fiscalização e no cumprimento das leis. A grilagem de terras, o trabalho escravo e a violência, mantidos em silêncio imposto pela distância da capital, fizeram da região do norte de Goiás uma terra sem lei e sem Estado, submetida às regras do jaguncismo a serviço dos “coronéis” locais. As narrativas oficiais desconsideram esse contexto ao inventar os heróis oficiais da autonomia e ao idealizarem as populações nativas da região (SILVA, 2015, p. 16, *apud* LIMA, 2017, p. 117).

Na luta pela consolidação enquanto federação diante da divisão socioterritorial, o grande desafio do Tocantins era atingir o desenvolvimento através das políticas públicas e econômicas (ARAUJO, 2017), mas, essa divisão, não tirou o estado “[...] da condição de periferia do grande capital atrelada à cultura coronelista e patriarcal herdada da colonização do país fatores esses que impedem/dificultam o desenvolvimento do estado e das suas regiões [...]” (ARAUJO, 2017, p.80).

Diante desta breve análise podemos entender a formação do Tocantins, e compreender a composição geográfica deste estado em duas grandes regiões do país: a Região Norte e a Região Amazônica³ (ARAUJO, 2017). Assim, essas Regiões trazem “[...] suas particularidades, mas que delineiam os caminhos e os descaminhos do Tocantins no âmbito social, cultural, econômico e político, [...]” (ARAUJO, 2017, p. 80), pois no decorrer dos seus 32 anos de existência, “[...] as políticas de desenvolvimento econômico e social conduzidas pelos seus governos priorizaram o agronegócio” (LIMA, 2017, p. 118).

3 A segunda região que o estado do Tocantins compõe, é a região Amazônica, a qual é composta pelos estados do Amapá, Acre, Pará, Roraima, Maranhão, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso. Esta região chama a atenção não só pelas suas belezas naturais, mas pela disputa entre os grandes capitalistas pela exploração das suas riquezas (ARAUJO, 2017, p.80).

A área de extensão do estado é de 278.420,7 km², e tem como limites os estados de Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Piauí e Bahia. O estado possui uma beleza e riqueza de biodiversidade, pois se encontra entre o Cerrado e a Floresta Amazônica (PDI – UFT, 2017, *apud* BRASIL, 2020, p. 7).

O estado do Tocantins possuía em 2010 aproximadamente 1.383.445 habitantes, distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 habitantes por km², tendo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,699, com uma população estimada para 2020 de 1.590.2482017 (IBGE, 2010, *apud* BRASIL, 2020, p.7).

Assim, de acordo com o último resultado do censo do IBGE, de 2010, o Brasil possuía cerca de 16,2 milhões de pessoas que viviam em situação de extrema pobreza, o que corresponde a 8,5% da população. Em relação ao estado do Tocantins esses dados atingem 11,8% da população que vive em extrema pobreza, o que equivale a 163 mil pessoas em relação ao total de 1.383.445 habitantes. Existe uma população estimada de 5.275 indígenas distribuídos em sete grupos, que ocupam uma área de 2.171.028 hectares. Desse total, segundo dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) somente 630.948 hectares foram demarcados (PDI-UFT, 2013, *apud*, BRASIL, 2020, p. 8).

Na região central do estado localiza-se o município de Miracema do Tocantins, considerado de pequeno porte com aproximadamente de acordo com IBGE de 18.248 mil habitantes que foi a primeira capital; que dista 80 Km da capital Palmas, onde está instalada a Reitoria e no município supra citado segue instalado o *Campus* Universitário de Miracema da UFT, que sedia o curso de graduação em Serviço Social (2007) e a Pós-Graduação – Especialização (2017) Mestrado (2019), pública federal nesta área,

de forma recente que será descrito de forma mais condensada no item posterior deste estudo.

A relação da Universidade Pública Federal no Tocantins e a Pós-Graduação em Serviço Social

Após a criação do estado, conforme já mencionado, foi criada a Universidade do Tocantins (UNITINS) pelo Decreto Estadual nº 252/1990, sendo reestruturada pela Lei Estadual nº 326/1991 e, posteriormente, pelas Leis Estaduais nº 872/1996 e nº 874/1996, sendo, portanto, a primeira Universidade Estadual do recém-criado estado e foi estruturada, conforme consta em Brasil (2020, p. 9), no “[...] modelo multicampi de universidade: em 1991, a criação dos Campus de Arraias, Guaraí e Tocantinópolis; em 1992 a criação dos *Campus* de Araguaína, Colinas, Miracema, Paraíso, Palmas, Porto Nacional e Gurupi.”

Posteriormente, em 2000, se deu a criação da UFT, que foi decorrente de um movimento reivindicatório da comunidade para federalizar as estruturas da então Universidade do Tocantins (UNITINS) e manter a sua organização estrutural multicampi.

Isso ocorreu devido ao fato de que na gestão 1999/2000 a UNITINS passou por alterações que culminaram com a suspensão de seu vestibular e a extinção de cursos de graduação. Decorridos seis semestres sem vestibular no Campus de Miracema e na iminência de sua extinção, a comunidade acadêmica e a sociedade civil se organizaram para reivindicar sua incorporação à recém-criada Universidade Federal do Tocantins (UFT). Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003 (PDI – UFT, 2017, p. 19), sendo a terceira universidade pública federal da Região Norte (BRASIL, 2020, p. 9).

A estrutura da UFT manteve-se multicampi, abrangendo municípios de norte a sul do estado, dentre eles a capital

Palmas, Arraias, Gurupi, Porto Nacional, Miracema, Araguaína e Tocantinópolis, cumprindo assim com o proposto de contribuir com o desenvolvimento do estado.

Particularmente, o *Campus* de Miracema que contava apenas com o curso de Licenciatura em Pedagogia, retoma as discussões sobre a criação de mais um curso de graduação, atendendo uma expectativa da comunidade, visando proporcionar maior desenvolvimento para aquela Região e frente ao contexto nacional de expansão do Ensino Superior intensificado nos anos de 2005 e 2006.

Assim, “O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UFT autoriza a criação do curso de Serviço Social mediante Resolução nº 003/2006, de 26 de maio de 2006 e reconhecido pela Portaria MEC nº 487, de 20 de dezembro de 2011” (BRASIL, 2020, p. 10).

Constata-se, a partir dos anos 2000, a expansão do ensino privado e à distância na Região Norte com oferta considerável de vagas para graduação em Serviço Social. No estado do Tocantins o Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP- ULBRA) foi o primeiro de âmbito privado a oferecer o curso presencial a partir de 2000, logo após,

Entre os anos de 2003 e 2004, o governo do estado do Tocantins credencia a UNITINS para a oferta de cursos de graduação e recebe autorização de funcionamento do MEC, mediante Parecer nº 2.145/2004 para cursos de graduação em modalidade à distância pagos, coadunando com a expansão do ensino superior privado. Em 2005, o Conselho Curador daquela Universidade autoriza a oferta de vagas para a graduação em Serviço Social à distância com cobranças de mensalidades, com início das atividades em 2006. Em 2009 ocorre o descredenciamento da UNITINS para oferta de cursos de graduação à distância, pelo MEC, mediante Nota Técnica nº 17/2009/CGS/DRESEAD/SEED/MEC e das recomendações da Procuradoria da República dos Direitos do Cidadão, sob processo PRDC/PRTO nº 02, de

19 de fevereiro de 2009. A partir de agosto de 2010, a UNITINS também passa a ofertar o curso de Serviço Social público, na modalidade presencial, segundo autorização do Conselho Curador sob Resolução nº 003/2010 (BRASIL, 2020, p. 10).

Assim, o estado do Tocantins passa a contar com dois cursos de graduação em Serviço Social públicos e presenciais, além de larga oferta de diversas instituições privadas na modalidade à distância.

A UFT⁴ ao longo dos anos vai tomando ampla proporção e atualmente é a instituição de ensino superior mais importante do Estado, visto contar com 64 cursos de graduação, diversas opções de pós-graduação *lato sensu* com 17 cursos (especializações e MBAs), 39 mestrados (24 acadêmicos e 15 profissionais) e 08 doutorados reconhecidos pela Capes, com 1092 docentes, 862 técnicos-administrativos e mais de 15 mil discentes em graduação e aproximadamente 2 mil discentes em pós-graduação, sendo *lato sensu* 700 alunos e em *stricto sensu* 1190 discentes.

Deste modo a UFT,

Tem por objetivo consolidar-se como instituição voltada para a produção e difusão do conhecimento, à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (PDI-UFT, 2017, p. 19). Segundo o Plano Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFT a missão institucional consiste em “formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do estado do Tocantins e da Amazônia Legal”. Para isso, dentre as metas estabelecidas no PDI tem-se priorizado o apoio à estruturação de novas propostas de mestrado e doutorado, como também centrar esforços em estratégias para ampliação dos conceitos

4 Os dados numéricos referentes a UFT, foram extraídos da página oficial da universidade em dezembro de 2019.

da pós-graduação stricto sensu (PDI-UFT, 2017, p. 226-27). (BRASIL, 2020, p. 11)⁵

Diante do exposto, ratificamos que essa proposta vem reforçar a concepção de Ensino Superior público, laico, gratuito e de qualidade, atendendo a uma demanda reprimida por qualificação de assistentes sociais e profissionais de áreas afins no Estado do Tocantins que se encontram atuando nos mais diferentes espaços sócio ocupacionais.

Após então a criação e consolidação da graduação em Serviço Social, surge a proposta do curso de Mestrado em Serviço Social da UFT, nascendo de um pequeno grupo em 2010, dos quais apenas três doutoras que, sem o número mínimo suficiente de professores (as) titulados para sua implantação, passa a gestar o curso por um período de mais de sete anos.

Desta forma,

A proposta de curso de pós-graduação stricto sensu – Mestrado em Serviço Social (MASS) – surge a partir do corpo docente do curso de Serviço Social da UFT (Campus de Miracema), através dos trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE). Naquela época os trabalhos se direcionaram em concentrar esforços em três (3) direções essenciais: a primeira estava relacionada à titulação dos docentes do curso (com apenas três docentes doutoras na época); a segunda se concentrava na criação e consolidação de grupos de pesquisa e projetos de extensão; e, por fim, a produção docente (BRASIL, 2020, p. 2).

5 Em destaque, a UFT, vem construindo neste ano de 2020, o seu novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o quinquênio de 2021-2025, com uma metodologia específica que revisita a missão, valores e objetivos, bem como a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ), está revendo os objetivos para a pós-graduação na UFT. Nessa mesma perspectiva o planejamento e a auto-avaliação de cada programa de pós-graduação da UFT deverão ser repensados.

Situando o PPGSSocial da UFT, vale destacar que a pós-graduação no Brasil foi estruturada a partir de 1965, e a pós-graduação em Serviço Social foi a partir da década de 1970 com o Mestrado e na década de 1980 o Doutorado.

Ainda sobre a pós-graduação em Serviço Social no Brasil identificamos que dos 36 programas vinculados à área de Serviço Social (A32), 12 estão na Região Sudeste (36,4%), 12 na Região Nordeste (36,4%), 6 na Região Sul (16,6%), 3 na Região Centro-Oeste (9%) e 3 estão na Região Norte (8%) (Capes,2020). Em relação a Região Norte, de acordo com o (PQFD, 2019, p. 10), “Os cursos de pós-graduação stricto sensu em Serviço Social na região norte estão concentrados na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Mestrado - e na Universidade Federal do Pará (UFPA) – Mestrado e Doutorado”, e mais recente da UFT – Mestrado.

Finalmente em 2017, foi submetida a proposta do Mestrado em Serviço Social, que apresentou por objetivos:

GERAL: • Formar e aprimorar profissionais do Serviço Social e de áreas afins para atuarem nas dimensões formativa, investigativa e interventiva com ênfase nas políticas sociais e direitos. ESPECÍFICOS: • Produzir e socializar conhecimentos no âmbito das políticas sociais, diversidade e dos direitos humanos; • Formar mestres para o exercício da docência e investigação, aprofundando o conhecimento na área de concentração do curso, bem como para o enfrentamento de desafios emergentes que demandem a intervenção profissional; • Contribuir com o desenvolvimento da região norte através da qualificação técnico profissional e na formação de pesquisadores, com produção bibliográfica no âmbito das particularidades regionais. (BRASIL, 2020, p.11).

A área de concentração envolve o **Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos**, o programa de mestrado em Serviço Social da UFT concentra em sua Área a produção de conhecimentos voltados para o Serviço Social e seus fundamentos mediante estudos e

pesquisas dos docentes, em uma perspectiva interdisciplinar. As temáticas que envolvem a formação do assistente social, bem como de profissionais de áreas afins, aglutinam reflexões teóricas voltadas para as políticas sociais e os direitos no capitalismo contemporâneo, com ênfase nas relações entre o Estado e as classes sociais no que tange às demandas por direitos no âmbito da execução e gestão das políticas sociais. E duas linhas de pesquisa, sendo uma delas:

Serviço Social e Políticas Sociais: A configuração dessa linha de pesquisa se dá a partir das reflexões teóricas desenvolvidas pelo Serviço Social acerca da política social, especialmente no âmbito da seguridade social, enquanto espaço sócio ocupacional. Reúne conteúdos que contemplam estudos, orientações e pesquisas sobre o Serviço Social, as políticas sociais, mediante as configurações contraditórias do Estado na contemporaneidade, as demandas sociais e os enfrentamentos das desigualdades sociais engendradas no capitalismo. Congrega discussões e estudos sobre os conceitos de políticas sociais, tendências e tipologias de avaliação, bem como, as políticas sociais setoriais, a execução e gestão das políticas sociais no contexto das particularidades nacional e regional (BRASIL, 2020, p. 38-39).

A segunda linha de pesquisa foi definida como:

Serviço Social, diversidade e direitos humanos: Reúne investigações sobre o Serviço Social na contemporaneidade com ênfase na compreensão dos direitos humanos enquanto universo de garantias fundamentais ao ser humano em sua dimensão material e social. Toma por base experiências profissionais que privilegiem o debate e a intervenção profissional no seio das classes sociais e suas intersecções entre gênero, sexualidade, raça/etnia e geracional, as demandas de grupos e comunidades tradicionais e o processo de exploração inerente ao modo de produção capitalista. Finalmente procura compreender a relação entre o processo de violência social que contrapõe a efetivação dos direitos humanos e afirma o neoconservadorismo como fundamento de mitigação da diversidade. Aglutina estudos avançados na articulação do Serviço Social com os direitos

humanos e a diversidade, contemplando aspectos regionais que se expressam no âmbito da vida social (BRASIL, 2020, p. 38-39).

Em vista disso, no ano de 2017⁶ quando do cadastro da proposta, o quadro de docentes do curso de Serviço Social possuía um total de 21 professores (as) sendo 11 doutores (07 em Serviço Social, 02 em Política Social, 01 em Comunicação e Cultura e 01 em Geografia), sendo que 09 foram incorporados à proposta de mestrado inicialmente. Cabe ainda ressaltar que 06 docentes se encontram em processo de doutoramento o que virá ampliar o quadro do curso que atualmente conta com 12 professores (as) doutores (as).

Por conseguinte, em outubro de 2018 a proposta do curso de Mestrado é aprovada pela CAPES e então inicia-se, efetivamente, o processo de implantação do PPGSSocial da UFT, que constitui sua primeira turma com 10 alunos (as) aprovados (as) e inicia as atividades em março de 2019. Em 2020, o programa conta com 12 alunos (as) aprovados (as) para a 2ª turma sendo 09 alunos em 2020.1 e 03 alunos em 2020.2⁷, totalizando entre as duas turmas 22 alunos (as), compondo 10 alunos (as) qualificados (as) para defesa até março de 2020.1, não tendo nenhum titulado. Ainda foram realizados três processos seletivos para alunos (as) especiais, no incentivo e preparo de novos (as) alunos (as) para o processo seletivo regular.

De acordo com documentos de matrícula dos discentes no PPGSSocial da UFT, o perfil acadêmico dos (as) 22 ingressos (as),

6 Vale destacar que em 2020 o curso de graduação da UFT conta com 22 docentes, sendo 14 doutores, 2 mestres e 06 doutorandos, dentre esses 19 assistentes sociais, um cientista político e 02 historiadores (UFT, PQFD, 2020).

7 Em 2020.1 o PPGSSocial não atingiu o número de vagas de 12 alunos selecionados, as quais foram preenchidas em 2020.2.

21 são assistentes sociais e 01 aluna de área afim (Ciências Sociais), tendo 03 do sexo masculino e 19 do sexo feminino, sendo a maioria mulheres, caracterizando majoritariamente o perfil da profissão. Do total, 18 estão inseridos (as) em instituições públicas, e 15 destes (as) com vínculo empregatício na área, com apenas dois de vínculo contratual temporário e os demais concursados num total de 13, ainda temos três concursados a nível médio.

A inserção de nível superior e médio no estado ainda prevalece em serviço público e por meio de concurso. Apenas 03 ingressas estão sem vínculo empregatício, e destas 01 bolsista CAPES que contemplou o perfil exigido. Do total de alunos (as), apenas 06 residem em Miracema e os demais estão distribuídos no estado do Tocantins (Miranorte, Guaraí, Palmas, Paraíso e Gurupi) e no estado do Maranhão (Imperatriz).

Quanto aos egressos da graduação em Serviço Social da UFT temos 09, o que corresponde a 40,90%, e de cursos privados EaD apenas 02, com 9,09%, o que demonstra um perfil diversificado, sendo a maioria com 95,45% de formação em Serviço Social e 81,81% inseridos em instituições públicas e somente 18,18% com cargos de nível médio, e com 9,09% em contrato temporário. Apresenta-se com 13,63% de estudantes desempregadas, sendo um pequeno índice de desemprego, e destes apenas 4,54% com bolsa de estudo o que contraria os índices e dados nacionais.

Para um estado novo, com apenas 32 anos de constituição, localizado na Região Norte do país é significativa e notória a relevância da implantação do PPGSSocial da UFT, para toda comunidade e principalmente para o campus que abriga o curso, visto estar localizado numa região do interior que dista cerca de 80 km da capital Palmas. Portanto, é possível afirmar que mais uma vez a universidade pública cumpre seu papel no empenho em ofertar a formação continuada e conseqüentemente uma

qualificação diferenciada para os (as) profissionais, os (as) quais são oriundos também de estados vizinhos. No entanto,

[...] a proposta de mestrado em Serviço Social busca o aprimoramento profissional e o aprofundamento em elementos da teoria social crítica, frente à realidade social, visando à sistematização da prática e a produção do conhecimento no contexto regional. Assim sendo, coadunam-se com a formação de docentes, pesquisadores e a investigação em Serviço Social, tendo como eixo articulador a questão social e os direitos sociais (BRASIL, 2020, p. 6).

Assim sendo, coadunam-se com a formação de docentes, pesquisadores e a investigação em Serviço Social, tendo como eixo articulador a “questão social” e os direitos sociais, bem como, ao fortalecimento da pós-graduação em Serviço Social e maior articulação com as Escolas de Serviço Social da Região Norte, estratégia fundamental no sentido de avançar nos estudos que contemplem a particularidade das expressões da “questão social”.

Portanto, diante deste 1º Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do estado do Tocantins e o 3º da Região Norte, sendo um dos mais novos programas da área de Serviço Social da CAPES, sem dúvida, tem desafios e perspectivas à serem enfrentados para a efetivação da direção social e política crítica construída historicamente pela categoria na ruptura do conservadorismo com o marco do Movimento de Reconceituação Latino-Americano na década de 1970 e no Congresso da Virada em 1979, sendo consolidado no Projeto Ético Político na década de 1990, mais especificamente em 1993 mediante o Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão, bem como das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Desafios e Perspectivas do PPGSSocial da UFT diante do projeto ético-político de Serviço Social

O Serviço Social brasileiro com um marco importante de construção histórica do projeto ético-político na década de 1990 traz em seu bojo os instrumentos legais e políticos que direcionam a perspectiva crítica social e política da profissão, através do protagonismo do conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO. Os princípios fundamentais do Código de Ética do (a) Assistente Social de 1993, traduzem em sua essência um compromisso com os valores de liberdade, emancipação, democracia, efetivação de direitos, consolidação da cidadania, equidade e justiça social, bem como eliminação de todas as formas de preconceito, discriminação, além do pluralismo e articulação com outros movimentos e da luta geral dos trabalhadores e o compromisso com a qualidade dos serviços sociais e com o aprimoramento intelectual constante, dentre outros. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 pautadas nos documentos supracitados, “[...] adotam um explícito ponto de vista de classe, na análise da sociedade e da função social da profissão” (ABRAMIDES, 2019, p. 60).

O Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e as Diretrizes Curriculares de 1996 constituem os instrumentos legais do PEP que alicerçam a formação e o exercício profissional. Novos e instigantes desafios eclodem nas diferentes conjunturas no país, e os profissionais, sujeitos deste processo, têm a responsabilidade intelectual, teórica, política e ética de enfrentá-los na direção do projeto profissional de ruptura como processo em permanente movimento (ABRAMIDES, 2019, p. 56, destaques da autora).

Em destaque compreendemos que a profissão,

[...] volta-se para a análise da questão social e de suas manifestações mais contundentes, no marco das relações entre o Estado e a sociedade, tal como se expressam na vida cotidiana de distintos segmentos das classes subalternas, em suas relações com o bloco no poder e com as iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos sociais. (CARVALHO; STAMPA; SANTANA, 2020, p. 423).

Assim, como área do conhecimento tem seu alcance em meados dos anos 1970 quando surge e se estrutura a pós-graduação no Brasil. Acompanhando o legado histórico da profissão com o processo de ruptura com o conservadorismo e a aproximação da teoria marxista, a profissão tem buscado se apropriar dos debates no âmbito das Ciências Sociais e produzir conhecimento que possibilitam o desvelamento acerca da complexidade da realidade social e relações sociais, assim como “[...] obteve o respeito de seus pares no âmbito interdisciplinar e alcançou visibilidade na interlocução com as ciências humanas[...]” (YAZBEK, 2008, p. 20).

Com a consolidação dos Programas de Pós-Graduação há o avanço na produção de pesquisas por meio dos cursos de mestrado e doutorado, assim como na estruturação de Grupos e Redes de Pesquisa das Instituições de Ensino Superior, bem como colabora na educação permanente e construção de perfis profissionais críticos, investigativos.

Nessa perspectiva, o curso de mestrado do PPGSSocial da UFT possui direção social e política em consonância com o Projeto Ético Político da profissão e apoia-se no desenvolvimento das competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, reconhecendo que a intervenção profissional está voltada para os processos sociais e demandas emergentes, além de demonstrar capacidade de análise de conjuntura institucional

e de correlações de forças presentes na contemporaneidade numa perspectiva de totalidade social (YAZBEK *et al.*, 2008).

Além disso, compartilha-se da defesa do pluralismo enquanto terreno de debate de ideias, de construção do conhecimento, de afirmação do projeto ético-político e de respeito à hegemonia conquistada (BRASIL, 2020).

Mesmo com os avanços obtidos pelo Serviço Social no âmbito da pós-graduação não se pode perder de vista o contexto da crise estrutural capitalista na conjuntura atual que requer a apreensão crítica das alterações impostas ao mundo do trabalho, na esfera do Estado, das políticas sociais e dos direitos, além dos posicionamentos políticos que segmentos da profissão imprimem aos projetos profissional e societário.

No Brasil a Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES) acompanha os programas de pós-graduação *stricto sensu* através de uma avaliação.

No âmbito da Capes, a avaliação da pós-graduação foi implantada em 1976 (Castro, 2006; Capes, 2020a). De 1976 a 1997, tinha periodicidade anual, sendo os cursos de mestrado e de doutorado avaliados separadamente, em uma escala de cinco conceitos (de A a E, considerando-se A o conceito mais alto). A Capes deu início à avaliação trienal, no período 1998-2000, com os seguintes quesitos de avaliação: Proposta do programa; Corpo docente; Atividade de pesquisa; Atividade de formação; Corpo discente; Teses e dissertações e Produção intelectual (Capes, 2001). A partir de 2013, a avaliação tornou-se quadrienal (CARVALHO; STAMPA; SANTANA, 2020, p. 417).

Dessa forma, desde sua criação a avaliação sofreu várias modificações⁸, e atualmente

[...] a ficha de avaliação para o quadriênio 2017-20, [...] foi redimensionada de cinco para apenas três quesitos: (1) Programa, (2) Formação e (3) Impacto na sociedade, sendo que a inserção social está incluída nesse último quesito, devendo ser valorizada [...] (CARVALHO; STAMPA; SANTANA, 2020, p. 420).

As autoras supracitadas, representantes – coordenadora e coordenadoras adjuntas, - na atual gestão da Área de Serviço Social na CAPES, enfatizam a importância desse quesito da avaliação que envolve a inserção social do programa.

Nossa posição sugere que a inserção social deve qualificar a relevância econômica, ético-política, social e cultural da pós-graduação em formar recursos humanos e produzir conhecimentos para responder aos problemas do país. Isso requer que o processo de planejamento e autoavaliação das instituições de ensino de pós-graduação estejam bem articulados às necessidades da sociedade, isto é, articulados à realidade local, regional e nacional (CARVALHO; STAMPA; SANTANA, 2020, p. 421).

Devido ao PPGSSocial ter iniciado suas atividades recentemente, em 2019, neste ano de 2020 as atividades de

8 Segundo as autoras Carvalho; Stampa; Santana (2020, p. 417) “[...] as mudanças de aperfeiçoamento do sistema avaliativo, incluiu-se, na Trienal de 2004-06 (realizada em 2007), o item *inserção social* na nova ficha de avaliação, que passou, assim, a ter cinco quesitos: (1) *Proposta do programa*; (2) *Corpo docente*; (3) *Corpo discente, Teses e dissertações*; (4) *Produção intelectual* e (5) *Inserção social*”.

planejamento e auto-avaliação tem seguido as orientações de Área de Serviço Social da CAPES, bem como as diretrizes da UFT⁹.

Por isso, entende-se que os desafios e perspectivas do PPGSSocial da UFT perpassam pelas orientações da política educacional brasileira para os programas de pós-graduação.

Nesse sentido, o Colegiado do Curso de mestrado criou uma comissão composta por docentes, discente e técnico-administrativo para planejar as ações do PPGSSocial de acordo com os critérios de planejamento, auto-avaliação e internacionalização.

As atividades dizem respeito ao fortalecimento de atividades de internacionalização - convênios para composição de atividades e oferecimento de curso de espanhol ou inglês para os/as acadêmicos/as do MASS em parceria com o Centro de Idiomas; levantamento dos convênios Internacionais da UFT e filtrar aqueles que tem o Serviço Social; estudo dos documentos do CFESS e ABEPSS quanto a questão da internacionalização; levantamento das IES da América Latina; produção científica através de publicação de livros e artigos científicos em revistas com avaliação QUALIS em melhores níveis; publicações conjuntas: com os docentes e orientandos e com outros programas da região Norte e do Brasil; com programas do exterior (Portugal, França e Angola).

Em relação a eventos, destacamos a realização em conjunto com os grupos de estudo e pesquisa do programa com o tema: “Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos”, na perspectiva de articular com a área de concentração do programa.

9 Uma preocupação que o PPGSSocial tem demonstrado é quanto as “áreas prioritárias” focadas pela CAPES no governo Bolsonaro e a sinalização a respeito pela UFT, o que contrapõe com o crescimento e desenvolvimento de áreas consideradas “periféricas” nesta concepção das Ciências Sociais Aplicadas, na qual o Serviço Social e outras áreas que se preocupam com as políticas públicas e sociais, ética e direitos humanos, movimentos sociais e classe trabalhadora, relações de exploração/opressão de classe, raça/etnia e sexualidades, dentre outros.

No âmbito da articulação da Graduação e Pós- Graduação em Serviço Social da UFT (Ensino-Pesquisa e Extensão) destaca-se a organização de eventos; Palestra CEP – Comitê de Ética em Pesquisa; palestra sobre Produção de Conhecimento; Oficinas para Publicações, Seminários Temáticos – Disciplinas Optativas; laboratórios vivenciais, palestras e visitas técnicas; articulação de pesquisa por meio de inserção dos alunos de graduação e pós-graduação nos grupos de pesquisa; inserção dos alunos de graduação e pós-graduação nos programas e projetos de extensão; Organização de eventos em Parceria com as IES do estado do Tocantins, CRESS, ABEPSS e ENESSO, outros PPGs do país e do exterior (BRASIL, 2020).

Importante destacar que o fortalecimento da pesquisa científica se faz presente no PPGSSocial com a consolidação dos Grupos de Estudos e Pesquisa cadastrados no CNPQ e liderados por docentes por meio de participação de discentes de graduação e pós-graduação, sendo eles: Grupo de Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional; Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos; Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Social, Intersetorialidade e Interdisciplinaridade (GEPsi); Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética e Área Sociojurídica (GEPE-ASJ); Núcleo de Pesquisas e estudos nas prisões; Grupo de Estudos e Pesquisas em Proteção Social e Famílias (GEPSSFAM); Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Práxis e Questão Social. Vale mencionar ainda que há diversas pesquisas em andamento sob a coordenação dos professores do programa e participação de estudantes de graduação e pós-graduação.

Além disso, as atividades de extensão também têm sido efetivadas no PPGSSocial da UFT com participação dos docentes e discentes por meio dos projetos que podem ser visualizados no quadro 1:

Quadro 1 – Projetos de Extensão do PPGSSocial

Nome do Projeto de Extensão	Descrição
1- Internato Integrado em Saúde (IRIS)	Desenvolvido por cursos de graduação (Medicina, Nutrição, Enfermagem, Serviço Social, Psicologia, Educação Física e Teatro) e Pós-Graduação (Serviço Social) da UFT nos Municípios da região central do estado do Tocantins de Miracema/TO, Tocantínia/TO, Lajeado/TO, Miranorte/TO e Rio dos Bois/TO
2- Grêmios estudantis: organização e participação política e iniciação científica (GEST)	Encontros mensais com representantes dos grêmios estudantis de 08 escolas estaduais e municipais de 05 municípios - Miracema, Tocantínia, Lajeado, Miranorte e Rio dos Bois
3- Projeto de Extensão sobre Famílias (PEXFAM)	“A ordem das árvores não altera o passarinho” – refletindo o agir dos(as) profissionais da Política de Assistência Social na rede intermunicipal entre Miracema do Tocantins, Lajeado, Tocantínia e Miranorte
4- Projeto de Assessoria em Serviço social aos Movimentos Sociais – PIBEX	Tem por finalidade realizar atividades nos assentamentos Paulo Freire I e II localizado no município de Rio dos Bois/TO
5- Projeto de Extensão: Grupo de Estudos em Criminologia Crítica e América Latina	O objetivo do Grupo é o estudo do controle social exercido pelas forças jurídicas e pelo sistema penal a partir da trajetória latino-americana no processo histórico de constituição da região e como elemento de manutenção de poder colonial; com ênfase na política de guerra as drogas
6- Afirmação de Identidades e Permanência de Estudantes indígenas e quilombolas na Universidade	Visa implantar um programa composto de ações interdisciplinares, cujo objetivo é o de promover um espaço de interlocuções entre estudantes indígenas e quilombolas do Câmpus de Miracema (UFT)
7- Grupo de Estudos sobre Formação e Exercício Profissional	O objetivo propiciar o estudo teórico-prático sobre a formação e exercício profissional em Serviço Social frente a conjuntura atual com base no Projeto Ético Político do Serviço Social

Fonte: Elaboração própria, 2020

Nessa dimensão reitera-se que o mestrado em Serviço Social tem a finalidade de formar e aprimorar profissionais do Serviço Social e de áreas afins para atuarem nas dimensões formativa, investigativa e interventiva com ênfase nas políticas sociais e direitos, assim como para atuar na docência do ensino superior, em instituições públicas e privadas, produzindo reflexões e intervenções qualificadas no âmbito das políticas sociais, da diversidade e dos direitos, com foco na realidade brasileira e nas particularidades regionais em uma perspectiva interdisciplinar, buscando propiciar a educação permanente atrelada ao projeto ético-político.

Vale mencionar que se vivenciam momentos atípicos ocasionados pelo novo coronavírus, causador da COVID 19 em nível mundial, ainda sem vacina à disposição da população, tendo em vista que a saída para a prevenção e o controle da doença é o isolamento social. No Brasil, a sociedade tem presenciado o negacionismo da doença sendo incentivado pelo governo federal, ocasionando uma crise sanitária que atinge diretamente a população mais pobre.

Perante essa realidade, diversos setores, inclusive o educacional teve que se “adequar” para dar continuidade às atividades, tanto de ensino, pesquisa e extensão. Uma das maiores preocupações nesse processo no âmbito do Serviço Social tanto na graduação quanto na pós-graduação diz respeito ao acesso dos estudantes aos serviços educacionais que recaiu principalmente às aulas, na modalidade de Ensino Remoto Emergencial.

Ancorados nas discussões e orientações da ABEPSS, a princípio, o curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social da UFT suspenderam as atividades presenciais e resistiu por algum tempo à modalidade do ensino remoto emergencial, sendo impelido e pressionado recentemente ao retorno das aulas

pelo governo federal com fortes ameaças de cortes de verbas que recairia principalmente na condição de permanência estudantil na universidade.

Nesse sentido, presenciam-se atualmente inúmeros desafios para a manutenção da qualidade no processo de ensino-aprendizagem, haja vista que as aulas na graduação e pós-graduação estão acontecendo na modalidade do ensino remoto emergencial. Tais desafios perpassam pelo diálogo, participação constante dos estudantes nas aulas; acúmulo de horas na frente do computador, bem como de trabalho por parte do docente porque precisa planejar essas aulas muitas vezes de forma “atrativa” e dinâmica como estímulo para os estudantes; apreensão dos conteúdos pelos discentes; novas exigências de aprendizado para acesso das ferramentas digitais, dentre outros.

Destaca-se que os desafios postos aos programas de pós-graduação vêm gradativamente sofrendo ataques e ameaças, assim como a universidade pública e no governo de Jair Bolsonaro fica ainda mais evidente:

[...] agrava-se o ataque ao ensino superior, em particular às áreas de ciências humanas e sociais, cortes de bolsas e financiamentos de pesquisa, tentativas de intervenções nas universidades públicas, tentativa de retirada das cotas para negros e indígenas. Esse quadro encontra rebatimentos no Serviço Social, com graves ameaças de extinção de programas (WANDERLEY, *et al*, 2020, p. 407).

Entende-se que vivemos um momento peculiar de extremos desafios. O redimensionamento dessa conjuntura impactará violentamente o âmbito da formação, do ensino e do trabalho profissional, como já vem impactando a nossa vida de modo geral.

Diante do exposto, e deste quadro societário repletos de desafios e enfrentamentos necessários, ainda podemos afirmar que

as produções científicas do Serviço Social demarcam relevância e avanços. Assim, as

[...] produções científicas (bibliográficas e técnicas) possuem relevância e impacto sobre os processos formativos, a divulgação do conhecimento, a formulação, execução e avaliação de políticas públicas e a organização de serviços sociais, contribuindo, ainda, para a formulação de legislações de políticas e serviços. Ademais, a produção intelectual da área do Serviço Social vem contribuindo não só para o conhecimento crítico das diversas expressões da questão social e das desigualdades sociais, nos âmbitos local, regional, nacional e internacional, em especial na América Latina, mas também para a proposição de respostas ao seu enfrentamento (CARVALHO; STAMPA; SANTANA, 2020, p. 424).

Mesmo diante deste cenário desafiador enfatiza-se que as perspectivas do curso de mestrado do PPGSSocial da UFT resvalam na luta e resistência para efetivar, consolidar, o programa de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Serviço Social – Mestrado Acadêmico; viabilizar a articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão envolvendo a Pós-Graduação e Graduação em Serviço Social; fortalecer o processo de formação e o exercício profissional em Serviço Social no estado do Tocantins com ética, compromisso com a Educação Permanente e a construção do conhecimento no âmbito do Serviço Social e sobre a realidade brasileira balizado pelo projeto ético-político profissional.

Aproximações reflexivas

A implantação do PPGSSocial da UFT, foi um processo de luta e conquistas, respeitando a sua condição histórica na região norte do país, na UFT, diante de um estado jovem, uma universidade pública federal nova e um curso de graduação implantado há mais de uma década, na perspectiva de formar profissionais mais capacitados para a docência e atuação de qualidade junto

as políticas do estado e da região com efetiva adesão ao projeto profissional.

Na atual conjuntura muitos desafios e perspectivas se destacam a esse Programa, sendo sumariamente: construir e efetivar propostas condizentes aos processos avaliativos da Capes, criar formas de planejamento estratégico conforme as diretrizes para os Programas de Pós-Graduação da UFT, ampliar e publicizar as produções acadêmicas em revistas e periódicos reconhecidos da área; desenvolver atividades de ensino, pesquisa, extensão remotamente sem perder a qualidade no processo de ensino-aprendizagem, dentre outros.

Evidencia-se que não se perde de vista a lógica imbuída na política educacional brasileira das últimas décadas, entende-se que os documentos para a pós-graduação num contexto de crise do capital, processos de contrarreforma da educação brasileira estão fundamentados numa gestão empresarial orientada às exigências da produção econômica e buscam a ampliação da formação de profissionais com o objetivo de produzir pesquisas que respondam prioritariamente às demandas do setor produtivo industrial e do setor privado, facultando ao máximo a flexibilização dos cursos para acompanhar a produção de conhecimentos também na área social.

Dessa maneira, considerando o caminho trilhado historicamente pela profissão de Serviço Social no âmbito da pós-graduação e na sociedade brasileira, pode-se afirmar que mesmo em tempos de barbárie, neoconservadorismo, retrocessos de direitos, formação profissional mercantilizada, o mestrado em Serviço Social da UFT mantém seu compromisso na formação do perfil profissional crítico, com competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para desvelar as contradições da realidade social, tanto no âmbito da pesquisa como no exercício profissional; assim como por meio de suas diretrizes balizadas pelo projeto ético-político profissional.

A pós-graduação se coloca no estado fazendo enfrentamento das expressões econômicas, sociais, étnico-raciais e gênero, permitindo a ampliação e aprofundamento dos debates sobre as lutas e reivindicações das classes subalternas, das minorias sociais e o enfrentamento às condições de exploração e opressão diversas. Há que se apontar para o compromisso com a formação de pesquisadores em Serviço Social e áreas afins, tendo em vista a particularidade da sociedade brasileira diante das expressões e manifestações da “questão social”.

Referências

ABRAMIDES, M. B. C. **O projeto ético-Político do Serviço Social brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

ARAUJO, G. F. da s. **A intersetorialidade nas políticas públicas (saúde, assistência social e educação) como estratégia de enfrentamento da pobreza na região do Jalapão no Estado do Tocantins**, 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)**. Plataforma Sucupira. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.es.jsf?areaAvaliacao=32&areaConhecimento=61000000>. Acesso em: 18 de novembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Plataforma Sucupira. **Relatório de dados enviados do coleta: ano base 2019**. [Brasília]:

CAPES, 2020. Disponível em: endereço eletrônico. Acesso em: 05 de novembro de 2020.

CARVALHO, D. B. B. de; STAMPA, I.; SANTANA, J. V. Inserção social nos Programas de Pós-graduação na área de Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, n. 139. São Paulo: Cortez, 2020, p. 415-426.

LIMA, L. G. B. **Os Akwê-Xerente no Tocantins território indígena e as questões socioambientais**, 2017.286 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

TOCANTINS (Estado). Assembleia Legislativa do estado do Tocantins. **Lei estadual nº 94**, de 17 de novembro de 1989, tendo o texto alterado pela lei nº159/1990. Palmas (TO): Assembleia legislativa, 1994. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_do_Tocantins#Hist%C3%B3ria. Acesso em: 17.11.2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Qualificação e Formação Docente** (PQFD). Miracema do Tocantins, 2019.

YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (Orgs.) **Serviço Social na História: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

YAZBEK, M. C.; MARTINELLI, M. L.; RAICHELLIS, R. O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão em defesa dos direitos. **Serv. Soc. Soc.**, n. 95. São Paulo: Cortez, 2008, p. 5-32.

WANDERLEY, M. B. *et al.* Desafios postos aos Programas de Pós-graduação em Serviço Social no contexto de desmonte do ensino superior. **Serv. Soc. Soc.**, n. 139. São Paulo: Cortez, 2020, p. 407-414.

A QUESTÃO DA PESQUISA NA FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA EM SERVIÇO SOCIAL NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

*Patrício Azevedo Ribeiro
Andréa Ferreira Lima da Silva
Olga Myrla Tabaranã Silva*

Introdução

As duas primeiras décadas do século XXI tem revelado que a pesquisa vem assumindo cada vez mais centralidade no interior do Serviço Social, e isso decorre de duas explicações centrais. A primeira é o fato de a profissão ter avançado em algumas questões, a saber: na aproximação com a teoria social marxiana, na apreensão de que a pesquisa é indispensável para o Serviço Social manter seu estatuto efetivamente universitário, na explicitação de que todo/a Assistente Social precisa desenvolver uma atitude investigativa, no desvelamento de que esta é uma ferramenta com possibilidades de ultrapassar a aparência fenomênica e ir à busca da realidade

efetiva, enfim, no reconhecimento do lugar da profissão na área das ciências sociais, pautada por um conjunto de documentos, produções e reflexões que configuram seu Projeto Ético Político (NETTO, 2009; GUERRA, 2009).

Apesardesses avanços, a segunda explicação, contrariamente, sobretudo nos últimos quatro anos, é de que a política ultraneoliberal, adotada pelos atuais governos tem intervindo no sentido de desmonte da pesquisa na área das ciências humanas e sociais, notando-se tal fato nos cortes de bolsas de estudo e de recursos financeiros para projetos, nos discursos dos gestores de cargos no âmbito do Ministério da Educação e das Agências de Fomento, e em outros casos. Tal realidade tem sido publicizada cotidianamente por meio da mídia digital, das produções das entidades representativas, dos textos de muitos intelectuais; além das pautas presentes na atuação dos movimentos sociais.

Por isso, o presente tema merece reflexão crítica e minuciosa, resguardada as singularidades e particularidades de cada Região, mas sem esquecer a conexão com a totalidade do Brasil. Nesse sentido, o artigo em tela concentra o debate na Região Norte¹, considerando a realidade dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) vinculados à área de Serviço Social no Sistema Nacional de Pós-Graduação.

O Documento de Área da Capes (2019) indica a existência de 20 cursos de doutorado e 36 de mestrado na área de Serviço Social, todos acadêmicos, o equivalente a 36 PPGs. Desse

1 A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) divide o estado brasileiro em 06 regiões, tendo em vista seu processo estratégico de atuação no âmbito da graduação e da pós-graduação, quais sejam: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Leste, Sul I e Sul II. Assim, especialmente neste trabalho adotamos a divisão da Região Norte a partir da ABEPSS, logo, contempla 08 estados da Amazônia brasileira, a saber: Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Pará, Piauí, Roraima, Rondônia e Tocantins; e mais o estado do Piauí.

total, 05 (cinco) PPGs estão situados na Amazônia brasileira, correspondente à Região Norte na divisão da ABEPSS, nos seguintes estados e categorização: Amazonas (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia), Maranhão (Mestrado e Doutorado em Políticas Públicas), Pará (Mestrado e Doutorado em Serviço Social), Piauí e Tocantins (ambos os estados possuem Mestrado e Doutorado em Políticas Públicas).

Esse quantitativo de PPGs, no Brasil e na Amazônia, contribui para o seguinte questionamento: qual o lugar da pesquisa na pós-graduação em Serviço Social, em especial na Região Norte? Possivelmente, aqui, a célebre frase de Marx (2008, p. 1080) contribui para responder o aludido: “toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas”. Do ponto de vista da profissão, essa citação reforça a pesquisa como mediação que ultrapassa a aparência chegando à essência de problemas que amealham a região amazônica. Não por acaso, considera-se a pesquisa como base da dimensão investigativa do/da Assistente Social, tanto no meio acadêmico quanto nos distintos espaços sócio-ocupacionais.

Desse modo e, considerando a dimensão continental que é a Amazônia em seus aspectos culturais, étnicos, territoriais, ambientais e geográficos, a pesquisa tem um lugar singular na pós-graduação em Serviço Social, pois ela “[...] é constitutiva e constituinte da prática profissional do Serviço Social, sendo determinada pela sua natureza interventiva e pela inserção histórica na divisão sociotécnica do trabalho” (BOURGUIGNON, 2005, p. 49).

No limite, é possível afirmar que a Amazônia e sua diversidade de povos ribeirinhos, quilombolas, indígenas, extrativistas, coletores e outros, têm sido os informantes mais recorrentes das oportunidades de se fazer pesquisa (FREITAS, 2009), ao mesmo

tempo, estes povos são os grupos mais atingidos pelas formas arbitrárias do desenvolvimento capitalista na Região. Portanto, a pesquisa, como ferramenta reveladora do real, também assume no contexto amazônico uma posição de enfrontamento às expressões da questão social as quais se acirram com a acumulação do capital, seja no meio rural ou urbano.

Diante disso, o presente artigo objetiva refletir sobre a questão da pesquisa na formação pós-graduada em Serviço Social na Região Norte, considerando a divisão da ABEPSS. Trata-se de uma breve incursão pela pesquisa social na Amazônia, haja vista as limitações em refletir sobre o tema.

Metodologicamente, pautou-se na revisão bibliográfica, acerca dos fundamentos da pesquisa; e no levantamento documental (período de 1993 a 2019) sobre a organização, o funcionamento, e as dissertações e teses apresentadas aos 05 (cinco) PPGs² da área de Serviço Social. Para mediar a apresentação dos resultados utilizamos o recurso da literatura realista de um dos maiores escritores amazônidas, por entendermos que, conforme Lukács (2015), assim como a pesquisa social, a criação artística, que busca aproximação realista à realidade³, implica em uma ruptura com a fetichização e com a mistificação.

2 O levantamento documental foi realizado no Catálogo de Teses e Dissertações disponíveis no Portal de Periódicos da Capes, bem como, nos sites dos próprios PPGs.

3 Reconhecemos a diferença entre as duas formas de apropriação da realidade; assim, não se trata da comparação de concepção de mundo cientificamente adotada – uma vez que não a encontramos na arte –, mas enfatizamos a partir de Lukács (2015, p. 124) que “o realismo espontâneo de cada escritor destrói continuamente esta visão do mundo [da decadência ideológica], já que ela entra em contradição com a realidade”. A captação poética de Jurandir além de revelar o cotidiano de muitos pós-graduandos da Amazônia, também nos faz reafirmar a importância do conhecimento científico na Região já que, na vida acadêmica a pesquisa é a ferramenta que possibilita captar a essência das coisas reais presentes na Amazônia.

A questão da pesquisa na Pós-Graduação em Serviço Social

Nos campos alagados da ilha do Marajó, no Pará, pelos idos de 1920 a 1930, Alfredo, um menino de 10 anos, filho de mãe negra e pai branco, andava nas mãos com seu fantástico carocinho de tucumã, que lhe permitia viver os melhores sonhos. Este amuleto ou “varinha mágica” era um instrumento de fuga da realidade que tinha o poder de modificar o estado real das coisas e transportar Alfredo para o mundo em que desejava viver. Em certa ocasião, o carocinho permitiu que o menino enxergasse sua mãe branca, rica e casada legalmente. Em verdade, sua mãe era negra, pobre e vivia em regime de concubinato com o Major intendente de Cachoeira do Arari, seu pai.

Para Alfredo, a realidade vivenciada na ilha do Marajó somente poderia mudar se fosse estudar na capital do estado para “ser alguém na vida”. Seu maior sonho era mudar para Belém e idealizava a cidade a partir das histórias contadas e dos catálogos do Major, ou seja, por meio do carocinho iludia-se, mas continuava vivendo a realidade rural da Amazônia. Contudo, quando este amuleto por algum ato falho se perdia, o menino descrevia como uma “volta às feridas” (JURANDIR, 1997), o retorno à realidade.

A história de Alfredo é contada na obra prima da literatura paraense “Chove nos campos de Cachoeira”⁴ pelo escritor comunista paraense Dalcídio Jurandir⁵, que apesar de ser reconhecido nacionalmente pelos seus romances premiados, recusava o título de romancista da Amazônia e preferia a denominação de escritor marajoara: “o pequenino dom eu

4 “Chove nos campos do Marajó” é a primeira obra de um conjunto de 10 romances denominados por Dalcídio Jurandir de Ciclo do Extremo Norte.

5 Uma grande parte da história de Dalcídio Jurandir encontra-se no site: <https://www.dalcidiojurandir.com.br/>

recebo como um privilégio, uma responsabilidade assumida, para servir aos meus irmãos de igapó e barranca”⁶. O autor retratava uma sociedade marcada pela exclusão, desigualdade, racismo, exploração, opressão e patriarcalismo na Amazônia do século XX, no pós-declínio do ciclo econômico da borracha.

Se na ficção a perda do carocinho de tucumã levava o menino a voltar-se para a própria realidade na terra em que vivia, na vida real o instrumento que possibilita uma “volta às feridas”, às nossas “feridas” singulares e universais da e na Amazônia, e as apreendem pelo pensamento de forma diferente da arte literária de Jurandir (1997), é a pesquisa social, construção do conhecimento a partir da história e da razão dialética. Aqui, vemos uma das possibilidades de explicar o lugar da pesquisa no contexto da Amazônia brasileira, pois, como ferramenta reveladora do real, oportuniza construir conhecimentos acerca das complexidades presentes na Região, ao mesmo tempo, servir como instrumento de enfrentamento às investidas do Estado capitalista que, no limite, ameaça a existência humana, sobretudo de povos indígenas e comunidades tradicionais na Região.

Para Minayo (2009, p. 16) a pesquisa é “a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo”. Ou seja, não se pode pensar o desenvolvimento da ciência descolada da pesquisa, visto que esta é chave para compreensão das complexidades reais no mundo.

No contexto das ciências sociais visualizam-se três vertentes de análise de pesquisa: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. Especialmente, o Serviço Social ao longo de sua trajetória entre as décadas de 1960 a 1980, no âmbito da graduação e pós-graduação, esteve orientado pelas duas primeiras

6 Entrevista concedida à Eneida de Moraes, em 1996.

vertentes, contudo, dos meados de 1980 ao limiar de 1990, a profissão deu um “salto ontológico” (SANTOS, 2007) na medida em que começou aproximações com a teoria social de Marx na perspectiva revolucionária.

Tal fato culminou com o surgimento da pós-graduação no Serviço Social. De acordo com Kameyama (1998), em 1972, foram criados os primeiros cursos de pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e do Rio de Janeiro (PUC-RJ). No limite, a criação dos cursos constituiu-se “em espaços privilegiados para a produção de conhecimento e suas atividades estão intrinsecamente ligadas à produção e reprodução da comunidade científica e técnica” (KAMEYAMA, 1998, p. 3).

Nos anos 1980 identificam-se avanços, pois ocorreu o reconhecimento dos cursos pelos órgãos de fomento à pesquisa, especificamente em 1985 com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (KAMEYAMA, 1998; SPOSATI, 2007). Sobre isso, Bourguignon (2007, p. 46) afirma que: “os anos 80 marcaram uma etapa de amadurecimento da produção teórica profissional, sendo a Universidade a grande protagonista deste processo”.

Um avanço central no âmbito da pós-graduação vai ocorrer na década de 1990, pois, com a apropriação da teoria social marxiana, os objetos de estudo e pesquisas passaram a vislumbrar o sujeito na sua totalidade, saindo da aparência fenomênica indo à busca da essência. Nesse sentido, Netto (2009, p. 30) argumenta que o processo de “inserção do pensamento de Marx contribuiu decisivamente para oxigenar o Serviço Social brasileiro e, desde então e apesar tudo, constituiu-se nele uma nova geração de pesquisadores que se vale competentemente das concepções teórico-metodológicas de Marx”.

A referida década é também central para o desenvolvimento da profissão, pois é o período de aprovação do atual Código de Ética e da Lei de Regulamentação, ambos de 1993; das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), de 1996; além do fortalecimento do conjunto CFESS/CRESS e da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Sob a premissa da teoria marxiana, entende-se que no Serviço Social a opção por um referencial dialético crítico abrange o reconhecimento de que “[...] o conhecimento contemplativo não é suficiente para esse paradigma [...] é na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento” (MARX; ENGELS *apud* PRATES, 2016, p. 106).

Assim, compreendemos a “[...] pesquisa intrinsecamente relacionada e direcionada para a realidade social e para as ações concretas com vistas à sua transformação. A superação dos estudos contemplativos por investigações compromissadas com os temas e sujeitos envolvidos no estudo” (PRATES, 2016, p. 108). Para alcançar os objetivos de uma pesquisa crítica e condizente com a realidade, se faz necessário explicitar o que se quer conhecer, dar visibilidade, quais estratégias teóricas e políticas se imprimem neste interesse de pesquisa. Também, destaca-se como fundamental a coerência, consistência, originalidade e objetivação (PRATES, 2016) dos procedimentos, métodos e resultados executados na pesquisa.

Vale dizer que, no Serviço Social a pesquisa também faz parte do cotidiano de trabalho em sua dimensão investigativa, logo, a leitura fundamentada na realidade embasa as intervenções e objetivos da atuação profissional. Isto é, a “[...] apropriação acerca da realidade sobre a qual nos dispomos a propor, no

planejamento da pesquisa precisamos mergulhar no tema por nós escolhido, para sermos capazes de problematizar o real de modo mais consistente” (PRATES, 2016, p. 110).

No que concerne à dimensão investigativa, Guerra (2009) afirma que:

[...] a investigação é inerente à natureza de grande parte das competências profissionais: compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio histórico, identificar as demandas presentes na sociedade, realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais, realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social, identificar recursos. Essas competências referem-se diretamente ao ato de investigar, de modo que, de postura a ser construída pela via da formação e capacitação profissional permanente (cuja importância é inquestionável), a investigação para o Serviço Social ganha o *estatuto de elemento constitutivo da própria intervenção profissional* (2009, p. 17, destaques da autora).

Em consonância com esse pensamento, identificamos em Setubal (2013) o debate em torno da pesquisa em Serviço Social a partir do reconhecimento da materialidade das ações profissionais. Para a autora, o conhecimento expressa nada mais ou nada menos do que a produção e reprodução das relações estruturais da sociedade. Relações humanas em expansão, necessidades sociais e humanas que se revelam diariamente à racionalidade humana e são explicadas através da racionalidade e/ou do senso comum.

As ações humanas são construídas através de suas materialidades, do processo de apreensão e materialização de suas experiências de vida. Através da apropriação da produção e reprodução da vida também se constrói o conhecimento em suas múltiplas determinações. Por isso, “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas

circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX; ENGELS, 1989, p. 31). Assim, depuram-se deste processo que a existência humana só pode ser definida a partir da determinação própria da história material da vida humana, seus determinantes e suas respostas refletidas no cotidiano da história.

Nesses termos, a pesquisa no Serviço Social, sobretudo no âmbito da pós-graduação deve considerar os múltiplos fatores que condicionam as realidades pesquisadas. Não há como estabelecer rigor na pesquisa em Serviço Social sem considerar detalhadamente as ações do ser humano na sociedade, em um determinado contexto, em uma determinada relação social.

Quando se trata de dialética e rigor, não estamos tratando de imutabilidade. Esta afirmação se faz necessária uma vez que todo processo de pesquisa em Serviço Social é diretamente relacionado com o movimento da realidade e deve evidenciar este processo, ainda que dentro das determinações concretas para o processo de pesquisa, suas fases, suas metodologias e formas de apresentação.

Por isso, parece-nos que só é possível falar-se em pesquisa como instrumento de mediação entre sujeito e objeto quando vemos a pesquisa como uma forma de práxis social, ou seja, quando percebemos que as facetas da realidade apreendidas pelo pesquisador na sua elaboração teórica são mediatizadas pela práxis, que inviabiliza a separação entre o ato consciente-crítico e as relações sociais das quais o sujeito e objeto são componentes sociais do todo e têm características particulares da vida em geral (SETUBAL, 2013, p. 76).

Na esteira desse pensamento, cabe a captação poética de Jurandir (1997), pois, ao historiar a infância de Alfredo retratava-a para além da ficção, isto é, a história para Jurandir também era

real, revolucionária. Quando perguntavam se seus romances tomavam partido, respondia: “minha visão do mundo não se inspira em Deus nem no Demônio, nem no Bem nem no Mal, mas nesta vida em movimento, em que há classes sociais em luta, [...] Eu me prezo, honradamente de ser bem parcial” (MORAES, 1996, p. 51). A práxis literária de Jurandir (1997) nos permite compreender a realidade amazônica sob o ponto de vista das classes sociais, sobretudo, das que o escritor chamava “Aristocracia do pé no chão”, os personagens ou “as criaturas” que procurava interpretar, o pescador, o barqueiro, o vendedor de açaí no Ver-o-Peso, etc.

Nesse sentido, questionamos esta “Aristocracia do pé no chão” e as classes sociais de forma geral, bem como a relação entre elas, se possuem um lugar na pesquisa na pós-graduação em Serviço Social na região norte e qual lugar ocupa? O que as particularidades dos processos de pesquisa nas pós-graduações em Serviço Social da região amazônica revelam sobre as determinações sociais e históricas nessa Região? São interrogações que se avultam a partir das reflexões que fazemos no presente artigo, com possibilidades de avançar no debate.

Panorama da formação pós-graduada em Serviço Social na Região Norte

Os avanços da pesquisa no Serviço Social brasileiro são resultados, sobretudo, das produções germinadas no interior das pós-graduações *stricto sensu*. Nesta última década do século XXI, a criação de PPGs na área de Serviço Social cresceu significativamente, em especial nas instituições públicas. No entanto, na Região Norte esse número ainda é ínfimo se comparado às outras regiões do país. O Documento de Área da Capes (2019) indica que, na Região Norte tem apenas 03 PPGs, sendo que esse número sobe

para 05 se adotamos a divisão regional da ABEPSS, pois inclui PPGs dos estados do Piauí e do Maranhão.

Quadro 1 – Sistematização dos PPGs na área de Serviço Social – Região Norte da divisão da ABEPSS

Estado	IES	Curso	Área de formação	Área de concentração	Ano de criação	Nota na Capes
Amazonas	Universidade Federal do Amazonas – UFAM	Mestrado	Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia	Serviço Social, Políticas Públicas, Trabalho e Sustentabilidade na Amazônia	2007	3
Pará	Universidade Federal do Pará – UFPA	Mestrado/Doutorado	Serviço Social	Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais	1996	4
Tocantins	Universidade Federal de Tocantins – UFT Obs: <i>Campus de Miracema</i>	Mestrado	Serviço Social	Serviços Sociais, Políticas Sociais e Direitos	2018	3
Maranhão	Universidade Federal do Maranhão – UFMA	Mestrado/Doutorado	Políticas Públicas	Políticas Públicas e Movimentos Sociais; Políticas Sociais e Programas Sociais	1993	6
Piauí	Universidade Federal do Piauí – UFPI	Mestrado/Doutorado	Políticas Públicas	Estado, Sociedade e Políticas Públicas	2002	4

Fonte: Capes (2019); Site dos PPGs (2020).

A UFPA é a única IES da Amazônia brasileira a ofertar o curso de Serviço Social em nível de doutorado, visto que Maranhão e Piauí concentram-se em Políticas Públicas, embora a Capes reconheça-os da área de Serviço Social. Em termos

de concentração das pesquisas, os PPGs contemplam uma diversidade de temas relacionados à realidade da Amazônia em sua singularidade e particularidade, mas também conectada com a totalidade brasileira. Assim, as discussões concentram-se em políticas públicas e sociais, trabalho, direitos sociais, Estado, movimentos sociais, programas sociais e sustentabilidade na Amazônia.

Certamente que os estudos e pesquisas realizadas no interior dos PPGs acompanham o debate nacional sobre a formação e o trabalho profissional, defendido veementemente pela ABEPSS e o conjunto CFESS/CRESS. Particularmente, a ABEPSS tem conseguido construir e manter um espaço rico de discussões concernentes à formação e o trabalho profissional, e defender a necessidade dos PPGs na área de Serviço Social, pois, estes são espaços centrais para o desenvolvimento da pesquisa científica que, na Amazônia, se tornam ferramentas estratégicas para as políticas sociais quanto ao enfrentamento da ordem capitalista.

Mathis *et al.* (2017, p. 221) já alertaram que, na Amazônia a pesquisa deverá continuar a cumprir o seu papel singular, qual seja: “interpretar, com rigor acadêmico, as expressões da questão social na Região como forma de contribuir para a proposição de políticas públicas voltadas às particularidades da vida social, bem como para as resistências e lutas políticas”.

O levantamento documental e a incursão nos sites dos PPGs citados possibilitou identificar alguns dados pertinentes para reflexão e análise neste artigo. O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) está vinculado ao Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS) da UFAM. Contempla duas linhas de Pesquisa: 1) questão social, políticas sociais, lutas sociais e formação profissional; 2) gestão social, desenvolvimento, ambiente, direitos humanos,

cultura e diversidade socioambiental. O Programa iniciou suas atividades em 2007. Em 12 anos de existência (até 2019)⁷, já formou 109 Mestres, cujas dissertações elaboradas contemplam temas específicos do serviço social e interdisciplinares.

Uma das questões que particulariza o PPGSS da UFAM é o fato de agregar a questão da sustentabilidade socioambiental como temática transversal na área de formação. De acordo com Pinheiro *et al.* (2019), a premissa de sustentabilidade socioambiental adotada pelo Programa ancora-se na matriz discursiva contra-hegemônica da noção de “desenvolvimento sustentável”, já que este é instrumental à perspectiva política neoliberal da globalização. Essa matriz está fundamentada no pensamento ambiental latino-americano, o qual defende a existência de cinco dimensões da sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial/geográfica e cultural.

Por sua vez, o PPGSS da UFPA está vinculado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). Possui três linhas de pesquisa: 1) Serviço Social e Políticas Sociais na Amazônia; 2) Serviço Social e Trabalho na Amazônia; 3) Serviço Social e Direitos Humanos na Amazônia. O Programa começou suas atividades em 1996 e, em 2020, completa 24 anos de existência. É o pioneiro na Região Norte do ponto de vista da divisão política do Brasil. Para Mathis *et al.* (2017, p. 219), o PPGSS/UFPA “escreve sua história no cenário nacional da pós-graduação brasileira e expressa as particularidades de uma região amazônica marcada, principalmente, pelas assimetrias regionais em relação aos programas de pós-graduação de outras regiões do país”.

7 Em 2020, já são 13 anos de existência do PPGSS e, conseqüentemente, esse número de dissertações e a formação de Mestres já aumentou, mas alguns trabalhos, seja de anos anteriores, seja de 2020, ainda não estão dispostos no site do Programa.

De 1996 a 2016 o Programa formou 195 Mestres, o equivalente a uma média de 11 dissertações produzidas por ano (MATHIS *et al.*, 2017). Entre 2017 a 2019, o levantamento documental identificou mais 22 dissertações defendidas, certamente que esse número é maior, pois alguns trabalhos ainda não tinham sido depositados no site do Programa nem no Catálogo da Capes. Isso significa dizer que a UFPA já formou mais de 200 Mestres em Serviço Social⁸.

Vale dizer que a partir de 2016, com a aprovação do Curso de Doutorado, o PPGSS ampliou sua visibilidade na Região, isso porque nos processos de seleção tem havido participação de candidatos de outros estados com interesse na formação doutoral em Serviço Social na Amazônia. Tal fato tem sido importante para “[...] a continuidade do estudo dos fundamentos do Serviço Social, no sentido de apreender os elementos universais das requisições profissionais dessa área e as respostas efetivadas no campo interventivo [...]” (MATHIS, *et al.*, 2017) fazendo a necessária articulação das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas que balizam a formação e o trabalho profissional.

O PPGSS da UFT é o mais recente entre os PPGs. Foi aprovado em 2018 pela Capes, estando no seu segundo ano de existência. O ingresso da primeira turma ocorreu em 2019, logo não possui nenhuma dissertação defendida. Diferente dos demais PPGs que funcionam nas capitais dos Estados, o curso de Mestrado em Serviço Social da UFT está localizado no *Campus* do município de Miracema. Possui duas linhas de pesquisa: 1) Serviço

8 A pesquisa realizada por Santana (2018) indica que, entre os 36 PPGs da área de Serviço Social no Brasil, no intervalo de 2013-2018, o PPGSS da UFPA é o que apresentou o maior número de trabalhos de conclusão sobre o tema da questão urbana e habitacional (11 dissertações). Assim como, é o Programa que oferta o maior número de disciplinas sobre a temática (04 no total). Esse fato denota um potencial deste PPG e sua contribuição à Profissão.

Social e Políticas Sociais; 2) Serviço Social, Diversidade e Direitos Humanos.

Os outros dois PPGs que são da área de Serviço Social, e que pela divisão regional da ABEPSS fazem parte da Região Norte, diz respeito aos Programas de Políticas Públicas da UFMA e da UFPI, ambos interdisciplinares. A produção do conhecimento na área interdisciplinar, que reúne áreas das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Educação, Direito, Saúde Pública, Agrárias, etc. amplia a capacidade de interpretação e intervenção nas expressões da “questão social” na Região Norte.

Importa registrar que a questão social no contexto amazônico se expressa na busca por melhores condições de vida e trabalho e, conseqüentemente, de proteção social na realidade local e regional, essas conquistas se manifestam por meio de políticas de saúde, habitação, educação, assistência e previdência social, embora insuficientes face às necessidades dos povos e, muitas vezes, sem considerar as especificidades regionais, isto é, a cultura local (SILVA, 2012).

O PPG da UFMA está vinculado ao Centro de Ciências Sociais (CCSO). Produz conhecimento na área de Políticas Públicas, Programas Sociais e Movimentos Sociais desde a década de 1990. O Programa foi criado em 1993 e, entre os anos de 1996 a 2019, registrou 313 produções, sendo 213 dissertações e 100 teses⁹.

Desse total de produções, cerca de 37% das dissertações e 52% das teses do Programa realizaram estudos de implementação, operacionalização e avaliação de políticas públicas referente aos estados da Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Além desses temas, aparem um percentual significativo de

9 O levantamento foi realizado a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, pois o repositório do Programa de Políticas Públicas da UFMA disponibiliza os dados das produções somente a partir de 2010.

estudos e pesquisas sobre lutas sociais por direitos, movimentos sociais e processos de resistência, sobretudo de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Durante o levantamento, identificou-se 9 dissertações e 6 teses sobre formação e trabalho profissional em serviço social. Destaca-se a importância da participação do Serviço Social do Maranhão¹⁰ na construção do Projeto Ético Político a partir da virada do Serviço Social, em 1979, e de sua consolidação, “como tendência hegemônica na profissão, até o início do século XXI” (LOPES, 2016). O levantamento evidenciou que a profissão no estado do Maranhão continua participando ativamente do movimento de sustentação deste Projeto, quando analisado os estudos e pesquisas do PPG da UFMA.

Estritamente aos fundamentos, se destacam as teses de Brandão (2013) “a pesquisa na formação profissional em serviço social em tempos de contrarreforma da educação superior”, de Lima (2014) “a formação profissional em países amazônicos da América Latina no contexto do neoliberalismo” e de Miranda (2016) “a reinvenção da ética, para reinventar a resistência emancipatória no serviço social contemporâneo”.

Por sua vez, o PPG da UFPI foi criado em 2002, completando em 2020 seus 18 anos de existência. Está vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL). Contempla duas linhas de Pesquisa: 1) Cultura, Identidade e Processos Sociais; 2) Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais. O levantamento realizado

10 Referente a participação das professoras Josefa Batista Lopes e Marina Maciel Abreu nas diretorias executivas da então ABESS, hoje ABEPSS; E ainda em nível latino americano nas direções da ALAETS e CELATS, exercidas pela professora Josefa Lopes (LOPES, 2016).

no site do PPG indica 1999 produções disponíveis para consulta, sendo 169 dissertações e 30 teses¹¹.

Um dado interessante neste PPG é a evidência sinalizada por Pereira (2001) de que o campo de análise de políticas sociais públicas é por si só interdisciplinar, pois são delimitados por perspectivas particulares de um campo de análise, relacionado a um tipo de saber. Além disso, a autora afirma que a produção interdisciplinar no campo de conhecimento das políticas sociais públicas propicia a construção de saberes especializados, certamente que vinculados a disciplinas particulares.

Em geral, o levantamento identificou uma grande parte das teses e dissertações voltadas para caracterização de políticas sociais como: gestão, interdisciplinaridade, políticas setoriais e um enfoque especial para os determinantes da área da saúde, com leve recorte para a Saúde Mental.

Destarte, o levantamento das linhas de pesquisa, temas e produções acadêmicas nos PPGs da Região Norte evidencia o lugar de destaque dado ao método histórico crítico que concebe os problemas de pesquisa a partir das análises sobre o Trabalho, Estado e políticas sociais, classes e movimentos sociais, diversidade humana na Amazônia, relacionando com as determinações universais e conjunturas locais.

São determinações vivenciadas na singularidade da vida de milhões de “Alfredos” na região Norte, e é para esses “Alfredos” que a pesquisa deve cumprir sua função social, não como o carocinho de tucumã promovendo a fuga das contradições e a naturalização da realidade, mas no sentido de revelar e denunciar as contradições sociais para subsidiar ações concretas que

11 Lembrando que este número pode variar para mais, pois alguns trabalhos, a depender da data de entrega dos discentes podem levar mais tempo para ficar disponível no site.

permitam a transformação e, em última estância, a superação da realidade.

Diante desse panorama, chama-se atenção também para o fato de que, os trabalhos concernentes à área específica do Serviço Social estão alinhados com as orientações das Diretrizes Curriculares da ABEPSS no que tange à pesquisa na Pós-Graduação. Conforme nossas apreensões, as dissertações e teses problematizam temas concernentes aos oito Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)¹² da ABEPSS, alguns com mais evidências, outros menos.

Assim, a presença dos PPGs na Amazônia brasileira reafirma nosso pensamento sobre a importância da pesquisa social nos diversos estados da Região. Sobretudo, porque, nos tempos atuais, onde a pesquisa nas ciências humanas e sociais tem sido banalizada pelo governo federal, a formação em nível de pós-graduação e as consequentes produções se colocam como potenciais para o processo de enfrentamento às investidas ultraneoliberais e conservadoras.

A atualidade da Pós-Graduação em Serviço Social na Região Norte: algumas notas conclusivas

O panorama desenhado até aqui reforça que o Serviço Social enquanto profissão e área de produção de conhecimento, não pode prescindir da pesquisa como meio de reconhecer as mediações históricas necessárias para decifrar a realidade na qual

12 1) Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades; Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; Serviço Social, Geração e Classes Sociais.

o profissional intervém cotidianamente. Nos PPGs da área de Serviço Social da Região Norte, este processo segue uma tendência de investigação que parte das necessidades de frações das classes trabalhadoras na Região, da “Aristocracia do pé no chão”, da “gente comum” Dalcidiana. Assim, fornecem elementos teórico-práticos que permite reconstruir o objeto da ação profissional em determinados espaços sócio-ocupacionais e em determinados períodos históricos.

Neste período que se abre no Brasil, de um governo com viés proto-fascista, que nega a ciência, demonstra desprezo pela vida dos/as trabalhadores/as pobres, dissemina discurso de ódio contra mulheres, negros, LGBTQI+, indígenas, quilombolas e movimentos sociais progressistas no geral e se vincula a setores evangélicos-neopentecostais que pautam o conservadorismo dos costumes, mais do que nunca a pesquisa voltada para a defesa dos interesses da “gente comum” se faz necessária no âmbito da Pós-Graduação em Serviço Social na Região Norte.

E quanto mais necessária a pesquisa social, mais limites se impõe ao seu desenvolvimento neste governo proto-fascista. O levantamento da Revista Vocês/a, vinculada à Editora Abril, identificou nos meses iniciais da pandemia da COVID-19 que 12% das bolsas de pós-graduação foram cortadas; em um ano, houve redução de 127 milhões para 16 milhões de reais quanto aos recursos para fomento e manutenção de insumos como laboratórios de pesquisa, conforme dados da mesma revista.

Em se tratando das Ciências Humanas e Sociais o ataque é frontal. Acusadas de reproduzir uma “ideologia” contrária ao governo federal, por meio de autores críticos de inspiração marxiana e marxista são os alvos do descaso. Em março deste ano também enfrentaram o direcionamento do Ministério da Educação de que não se tratam de prioridade da atual gestão

federal. Reduccionismos e pragmatismos de análises enviesadas pelas perspectivas religiosas e implicadas de senso comum corroboram para a redução de investimentos e importância para a área da pesquisa em ciências humanas e sociais no Brasil.

No que tange a região amazônica a complexidade ganha mais um determinante, que é o questionamento e enfrentamento das demandas exploratórias e justificativas estapafúrdias no que diz respeito à exploração da floresta, ao extermínio dos povos indígenas e dizimação das formas de vida das populações tradicionais. As ciências humanas e sociais cumprem o papel questionador desses processos destruidores do sistema estrutural em que estamos inseridas/os, valorizam as formas de vida da região, reconhecem e divulgam a realidade territorialmente marcada por particularidades e singularidades que não sucumbem à dominação do capital, por isso, se apresentam como inimiga do governo Jair Bolsonaro, sendo assim, as mais atingidas e precarizadas.

Separados por um século de Alfredo, hoje, nós, pós-graduandos dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social – que um dia assim como este menino foi nos apresentado à educação como único meio de ser “alguém na vida” – compreendemos com o tempo e com o exercício da pesquisa, que não se muda a realidade facilmente pela educação, mas que a realidade (as “feridas”), é produto histórico e, portanto, dialético e contraditório.

Em meio ao contexto da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e de adaptação ao Ensino Remoto Emergencial (ERE), a representação discente de pós-graduação da ABEPSS, em nível nacional e regional, realizou um breve levantamento por meio de questionário online¹³ junto aos representantes discentes dos colegiados de pós-graduação em todos os 36 PPGs. Na Região

13 Informações mimeografadas, ainda em fase de sistematização e elaboração pela representação discente nacional da ABEPSS.

Norte, 17 representantes discentes, de mestrado e doutorado, responderam ao questionário. Nos relatos aparecem questões como: limitações no acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), a internet em muitos lugares da Amazônia não é de boa qualidade, falta de biblioteca presencial para pesquisa, parcas continuidades de escrita de dissertações e teses, problemas no processo de orientação, e outros. Ademais, os pós-graduandos relatam casos de adoecimento entre os colegas, interferindo na vida cotidiana de pós-graduando.

Esses dados deslindam alguns desafios atuais à formação pós-graduada em Serviço Social na Região Norte, mesmo assim, os PPGs não deixam de fazê-la. Pois, há uma consciência coletiva e crítica da relevância que tem a pesquisa na Região, conforme sinalizado no decorrer deste trabalho. Goethe (*apud* LUKÁCS, 2015, p. 124) já afirmara que: “Mas os espíritos dignos de olhar com profundidade, adquirem, diante do infinito, uma infinita segurança”. Isso equivale à persistência de docentes, pesquisadores, pós-graduandos, assistentes sociais em geral, que veem na pesquisa uma forma de “infinita segurança” para apreender dialeticamente o real.

Portanto, mais do que nunca, a pesquisa no contexto dos PPGs da Amazônia brasileira, deve persistir na continuidade de seu papel como ferramenta que interpreta a realidade, revela as expressões da questão social na Região, contribui na elaboração de políticas públicas em âmbito nacional, regional e local e, sobretudo, fundamenta os processos de luta e resistência dos movimentos sociais em defesa de direitos, bem como, contra a intervenção destrutiva do sistema capitalista.

Referências

BOURGUIGNON, J. A. A Particularidade histórica da Pesquisa no Serviço Social. **Katálysis**. Florianópolis: EDUFSC, v.10, n. esp., p. 46-54, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300005/3911>. Acesso em: 14 jun. 2016.

BRANDÃO, S. M. S. de O. **Recherche dans la formation professionnelle du service social au Brésil en temps de contre-réforme de l'éducation supérieure**: expressions particulières dans Maranhão. 2013. 210 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/782>. Acesso em: 04 de set. 2020.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área Serviço Social**, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/doc-servico-social-01-11-pdf/view>. Acesso em: 01 out. 2020.

FREITAS, M. C. da S. Os amazônidas contam sua história: territórios, povos e populações. *In*: SCHERER, E.; OLIVEIRA, J. A. de. **Amazônia**: território, povos tradicionais e ambiente. Manaus: Edua, 2009. p. 15-30.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. *In*: CFESS/ABEPSS (Org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 701-718.

JURANDIR, D. **Chove nos campos de cachoeira**. Belém: CEJUP/SECULT, 1997.

KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975 a 1997). **Cadernos**

ABESS. Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social. São Paulo, n. 8, 1998. p. 33-76.

LIMA, C. C. **Formação profissional em Serviço Social na América Latina:** tendências nos países amazônicos nos marcos do neoliberalismo. 2014. 316 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014. Acesso em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/1528>. Acesso em: 04 de set. 2020.

LOPES, J. B. 50 anos do movimento de reconceituação do serviço social na América Latina: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 20, n 1, p 237-252, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5054>. Acesso em: 10 dez. 2018.

LUKÁCS, G. Marx e o problema da decadência ideológica. In: VEDDA, M.; COSTA, G.; ALCÂNTARA, N. **Anuário Lukács.** São Paulo: Instituto Lukács, 2015, p. 97-152.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. t. 3. Trad. Reginaldo Sant´Anna.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 1989.

MATHIS, A. de A.; SANTANA, J. V.; SILVA, M. N. M. da; CRUZ, J. do N. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA: elementos históricos e temas de pesquisa em 20 anos. **Katálisis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 216-224, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v20n2/1414-4980-rk-20-02-00216.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

MINAYO, M. de C. de S. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MIRANDA, M. L. B. **A reinvenção dos dias: ética e resistência emancipatória no Serviço Social contemporâneo.** 2016. 295 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/1724>. Acesso em: 04 de out. 2020.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. *In*: CFESS/ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 667-700.

PEREIRA, P. A. P. As vicissitudes da pesquisa e da teoria no campo da política social. **SER Social**, n. 9, Brasília: UNB, 2001.

PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações.** Disponível em: http://sdi.capes.gov.br/banco-de-teses/01_bt_index.html. Acesso em: 20 set. 2020.

PRATES, J. C. A pesquisa social a partir do paradigma dialético-crítico: do projeto à análise do dado. *In*: FERNANDES, I.; PRATES, J. C. **Diversidade e estética em Marx e Engels.** Campinas: Papel Social, 2016.

REVISTA VOCÊ/A. **Cortes e mais cortes: o que será da ciência e da pesquisa no Brasil?** Disponível em: <https://vocesa.abril.com.br/carreira/cortes-bolsas-pesquisa-ciencia/>. Acesso em: 02 out. 2020.

SANTANA, J. V. Questão urbana e habitacional e Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 21, n.1, p. 217-238, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/34147/24656>. Acesso em: 15 set. 2020.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2007.

SETUBAL, A. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, H. H. C. da. **Expressões da Assistência Social no Médio Juruá**. Amazonas. Manaus: EDUA, 2012.

SPOSATI, A. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Katálysis**. Florianópolis: EDUFSC, v. 10, n. esp., p. 15-25, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300002/3909>. Acesso em: 20 mar. 2017.

PINHEIRO, H. A.; ANDRADE, R. F. C. de; CUNHA, M. G. N.; CAVALCANTE, L. de L. Apresentação. In: PINHEIRO, H. A.; ANDRADE, R. F. C. de; CUNHA, M. G. N.; CAVALCANTE, L. de L. **Serviço Social, trabalho e sustentabilidade**. São Paulo: Alexa Cultural. Manaus: Edua, 2019.

MORAES, E. de; Dalcídio Jurandir. O romance paraense. Criatura da Grande de Marajó, Ilhas e Baixo Amazonas. Aristocracia de pé no chão. **Asas da Palavra**, n. 4, p. 49-51, jun./1996. UNAMA. Disponível em: <http://revistas.unama.br/index.php/asasdapalavra/article/viewFile/1485/835>. Acesso em: 04 out. 2020.

Sites Consultados

<http://ppgss.propesp.ufpa.br/index.php/br/>

<https://ww2.uft.edu.br/index.php/ppgssocial?view=default>

<https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?id=251>

<https://www.ppgss.ufam.edu.br/>

https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/apresentacao_stricto.jsf?lc=pt_BR&idPrograma=893

FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DO TOCANTINS NO CONTEXTO DA CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR

*Rosemeire dos Santos
Alana Barbosa Rodrigues
Vanda Micheli Burginski*

*O Brasil não conhece o Brasil
O Brasil nunca foi ao Brasil [...]
O Brasil não merece o Brasil
O Brasil tá matando o Brasil
(Aldir Blanc e Maurício Tapajós)*

Introdução

O presente capítulo tem por objetivo trazer alguns elementos aproximativos sobre a formação profissional de assistentes sociais no estado do Tocantins no contexto da contrarreforma do Ensino Superior brasileiro. E atende um aspecto no que tange à pesquisa e o conhecimento acadêmico-científico, a necessidade de realizar

estudos sobre o Serviço Social, tendo como particularidade a formação profissional no mais novo estado brasileiro, que possui ainda poucas publicações acadêmicas.

Tanto a criação do estado do Tocantins quanto o surgimento dos primeiros cursos de Serviço Social se dão nos anos 1990, tendo como marcos a contrarreforma do Estado e, conseqüentemente, do Ensino Superior. Torna-se necessário compreender as particularidades regionais, que preserva o que há de mais atrasado na política, mas que se articula, a seu modo, ao projeto neoliberal, posto como ultramoderno, que requisita do Estado, estratégias de desenvolvimento e acumulação capitalista, em sua forma desigual e combinada.

Em um contexto de crise estrutural e política do capital e de contrarreforma do Estado, a expansão do Ensino Superior atende aos interesses econômicos, sobretudo, com a expansão acelerada do ensino à distância, que intensifica o aligeiramento da formação profissional, demonstrando ser incompatível com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996 e com o Projeto Ético-Político Profissional. Os elementos aproximativos à realidade sócio-histórica do Tocantins trazidos ao longo do texto buscam evidenciar que os processos de formação e o exercício profissional só podem ser compreendidos a partir do real concreto, no movimento contraditório da história, no qual a luta política dos sujeitos coletivos possui papel importante.

Contrarreforma do Ensino Superior e seus impactos na formação em Serviço Social

O capital privado sempre esteve presente no processo de expansão das universidades brasileiras¹. Para além dos discursos de “inclusão” ou de “democratização”, a expansão das universidades tem razões diretamente econômicas e se dá, sobretudo, pela necessidade de adequação de currículos, estrutura e escolha de estudantes com vistas a atender a aceleração e a inovação tecnológica a serviço da acumulação capitalista. Cabe destacar que a privatização é um eixo estruturante do desenvolvimento capitalista e do Estado. Entretanto, o desafio consiste em caracterizar como essas privatizações se manifestam no Brasil, sobretudo, a partir dos anos 1990, que se iniciou com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) apresentado por Bresser-Pereira e implementado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), sendo a primeira fase do neoliberalismo no Brasil.

Segundo Behring (2008) o PDRAE não se limitou a uma reforma administrativa, na prática significou uma contrarreforma do Estado que inviabilizou a aplicação dos preceitos constitucionais, sobretudo, no que diz respeito à universalização das políticas sociais e seu financiamento. O que ocorreu foi a reafirmação do ajuste fiscal permanente, com parcerias público-privadas, pautada numa “gestão pública” não estatal, que transfere a execução dos

1 A introdução da lógica empresarial, com a adoção de medidas racionalizadoras na gestão universitária visa, antes de tudo, baratear os custos do ensino superior para o Estado, por exemplo, a “reforma” universitária realizada durante o período da ditadura militar, aumentou o número de vagas nas universidades para atender às demandas postas pelo “milagre econômico”. Foi nesse período, que o ensino superior privado ampliou o número de vagas de baixa qualidade, em sua maioria ocupadas por trabalhadores mais pobres (ROMANELLI, 2009).

serviços sociais para Organizações Sociais (OSs), notadamente, nas áreas da saúde, educação, assistência social e etc.

É nesse contexto contraditório que se processa a consolidação dos aportes teóricos constitutivos da profissão que permitiu a maturidade intelectual e sociopolítica do Serviço Social. Os anos de 1990 pode-se afirmar que são os anos de consolidação do Serviço Social no âmbito acadêmico, científico e profissional. Isso não seria possível, sem que houvesse uma produção teórica, sobretudo a partir dos anos 1980 devido à expansão da graduação e pós-graduação em Serviço Social, que permitiu uma interlocução profunda com as Ciências Sociais, o que propiciou uma notável acumulação teórica que incorporou matrizes teóricas compatíveis com a ruptura em relação ao conservadorismo profissional, algumas abertamente críticas, com destaque para a tradição marxista (NETTO, 2009, p. 152). Esse período irá marcar, contraditoriamente, a conformação das Diretrizes Curriculares como resultado de um amplo esforço teórico do conjunto da categoria profissional, no sentido de também avançar em novas bases de legitimidade da profissão.

A expansão do Ensino Superior aligeirado vem atender ao projeto de crescimento econômico brasileiro, que nos moldes do neoliberalismo à brasileira, tem conexões evidentes com a contrarreforma do Estado e o redimensionamento das políticas sociais, na perspectiva do Estado mínimo para os trabalhadores e o Estado máximo para dar suporte a essas tendências de inserção e adaptação ao mercado mundial (CFESS, 2015, p. 17). No contexto de crise do capital e de contrarreforma do Estado, a educação superior é uma fonte lucrativa para o capital privado, em uma tentativa de retomada das taxas de lucros. Como estratégia para a materialização da maximização dos lucros (superlucros) a sua oferta de maneira aligeirada e precária, a exemplo, da expansão

exponencial do Ensino à Distância (EaD), ápice desse processo de contrarreforma (CFESS, 2014; CFESS, 2015).

As reformas educacionais em curso desde os anos 1990² expressam a necessidade do capital ampliar sua participação no plano educacional (LIMA, 2007; SGUISSARDI, 2015). No período 1995-2002, o Ministério da Educação (MEC) criou as condições para a “adequação da reformulação da política educacional brasileira às políticas dos organismos internacionais do capital, operacionalizando a lógica que identifica a Educação Superior como setor público não-estatal” (LIMA, 2007, p. 136).

A expansão do ensino superior sob as formas de democratização, modernização, inclusão social, inserção nos processos de globalização e da sociedade da informação trata-se, na verdade, de um estratégia para omitir o aligeiramento da formação e eludir o interesse acerca desse importante nicho de mercado para os empresários brasileiros e internacionais, sob a condução dos organismos internacionais.

Em todas as propostas de reformas educacionais é inevitável a consonância com as diretrizes e recomendações do Banco Mundial e de suas organizações congêneres (LEHER, 2004). A massificação do Ensino Superior atende a dois objetivos principais do Banco Mundial: qualificar força de trabalho compatível com o modelo de acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, estabelecer a coesão social por meio da ampliação do acesso ao ensino superior com baixíssimo custo para o Estado e maior lucratividade para o setor privado. Essa dinâmica da contrarreforma do Ensino Superior revela sua faceta bizarra, que consiste em gerar um exército de

2 Com destaque para a LDB (1996) e as demais legislações posteriores (Decretos, Portarias Ministeriais, Propostas de Emendas Constitucionais sobre a autonomia, contratos de gestão, projetos de desenvolvimento institucional, etc.), como também em relação ao seu financiamento.

reserva de trabalhadores e trabalhadoras com formação superior limitada, que não serão absorvidos e absorvidas no mercado de trabalho, mas, contudo, busca atender aos parâmetros de competitividade que o contexto da mundialização do capital exige.

Um aspecto importante desse processo de massificação do Ensino Superior, consiste na diluição da fronteira entre o público e o privado, modificando o caráter da educação enquanto bem público, à medida que instituições públicas e privadas passam a prestar um serviço público (não-estatal), o que implica na neutralização de recursos estatais para as universidades públicas. Essas características se mantiveram e foram adensadas nos governos Lula (2003-2010), em que a rede privada cresceu exponencialmente, com uma tendência inovadora que foi a abertura da expansão via modalidade EaD. Criou-se ainda, condições para a sustentação financeira dessas IES privadas, desenvolvendo programas, a exemplo do Programa Universidade para Todos (ProUni). Segundo Sguissardi (2015) em 2007 com a abertura de capitais externos e aos investimentos na bolsa de valores é que ocorreu um processo de oligopolização do mercado educacional brasileiro, que pressupõe transferência de fundo público para as universidades privadas, sob o viés ideológico da democratização do acesso ao Ensino Superior. O crescimento da oferta da educação superior em instituições privadas encontrou impulso considerável através de elevadas isenções tributárias, que extrapolam os limites postos na Constituição de 1988.

Em abril de 2007 foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), por meio do Decreto nº 6.096. Com base no diagnóstico do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) apontava que boa parte dos jovens brasileiros necessita inserir precocemente no mercado de trabalho. Para atender essa demanda foi preciso

aumentar a oferta de cursos de graduação no período noturno. O diagnóstico do PDE estava correto, entretanto, o que é discutível são as alternativas concretas para a transformação dessa realidade, trazidas pela política do REUNI. A criação do REUNI trouxe em um primeiro momento, a possibilidade de expansão e reestruturação das universidades públicas federais que há tempos funcionam em regime de contenção de despesas e investimentos.

Como observou Cislighi (2010) o REUNI partiu de uma perspectiva racionalizadora, coincidente com os princípios e diretrizes do Banco Mundial, de que há subaproveitamento nas universidades federais. Ao lado da ampliação de recursos financeiros e concursos públicos, o que na prática se efetivou foi uma redução proporcional do número de docentes nas universidades federais, bem como, do seu custeio, em troca de uma duplicação de vagas. O que acarreta em impactos nas estruturas internas, em relação a gestão e ao trabalho docente nas universidades.

O Censo da Educação Superior de 2018³ demonstrou que das 2.537 universidades brasileiras, 299 são públicas e 2.238 são privadas. Ou seja, apenas 14,87% das universidades são públicas e 85,12% são privadas. O total de vagas ofertadas por essas universidades são de 279.893. Dessas, somente 6.502 vagas são ofertadas pelas universidades públicas, o que representa 2,32% das vagas ofertadas em universidades públicas. Quando comparamos o número de universidades por região verificamos que a Região Norte em comparação com as demais regiões (Sudeste, Sul, Nordeste e Centro-Oeste) é a que possui o menor número de universidades, sendo 173 universidades, 149 privadas e 24 públicas (17 são federais, 05 estaduais e 2 municipais). Para

3 Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>

se ter uma ideia na Região Nordeste existem 566 universidades, na Região Sudeste 1.126, na Região Sul 414 e na Região Centro-Oeste, 258. No estado do Tocantins são 24 universidades, 05 públicas e 19 privadas (INEP, 2018).

A criação do Estado do Tocantins e dos cursos de Serviço Social (1990-2006)

*“A história que a história não conta”
(Samba enredo da Mangueira, 2019)*

A criação do Tocantins e o surgimento dos primeiros cursos de Serviço Social situam-se no contexto da contrarreforma do Estado. As medidas neoliberais em marcha, com a implementação de modelos de “gestão social” de cunho neoliberal e seus efeitos, estende-se a todos os governos, os estaduais e municipais. Para compreender o processo de criação do Tocantins e a expansão dos cursos de Serviço Social, é necessário compreender a articulação entre a lógica neoliberal, as requisições postas ao Estado e ao mercado e, sobretudo, as particularidades regionais, em que as estratégias de desenvolvimento e acumulação capitalista, em seu caráter desigual e combinado, convivem com iniciativas governamentais de cunho clientelista, patrimonialista e personalista. O entendimento dessas articulações é importante para explicitar a relação entre a história do Tocantins e dos cursos de Serviço Social como elemento inseparável da totalidade, localizado no processo de expansão e precarização da Educação Superior brasileira.

Após reivindicações seculares pela sua emancipação, o Tocantins foi criado pelo Artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988. Sobre

a criação do estado e como chegou a fazer parte da Região Norte do país há poucos estudos. A população que habitava o Tocantins pertencia ao território do norte e extremo norte goiano, situado na Região Centro-Oeste. Trata-se de um território historicamente subdesenvolvido, o que mobilizou o sentimento separatista. O entendimento do Tocantins deixar de pertencer a Região Centro-Oeste e passar a pertencer à Região Norte do país, está ligada a estratégia econômica e política de exploração da Amazônia Legal. A região que abrange o estado do Tocantins encontra-se no território de transição geográfica entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, sendo um dos territórios em que a fronteira agrícola se expande exponencialmente, através do modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura, o agronegócio.

A emancipação política do Tocantins e a criação de sua capital, Palmas foram capitaneados pelos interesses das elites locais, mas com um traço muito particular, em torno do personalismo político de José Wilson Siqueira Campos. Essa hegemonia ficou conhecida por “siqueirismo”, uma palavra comum entre os meios políticos para expressar a configuração de um grupo hegemônico no Tocantins ligado à Siqueira Campos (SOUZA, 2016). O prestígio e poder político de Siqueira Campos é anterior à criação do Tocantins, todavia, foi com a criação do Estado que sua figura política se projetou e contribuiu decisivamente para as bases do siqueirismo, considerado o “herói” separatista (SOUZA, 2016, p. 15). Como exemplo ao patrimonialismo, que consiste em utilizar recursos públicos em benefício próprio, podemos notar que:

[...] encontra-se no meio de uma das praças mais importantes de Palmas, onde uma placa de metal fixada na pedra informa: “No princípio do ano de 1989, neste local, à sombra generosa desta árvore, uma fava de bolota, o governador Siqueira Campos decidiu: Aqui construirei a cidade de Palmas, a nova capital do Tocantins” (SOUZA, 2016, p. 29).

Cabe destacar que sem o controle econômico da estrutura do Estado e a utilização de seu orçamento, seria impossível estabelecer um controle político e cultural dessa dimensão. Segundo Nobre (2019, p. 130) “[...] através de sua ampla manifestação nos tempos atuais, o clientelismo contribui para reproduzir instituições e práticas de domínio político de antigas e novas elites”. A capital planejada para os que antes eram donos das terras e agora donos dos loteamentos é, sobretudo, o espaço privilegiado para a apropriação do fundo público, a partir de vários capitais em disputa, no processo de construção das obras públicas e dos amplos serviços que atendem à população, tais como transporte público, limpeza urbana, o atendimento à saúde, a educação e etc.

A criação do Tocantins em sua historiografia oficial não agregou de maneira decisiva aspectos importantes das tradições e lutas das comunidades quilombolas, ribeirinhas e dos povos indígenas, habitantes seculares e nativos do território⁴. A sociabilidade local sempre foi marcada pelos conflitos por terras entre latifundiários, posseiros e sem terras, características

4 Reis (2018) em relação à narrativa “oficial” da criação da capital-Palmas é importante destacar o sentido dessa dominação, presente nos monumentos de sua principal praça, a imagem de Siqueira Campos foi pintada em murais e esculpida em prédios públicos por artistas contratados para retratar a historiografia tocantinense. Assim, a criação da nova capital se tornou um poderoso mito fundador que não agregou o passado de cidades já consolidadas (REIS, 2018, p. 104).

da exploração-opressão capitalista e da luta de classes nessas paragens⁵. Esses aspectos da formação social do Tocantins, ligeiramente tratados aqui indicam que a criação do estado tem profundas articulações com o projeto de “crescimento econômico” brasileiro, em que as escolhas se dão pela implementação do projeto neoliberal, que outrora trouxe aparências de neodesenvolvimentismo, uma espécie de retorno às “vantagens comparativas” ou “vocações naturais”, o Brasil como celeiro do mundo, numa reprimarização das exportações, orquestrada pelo agronegócio. As expressões da questão social são acirradas com esses processos, o que tem demandado profissionais para atuarem no estado, dentre os quais, a demanda por assistentes sociais⁶.

A criação das universidades e dos cursos de Serviço Social no estado do Tocantins visam atender diretamente às demandas que requisitam a atuação de assistente sociais, diante do acirramento das expressões da questão social geradas pelas contradições do próprio desenvolvimento capitalista nessas paragens. A partir

5 Os conflitos em torno da demarcação de terras indígenas também são seculares na região. Destacam-se os conflitos junto ao povo indígena Xerente que habita a microrregião central do Tocantins. No início do século XX, suas terras já estavam tomadas por fazendeiros de gado, que foram avançando ao longo dos rios Tocantins e Sono, gerando vários conflitos em terras indígenas, devido à expansão da pecuária (ARAÚJO, 2016, p. 41-42). No extremo norte do estado do Tocantins, encontra-se o território conhecido por “bico do papagaio”, região de fronteira, divisa com os estados do Pará e do Maranhão. Microrregião cortada pelos rios Araguaia e Tocantins, cuja confluência perfaz o formato de um bico e destaca-se por intensos conflitos de terras, que remontam os primeiros processos de ocupação, sendo cenário da guerrilha do Araguaia durante a ditadura militar.

6 Populações tradicionais e comunidades indígenas vivenciam as contradições desse “crescimento econômico” hegemônico pelo agronegócio de maneira ainda mais perversa, pois a exploração-opressão-expropriações e a acentuação da pobreza foram saldos deixados pelo impacto das grandes obras que aqui se instalaram, para citar algumas, as usinas hidrelétricas de Lajeado, Estreito (divisa Maranhão-Tocantins) e de Peixe-Angical, além da ferrovia norte-sul.

dos anos 1990 há um processo de criação de universidades e expansão do ensino superior no Tocantins. O primeiro curso de Serviço Social do Tocantins foi criado pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA), primeira universidade de caráter confessional a se instalar na capital em 1992, mantida pela Comunidade Protestante Luterana de São Paulo e ligada à Igreja Protestante Luterana do Brasil.

O curso de Serviço Social presencial teve autorização de funcionamento a partir de 2000, com reconhecimento em 2008⁷. Entre 2000 a 2005, o CEULP/ULBRA foi o único curso de Serviço Social do estado na modalidade presencial. Com o acúmulo de dívidas trabalhistas, determinações judiciais decretaram a penhora dos estabelecimentos da sua mantenedora (Associação Educacional Luterana do Brasil/ AELBRA). Para saldar as dívidas as foi realizado um leilão e foi adquirido pelo grupo Glory Top (Hong Kong/China), o que demonstra o interesse do grande capital na educação superior brasileira.⁸

Em 2006, no município de Colinas do Tocantins-TO foi implantado na Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas-FIESC, o curso de Serviço Social, na modalidade presencial, autorizado pelo decreto estadual nº 2.628 de 03 de janeiro de 2006, mas extinto pela Portaria SERES/MEC 323, de 8 de julho de 2019. A FIESC tinha como mantenedora a Fundação Municipal de Ensino Superior de Colinas-FECOLINAS e foi criada com a Lei Municipal n. 705/1999, também como parte da reestruturação do campus da Universidade do Tocantins (Unitins) em Colinas.

7 Criação Resolução CONSEPE/CEULP nº 005, de 12 de julho de 2000 e o reconhecimento do curso se deu mediante Portaria SESU/MEC nº 775, de 07 de novembro de 2008.

8 Fonte: <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/160192>.

Atualmente, a FIESC foi incorporada ao conglomerado educacional privado UNIESP S/A.

Como já fora ressaltado, não é novidade a presença do setor privado no ensino superior brasileiro. Contudo a modalidade de Ensino à Distância (EaD) se constitui como um traço inovador da expansão do setor privado na educação. Essa modalidade proporciona uma rápida expansão de matrículas e se tornou altamente lucrativa para o setor privado, sendo o Serviço Social, um dos cursos de formação superior mais ofertados por essa modalidade. Propicia através do avanço tecnológico em telecomunicações o crescimento dos investimentos privados transnacionais, sendo uma fatia promissora para o mercado.

Nesse contexto é que foi criado o primeiro curso de Serviço Social na modalidade EaD no Brasil em 2006, que teve como pioneiro o território tocantinense. Ofertada por uma universidade estadual (Universidade do Tocantins - Unitins) em parceria com a Edcon. Analisar os processos de configuração da natureza jurídica da Unitins, bem como a expansão do curso de Serviço Social via EaD nessa instituição até seu descredenciamento em 2009, não é tarefa fácil.

A Unitins foi criada em 1990 e historicamente sofreu inúmeras alterações internas, sua natureza jurídica foi incessante objeto de disputa de todos os governos que passaram pela gestão do estado. Estudos realizados por Maia (2011) e Carvalho (2011) abordam os diversos interesses em disputa mobilizados na luta pelo ensino superior no estado. A Unitins foi criada como fundação pública, com autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial; em 1991 passou a ter natureza jurídica pública (autarquia) e integrou o Sistema Estadual de Ensino; em 1996 retorna à condição de Fundação, com uma alteração expressiva na sua

natureza jurídica, ou seja, fundação pública de direito privado e; a partir de 2004 passa a cobrar mensalidades dos alunos⁹ (MAIA, 2011; CARVALHO, 2011).

Uma das características da Unitins foi a interiorização da universidade, através da estrutura multicampi, como forma de ampliar o acesso ao ensino superior e promover o desenvolvimento socioeconômico para o maior número de regiões do estado. Entretanto, evidenciou-se que esse processo de expansão e interiorização, desde os anos 1990, fora marcado por pressões e barganhas políticas, pois uma das evidências foi a expansão da Unitins na cidade de Miracema do Tocantins, que não estava previsto no projeto inicial, porém o vice-governador era daquela cidade (MAIA, 2011, p. 119).

Nos governos Lula (2003-2010), não foram revertidas as contrarreformas, sobretudo, as bases jurídicas que as preveem. Em 2004 a Unitins passa a ofertar vários cursos na modalidade EaD, mediante cobrança de mensalidades¹⁰. Maia (2011, p. 172) registrou que a Unitins, através do EaD teve uma expansão exponencial, pois saltou de “6.715 (2004/2) alunos matriculados nos cursos de graduação para 21.271 alunos (2005); em 2006 já eram 46.773 alunos e, em 2007/2, são contabilizados 101.834

9 Devido à hegemonia política do siqueirismo, a privatização da Unitins durante o governo de Siqueira Campos estava sintonizada com a contrarreforma, em seus discursos por uma “universidade pública, sem ser estatal, e de direito privado, sem ser particular”, em nome da justiça e da equidade social. Particularidades regional que foi campo fértil para a mercantilização e expansão de um pretense “ensino superior” de péssima qualidade, e modalidade que favoreceu a extração de superlucros para grupos do setor da educação privada.

10 A autorização para ofertar cursos de graduação a distância veio por intermédio da Portaria do MEC n.º 2.145/2004, que credenciou a Unitins pelo prazo de 05 anos e autorizava a oferta do curso Normal Superior com quantidade limitada de vagas para atender a demanda, conforme Maia (2011, p. 161).

alunos”. Em 2005, o Conselho Curador da Unitins autorizou a oferta de vagas para a graduação em Serviço Social à distância, com início das atividades em 2006, sendo a primeira universidade a ofertar o curso de Serviço Social EaD para todo o Brasil.

A oferta de cursos superiores EaD no Tocantins com pagamento de mensalidades, com destaque para o Serviço Social teve forte apelo popular, bem como, foi o curso com maior número de matrículas e vagas disponibilizadas. Um território com a magnitude do Tocantins precisa do Serviço Social, portanto, a estratégia foi “produzir” assistentes sociais em massa, com formação limitada e não sintonizada com as Diretrizes Curriculares. Dadas as condições sócio-históricas de abandono desse território, a ideia de levar o ensino superior e o desenvolvimento socioeconômico a milhares de pessoas nas longínquas regiões veio fortemente articulada ao sonho da democratização do ensino superior através de um novo mercado, atendendo os interesses dos lucros privados, através da educação mercantilizada que não garante a qualidade na formação profissional.

O processo social sempre tem contradições, a privatização da Unitins mobilizou interesses contrários por parte da população, expressados tanto de forma individual, quanto coletiva e que levou à criação e implantação da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Nessa direção, abordar a história de criação e implantação da UFT também não é tarefa fácil, pois na transição Unitins/UFT não houve uma “federalização”, o que de fato ocorreu foi a transferência de alunos, dos cursos presenciais e de partes dos bens para a UFT¹¹ (MAIA, 2011). Esses são aspectos importantes para sinalizar que a implantação da UFT foi tensionada pelos acordos

11 Antes de sua implantação, a UFT já herdou parte da estrutura da Unitins, como também os interesses internos mobilizados em disputa. Foram fatores que retardaram o processo de implantação da UFT, que criada em 2000 (governo FHC) só veio a se efetivar em março de 2003 (governo Lula).

políticos, arraigados nas instituições, nas relações e nas práticas sociais existentes (MAIA, 2011). E com a criação do Reuni em 2007, a expansão da UFT, bem como, sua gestão e funcionamento passaram a ser moldadas pelas concepções dessa política para o ensino superior, que também é uma expressão da contrarreforma no ensino superior público.

O curso de Serviço Social da UFT foi criado no campus de Miracema do Tocantins, pela Resolução Consepe/UFT nº 06, de 24 de maio de 2006. Iniciou suas atividades em agosto de 2007 e seu reconhecimento se deu mediante Portaria Nº 487, de 20 de dezembro de 2011. Entre 2005 e 2006 foi criada uma comissão para apresentar diagnóstico acerca das possibilidades de implantação de novos cursos. De acordo com o relatório da comissão foi realizada uma pesquisa junto à comunidade interna e externa sobre a proposição de um novo curso de graduação e a comissão recomendou a criação do curso de Serviço Social em razão da possibilidade de aproveitamento maior do corpo docente e da estrutura do campus universitário¹². À época, o que se propagava era que o Serviço Social presencial da UFT viria como um contraponto à expansão do Serviço Social EaD.

Cabe destacar que em relação às diretrizes curriculares, o curso de Serviço Social da UFT também enfrentou dificuldades. Após a realização dos primeiros concursos de docentes da área de Serviço Social foi necessário instituir uma comissão¹³ para rever

12 Conforme PPC do Curso de Serviço Social da UFT.

13 Comissão constituída por: Presidente: Profa. Msc. Vanda Micheli Burginski; Demais membros: Profa. Dra. Célia Maria Grandini Albiero; Profa. Dra. Marília de Fátima Marques Lopes; Prof. Msc. Josiley Carrijo Rafael; Profa. Msc. Cecília Nunes Froemming; Profa. Msc. Maria Helena Cariaga Silva. Com o objetivo de debater e construir a proposta de reformulação do PPC do Curso de Serviço Social consoante com as diretrizes curriculares da ABEPSS e do MEC.

o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) aprovado no âmbito do Consepe/UFT em 2007. A comissão composta por docentes da área diagnosticou que o PPC não atendia às Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996¹⁴ e a decisão pela sua reformulação, antes de graduar a primeira turma de assistente sociais teve que ser minuciosamente justificada, em função das resistências internas da universidade. Cabe destacar que o Serviço Social é um curso de bacharelado, cuja direção está expressa objetivamente no Código de Ética de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares de 1996, obviamente que na luta pelo cumprimento das regulamentações da profissão surgiram conflitos inevitáveis, principalmente no que se refere às atribuições privativas da profissão. O curso de Serviço Social da UFT é o primeiro curso público do estado e o terceiro da região norte em universidades federais.

Em 2009 houve o descredenciamento da Unitins para ofertas de vagas dos cursos EaD devido à diversas irregularidades. Dentre

14 Embora o currículo inicial não destoasse da matriz teórico-metodológica preconizada pela ABEPSS, sua estrutura curricular não trazia as disciplinas e conteúdo específicos, previstos nas Diretrizes Curriculares de 1996, estava mais sintonizada com a estrutura curricular de 1980, superada em nível nacional. Conforme justificativa elaborada pela comissão de reformulação do PPC, necessário substituir as disciplinas de História do Serviço Social, História do Serviço Social na América Latina e no Brasil e as disciplinas de Fundamentos Teóricos Metodológicos I, II e III pelas disciplinas de Introdução ao Serviço Social e FHTM I, II e III. Incorporando também as disciplinas de Trabalho e Questão Social. Outro aspecto era o ensino da ética e sua transversalidade, pois a disciplina de ética profissional se configurava no último semestre do curso e se restringia ao debate dos códigos profissionais. Além de outros aspectos referentes ao estágio curricular e à supervisão acadêmica em Serviço Social, que não contemplava a carga horária mínima de estágio a ser cumprida. Um aspecto importante a se destacar é que à época da visita da comissão avaliadora do MEC (21/09/2011 a 24/09/2011) para o reconhecimento do curso houve um destaque para assertiva da reformulação do PPC.

elas, a mais decisiva foi o fato de uma universidade pública realizar a cobrança de mensalidades, ferindo preceitos constitucionais. A análise da situação da Unitins até seu descredenciamento para oferta de cursos EaD se constituiu em campo de luta social e jurídica, que contou com o protagonismo da categoria profissional dos/as assistentes sociais, a partir do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Além de ferir os termos do artigo 206, inciso IV, da Constituição Federal, a Unitins cometeu irregularidades contratuais, no que tange à terceirização da gestão acadêmica dos cursos para a Eadcon. Pois, a Eadcon nessa relação contratual assumiu funções que somente a Unitins, enquanto universidade, estava autorizada pelo poder público para realizá-las. O que foi uma vitória importante da categoria profissional.

Traços da formação profissional em Serviço Social na atualidade e breves considerações sobre os espaços sócio-ocupacionais na particularidade tocantinense

*Vocês que fazem parte dessa massa
Que passa nos projetos do futuro
É duro tanto ter que caminhar
E dar muito mais do que receber
(Zé Ramalho)*

No âmbito da formação profissional em Serviço Social no Tocantins é possível delinear alguns traços na atualidade. Observa-se que a trajetória da profissão está vinculada à criação do estado, a partir da estruturação dos órgãos públicos, das instituições e das políticas sociais, que se constitui em espaços sócio-ocupacionais. Nessa direção, é importante ressaltar que os espaços sócio-ocupacionais também sofreram os efeitos da contrarreforma do Estado e o redimensionamento das políticas sociais, a partir da adoção do projeto neoliberal.

Como apresentado anteriormente, atualmente no estado há duas universidades públicas que ofertam a formação em Serviço Social presencial, a Unitins e a UFT. Com o descredenciamento para ofertas de curso de Serviço Social EaD e mediante articulação e lutas sociais da categoria profissional, a partir de agosto de 2010, a Unitins passou a ofertar o curso de Serviço Social público, na modalidade presencial¹⁵. Em 2015, a Unitins inicia um novo processo para transformar a universidade em fundação pública de direito público com natureza jurídica de autarquia¹⁶. Entretanto, o histórico de privatização e o forte traço clientelista e patrimonialista deixou marcas profundas na única universidade estadual do Tocantins. Após trinta anos, desde sua criação, o que se percebeu foi um longo período de ausência de autonomia universitária e a realização de apenas dois concursos públicos, o primeiro ocorrido em 1991; o segundo em 2014, sendo este último implicado em sérias irregularidades, que geraram conflitos jurídicos¹⁷. Assim, a grande maioria de seu corpo docente e de técnicos administrativos é submetida à contratos de trabalho flexibilizados pelo governo do Estado, em um regime jurídico e relações de trabalho precarizados.

15 A criação de acordo com a autorização do Conselho Curador sob Resolução nº 003/2010. O reconhecimento mediante o parecer do Conselho Estadual de Educação (CEE-TO), sob nº 366/2013, aprovado em 16 de dezembro de 2013 e publicado no Diário Oficial do estado do Tocantins sob o nº 4.050, de 20 de janeiro de 2014.

16 Esse processo resultou na criação da Lei 3.124 de 14 de julho de 2016, que transforma a Unitins “em autarquia de regime especial, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, sob o primado da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e vinculada à Secretaria da Educação, Juventude e Esportes.” Nesta lei, é resguardada a escolha de reitor/a por eleição a partir de 01 de janeiro de 2020.

17 Processo nº 2015/20321/001515 do Conselho Curador da Unitins.

O curso de Serviço Social da UFT é o mais consolidado, em termos da existência de um quadro docente concursado em dedicação exclusiva. Além da graduação regular presencial em Serviço Social também oferta, desde 2019, uma turma especial de Serviço Social Proneira, em parceria com o Incra na modalidade da pedagogia da alternância. E, também em 2019 iniciou a implantação do curso de mestrado em Serviço Social, autorizado pela Capes.

Entretanto, o processo de expansão dessa modalidade segue acelerado, o que é uma tendência nacional. Atualmente, estão distribuídos na capital-Palmas e em outras cidades (Paraíso do Tocantins e Porto Nacional¹⁸) os polos do Ead dos grupos da UNOPAR, UNIP e ANHANGUERA¹⁹. Em Guaraí, a UNIBTA oferece 970 vagas²⁰ na modalidade EaD. A faculdade ITOP - Instituto Tocantinense de Educação Superior e Pesquisa Ltda, oferece o curso de Serviço Social na capital (Palmas), na modalidade presencial modular. Outro aspecto a se destacar é que o CEULP/ULBRA, que foi historicamente uma universidade formadora de assistentes sociais no Tocantins deixou de ofertar vagas para o curso de Serviço Social presencial em 2017²¹. O que denota é que a educação superior tornou-se um mercado de diplomas, imbricadas com a lógica perversa do mercado de trabalho, que não é capaz de absorver todo o contingente de assistentes sociais fabricados (KOIKE, 2009). Reforçando a ampliação de um exército de

18 Em toda e qualquer informação sobre número de discentes por polo, número de graduados por ano, são de acessos não públicos dificultando assim a comparação com os dados dos cursos de ensino presencial público.

19 De acordo com PEREIRA, FERREIRA e SOUZA, 2014; p. 188, juntas oferecem 38.010 vagas totais anuais em graduação em Serviço Social.

20 Segundo site <https://www.ead.com.br/cursos-e-faculdades/tocantins--guaraí/servico-social> acesso em 13 de outubro de 2020.

21 Relatoria do Encontro Estadual Abepss no Tocantins, 2019.

reserva com formação superior precária, que conseqüentemente, contribui para rebaixar as condições de trabalho e os salários.

Com o acirramento das expressões da questão social também aumenta a demanda por assistentes sociais, com um perfil acrítico. O que se reafirma, na prática, é uma política de ensino superior “pobre para pobres”, a um preço acessível em troca de uma formação insuficiente e limitada, conseqüentemente para ocupar cargos no mercado de trabalho insalubres e vulneráveis. Essa formação profissional se encontra com a explosiva realidade tocantinense, no que se refere à construção das políticas sociais. Denota-se uma demanda e ausência histórica por profissionais concursados para atuarem no âmbito das políticas sociais, com destaque para a política de assistência social.

O caldo conservador, o patriarcado, o clientelismo e o patrimonialismo locais, determinam em grande parte, as formas de contratação e de relações de trabalho desses assistentes sociais. Se configura uma disputa o processo de negociação em torno de contratos profissionais em troca de apoios a candidatos e partidos políticos, o que resulta na “[...] insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos” (RAICHELIS, 2011, p. 422). São elementos que contribuem para rebaixar ou inviabilizar a autonomia relativa desses/as profissionais, pois a condução das ações profissionais se realizam a partir da mediação do trabalho assalariado nessas condições e contradições.

Não é objetivo desse estudo, quantificar o número de concursos públicos e processos seletivos disponibilizados no estado do Tocantins. Todavia, para uma breve ilustração do cenário de precarização das condições de trabalho, trouxemos um levantamento realizado junto à Comissão Permanente de Seleção da UFT (COPESE), por ser responsável pela realização de vários processos seletivos e concursos públicos para prefeituras municipais e o governo do estado. Segue abaixo uma tabela que

especifica os concursos públicos para assistentes sociais em dez anos, o número de vagas e a remuneração.

Quando se analisa o quadro é possível reafirmar a precarização e a desvalorização da profissão em termos salariais. Observa-se que alguns concursos públicos preveem como remuneração um pouco mais que um (01) salário mínimo, por exemplo, em 2016 em edital público ofertou 18 vagas para assistentes sociais com remuneração de 1,49 salários mínimos.

Quadro 1 – Vagas ofertadas em Concursos Públicos realizados pela COPESE/UFT (2009-2019).

Instituição	Ano	Carga horária (horas)	Remuneração	N.º de vagas
Prefeitura Municipal de Araguaína	2009	40	1.506,16	08
Municipal de Palmas - SEMED	2013	-	-	-
Prefeitura Municipal de Gurupi	2014	-	-	-
Prefeitura Municipal de Palmas (Quadro Geral)	2014	s/inf.	3.087,84	28
Prefeitura Municipal de Porto Nacional	2015	-	-	-
Prefeitura Municipal de Guaraí	2016	40	2.304,63	01 Saúde 01 (Quadro Geral)
Prefeitura Municipal de Santa Rita	2016	30	2.100,00	01
Prefeitura Municipal de Gurupi	2016	30	2.310,36	00 (Educação) 07 (Saúde) 11 (Quadro Geral) (00) Procuradoria
Prefeitura Municipal de Palmas (CadÚnico) Temporário	-	-	-	-
Prefeitura Municipal de Porto Nacional	2019	30	2.581,27	10

Fonte: <http://www.copese.uft.edu.br/>

O Edital de 2019 referente no quadro 1, ofertou 10 vagas cuja remuneração equivale a 2,47 salários mínimos. A desqualificação da profissão que exige nível superior é escancarada, quando o mapa do ensino superior de 2019²² informava que a média salarial dos brasileiros e brasileiras com ensino superior, equivalia a 5,81 salários mínimos.

Nesse cenário de oferta irrisória de concursos públicos é evidente a crescente oferta em modalidades de credenciamento, licitação por menor preço e contratação temporária direta em virtude de situações de calamidade ou emergência em saúde pública, especialmente durante a pandemia da COVID-19²³. Os empregos públicos no âmbito da gestão estadual do Governo do Tocantins, sempre foram pautados pelas alianças eleitorais e pela “troca de favores”, e as vagas destinadas ao Serviço Social perpassam também por essa lógica. As contratações de profissionais são vinculadas a cotas de parlamentares que foram estabelecidas por alianças político-partidárias entre poder legislativo e executivo.

Essas formas de precarização do trabalho se escancararam com a pandemia da COVID-19, como demonstra o Edital nº 3/2020/ SES/GABSEC publicado no Diário Oficial do Tocantins nº 5605 de 20 de maio de 2020. Com o objetivo de realizar um chamamento público para a contratação de profissionais, o edital ofertou vagas diretas para a prestação de serviço no combate ao novo coronavírus, com vagas destinadas para assistentes sociais. Entretanto, o edital não previu número de vagas, nem

22 Disponível em www.mec.edu.br

23 Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a pandemia da COVID-19 foi provocada pela propagação do vírus SARS-COV-2, ou novo coronavírus. Os primeiros casos registrados em dezembro de 2019 no município de Wuhan, na China, propagando-se mundialmente, infectando e levando à morte milhões de pessoas.

tampouco publicizou o quantitativo de profissionais inscritos/as, os/as selecionados/as e as vagas ocupadas. Outras formas de contratação precarizadas de assistentes sociais são comuns no estado do Tocantins.

Em municípios de pequeno porte, como é o caso de Aurora do Tocantins²⁴, a contratação de assistentes sociais em janeiro de 2020 foi realizada por meio de licitação na modalidade pregão presencial, tipo menor preço, com a oferta de valores que correspondem a menos de 2 salários mínimos. Essa forma de contratação revela-se atípica, pois além de rebaixar os custos no contrato, torna o salário inegociável e desvincula as responsabilidades jurídicas da instituição (SANTOS; STAMPA, 2019). Entre 2019 e 2020, foram realizados também pregões de contratação de assistentes sociais para atuarem na saúde nos municípios de Nazaré²⁵ e Taipas²⁶.

O credenciamento de profissionais do Serviço Social também é fomentado pelo Tribunal de Justiça do Tocantins (TJ-TO), que não possui uma equipe multiprofissional em quantitativo suficiente para atender as demandas do judiciário. A prestação de serviços dos/as assistentes sociais não gera vínculo empregatício, o/a profissional credenciado/a é remunerado/a pela produtividade do trabalho, de acordo com a quantidade de horas técnicas necessárias²⁷. A intensa precarização do trabalho dos/as

24 Edital e ata de licitação publicados em site oficial do governo municipal: <http://www.auroradotocantins.to.gov.br/index.php/ata-de-licitacao/itemlist/category/90-ata-de-licitacao-fundo-de-saude-2020>

25 Pregão Presencial n. 007/2020. FONTE: <https://transparencia.nazare.to.gov.br/licitacoes>

26 Pregão Presencial n. 011/2019. FONTE: <http://www.taipas.to.gov.br/index.php/contratos>

27 Edital 001/2019 disponível em: <http://www.tjto.jus.br/index.php/docman-lista/credenciamento/1602-asd-1/file>

assistentes sociais no Tocantins evidencia uma forte relação com a formação sócio-histórica do estado, com as contrarreformas, com destaque para o ensino superior. Essa formação profissional incompatível com as diretrizes curriculares, atende às necessidades do setor privado da educação e da valorização do capital, pois coaduna com a intensificação da exploração do trabalho, reforçando o assistencialismo histórico no interior das políticas sociais públicas.

Considerações Finais

Diante das aproximações realizadas, reforça que o propósito do presente texto foi o de sistematizar alguns elementos sócio-históricos dos processos de formação profissional em Serviço Social e os rebatimentos no exercício profissional, tendo como realidade o estado do Tocantins, cuja particularidade exige maiores aprofundamentos da intrínseca conexão entre a precarização do ensino superior, o ensino à distância, a formação profissional e os projetos de crescimento econômico, que forjam ares de “desenvolvimento” nas fronteiras de expansão capitalista do agronegócio, em que essa política parece ganhar mais corpo.

Coloca-se desafios ainda maiores que o contexto atual nos impõe. O cenário atual é o pior dos mundos, um avanço da extrema-direita, em várias partes, que está assumindo uma posição ultraneoliberal e agressiva contra os direitos e as políticas sociais, parafraseando Antunes (2020) “selando a finitude do que resta de vida civilizada”. Acrescenta-se a chegada da pandemia mundial em uma conjuntura política brasileira que tem se demonstrado extremamente desfavorável em adotar medidas governamentais que possam contê-la via ações coordenadas e estratégicas de fortalecimento das políticas sociais, particularmente da política de

saúde, o que agrava ainda mais as condições sociais da população brasileira, bem como, as condições de trabalho dos/as assistentes sociais em seus espaços socio-ocupacionais.

Por fim, pensamos que o pessimismo da razão também deve conter o germe do otimismo da vontade e que a história não está determinada, ela é tempo de possibilidades. E fortalecer as estratégias coletivas em defesa da formação profissional em Serviço Social, de suas diretrizes curriculares, pelo conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO é uma das possibilidades da qual não podemos abrir mão.

Referências

ARAÚJO, R. N. de. **Os territórios, os modos de vida e as cosmologias dos indígenas Akwe-Xerente, e os impactos da UHE de Lajeado**. Tese (Doutorado em Geografia) - UFC. Ceará, 2016.

CARVALHO, R. F. de. **O processo de gestão e participação na Universidade: limites, possibilidades e desafios na UFT**. Tese (Doutorado em Educação) UFG. Goiás, 2011.

CFESS. **Sobre a Incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. V. I. Brasília-DF, 2015.

CFESS. **Sobre a Incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. V. II. Brasília-DF, 2014.

CISLAGHI, J. F. (2010). **Análise do Reuni**: uma nova expressão da contra-reforma universitária brasileira. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Serviço Social/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

KOIKE, M. M. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: CFESS/ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LEHER, R. **A contra-reforma universitária**. Brasília: ADUnB, 2004.

LIMA, K. R. de S. **Contra reforma na Educação Superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

MAIA, M. Z. B. **Expansão da Educação Superior à Distância no Brasil**: o caso da Universidade do Tocantins - UNITINS. Tese (Doutorado em Educação) - UFG. Goiás, 2011.

MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

NOBRE, M. C. de Q. Estado, hegemonia burguesa e tradição familiar na política: o caso particular no nordeste do Brasil. In: MEDEIROS, E., NOGUEIRA, L.; BEZERRA, L. (Orgs.). **Formação Social e Serviço Social**: a realidade brasileira em debate. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 141-160.

PEREIRA, L. D.; FERREIRA, A. T. dos S.; SOUZA, A. C. V. de. Análise comparativa entre expansão dos cursos de Serviço Social EAD e presenciais. **Temporalis**, ano 14, n. 27, p. 181-202, jan./jun. 2014.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

REIS, P. O. B. dos. **Modernidades tardias no cerrado**: arquitetura e urbanismo na formação de Palmas. Florianópolis: Insular, 2018.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SANTOS, T. V. C. dos; STAMPA, I. Contratação por prego: formas atípicas de trabalho de assistentes sociais no Brasil recente. **SER Social**, v. 21, n. 44, p. 48-72, 10 mar. 2019.

SGUISSARDI, V. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 867-889, out./dez., 2015.

SOUZA, S. A. de. **O siqueirismo no Tocantins**: uma filosofia de vida para conduzir o povo a seu destino de grandeza. Tese (Doutorado em Sociologia) - UFC. Ceará, 2016.

UFT. **Plano de Desenvolvimento Institucional** - PDI, 2017. disponível em www.uft.edu.br

UFT. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. 2010. disponível em www.uft.edu.br

DESAFIOS NA FORMAÇÃO E NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

*Sandra Regina Smith Neves
Séfora Alice Rôla do Carmo*

Introdução

As mudanças ocorridas no interior da produção capitalista, a partir dos anos 1970, vêm suscitando profundas alterações nos processos e nas condições de trabalho de milhares de trabalhadores, em todo o mundo. Essas mudanças são provocadas pela crise do capital na contemporaneidade que se estende no mundo de forma acentuada, desde os anos 1970, impulsionando a criação de estratégias para o enfrentamento da referida crise. Iniciou-se, então, um perverso processo de reorganização de seu sistema político e ideológico de dominação que baseado nas ideias neoliberais tem conduzido, também, a profundas reformas no Estado, o que têm implicado

no desmonte dos direitos sociais e na desregulamentação dos direitos do trabalho.

Com efeito, foram instituídas novas formas de organização do processo produtivo e de gestão da força de trabalho, caracterizados como reestruturação produtiva. Esse processo se apoia no avanço tecnológico e na chamada acumulação flexível que se expressa, dentre outros aspectos, na subcontratação de mão-de-obra, no emprego temporário, no trabalho informal e no trabalho “autônomo” e outras formas de trabalho assalariado disfarçado, tendo consequências desastrosas para a classe trabalhadora.

As particularidades das formas de dominação do trabalho presentes na contemporaneidade evidenciam “como o capital, nesse contexto da acumulação flexível, ultrapassa os limites da vida humana, colocando em risco a própria existência de homens e mulheres que vivem do trabalho” (DRUCK, 2002, p. 17). Assim, o capital instaurou um conjunto de medidas para superar os efeitos da crise e garantir a socioreprodução do sistema. Segundo Alves (2007), essas medidas foram conjugadas, numa clara relação de interdependência entre o modelo de Estado e o modelo de produção, como se fossem faces de uma mesma moeda: a reestruturação produtiva e o neoliberalismo.

No que se refere à política de educação foi instituído um conjunto de modificações que conduziram a expansão, a reestruturação do ensino superior, dentre outros aspectos, provocando novas formas de precarização do trabalho docente e do ensino, por meio de cortes orçamentários nas universidades públicas, implicando na redução de atividades de pesquisa e extensão; incentivo ao ensino privado, transformando a educação em uma mercadoria rentável etc. No Brasil, o processo

de reestruturação das universidades foi efetuado por meio da massificação, da privatização via a mercantilização da educação, ou seja: crescimento rápido do número de matrícula e a tendência generalizada da expansão do ensino privado, transformando a educação superior em um dos negócios mais lucrativos.

A massificação, a mercantilização do ensino superior e o aligeiramento dos processos formativos têm conduzido a um processo de desqualificação com influência direta no perfil do profissional, cuja formação profissional se adequa ao padrão de acumulação atual. Para Yamamoto (2017, p. 33) “A massificação e a perda da qualidade da formação universitária facilitam a submissão dos profissionais às demandas e ‘normas do mercado’, tendentes a um processo de politização à direita da categoria”.

Com efeito, a educação no Brasil vem se tornando um negócio privado, afastando-se da concepção de direito a ser garantido pelo Estado. O Programa “Future-se” proposto por Abraham Weintraub, ministro da educação, em 17 de julho de 2019, “foi, imediatamente, identificado como uma estratégia privatista e como um ataque à autonomia universitária” (GIOLO, 2020, p. 22). É com base nesse contexto adverso às políticas sociais públicas, em particular, à educação superior que se encontra a principal motivação para refletir sobre os desafios postos para a Formação e para o Exercício Profissional do(a) assistente social, a partir do Estágio Supervisionado. As Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS preconiza o Estágio Supervisionado como uma atividade curricular obrigatória que se caracteriza pela introdução do aluno no espaço sócio-ocupacional, com o objetivo de capacitá-lo para o exercício profissional, pressupondo sistemática supervisão.

Assim, os cursos de Serviço Social¹ são responsáveis pela formulação dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social, no Brasil, tendo por base as referidas Diretrizes que estabelecem um patamar comum para a formação profissional com qualidade que possibilite aos futuros assistentes sociais construir análises baseadas na realidade social e construir respostas profissionais nos espaços sócio institucionais, de forma a assegurar a direção social do projeto ético político do Serviço Social. Contudo, em um contexto pautado na privatização e na mercantilização do ensino superior, cuja lógica da formação profissional está voltada para as exigências do mercado, a inserção do aluno no processo de estágio supervisionado, em geral, fica comprometida. Por esta razão, este capítulo se propôs analisar o processo de formação e exercício profissional do Serviço Social, particularmente, no que tange ao Estágio Supervisionado, a partir de experiências vivenciadas como docente em curso de Serviço Social de uma das instituições de ensino privado, na cidade de Macapá, capital do estado do Amapá, onde se apresenta a exacerbada expansão do ensino superior privado. O capítulo foi tributário, também, de um levantamento sobre a situação do Estágio Supervisionado, realizado pelas respectivas autoras.

1 Processo de revisão curricular fomentado a partir de 1994, cuja coordenação foi efetivada pela Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, com a colaboração do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social - ENESSO, objetivando avaliar a formação profissional para atender as novas exigências da sociedade atual. Esse processo resultou na elaboração e aprovação da Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social de 1996.

Mercantilização da Educação, Serviço Social e formação profissional

No Brasil, a expansão acelerada da educação superior só ocorreu, a partir dos anos 1990, no contexto da implantação do projeto neoliberal no país, a qual passou a ser caracterizada pela privatização, precarização dos serviços públicos e ampliação do setor privado. Trata-se de um período marcado pela Reforma do Aparelho do Estado promovida pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e foi coordenada pelo, então, Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Bresser Pereira. O Plano Diretor de Reforma do Estado publicado, em 1995, pelo Ministério de Administração e Reforma do Estado - MARE, apresenta os objetivos e principais diretrizes para a “reforma” do Estado brasileiro e afirma que a crise do Estado, no Brasil, inicia nos anos 1970, mas, só se torna visível nos anos 1980. Para Behring (2003,) a “reforma” do Estado se define como uma contrarreforma do Estado brasileiro que

[...] concretiza-se em alguns aspectos: na perda de soberania - com o aprofundamento da heteronomia e da vulnerabilidade externa; no reforço deliberado da incapacidade do Estado para impulsionar uma política econômica que tenha em perspectiva a retomada do emprego e do crescimento, em função da destruição de seus mecanismos de intervenção nesse sentido, o que implica uma profunda desestruturação produtiva e no emprego (MATTOSO, 1999 apud BEHRING, 2003, p. 213).

Segundo Chauí (2001), a justificativa para a “reforma” do Estado brasileiro foi referente a um provável desvio de sua principal missão para atuar na esfera produtiva para o mercado, em serviços não exclusivos. Nesse sentido, a “reforma” previa a redução do papel do Estado como prestador direto de serviços públicos, inclusive, na educação e na saúde, e “exclui as exigências

democráticas dos cidadãos ao seu *Estado* e aceita apenas as exigências feitas pelo capital (CHAUI, 2001, p. 176).

A propósito, Pablo Gentili (2001, p. 99) refere-se a uma profunda redefinição do papel do Estado na educação, manifesta no abandono do Estado-docente e sua substituição por um Estado-avaliador que, distante da função de educar tendeu a ser assumido como agencia fiscalizadora, determinando os graus de eficácia, eficiência e produtividade das instituições educativas. Portanto, a reforma da educação superior no contexto da reforma do Estado, teve por princípio a suposição de que a crise na educação superior seria responsável pela não absorção de toda a demanda e pelo preparo inadequado dos estudantes para inserção no mercado de trabalho. Esta situação foi atribuída ao modelo de universidades brasileira pautada na pesquisa que, por seu alto custo seria insustentável pelo poder público, em momentos de crise e a elitização que faria parte do processo de construção das universidades brasileiras (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2001).

Nesta perspectiva, a “reforma” da educação superior do Estado brasileiro foi efetivada de acordo com as diretrizes do Banco Mundial, por meio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) que, de acordo com Junior e Sguisardi (2001, p. 69),

[...] vem sugerindo a países como o Brasil, [...] a busca do equilíbrio orçamentário, sobretudo, mediante a redução dos gastos públicos; desregulamentação dos mercados domésticos, pela eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado, como controle de preços, incentivos, etc.; privatização das empresas e dos serviços públicos, entre estes destacando-se os serviços educacionais, de ciência e pesquisa, de cultura e de saúde.

Pelo exposto, evidencia-se, então, que a “reforma” do Estado apresentava como um dos principais objetivos, incorporar a educação superior ao mercado, reduzindo a esfera pública, tornando a educação como mercadoria que possibilita a garantia do superlucro, objeto principal do capitalismo atual. Esse processo de entrada da iniciativa privada no setor educacional superior foi, ainda, impulsionado pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394, de 12 de dezembro de 1996.

Com efeito, constata-se a privatização interna das universidades, por meio da captação de recursos externos compensatórios “decorrentes da erosão salarial e da queda no financiamento da pesquisa pelas agências governamentais.” (TRINDADE, 2001, p. 20), têm conduzido a um intenso processo de precarização e privatização do espaço público expresso, dentre outros aspectos, pela reestruturação das universidades.

A mercantilização da educação superior, segundo Frigotto (2009) está relacionada à desconstrução do direito social, individual e subjetivo e a sua transformação em um serviço que pode ser adquirido no mercado - o Estado se omite em garantir o direito a todos os cidadãos, transferindo a sua obrigação para o mercado, se desfazendo da sua obrigação, inclusive, constitucional, ao considerar que

[...] o mercado não tem pátria. O mercado exclui como o gás carbônico polui, então, o risco é, exatamente, de deixar de cumprir a sua função fundamental que é de desenvolver conhecimento, cultura, arte como valores para toda sociedade e toda humanidade. O mercado é extremamente objetivo, ele busca o que serve e, portanto, o mercado não garante direitos, o que pode garantir direitos é uma esfera pública. O risco de mediocrizar o conhecimento, mediocrizar a educação. [...] deixar de cumprir o que é função precípua da educação que é gerar conhecimento (FRIGOTTO, 2009, p. 157).

A “reforma” de ensino imposta pelo Banco Mundial tem como objetivo a adequação das universidades ao mercado. “O círculo vicioso da precarização e privatização do espaço público, resulta de um profundo processo de reestruturação dos sistemas educacionais nacionais” (TRINDADE, 2001, p. 21). É sob essa lógica de precarização, de mercantilização do ensino e de banalização da oferta que surgem os cursos à distância, que se destacam pelo uso de material sucateado e de má qualidade, comprometendo, inteiramente, o perfil de profissional que se deseja. O ensino a distância oferecido pelas universidades privadas são os novos nichos de mercados cobijados por empresários de vários setores nacionais e estrangeiros.

Intensificam-se as formas de precarização do ensino superior, remodelando a formação profissional e o exercício de várias profissões, em particular, o Serviço Social. Para Guerra (2010, p. 717)

Nos últimos anos, como uma tendência que abarca as profissões assalariadas, os assistentes sociais têm seus espaços, condições e relações de trabalho precarizados e quase totalmente destituídas de direitos as expressões da chamada “questão social”, que se convertem por meio de múltiplas mediações, numa diversidade de demanda para a profissão. Tais respostas não são neutras, dependem de o profissional assumir a sua condição de trabalhador assalariado e do domínio de um referencial teórico-metodológico que os ajude a fazer a leitura mais correta dessa realidade.

Iamamoto (2008), por sua vez, refere-se que o exercício profissional do assistente social está determinado por sua condição de trabalhador assalariado, inserido no processo de reestruturação produtiva. Tal condição tem como consequência contratações temporárias, terceirização, baixos salários, ausência de autonomia e reconhecimento profissional, e condições

inadequadas para efetivação do trabalho no setor público. A mesma autora pondera que

Ainda que a profissão e o ensino acadêmico-profissional tenham se secularizado ao longo dos anos, a religiosidade impregna a juventude estudantil na área, especialmente a de raiz protestante. Ela hoje prevalece sobre a influência da Igreja católica que teve dominância ideológica no passado dessa área profissional. O componente religioso, atualmente, é mais afinado com a ascensão social capitalista, expressando um *trânsito da fraternidade à prosperidade* (IAMAMOTO, 2014, p. 629, destaques da autora)

A expansão exacerbada do ensino privado no Serviço Social ocorre, principalmente, em instituições privadas e por meio da Educação à Distância - EAD. Essas instituições, cuja responsabilidade é oferecer o ensino, renunciam à pesquisa e extensão contribuindo para a má qualidade na formação. A ideia de formação é reduzida à capacidade técnica das diversas profissões de acordo com as exigências do mercado. Desta forma, a educação vai, paulatinamente, se modificando e perdendo o interesse público, transformando-se em mercadoria e os agentes sociais se transformam em clientes²:

Ocorre que as universidades têm se tornado “fábricas de diplomas”, e se há fábricas é porque existem compradores. Como

-
- 2 O livre mercado da educação se expande e se transforma em atrativa fonte de renda privada. “A formação deve ser aligeirada, como em cursos sequenciais de curta duração, para atender exigências emergenciais em áreas que a academia não costumava trabalhar. Cursos são criados com formatos e conteúdos novos para a formação em curto prazo de profissionais com as novas competências e habilidades imposta pela conjuntura econômica (SOBRINHO, 2002, p. 86). Entre esses é possível citar cursos de Construção de Edifícios, Gestão Comercial, Logística, Beleza, Sistemas de Internet, Processos gerenciais entre outros.

dito, é necessário forjar um perfil de estudante adequado a essa lógica de banalização, aligeiramento e precarização do ensino e da educação superior (GUERRA, 2010, p. 728).

A mercantilização e a precarização do ensino atingem o trabalho docente em instituições privadas de forma particular: Os contratos de trabalho são quase sempre temporários, sem direitos trabalhistas e previdenciários, o que implica término de contrato a cada semestre, sem férias ou décimo terceiro salário e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; parte dos docentes são contratados por hora trabalhada. Esse processo provoca intensa rotatividade dos docentes e, ainda, prioriza a contratação de docentes com menor nível de formação, devido a economia do custo do trabalho. Há, ainda, “o assédio moral por parte dos empregadores e dos alunos”(GUERRA, 2010, p. 728).

Sendo assim, a precarização do trabalho docente interfere, diretamente, na qualidade do processo de formação profissional, a medida em que provoca um distanciamento da crítica social, antes, presente nas universidades, cerceando, assim, a reflexão e a crítica, reforçando o silêncio no meio acadêmico. No Serviço Social, a precarização do trabalho docente interfere, diretamente, na qualidade do processo de formação profissional e no exercício profissional, pois segundo Guerra (2010), as metamorfoses ocorridas no capitalismo atual afetam não, somente, o exercício profissional, mais incidem sobre a atual formação profissional que se orienta pelas demandas do mercado:

Nesta direção, a formação profissional tem um duplo desafio: desvelar e enfrentar a crise do capital e nela as diversas formas de precarização das relações e condições de trabalho, flexibilização dos direitos e focalização das políticas sociais, que, como parte da mesma racionalidade, se expressam e condicionam exercício e formação profissionais (GUERRA, 2010, p. 715).

Ora se a formação profissional em Serviço Social exige” desvelar e enfrentar a crise do capital e nelas as formas de precarização das relações e condições de trabalho” conforme a autora acima referida, é pertinente se interrogar sobre os desafios postos para o Estágio Supervisionado” ao considerar que as Diretrizes Curriculares (1996) da Associação Brasileira de Ensino e pesquisa em Serviço Social – ABEPPS³, o considera como um elemento essencial para plena formação profissional. A propósito, Assis e Rosado (2012) referem-se que um dos desafios da supervisão, especialmente, a de campo, é o enfrentamento da precarização das condições de trabalho, principalmente, no que se refere às intensas e extensas jornadas de trabalho do(a)s profissionais. Assim, o exercício profissional do(a) assistente social requer que habilidades e competências profissionais, para “buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação as forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho (IAMAMOTO, 2014, p. 610).

O exercício profissional do(a) assistente social e os desafios do estágio curricular na atualidade

A ABEPPS⁴, a partir da sua Convenção de 1979 (ano em que ocorreu o III CBAS, consagrado como *Congresso da Virada*) vem assumindo o compromisso político acadêmico de lutar contra às

-
- 3 Entidade de natureza acadêmico-científica que coordena e articula o projeto de formação em serviço social no âmbito da graduação e pós-graduação na efetivação do ensino, pesquisa e extensão. Com 74 anos de existência, é a organização da categoria mais antiga em atuação no Brasil.
 - 4 A ABEPPS foi fundada sob a denominação Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), em 10.10.1946, recebendo a atual denominação, por deliberação da Assembleia Geral no dia 10.12.1998 (Estatuto ABEPPS, 2017).

práticas arbitrárias, antidemocráticas e o neoliberalismo e seus efeitos deletérios. No decorrer da sua história, se consolidou na defesa intransigente pela universidade pública, gratuita, laica, autônoma, democrática e socialmente referenciada, que tem a função de produzir, desenvolver e democratizar o saber científico. Foi, então, investida desse propósito que a ABESS, de forma amplamente democrática, coordenou a elaboração das Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em novembro de 1996.

As atuais diretrizes curriculares da ABEPSS – propostas, inicialmente, em 1996 e, revisadas, em 1999, têm no *currículo mínimo aprovado pelo MEC em 1982*, seu antecedente mais importante (IAMAMOTO, 2014, p. 614). A revisão curricular e as novas diretrizes formuladas sob a coordenação da ABEPSS, se deu na década de 1990, num quadro sociopolítico de contrarreforma do ensino superior orientada pelos organismos internacionais (FMI e Banco Mundial). Contrapondo-se a esta lógica, as referidas Diretrizes Curriculares têm possibilitado a permanente mobilização das Unidades de Formação Acadêmicas (UFA's) dos cursos de Serviço Social no Brasil e definiram um perfil profissional que atue

[...] nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. [...], atento à direção política e técnico-operativa ancorados nos instrumentos legais que fazem parte do projeto político da profissão que são a Lei de Regulamentação e o Código de Ética Profissional (ABEPSS, 1999, p. 1).

É, portanto, sob este entendimento que

A construção coletiva de proposta de formação acadêmica no Serviço Social norteia-se pela defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, direcionada aos interesses da coletividade

e enraizada na realidade regional e nacional; a universidade que cultiva razão crítica e o compromisso com valores universais, coerente com sua função pública, não limitada e submetida a interesses particulares exclusivos de determinadas classes ou frações de classes; uma instituição a serviço da coletividade, que incorpore os dilemas regionais e nacionais como matéria da vida acadêmica, participando da construção de respostas aos mesmos no âmbito de suas atribuições (IAMAMOTO, 2014, p. 625).

A partir dos onze princípios das Diretrizes Curriculares (DCs), organizou-se uma nova lógica curricular sustentada nos conhecimentos constituídos por três núcleos de formação profissional, a saber: – Núcleo de fundamentos teórico metodológicos da vida social; – Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o – Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Esses núcleos são indissociáveis entre si e, à medida que congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social (rompendo com uma visão formalista do currículo) favorecem uma forma de realização das mediações – entendidas como a relação teoria-prática – que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino, pesquisa e extensão. Os núcleos não são autônomos nem subsequentes, expressando, ao contrário, níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 63-64).

O estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional do(a) assistente social, e da relação teoria e realidade, é considerado princípio basilar nas DC's. Portanto, as dimensões investigativa e interpretativa presentes na formação não podem ser vistas “apenas como um momento específico do currículo, em uma única disciplina de pesquisa, por exemplo”

(BOSCHETTI, 2004, p. 29). Nas DCs o Estágio Supervisionado, em conjunto com outros componentes curriculares, constitui o ensino da prática do Serviço Social, definido como

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e campo de estágio, tendo como referência a Lei 8.662 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 71)

O Estágio Supervisionado, considerado uma atividade indispensável integradora do currículo e pressupondo supervisão sistemática direta, tem recebido total atenção das entidades da categoria profissional (CFESS/ABEPSS/ENESSO) que se faz presente tanto na regulamentação desse componente da formação profissional, quanto como um campo de lutas, visando à formação profissional com qualidade. Assim, na Lei 8.662/1993 (art 5º, IV) a supervisão direta de estagiários em Serviço Social constitui atribuição privativa do assistente social; Em 2008, O CFESS aprovou a Resolução nº 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social, em consonância com o código de ética dos assistentes sociais, as DCs da Abepss e a Lei Federal 11.788/2008; Em 2010 a ABEPSS, após amplo debate com as entidades da categoria e as UFA's, aprovou a Política Nacional de Estágio. Recentemente, em abril de 2020, esta entidade lançou uma nota com o título *Estágio supervisionado no período de isolamento social para o combate ao novo coronavírus* (COVID-19) e, em seguida, junho 2020, o Fórum

Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social, também, lançou a nota *Trabalho e Ensino Remoto Emergencial*, todos esses manifestos fazem a defesa do estágio supervisionado a partir dos parâmetros definidos nas DC's.

Constata-se, então, que as entidades da categoria têm acumulado um profícuo debate e produções de documentos, regulamentações, textos acadêmicos e orientativos etc. sobre as diversas dimensões que envolvem a supervisão direta de estágio em Serviço Social, assim como, tem incentivado a criação de espaços para o fortalecimento da temática; neste caso, a criação e fortalecimento dos Fóruns de Supervisão, que

[...] devem ser entendidos como espaços de resistência e de luta para a defesa e consolidação da qualificação do Estágio supervisionado como espaço privilegiado da formação profissional, além de constituir um espaço propício para fomentar as trocas de experiências e discussões que perpassam o estágio e promover a interlocução entre os profissionais, estudantes e docentes [...] (ABEPSS, 2010, p. 36).

Apesar do acúmulo na produção de informações e instrumentos legais que visam tornar o estágio um espaço qualificado, a supervisão direta de estágio supervisionado na formação profissional do(a) assistente social, ainda, reúne inúmeros desafios a serem enfrentados. Dentre esses desafios, foram pontuados nas seções anteriores aqueles que se estendem desde as contrarreformas do Estado que acenam para a mercantilização da educação, em particular, do ensino superior, assim como, as condições de trabalho precário em decorrência dos cortes do orçamento das políticas sociais públicas.

A mercantilização da educação e a exacerbada expansão do ensino superior privado encontrou no estado do Amapá, particularmente, no município de Macapá, um lugar de “moradia”.

Na década de 2000, por iniciativa de uma empresa educacional, exclusivamente amapaense, foi instalado o primeiro curso de Serviço Social, na modalidade 100% presencial. A partir dessa iniciativa surgiram outras instituições privadas instalando novos cursos para formação de assistentes sociais, todas representantes de empresas educacionais com capital nacional ou internacional, ofertando os cursos na modalidade de educação à distância (parcial ou total).

Para ilustrar o crescimento do número de matrículas no ensino superior nas instituições privadas no Amapá, basta acessar o Censo da Educação Superior de 2018, o qual registra o número de 5.369 (cinco mil trezentos e sessenta e nove) matrículas em instituições públicas, sendo 4.836 (quatro mil, oitocentos e trinta e seis) IES federais e 533 (quinhentos e trinta e três) IES estadual. Enquanto que nas instituições privadas, o registro é de 23.410 (vinte e três mil quatrocentos e dez) matrículas. Esses números incluem apenas as matrículas dos cursos de formação em bacharelado⁵. Outro dado relevante se refere ao crescimento das faculdades particulares que ofertam o curso de Serviço Social, no Amapá. Dados levantados no Cadastro e-mec de 2018, atualizado, em maio de 2019, registram que no Amapá possuem 20 (vinte) faculdades, 15 (quinze) funcionando na capital Macapá e 05 (cinco), no município de Laranjal do Jarí. Desse universo de 20 (vinte), 02 (duas) ofertam o curso na modalidade 100% presencial e 18 (dezoito) na modalidade EAD (CORDEIRO, 2019).

Com o aumento do número de cursos e matrículas para a formação em Serviço Social na modalidade EAD, associada

5 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística do Ensino Superior de 2018. Brasília: Inep 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 30/09/2020.

à precarização do ensino nos cursos presenciais, as entidades da categoria profissional de assistentes sociais: ABEPSS, o conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO têm assumido a tarefa de fazer incidências no campo judicial e extrajudicial objetivando o cumprimento dos seus objetivos estatutários voltados para a orientar, fiscalizar, disciplinar e defender a formação e o exercício da profissão do(a) assistente social. As referidas entidades já produziram um acervo de documentos demonstrando as repercussões negativas da formação profissional aligeirada e sem a qualidade necessária para responder ao perfil profissional preconizado nas DC's da ABEPSS.

No conjunto dos componentes curriculares obrigatórios da formação profissional, o Estágio Supervisionado tem exigido maiores atenções das entidades da categoria e, considerando as atribuições regimentais, complementadas pelas demais instruções normativas construídas pelo conjunto CFESS/CRESS ABEPSS, e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), assumem a atribuição de fiscalizar o exercício da profissão do(a) assistente social tendo como parâmetros, os debates coletivos que resultaram na aprovação da Resolução nº 533/ CFESS/2008, a Política Nacional de Estágio da ABEPSS e “em conformidade com a Política Nacional de Fiscalização do Conjunto CFESS/CRESS, articulando-se as dimensões: afirmativa de princípios e compromissos conquistados; político-pedagógica; normativo e disciplinadora” (CFESS, 2007).

Esse acervo de produções do conjunto CFESS/CRESS e da ABEPSS (pareceres, resoluções, política de estágio e política de fiscalização, entre outros) construído com a ampla participação da categoria profissional de assistentes sociais, tem sido confrontado, recentemente, com alguns pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) e portarias do Ministério da Educação (MEC). A

exemplo, citamos o Parecer CNE/CES nº 209/2020⁶, aprovado em 20/5/2020 que trata do “Relacionamento do Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Profissionais - atividades de ensino/educação superior”. No parecer, o CNE faz severas críticas, alegando que os Conselhos Profissionais:

[...] criam regras que vão além daquelas estabelecidas pelos sistemas de ensino, e chegam a negar o registro ao profissional que se formou em curso que, apesar de atender às DCNs e aos regimentos complementares para a oferta estabelecidos pelo sistema de ensino, não cumpriu “outras regras”, impostas pelos próprios Conselhos Profissionais. Nesse âmbito, encontram-se **negativas de registro pela incompatibilidade da carga de estágio prescrita pelo conselho profissional**, ainda que o CNE tenha estipulado patamares diferentes ou atividades do ensino a distância, regulados por normas específicas [...]. (CNE, 2020, p. 2, destaques nossos)

[...] Podemos verificar, portanto, que os Conselhos Profissionais vêm rotineiramente exorbitando a sua competência legalmente estabelecida, que é a fiscalização do exercício profissional, para tentar invadir a seara da educação superior, tentando ditar normas para o funcionamento dos cursos de graduação, para a habilitação dos graduados e até mesmo para o registro de especializações obtidas pelos profissionais [...]. (CNE, 2020, p. 4).

Além desses pareceres, o CNE emitiu, também, o Parecer CNE/CP nº 11/2020⁷, aprovado em 07/07/2020 que trata das “Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia”. No item 3 faz um breve diagnóstico da Educação Superior no contexto da Pandemia e afirma no texto que:

6 Aguardando homologação.

7 Parecer homologado parcialmente Cf. Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 3/8/2020, Seção 1, P. 57.

[...] Da mesma forma, outros cursos podem, também, especialmente nessa época ou período de afastamento social, ser objetos de **práticas ou estágios não presenciais**, dependendo do padrão de digitalização, ou de atividades e serviços já operados a distância, com trabalho remoto, laboratórios virtuais, telegestão, atendimento dos clientes a distância, sistemas de entrega eletrônica de documentos, projetos, petições etc. (CNE, 2020, p. 9, destaques nossos).

A substituição da realização das atividades práticas dos estágios de forma presencial para não presencial, com o uso de meios e tecnologias digitais de informação e comunicação, **podem estar associadas**, inclusive, às atividades de extensão e pesquisa das instituições e dos cursos superiores (op. cit., p. 9, destaques nossos).

O referido Parecer segue afirmando que “essas considerações conduzem as seguintes recomendações à educação superior, contidas no Parecer CNE/CP nº 05/2020, que dizem respeito às atividades remotas, não presenciais ou a distância, referentes às disciplinas ou atividades práticas e laboratoriais”:

[...] **adotar atividades não presenciais de práticas e estágios**, especialmente aos cursos de licenciatura e formação de professores, **extensíveis aos cursos de ciências sociais aplicadas** e, onde couber, de outras áreas, informando e enviando à SERES ou de órgão de regulação do sistema de ensino ao qual a IES está vinculada, os cursos, disciplinas, etapas, metodologias adotadas, recursos de infraestrutura tecnológica disponíveis às interações práticas ou laboratoriais a distância; (CNE, 2020, p. 10, destaques nossos).

Assim, fundamentado aos Pareceres do CNE nº 05/2020 e nº 11/2020, o MEC produziu várias portarias flexibilizando as aulas presenciais por aulas em meios digitais. Na Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, que “Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a

situação de pandemia do novo coronavírus - COVID-19 [...]”, o MEC autorizou

[...] em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Ainda na citada Portaria, o órgão define que “às práticas profissionais de estágios (destaque nosso) ou às práticas que exijam laboratórios especializados, a aplicação da substituição de que trata o *caput* deve obedecer às Diretrizes Nacionais Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, ficando vedada a substituição daqueles cursos que não estejam disciplinados pelo CNE”. No entanto, dando sequência à Portaria, o texto não faz referência ao Estágio Supervisionado, mas autoriza:

[...] § 4º A aplicação da substituição de **práticas profissionais** ou de práticas que exijam laboratórios especializados, de que trata o § 3º, deve constar de planos de trabalhos específicos, aprovados, no âmbito institucional, pelos colegiados de cursos e apensados ao projeto pedagógico do curso. [...]. (*op. cit.*), destaque nosso).

Nessa esteira, a Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020 refere-se à exigência de que as instituições de ensino superior deverão comunicar ao MEC, a opção pela substituição de atividades letivas, mediante ofício, em até quinze dias depois de iniciadas, conforme a mencionada Portaria, no § 6º - MEC. Foi então, a partir da edição dos documentos emitidos pelos órgãos normativos e deliberativos no campo da educação nacional que as Instituições de Ensino Superior foram autorizadas a adotar as

medidas diferenciadas referentes à continuidade do funcionamento do calendário escolar durante a Pandemia provocada pelo Corona Virus-19. A reorganização para o funcionamento do calendário letivo envolveu disciplinas presenciais teóricas e práticas, inclusive, o Estágio Supervisionado.

A Política Nacional de Estágio em Serviço Social foi aprovada, em 2010 e, apesar de todos os esforços visando a sua implementação com base nas DC's da ABEPSS, ainda é uma pauta desafiadora para a categoria profissional de assistentes sociais. Portanto, o estado do Amapá, não está fora do alcance das barreiras impostas à plena realização do estágio supervisionado na formação de assistentes sociais. Sem pretender esgotar os aspectos que têm implicado no efetivo processo de implementação da PNE, no Amapá, alguns fatores estão comprometendo esse componente curricular da formação, dentre eles, apontam-se: a) Insuficiência na abertura, ampliação e/ ou manutenção das vagas para o Estágio Supervisionado, dificultando, assim, a oferta de um leque de opções para os estudantes nos estágios obrigatório e não obrigatório.

Uma das principais razões apresentadas para tal, principalmente, por parte dos profissionais nos campos de Estágio, se refere à falta de estrutura física (espaço físico e móveis insuficientes) para recepcionar os acadêmicos; b) Ainda como reflexo da situação relatada, as UFA's têm tido dificuldades em fazer a inserção do(a)s aluno(a)s nos campos de estágio, porque a disponibilidade de campos abertos e supervisores disponíveis são insuficientes para atender a demanda da quantidade de aluno(a)s das Faculdades em funcionamento; c) A ausência ou falta de regularidade nas atividades dos Fóruns de Estágio (Fóruns Locais de Supervisão e do Fórum Estadual de Supervisão); d) Reduzida presença da supervisão acadêmica durante a presença do aluno

no campo de estágio; e) A ausência ou reduzida aproximação entre as UFA's e os profissionais que assumem a supervisão de campo; f) Dificuldade de inclusão do(a)s aluno(a)s trabalhadores/as no campo de estágio, em razão da incompatibilidade entre horários de trabalho e o estágio; g) Elevado número de estagiário por supervisor de campo e acadêmico; g) Inexistência da oferta de cursos de capacitação aos supervisores de estágio, por parte da UFA's; h) Indisponibilidade dos equipamentos de proteção individual (EPI's) ao(as) acadêmicos que permaneceram no estágio durante a Pandemia do Corinavirus, assim como, no retorno aos campos de estágio para aquele(a)s que foram afastados no período elevado de contaminação do vírus. A despesa com os equipamentos de proteção tem sido uma responsabilidade do(a) próprio aluno(a), pois nem as UFA's e nem as Instituições que se constituem campos de Estágio, assumem a oferta dos EPI's.

Trata-se, então, de um cenário atual que ameaça ou aniquila as possibilidades da formação profissional com qualidade, atingindo todas as profissões, dentre as quais, o Serviço Social. Assim, torna-se imperativo:

A abertura de uma conjuntura revolucionária, entendida como um processo de longa duração, que mina gradativa e progressivamente a solidez das estruturas fundamentais da sociedade burguesa, põe na ordem do dia a necessidade de uma práxis revolucionária que esteja à altura de um duplo desafio histórico: negar o mundo do capital e construir as bases da sociedade socialista. [...] O desafio do nosso tempo consiste precisamente em construir força política para levar a negação do regime do capital às últimas consequências (SAMPAIO JR. 2011, p. 205, 206).

É com este propósito que o Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro, a partir da luta coletiva pode contribuir para a construção de uma nova ordem societária, sem dominação

e exploração de classe. Sendo assim, a formação e o exercício profissional são inesperáveis e exigem, portanto, a efetivação do compromisso da construção de um projeto profissional vinculado ao processo de formação profissional, em que o Estágio Supervisionado se constitui num

[...] instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais (PNE, 2010, p. 11).

Eis, os desafios postos para o enfrentamento às Portarias do MEC e resistir ao Projeto Future-se que “pretende privatizar as atividades universitárias, colocando-as sobre o controle direto do mercado, além de privatizar bens e recursos públicos para instituir fundos privados e operacionalizar organizações sociais e fundações de apoio” (GIOLO, 2020, p. 8), o que de certo se põe na contramão da construção de uma nova ordem societária.

Considerações finais

Aa análises e reflexões efetuadas neste capítulo sobre os desafios postos para a formação e para o exercício profissional do(a)s assistentes sociais, sobretudo, no que concerne ao Estágio Supervisionado em Serviço Social, permitiram a constatação da necessidade da continuidade da luta para resistir as medidas de ajustes neoliberais impostas pelo capital financeiro, aos governos dos países periféricos do capitalismo, em particular, o Brasil. Essas medidas têm conduzido às contrarreforma do Estado brasileiro

que implicam em cortes no orçamento dos gastos sociais, tendo em vista gerar superávit primário para o pagamento dos juros da dívida pública, bem como, estimular a privatização dos serviços públicos.

Nessa esteira, a educação deixa de ser um direito de cidadania, tornando-se, então, uma mercadoria rentável, por meio da privatização do ensino - os cursos são instituídos de acordo com o mundo dos negócios e os empresários da educação criam novas empresas ou expandem o seu raio de atuação, por meio da instalação de polos. Para a ampliação desse negócio, em geral, é criada uma política de mensalidades com valores baixos, cursos com carga horária reduzida, principalmente, na modalidade de ensino à distância, a qual tem recebido expressiva adesão de pretendentes à formação profissional em Serviço Social.

Este cenário impacta negativamente no processo de formação profissional e, conseqüentemente no exercício profissional, por caracterizar-se por uma formação aligeirada orientando para as demandas do mercado, deixando de lado o cumprimento de componentes curriculares obrigatórios que possibilitam a formação de um profissional crítico, comprometido com o Projeto Ético Político do Serviço Social. Nesse bojo, o Estágio Supervisionado tem exigido maiores atenções das entidades da categoria, ao considerar as atribuições regimentais, complementadas pelas demais instruções normativas construídas pelo conjunto CFESS/CRESS ABEPSS, e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), sobretudo, com as “Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais que foram intuídas pelo MEC, no contexto da Pandemia provocada pelo Corona Vírus - 19, posto que há indisponibilidade de equipamentos de proteção individual (EPI's) para o(as) acadêmico(a)s que permanecerem no estágio

durante a Pandemia, recaindo as despesas com os referidos equipamentos de proteção para o(a) aluno(a) que enfrenta dificuldades financeiras, pois nem as UFA's e nem as instituições que se constituem campos de Estágio assumem a oferta dos EPI's. Com efeito, estão postos os desafios para o enfrentamento às Portarias do MEC, para resistir ao Projeto Future-se com as pretensas privatizações da universidade públicas federais, dos bens e recursos públicos para instituir fundos privados e operacionalizar organizações sociais e fundações de apoio, o que de certo implica na luta coletiva na construção de uma nova ordem societária, sobretudo, devido aos tempos de obscurantismo da ciência, de autoritarismos e neofascismo vividos, atualmente, no Brasil!

Referências

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS**, nº 7. São Paulo: Cortez, 1997, p. 58-76.

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares Curso para o Serviço Social elaboradas pela Comissão de Especialistas**. ABEPSS, 1999. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>> Acesso em 20.09.2020.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf> Acesso em 10.09.2020.

ABEPSS. **Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. ABEPSS, 2017. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/estatuto-2>> Acesso em 29.09.2020.

ABEPSS. **Nota da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social referente ao estágio supervisionado no período**

de isolamento social para o combate ao novo Coronavírus (COVID-19). Brasília, 03/04/2020. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/noticias/coronavirus-abepss-se-manifesta-pela-suspensao-das-atividades-de-estagio-supervisionado-em-servico-social-367>> Acesso em 15.09.2020.

ABEPSS; CFESS; CRESS/RJ; ENESSO. **Trabalho e ensino remoto emergencial.** Brasília, 23/06/2020. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/1NotaForumNacional2020.pdf>> Acesso em 16.09.2020.

ABREU, H. B. As novas configurações do Estado e da sociedade civil. In: **Capacitação em Serviço Social e política social.** Brasília: CEAD, 2000.

ALVES, G. **O novo e (precário) mundo do trabalho.** Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2010.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho.** Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.

BEHRING, E. **Brasil em contra-reforma.** Desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, I. S. O Desenho das Diretrizes Curriculares e Dificuldades na sua implementação. **Temporalis**, ano IV, n. 8, 2004, p. 17-30.

BRASIL. MEC. **Parecer CNE/CES nº 209**, aprovado em 20/05/2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=147111-pces209-20&category_slug=junho-2020-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 18/09/2020.

BRASIL. MEC. **Parecer CNE/CP nº 11**, aprovado em 07/07/2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=148391-pcp011-20&category_slug=julho-2020-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 18/09/2020.

BRASIL. MEC. **Portaria nº 544**, de 16/06/2020. Disponível em:<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>> Acesso em 18 de agosto 2020.

CASANOVA, P. G. Globalidade, neoliberalismo e democracia. In: GENTILI, P. (Org) **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CFESS. **Resolução nº. 512/2007**, de 29 de setembro de 2007. Reformula as normas gerais para o exercício da Fiscalização Profissional e atualiza a Política Nacional de Fiscalização. Disponível em: < <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao5122007.pdf>> Acesso em 15.09.2020.

CFESS. **Resolução nº. 533**, de 29 de setembro de 2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>> Acesso em 15.09.2020.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001

CORDEIRO, M. G. de L. **Crescimento da educação superior da modalidade à distância privada em Serviço Social e implicações ao registro profissional no Cress 1ª Região**. 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

DRUCK, G. **Flexibilização e precarização**: formas contemporâneas de dominação do trabalho. Caderno CRH, Salvador: Dossiê, 2002.

DRUCK, G. FRANCO, T. **A perda da razão do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

FRIGOTO, G. Mercantilização do ensino superior e o fazer docente. **Revista Pedagógica** – UNOCHAPECÓ. Santa Catarina, 2009.

GENTILI, P. (Org). **Universidades na Penumbra**. Neoliberalismo e reestruturação universitária. São Paulo: Cortez, 2001.

GUERRA, Y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e à distância. **Serv. Soc. Soc.**. São Paulo, nº 104, 715\79, out\dez, 2010.

GIOLO, J. O Future-se sem Futuro. In: GIOLO, J.; LEHER, R.; SGUISSARDI, V. **Future-se**: Ataque à Autonomia das Instituições Federais de Educação Superior e sua sujeição ao mercado. São Carlos (SP): Diagrama Editorial, 2020.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serv. Soc. Soc.**. São Paulo, nº 128, 13/38, jan/abr, 2017.

IAMAMOTO, M. V. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. **Em Pauta**. Rio de Janeiro, nº 21, 117/139, jun/jul, 2008.

MOTA, A. E. (Org). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Moraes, 1984.

SAMPAIO JR, P. de A. A crise estrutural do Capital e os desafios da revolução. In: JINKINGS, I.; NOBILE, R. (Orgs). **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo. 2011. p. 199-210.

SILVA JUNIOR, J.; SGUISSARD, V. **Novas faces da educação superior no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

SOBRINHO, J. D. **Universidade e avaliação**. Entre a ética e o mercado. Florianópolis: Insular, 2002.

TRINDADE, H. As metáforas da crise: da “universidade em ruínas” às “universidades na penumbra” na América Latina. In: GENTILI, P. (Org). **Universidades na Penumbra**. Neoliberalismo e reestruturação universitária. São Paulo: Cortez, 2001.

SOBRE OS AUTORES

Alana Barbosa Rodrigues – Assistente Social, Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva da UFBA. Mestranda em Serviço Social pela UFT. Compõe a Gestão ABEPSS 2019-2020 “Resistir e Avançar na Ousadia de Lutar!”. E-mail: alanarodrigues88@gmail.com

Amor António Monteiro – Assistente Social, Mestre e Doutor em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP. Docente na Universidade Católica de Angola, pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre identidade da PUS-SP e colaborador estrangeiro no Grupo Quaviss – Estudos e Pesquisas sobre Política de Saúde e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: fenoamor@yahoo.com.br

Andréa Ferreira Lima da Silva – Assistente Social. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFGA). Mestra em Serviço Social pela UFGA. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social (TRADHUSS). Belém, Pará, Brasil. E-mail: andrea.lima@icsa.ufpa.br

Aurora Amélia Brito de Miranda – Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão, possui doutorado em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação da mesma universidade, é professora Associada II no Departamento de Serviço Social/UFMA. Faz parte do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas-GDES tem experiência na gestão como coordenadora do Curso de Serviço Social da UFMA, nos períodos de 2013 a 2016; 2018 a 2020. Atualmente é coordenadora pedagógica do Programa CapacitaSUAS/MA de 2014 a 2016 e 2018/2020. E-mail: aurora.abm@ufma.br

Célia Maria Grandini Albiero – Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Docente pela Universidade Federal do Tocantins no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP). Palmas, Tocantins, Brasil. E-mail: celiaalbiero@uft.edu.br.

Denise Bomtempo Birche de Carvalho – Assistente Social. Doutora em Ciências Sociais/Sociologia pela Université de Paris I – Panthéon/Sorbonne, Paris/França. Professora Emérita e pesquisadora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB). Coordenadora da Área de Serviço Social na Capes (2018-2022). Brasília, DF, Brasil. E-mail: denisebomtempo@unb.br

Edna Maria Goulart Joazeiro – Assistente social e Socióloga. Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Pós-Doutora em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC São Paulo.

Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, UFPI, Teresina, Brasil. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Formação, Trabalho, Desigualdade Social e Políticas Públicas, CNPq, Brasil. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Formação, Educação, Trabalho e Políticas Públicas da UFPI. E-mail: ednajoazeiro@ufpi.edu.br

Elaine Rossetti Behring – Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora Associada do Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Membro do Corpo Permanente do PPGSS/UERJ. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social (GOPSS/ UERJ). E-mail: elan.rosbeh@uol.com.br

Eliane Marques de Menezes Amicucci – Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Docente pela Universidade Federal do Tocantins no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Vice-Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP). Palmas, Tocantins, Brasil. E-mail: eliane.amicucci@uft.edu.br

Giselli de Almeida Tamarozzi – Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela UNESP/Franca, SP. Docente pela Universidade Federal do Tocantins no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP). Palmas, Tocantins, Brasil. E-mail: gisellitamarozzi@uft.edu.br

Hamida Assunção Pinheiro – Assistente Social. Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia, professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia – ESTRADAS. E-mail: hamida.assuncao@gmail.com; hamida@ufam.edu.br

Inez Stampa – Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS) registrado no DGP/CNPq. Coordenadora Adjunta da Área de Serviço Social na Capes (2018-2022). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: inezstampa@gmail.com

Joana Valente Santana – Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas, Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB) registrado no DGP/CNPq. Coordenadora Adjunta da Área de Serviço Social na Capes (2018-2022). Belém, PA, Brasil. E-mail: joanavalente@ufpa.br

Jussara Maria Rosa Mendes – Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo. Membro do Corpo Permanente do PPGPSI/UFRGS e do PPGPSSS/

UFRGS. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Saúde e Trabalho. (NEST/ UFRGS). E-mail jussara.mendes@ufrgs.br

Lília Penha Viana Silva – Assistente Social, doutora em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão. Grupo de Estudos Pesquisa e Extensão em Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas - GDES. Professora Colaboradora do PPGPP/UFMA. São Luís/MA. Coordenadora Geral do Programa CapacitaSUAS/MA - 1ª fase (2004-2016) e 2ª fase (2018/2020). E-mail: lilia.penha@ufma.br

Maria Emília Freitas Ferreira – Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, Mestre em Serviço Social, segundo mestrado ao abrigo do Protocolo ISSSL/PUC-SP, Doutorada em Serviço Social pela PUC-SP, bolsista da FCT-Portugal. Diretora do Serviço Social na Universidade Lusófona do Porto, Portugal. Co-Fundadora do Núcleo Lusófona de Estudos e Investigação em Serviço Social na Universidade Lusófona do Porto. Membro do CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Membro fundador da Associação Sociedade Científica de Investigação em Serviço Social (ASCISS) e Vice-presidente do Conselho Fiscal, Membro fundador da Rede Iberoamericana de Trabalho Social/Serviço Social. E-mail: m.emiliaferreira@ulusofona.pt

Maria Leidinalva Batista Miranda – Assistente Social, doutora em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão. Grupo de Estudos Pesquisa e Extensão em Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas – GDES. E-mail: leidemiranda@gmail.com.

Marinez Gil Nogueira Cunha – Assistente Social. Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM). Líder do Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia (CNPQ). Atuou como membro titular do Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social no Amazonas (NUEP/AM) na condição de representante da UFAM, no âmbito da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), no período de agosto de 2014 a julho de 2018. Participou da equipe de sistematização e análise dos resultados da pesquisa de campo deste trabalho. E-mail: marinezgil@yahoo.com.br

Olga Myrlla Tabaranã Silva – Assistente Social. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). Mestra em Serviço Social pela UFPA. Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS). Atualmente é Conselheira/Presidenta do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 1ª Região (Gestão 2020-2023). Belém, Pará, Brasil. E-mail: olgamyrla@hotmail.com

Patrício Azevedo Ribeiro – Assistente Social. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). Bolsista do Programa PROPG/CAPES/FAPEAM - Edital 006/2018. Representante Discente de Pós-Graduação em Serviço Social na Regional Norte da ABEPSS (Gestão 2019-2020). Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (PPGSS/UFAM). Professor do Curso de Serviço Social da UFAM, no

Instituto de Ciências Sociais Educação e Zootecnia (ICSEZ), *Campus Parintins*. Parintins, Amazonas, Brasil. E-mail: patricioribeiro@ufam.edu.br

Ramiro Marcos Dulcich Piccolo – Assistente Social, Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ); Professor Associado da Universidade Federal Fluminense/ Campus de Rio das Ostras (UFF-RO); Educador do MST Relações Internacionais de ABEPSS (2018/2020). E-mail: dramiro3@gmail.com

Reinaldo Nobre Pontes – Assistente Social, Doutor em Sociologia pela Universidad Complutense de Madrid. Professor Associado 1 da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA. E-mail: rnobrepontes@gmail.com

Roberta Ferreira Coelho de Andrade – Assistente Social. Doutora e mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia, professora associada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia – ESTRADAS. E-mail: roberta_ufam@yahoo.com.br

Rosemeire dos Santos – Assistente Social, doutora em Serviço Social pela PUC-SP, professora Adjunta da UFT, líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Proteção Social e Famílias - GEPPSFAM/ UFT. Compõe a Gestão ABEPSS 2019-2020 “Resistir e Avançar na Ousadia de Lutar”. E-mail: rosemeiresantosp@gmail.com

Sandra Elena Iturrieta Olivares – Trabalhadora Social. Doutora em Ciências Sociais, professora da Escuela de Trabajo Social da Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Chile e Diretora do Núcleo Investigaciones sobre las profesiones en las sociedades Contemporáneas, da Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Chile. Estuda a Sociologia das profissões, enquanto linha de formação e investigação para a ação profissional contemporânea e futura, e as suas ligações com o mercado de trabalho. Entre seus interesses estão estudos sobre o futuro do trabalho humano; as ligações entre epistemologia e métodos de pesquisa; estudos sobre violência de gênero e as perspectivas latino-americanas. E-mail: sandra.iturrieta@pucv.cl

Sandra Regina Smith Neves – Assistente Social. Doutora em Sociologia, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Macapá, Belém, Pará, Brasil. E-mail: ssmithneves@gmail.com

Séfora Alice Rôla do Carmo – Assistente Social. Especialista em Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas, Faculdade SEAMA, Macapá, Amapá, Brasil. E-mail: seforarolasocial@gmail.com

Silvana Mara de Moraes dos Santos – Assistente Social. Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará, e Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco e com pós-doutoramento na UnB. Coordena o Grupo de Estudo e Pesquisa Trabalho, Ética e Direitos Humanos (GEPTED/UFRN). E-mail - silufrn@gmail.com

Vanda Micheli Burginski – Assistente Social, doutora em Política Social pela UNB, professora Adjunta da UFT. Líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Estado, Política Social e Serviço Social - GEPOSS. E-mail: burginski@mail.uft.edu.br

Vera Lúcia Batista Gomes – Assistente Social, Doutora em Sociologia do Trabalho pela Université de Picardie “Jules Verne”, Amiens/ France. Docente do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Estado e Sociedade na Amazônia - Gep_TESA/PPGSS-UFPA. Pesquisadora Bolsa de Produtividade CNPq PQ2. E-mail: veragomesbelem@hotmail.com e veralucis@ufpa.br

Yolanda Guerra – Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC-SP, docente Aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora convidada do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFPA, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade – NEFSSC/UFRJ e autora/organizadora de livros e artigos sobre o tema de fundamentos, trabalho e formação profissional. E-mail: yguerra1@terra.com.br

A obra contribui, portanto, para que possamos pensar o Serviço Social considerando as particularidades regionais e os desafios comuns quando o assunto se refere à luta pela qualidade da formação (ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação); ao conhecimento das conquistas e dificuldades que permeiam o trabalho do/a Assistente Social e a apreensão das inúmeras contribuições dadas pelos cursos de graduação e de pós-graduação em Serviço Social na Região Norte. A leitura, portanto, é fundamental para ampliação e qualificação das tarefas que temos se o objetivo for de fato conhecer para contribuir nas trincheiras da resistência com estratégias de socialização do conhecimento direcionados ao pensamento crítico e a prática teórico-política de emancipação societária do sistema do capital

Silvana Mara de Moraes dos Santos

Professora do Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social da UFRN

Em cada página está presente o convite para o debate e o compartilhamento de estudos que vêm sendo realizados por pesquisadores da Área de Serviço Social em diferentes espaços nacionais e internacionais, tendo como objetivo central reunir produções acadêmico-científicas e estabelecer um diálogo com a categoria profissional de assistentes sociais, pesquisadores, discentes de graduação e de pós-graduação em Serviço Social e de áreas afins com vistas a reforçar a articulação necessária à produção do conhecimento no campo do Serviço Social brasileiro, latino-americano, europeu e africano acerca da realidade social na qual somos desafiados a decifrar, compreender e intervir nas expressões da questão social na contemporaneidade.

Edna Maria Goulart Joazeiro

Professora do Programa de Pós-Graduação
em Políticas Públicas da UFPI

Vera Lúcia Batista Gomes

Professora do Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social da UFPA

ISBN: 978-65-5904-052-0



9 786559 104052 0